

ANNAIS

da

BIBLIOTECA NACIONAL

Vol. 132 • 2012



Rio de Janeiro, 2016



ANNAIS

da

BIBLIOTECA NACIONAL

Vol. 132 • 2012



Rio de Janeiro
2016

Anais da Biblioteca Nacional – Vol. 132, 2012

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da República
Michel Temer

Ministro da Cultura
Roberto Freire

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

Presidente
Helena Severo

Diretor Executivo
Luis Fernando Zugliani

Centro de Coleções e Serviços aos Leitores
Maria José da Silva Fernandes

Centro de Processamento e Preservação
Liana Gomes Amadeo

Centro de Cooperação e Difusão
Maria Eduarda Magalhães Marques

Centro de Pesquisa e Editoração
Marcus Venicio Ribeiro

Coordenadoria de Editoração
Raquel Fabio

EDITORIAL

Editor
Marcus Venicio Ribeiro

Coordenação Editorial
Raquel Fabio, Valéria Pinto

Preparação de Originais
Francisco Madureira, Rosanne Pousada

Revisão de Provas
Valéria Pinto

Projeto Gráfico
Glenda Rubinstein

Diagramação
Conceito Comunicação Integrada

Tratamento de Imagens
Eliane Alves

Coordenadoria de Editoração
Av. Rio Branco, 219, 5º andar
Rio de Janeiro – RJ | 20040-008
editoracao@bn.gov.br | www.bn.br

Biblioteca Nacional (Brasil)

Anais da Biblioteca Nacional. – Vol. 1 (1876). – Rio de Janeiro : A Biblioteca, 1876-
v. : il. ; 17,5 x 26 cm.

Continuação de: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Vols. 1-50 publicados com o título: Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro.
ISSN 0100-1922

1. Biblioteca Nacional (Brasil) – Periódicos. 2. Brasil – História – Fontes. I. Título.

CDD- 027.581
22 ed.



MINISTÉRIO DA CULTURA
Fundação BIBLIOTECA NACIONAL

MINISTÉRIO DA
CULTURA



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
A TYPOGRAPHIA SILVA SERVA NA BIBLIOTECA NACIONAL: CATÁLOGO DE LIVROS RAROS	9
<i>Ana Virginia Pinheiro</i>	
A GÁLIA DE CÉSAR NA REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICA DO RENASCENTISTA ABRAHAM ORTELIUS.....	77
<i>Maria Dulce de Faria</i>	
GESTÃO EM DOCUMENTOS E SUA INTERFACE COM A GESTÃO EM PRESERVAÇÃO	149
<i>Tatiana Ribeiro Christo</i>	
X ENCONTRO NACIONAL DE ACERVO RARO - ENAR	
O MEMORIAL JESUÍTA UNISINOS: CRITÉRIOS DE RARIDADE ADOTADOS EM SUA COLEÇÃO DE OBRAS RARAS E ESPECIAIS.....	185
<i>Isabel Cristina Arendt</i> <i>Susana Schneider Höltz</i>	
SÍMBOLOS E REPRESENTAÇÕES: A BIBLIOTECA “DO” NACIONAL	197
<i>Carlos Henrique Juvêncio</i>	
PROJETO MEMÓRIA FAZENDÁRIA	209
<i>Clésio Guimarães Faria</i> <i>Margareth Silva R. Alves</i>	
COLEÇÃO DE OBRAS RARAS E ESPECIAIS DA BIBLIOTECA MINISTRO CARVALHO JUNIOR: RELATO DE EXPERIÊNCIA	223
<i>Cristiane Ferreira de Souza</i>	
HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DOS CRITÉRIOS DE RARIDADE DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	235
<i>Diná Marques Pereira Araújo</i>	
RESÍDUOS & MEMÓRIA: O ACERVO RARO RECOLHIDO PELO PROGRAMA DE COLETA SELETIVA DO BAIRRO DE SÃO FRANCISCO EM NITERÓI.....	251
<i>Emílio Maciel Eigenheer</i> <i>Maria José da Silva Fernandes</i>	

UMA BREVE ANÁLISE SOBRE OS CRITÉRIOS DE RARIDADE BIBLIOGRÁFICA.....265

Jeorgina Gentil Rodrigues

CRITÉRIOS DE RARIDADE APLICADOS À COLEÇÃO ESPECIAL DA
FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE: SALA RUI BARBOSA.....281

Karine Vilela

Lígia Santos da Silva Rodrigues

Maria José de Carvalho

Maria Marinês Gomes Vidal

CRITÉRIOS DE RARIDADE DAS COLEÇÕES ESPECIAIS DA
BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL LUIZ DE BESSA 293

Marina Nogueira Ferraz

Eliani Gladyr da Silva

O INVENTÁRIO COMO RECURSO PARA DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS
DE RARIDADE DO ACERVO ANTIGO NA BIBLIOTECA DE OBRAS RARAS
DA ESCOLA DE MINAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO.....305

Renata Ferreira dos Santos

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONSERVAÇÃO EM
COLEÇÕES ESPECIAIS E OBRAS RARAS E/OU VALIOSAS 319

Valéria de Sá Silva

Andréa Carla Mazzo da Costa

Ângela de Albuquerque Insfrán

USO DE CRITÉRIOS DE RARIDADE E VALORAÇÃO DE ACERVO NO
GERENCIAMENTO DE RISCOS EM ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS RAROS E ESPECIAIS...333

Willi de Barros Gonçalves

Diná Marques Pereira Araújo

Carolina Concesso Ferreira

PRECIOSIDADES DO ACERVO

DUAS CRÔNICAS DESCONHECIDAS E INÉDITAS DE LIMA BARRETO 349

João Marques Lopes

APRESENTAÇÃO

Pouco conhecido dos brasileiros, o tipógrafo português Manuel Antônio da Silva Serva é, no entanto, uma das figuras mais importantes da história da indústria gráfica e editorial no Brasil. Em 13 de maio de 1811, exatamente três anos depois que o príncipe regente d. João autorizou o funcionamento de atividades impressoras na antiga Colônia, ele criou em Salvador, na província da Bahia de Todos os Santos, a primeira gráfica particular no país, a Tipografia Silva Serva, onde seriam impressos o primeiro jornal privado publicado no Brasil, *Idade d'Ouro do Brazil* (a partir de 14 de maio de 1811), e a primeira revista brasileira, *As Variedades ou Ensaaios de Literatura* (janeiro de 1812), além de inúmeros livros, periódicos e folhetos. Também desconhecido dos brasileiros é o cartógrafo flamengo Abraham Ortelius. Nascido em 1527 em Antuérpia, na época pertencente às Dezessete Províncias governadas pelos Habsburgos, é autor do primeiro atlas geográfico da Modernidade, o *Theatrum orbis Terrarum*, de um mapa-múndi e de mapas da Ásia, Egito, Espanha e outras regiões.

São esses dois notáveis, além do escritor carioca Afonso Henriques de Lima Barreto, este último bastante celebrado entre nós, os personagens em destaque neste volume 132 dos *Anais da Biblioteca Nacional* – que oferece ainda o estudo *Gestão em documentos e sua interface com a gestão em preservação* e as comunicações do X Encontro Nacional de Acervo Raro – Enar, realizado em 2012 na Biblioteca Nacional.

A Typographia Silva Serva é objeto de um precioso catálogo dos livros, periódicos e folhetos raros por ela impressos entre 1811 e 1846 e que integram o acervo da Biblioteca Nacional. Organizado pela chefe da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional, a bibliotecária Ana Virgínia Pinheiro, contém 97 itens identificados pela equipe dessa divisão, número que pode aumentar à medida que novas peças forem encontradas nos acervos da instituição. Segundo Ana Virgínia, o catálogo é uma espécie de dívida com os pesquisadores e com a própria história da edição no Brasil: “Silva Serva certamente entregava um exemplar de suas publicações a d. João, mas pouco sabia dos itens preservados no acervo da Biblioteca Nacional e sequer se tinha notícia sobre os temas publicados. A coleção da Biblioteca Nacional é, sem dúvida, a maior e a mais preciosa”.

Além das informações referentes ao conteúdo (autor, título, local, ano, número de páginas e editor) e à raridade e importância de cada item, o catálogo contém registros de caráter tipográfico raramente encontrados em levantamentos similares, como a identificação da variedade de tipos empregados pela Tipografia Silva Serva, das famílias de letras, de recursos como o uso de

um “S” deitado para servir de til etc. Esses registros foram feitos por um especialista, o professor de tipografia do Serviço Nacional de Comércio/ Senac Alexandre Salomon, e constituem, na expressão do jornalista Leão Serva, que comenta o trabalho coordenado por Ana Virgínia, a “impressão digital” da produção servina. Outro especialista no tema, o jornalista, professor e produtor editorial Luiz Guilherme Pontes Tavares também faz considerações sobre o catálogo, inserindo-o no rol dos estudos que vem sendo feitos no Brasil sobre a produção servina.

O mapa *Gallia Vetus*, que faz parte do *Parergon*, o suplemento de cartas geográficas publicado na edição de 1612 do atlas *Theatrum orbis terrarum*, é a obra de Abraham Ortelius descrita e analisada neste número dos *Anais* pela chefe da Divisão de Cartografia, Maria Dulce de Faria. O mapa abrange desde os Montes Pirineus, na divisa com a *Hispania*, até o Rio Reno, no limite com a *Germânia* (Alemanha) e os territórios do domínio romano no sul da Gália e na parte meridional da *Britannia*, e registra cidadelas, rios, povos e áreas ocupadas por alguns desses povos. Segundo a autora, constituiu-se em fonte importante para inúmeras investigações históricas e geográficas.

O estudo de Maria Dulce de Faria originou-se de sua monografia para o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu/ Especialização em Cultura, Língua e Literatura Latina do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. A autora cotejou as informações colhidas em investigações que se basearam no mapa com os *Caesari Comentariorum de Bello Gallico*, famosa narrativa do imperador Júlio César sobre seus feitos militares na Gália, região que englobava quase completamente os atuais Países Baixos, França e ainda uma parte da Suíça. A investigação realizada por Dulce, além da importância para a sua formação acadêmica, resultou em informações extremamente úteis ao tratamento da cartografia da época e da produção de Abraham Ortelius, representada na Divisão de Cartografia por inúmeros mapas e atlas.

É na seção “Preciosidades do Acervo” que o doutor em Letras pela Universidade de Lisboa João Marques Lopes comenta o seu achado ao pesquisar na Divisão de Manuscritos para o seu projeto, patrocinado pelo Programa Nacional de Apoio a Pesquisadores Residentes, “A recepção de Lima Barreto em Portugal: a documentação da Biblioteca Nacional”. Trata-se de uma crônica inédita do escritor e do primeiro parágrafo de outra, até então desconhecidos dos especialistas neste autor e dos técnicos da Divisão de Manuscritos. Os textos foram encontrados, juntamente com seis longas tiras manuscritas assinadas por Lima Barreto, numa pasta catalogada por Darci Damasceno, o poeta, ensaísta e servidor da instituição, chefe da Divisão de Manuscritos de 1952 a 1982, que organizou o arquivo do escritor.

Escrita nos últimos meses de 1907, a crônica, intitulada “Portugueses na África”, comenta com indignação e sarcasmo a notícia da violenta ocupação

de regiões do sul de Angola por tropas portuguesas. O episódio ficou conhecido como Campanha de Cuamato e ainda ecoava as resoluções de cunho imperialista e neocolonialista da Conferência de Berlim, entre 1884 e 1885, mediante as quais as potências europeias formalizaram a chamada “partilha da África”.

“Gestão em documentos e sua interface com a gestão em preservação”, estudo de autoria da conservadora e restauradora Tatiana Ribeiro Christo, técnica da Coordenadoria de Preservação, é resultado, segundo suas próprias palavras, “de um estudo que teve como objetivo fazer uma reflexão sobre os princípios de preservação de bens culturais e a amplitude de suas ações e de que modo permeiam os conceitos que regem as operações de construção de espaços arquivísticos de memória através do ‘selecionar para preservar’”. E as comunicações do X Encontro Nacional de Acervo Raro – Enar tratam do tema “Critérios de raridade em acervos raros e especiais”.

Marcus Venicio Ribeiro

Editor

A Typographia Silva Serva na Biblioteca Nacional: catálogo de livros raros

Organização, compilação e notas

Ana Virginia Pinheiro

Bibliotecária. Chefe da Divisão de Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional
e professora da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro.

Pesquisa biobibliográfica

Jane Maria Chermont

Leila Marzullo de Almeida

Luiz Antonio de Oliveira

Descrição bibliológica

Rodrigo Bozzetti

Fabio Santo Nicola

Descrição de tipografia

Alexandre Salomon, *type designer*

Apoio à pesquisa

Claudia Couto





Resumo

Este catálogo resgata parte da memória do tipógrafo Manoel Antônio da Silva Serva – um dos mais importantes personagens da história do livro no Brasil –, registrada por ele mesmo e seus sucessores no acervo da Biblioteca Nacional. A Typographia Silva Serva imprimiu livros, folhetos, papéis avulsos e publicações seriadas na Cidade da Bahia, de 1811 a 1846, e é considerada a primeira tipografia privada do Brasil. Foram arrolados 97 itens bibliográficos, recuperados até esta data, de modo que se trata de uma obra em desenvolvimento, pois novos títulos ainda podem vir a ser identificados. Foi adotado como modelo o catálogo delineado por Berbert de Castro para a exposição que marcou o sesquicentenário do falecimento de Silva Serva, excluídas as publicações seriadas. O catálogo abrange obras de diferentes áreas do conhecimento, suas características tipográficas, a qualidade dos papéis, as tintas, a impressão e o trabalho de um tipógrafo-empresário – português de origem, que fundou a primeira tipografia comercial num Brasil em que fervilhavam movimentos reivindicatórios de liberdade e independência. A coleção arrolada está reunida e preservada na Divisão de Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional.

Palavras-chave: *Manuel Antônio da Silva Serva. Typographia Silva Serva. Fundação Biblioteca Nacional.*

Abstract

This catalog rescues part of the memory of the printer Manoel Antonio da Silva Serva – one of the most important characters in the book history in Brazil –, registered by himself and his successors in the collection of the National Library Foundation. Typographia Silva Serva printed books, pamphlets, loose papers and periodicals in the City of Bahia, from 1811 to 1846, and is considered the first private printing house of Brazil. Ninety-seven bibliographic items have been enrolled to date, composing a work in progress as new titles can still be identified. It was adopted as a model the catalog delineated by Berbert de Castro for the exhibition marking the sesquicentennial of the death of Silva Serva, excluding the periodicals. The catalog includes works from different areas of knowledge, their typographic features, the quality of papers, inks, printing, and the job of a printer-entrepreneur – of Portuguese origin, who inaugurated the production of printed letters in Brazil where movements claiming freedom and independence swarmed. The mustered collection is gathered and preserved in the Rare Books Division of the National Library Foundation.

Keywords: *Manuel Antônio da Silva Serva. Typographia Silva Serva. Nacional Library Foundation.*



EM BUSCA DAS SERVINAS

*Luis Guilherme Pontes Tavares**

Tocou-nos o gesto correto e leal da Fundação Biblioteca Nacional (FBN) de ecoar no Rio de Janeiro as comemorações do bicentenário da imprensa da Bahia ocorridas nesse estado entre 2011 e 2012. Este catálogo, intitulado *A Typographia Silva Serva na Biblioteca Nacional*, dobra a homenagem aos baianos porque adota o modelo de verbete utilizado pelo bibliófilo Renato Berbert de Castro (1924-1999) no seu *A primeira imprensa da Bahia e suas publicações: tipografia de Manuel Antônio da Silva Serva, 1811-1819* (Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, 1969).

Nessa obra, o bibliófilo pretendeu listar e descrever todos os impressos da tipografia que Silva Serva criara em 13 de maio de 1811. O livro de 1969 virou raridade e uma nova edição, revista e ampliada, começou a ser providenciada em 2001. Isso porque o autor deixara a recomendação de que se editasse o livro anterior junto com a segunda parte, inédita, de modo a cobrir toda a produção das tipografias da família Silva Serva – após a morte de Manuel Antônio, no Rio de Janeiro, em 1819, a viúva Maria Rosa e os dois filhos, Manuel e Antônio, prosseguiram na atividade tipográfica e houve ocasião de manterem mais de uma oficina.

A junção das duas partes da obra terá o título de “As servinas”, neologismo criado pelo próprio autor para identificar os impressos da primeira tipografia baiana. Essa obra foi aprovada pelo Conselho Editorial da Edusp e chegou a entrar na programação para ser impressa, mas não foi possível, na ocasião, superar alguns óbices.

Os dois outros títulos fundamentais sobre a Tipografia Silva Serva, o livro do casal de pesquisadores Cybelle e Marcelo de Ipanema – *A tipografia na Bahia: documentos sobre suas origens e o empresário Silva Serva* – e o da professora Maria Beatriz Nizza da Silva – *A primeira gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brasil* – ganharam novas edições da Editora da Universidade Federal da Bahia (Edufba) em 2010 e 2005, respectivamente. O livro da historiadora Nizza da Silva foi distinguido com mais uma edição, a terceira, em 2011, com a qual a editora festejou o bicentenário da imprensa.

Há duas novidades alvissareiras surgidas no âmbito das comemorações do bicentenário. A primeira foi o anúncio de que o jornalista paulista Leão Serva,

* Jornalista, produtor editorial e professor. Autor de *200 anos de imprensa na Bahia: artigos e pronunciamentos* (2013).

descendente de Manuel Antonio da Silva Serva, escreveria uma biografia sobre o antepassado e pioneiro da indústria gráfico-editorial privada brasileira. A notícia se confirmou e o livro foi lançado em 2014. A outra novidade tem relação com a anterior, posto que o livro de Leão Serva aborda várias questões levantadas pela surpreendente perspicácia do professor e pesquisador Pablo Iglesias Magalhães, da Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob).

O professor Pablo Magalhães suscita, com suas recentes descobertas, novos e interessantes estudos sobre Manuel Antônio da Silva Serva e sua tipografia. Ele localizou nos arquivos e hemerotecas portuguesas um suposto parente de Manuel Antônio que atuava em Lisboa, com casa comercial assentada no largo do Rossio, e que comercializava na capital e no interior os livros impressos na Bahia. Há inúmeras questões que poderão surgir desse fato, uma das quais, talvez a mais óbvia, tente responder se a tipografia baiana não seria parte de um negócio maior da família Silva Serva e que se tornou realidade em 1811 por causa das dificuldades da indústria gráfico-editorial portuguesa devido à ocupação francesa naquele território peninsular europeu.

Em 28 de junho de 2013, no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), durante a mesa redonda “A Imprensa e a Independência da Bahia”, evento conjunto da instituição com a Associação Bahiana de Imprensa (ABI) em comemoração aos 190 anos do Dois de Julho, o professor Pablo Magalhães apresentou os primeiros resultados de sua pesquisa sobre o padre Ignacio José de Macedo e confidenciou-me logo depois que esse personagem é o esteio de que se serviu Manuel Antônio para levar adiante a sua tipografia. O professor aponta o padre Macedo como o principal redator de *Idade d'Ouro do Brazil*. Segundo ele, o padre deve ter tido mais atuação no dia a dia da produção editorial da Tipografia Silva Serva do que Diogo da Silva de Bivar, a quem se atribui a redação de *As Variedades ou Ensaios de Literatura*, apontada pelo historiador Hélio Vianna em *Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)* (Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1945) como a primeira revista brasileira.

É preciso estreitar a relação com os pesquisadores portugueses para que possamos ampliar o conhecimento sobre a Tipografia Silva Serva. É necessário investigar a etapa da vida de Manoel Antônio antes de sua vinda para a Bahia. A visita que empreendi à Ribeira de Pena, na região de Trás-os-Montes, no norte de Portugal, em junho de 2012, para conhecer a freguesia de Cerva, contribuiu muito pouco para a aproximação. É necessário tempo e dedicação. Assim como os estudos fundamentais de Berbert de Castro, do casal Ipanema e de Maria Beatriz Nizza da Silva animaram o diálogo em torno do tema, do mesmo modo nos motiva este catálogo cuja edição impressa a Fundação Biblioteca Nacional em tão boa hora providencia.

DESVENDANDO UM CEMITÉRIO DE LIVROS ESQUECIDOS

Leão Serva*

Desde que foi lançado em versão digital em 2011, nas comemorações dos 200 anos da primeira imprensa baiana, este catálogo *A Typographia Silva Serva na Biblioteca Nacional* ganhou mais cinco obras. Sua publicação em papel agora nem por isso sugere que a equipe da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional, chefiada por Ana Virgínia Pinheiro, entenda que o levantamento esteja completo, ao incluir 97 impressos, por Manuel Antônio da Silva Serva ou seus sucessores. Outros tantos podem surgir ainda.

Bibliotecas são depósitos seguros de um grande volume de livros que se pretende identificar e preservar como retrato da cultura de um tempo e seu passado. Mas elas também são uma espécie de “cemitério dos livros esquecidos”, como o do *best-seller A sombra do vento*, do escritor catalão Carlos Ruiz Zafón. Há um sem-número de volumes desconhecidos ali dentro, fadados a sumirem do radar da civilização à medida que os séculos passam e novos volumes se acumulam.

Contra essa possibilidade tem labutado a bibliotecária Ana Virgínia, garimpando as estantes em busca de novas descobertas ou de novos conhecimentos nos livros já bem identificados. E o crescimento deste catálogo é prova de seu sucesso: em períodos de crise financeira da instituição, sem que novas aquisições tenham sido feitas, o número de obras da Tipografia Silva Serva e seus sucessores no acervo da maior biblioteca brasileira cresceu 6% apenas com o trabalho de identificação de obras que, de outra forma, seguiriam incógnitas para a posteridade.

As oportunidades de identificação de novos trabalhos são dadas por erros no processo de catalogação dos volumes no passado: Ana Virgínia conta que, quando o atual prédio da instituição foi inaugurado, em 1910, os funcionários encarregados de fichar os livros ganhavam por produção e, no afã de multiplicar receitas, produziram erros; além disso, até os anos 1960, pequenas obras eram encadernadas junto a outras, mas a capa comum só mencionava um título, do texto mais volumoso ou mais conhecido, por exemplo; por fim, as várias décadas de regime autoritário que o país viveu ao longo dos séculos

* Jornalista e escritor. Autor de *Um tipógrafo na Colônia* (2014) e *Desintegração dos jornais* (2015).

de existência da Biblioteca Nacional levou bibliotecários a dissimular obras proibidas para protegê-las, o que acrescentou outra fonte de erros.

Um exemplo de capa com identificação equivocada do volume encadernado é o do *Tratado de operações de banco*, de Antônio Thomaz de Negreiros (1786-1859), livro publicado pela Tipografia Serva em 1817, e que tinha sido identificado em sua lombada como *Tratado de tabaco*, que não tem nenhuma relação com o conteúdo do volume.

O paciente e minucioso trabalho de “catar” ou “garimpar” entre os volumes foi premiado pelas novas descobertas que acrescentam grande valor ao conjunto do acervo da instituição pública.

A essa ampliação, digamos, horizontal, o presente catálogo acrescenta outra forma de investigação, aprofundando o conhecimento sobre cada um dos volumes conhecidos: o pesquisador Alexandre Salomon analisou o que Ana Virgínia chama de “materialidade” do livro, como o tipo de papel, os formatos dos volumes, as famílias de letras etc.

Como uma pequena oficina gráfica de província, a tipografia baiana operava dentro de limites muito estreitos. Diante dos altos custos dos insumos, ela usava uma pequena variedade de papéis para produzir seus volumes. O mesmo aconteceu com os tipos (ou letras) usados para compor as matrizes para impressão das páginas. As observações tipográficas de Salomon adicionam, portanto, um outro nível de conhecimento às Servinas, uma espécie de “impressão digital” que comprovou ter sido impresso por Serva o *Catálogo dos livros que se achão na Bibliotheca Publica* (1818), mesmo sem identificação da gráfica, e levou à exclusão da *Análise ao decreto do 1. de dezembro de 1822, sobre a criação da nova Ordem do Cruzeiro*, de Cipriano Barata, que até então se achava ser obra da pioneira editora baiana, como conta Ana Virgínia em sua apresentação do catálogo.

Nos últimos anos, com as comemorações do bicentenário da inauguração da imprensa na Bahia, vieram à luz novas informações sobre o empreendedor luso radicado em Salvador no final do século XVIII, sua obra e de seus sucessores. Há certamente muito ainda por descobrir: o retrato de M. A. Silva Serva, como lembra o historiador baiano Luís Guilherme Pontes Tavares; os “Livrinhos dos Milagres”, aparentemente *best-sellers* populares que ele imprimia clandestinamente; assim como seus vínculos com editoras e livrarias de além-mar, como têm revelado os estudos de Pablo Iglesias Magalhães.

Mas desde logo, as novas descobertas realizadas pela Divisão de Obras Raras da BN, consubstanciadas neste catálogo, mostram o grande potencial e dão aos pesquisadores régua e compasso para desenhar o caminho de outras tantas revelações por vir.

A TYPOGRAPHIA SILVA SERVA NA BIBLIOTECA NACIONAL: CATÁLOGO DE LIVROS RAROS

O objetivo deste catálogo é resgatar parte da memória de um dos mais importantes personagens da história do livro no Brasil, o tipógrafo Manoel Antônio da Silva Serva, por ele mesmo e seus sucessores, ao longo do período de funcionamento de sua tipografia, na Cidade da Bahia, de 1811 a 1846.

Limitar o resgate da memória de um tipógrafo aos produtos de sua tipografia, editados em vida e por seus sucessores, disponíveis no acervo da Fundação Biblioteca Nacional brasileira, é uma ação quase pretensiosa – porque, se o acervo da Biblioteca Nacional é como uma seara arqueológica, onde se tem a certeza de tesouros por desvelar, a recuperação de títulos da Tipografia Serva pode surpreender, ininterruptamente!

A validade dessa ponderação confere ao catálogo ora apresentado o caráter de uma obra em desenvolvimento, que só encontrará termo no momento em que o processo for freado e quando a edição eletrônica (primeiro passo para a disseminação dessa memória) for coroada com o registro em suporte papel. Como nos tempos de Silva Serva, a memória ainda precisa de registro tangível.

Este catálogo pretende ser exaustivo, com toda a produção bibliográfica dos Serva – livros, folhetos e papéis avulsos impressos, localizados em várias áreas de acervo da Biblioteca Nacional – incorporados à Divisão de Obras Raras e, desde então, disponíveis para consulta sob a identificação “Coleção: Silva Serva”.

Para a concepção do catálogo, foi adotado o modelo delineado por Berbert de Castro no catálogo da exposição que marcou o sesquicentenário do falecimento de Silva Serva, e que segmentou a memória da Tipografia Serva em dez partes, conforme a titularidade da tipografia. Dessas partes, duas que, aparentemente, só se ocuparam de publicações seriadas – a Tipografia de Serva, e Carvalho (junho a agosto de 1819) e a Tipografia Imperial e Constitucional de José Antônio da Silva Serva, em Itaparica (final de 1837 até o início de 1838) – não foram aqui contempladas.

Aos oito segmentos restantes foram acrescentadas brevíssimas complementações, que dizem respeito a edições bibliográficas, e um significativo nono segmento, devido à recuperação de uma publicação identificada como “Impressão da Viúva Serva”, de 1829 – imprensa inédita na história da família. Evidentemente, a ilustre senhora dona Maria Rosa da Conceição Serva enveredou solitária no negócio da Tipografia e por curto período, mas, bem antes da data consagrada na história do livro no Brasil, que registra o ano de 1833, e não o de 1829.

Segundo o modelo descrito, as 97 obras deste catálogo estão ordenadas conforme as várias titularidades da Tipografia Serva, a saber:

Titularidade	Período
I Tipografia de Manoel Antônio da Silva Serva ou Tipografia de M. A. da Silva Serva	1811-1819
II Tipografia da Viúva Serva, e Carvalho	1819-1827
III Tipografia da Viúva Serva e Filhos	1827-1833
IV Impressão da Viúva Serva	1829
V Tipografia da Viúva Serva	1833-1837
VI Tipografia da Aurora, de Serva e comp. ou Tipografia de Serva e Comp.	1836-1838
VII Tipografia Imperial e Constitucional de Viúva Serva	1838-1840
VIII Tipografia de Manoel Antonio da Silva Serva (filho)	1838-1840
IX Tipografia Imperial e Constitucional de Manoel Antonio da Silva Serva ou Tipografia de M. A. da S. Serva	1841-1846

É oportuno reiterar: as publicações seriadas da Tipografia Serva não compõem este catálogo, tão somente os itens bibliográficos. Cada item bibliográfico foi arranjado em verbete numerado e ordenado de acordo com a data de publicação, sob o cabeçalho de cada segmento. Os itens com data desconhecida foram arrolados no início de cada segmento. A prioridade na inclusão de publicações de mesma data foi definida conforme a ordem alfabética de autor e, na falta desta, de título.

Todos os itens foram indicados à luz do padrão de referências, definido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, com a inclusão de dados esclarecedores, tais como datas de nascimento e morte dos autores, complementações de títulos, número de exemplares e quotas (da obra e da descrição da base bibliográfica), considerando a natureza especial do livro raro.

Cada item foi examinado, um a um, para a transcrição correta dos elementos relevantes da página de rosto e do colofão (este, bastante comum na Tipografia Silva Serva), e para a descrição de sua materialidade, envolvendo a ocorrência de marcas, defeitos, e caracterização de exemplares.

A produção da Tipografia Silva Serva ora inventariada evidencia as características tipográficas, a qualidade dos papéis, as tintas, a impressão, os conteúdos de múltiplas áreas do conhecimento.

Essas características tipográficas remetem a edições sem critérios estéticos evidentes, onde tudo é previsível e necessário; o mais simples elemento, como

uma ou duas palavras em letras cursivas, cria destaque no texto, como se fosse uma imagem. O texto é compacto, de leitura difícil, pela impressão em desalinhado ou defeituosa, papéis de qualidade inferior, tintas que borram, manchas de texto com falhas, omissões, sobreposições, que levam a crer que as publicações foram projetadas para uma vida efêmera.

Mas há um aspecto que merece destaque: a variedade de tipos; o esforço de busca de similaridades com os clássicos Garamond, Caslon, Baskerville, Bodoni, Didot... Esse aspecto justificou a busca por especialista – o professor Alexandre Salomon, que descreveu as famílias de letras utilizadas na Tipografia Silva Serva, gerando uma nota específica no catálogo.

A nota de tipografia objetivou enobrecer o catálogo com informação cujo mérito é desconsiderado no universo da bibliofilia e da bibliologia, criando novas abordagens e recursos, para identificação de itens sem dados de identificação, mas considerados, potencialmente, produções Silva Serva, tais como: o uso de um S ou J, deitados, no lugar de um til; e do número 5, de cabeça para baixo e invertido, fazendo de cedilha para a letra C de grande porte; o sinal de igualdade (=), no lugar das aspas...

Foi a nota de tipografia que corroborou a inclusão do *Catálogo dos livros que se achão na Bibliotheca Publica* (verbetes 30), obra sem imprensa, mas consagrada como produto da Tipografia Silva Serva; e que determinou a exclusão da *Análise ao decreto do 1. de dezembro de 1822, sobre a criação da nova Ordem do Cruzeiro*, de Cipriano Barata, que, além de não oferecer qualquer referência à Tipografia Serva, apresenta letras de corpo muito pequeno e acentuação, que não eram usuais na Tipografia Silva.

A descrição material (bibliológica) da coleção da Biblioteca Nacional foi enriquecida pela pesquisa biobibliográfica, que possibilitou a recuperação de exemplares “perdidos” no acervo, e pela pesquisa *de raridade e importância*, que relevou a ocorrência de exemplares de colecionador: das coleções de Francisco Ramos Paz, de Benedicto Ottoni, da imperatriz dona Thereza Christina Maria, do imperador d. Pedro II, da Real Bibliotheca.

É necessário destacar que a busca arqueológica por exemplares no acervo da Biblioteca Nacional teve um fio de Ariadne: uma listagem, incipiente e essencial, cedida pelo muito ilustre professor Luiz Guilherme Pontes Tavares, um estudioso da imprensa na Bahia.

A coleção, segundo o critério de pesquisa “provocativa”, que reconhece na *biblioteconomia de livros raros* um alicerce fundamental para a pesquisa de estudiosos de todas as áreas de conhecimento, também foi examinada sob o ponto de vista de seus conteúdos.

Foi surpreendente a constatação de que a Tipografia Silva Serva não se limitou a textos apologéticos e orações fúnebres e gratulatórias – sim, foram recuperados livros de medicina, engenharia, filosofia, economia, agricultura,

literatura francesa e portuguesa, matemática, educação, costumes e, se é possível denominar assim, autoajuda!

Os livros da lavra Silva Serva não parecem inocentes!

Uma breve observação dos elementos paratextuais revela emoções, beligerâncias, expectativas, dores, conquistas, protestos...

Tais como a edição de uma *Proclamação*, em 1831, pela Tipografia da Viúva Serva e Filhos, em que parte do nome da tipografia, no pé de imprensa, aparece invertido, de cabeça para baixo. Essa inversão pode não ter significado maior que o de um erro grosseiro de impressão; no entanto, foi no ano de 1831 que ocorreram significativas manifestações antilusitanas, com forte rivalidade entre portugueses e brasileiros, fomentando o movimento nacional que culminou com a abdicação de d. Pedro I.

É fundamental ressaltar que a Tipografia Silva Serva funcionou em período de ebulição social no Brasil, de lutas ideológicas, que envolviam valores morais, interesses nacionais.

Nesse contexto, cada item que compõe este catálogo foi considerado produto do trabalho desencadeado por um tipógrafo-empresário, português de origem, que inaugurou as letras impressas, por iniciativa privada, num Brasil que, desde antes e então, estava mobilizado por reivindicações de liberdade e independência.

I Tipografia de Manoel Antonio da Silva Serva – 1811-1819



1811

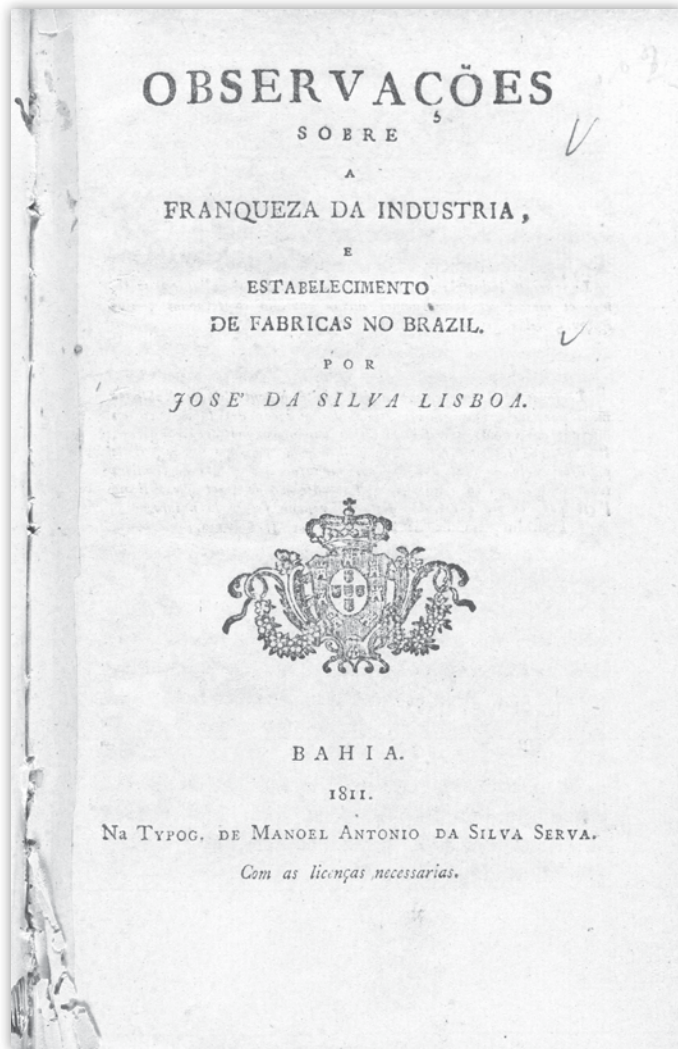
1

CAIRÚ, José da Silva Lisboa, visconde de, 1756-1835. *Observações sobre a franqueza da industria, e estabelecimento de fabricas no Brazil*. Bahia: Na Typog. de Manoel Antonio da Silva Serva, 1811. pt. 1 (vii, 55 p.) (OR084,001,007 n. 002/MFN15514)

Carimbo: “Da Real Bibliotheca”.

TIPOGRAFIA: página de rosto e miolo em letra baseada no desenho da Garamond. Os numerais obedecem ao estilo antigo, em que os números não têm a mesma altura, com características ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: Innocencio F. da Silva (1858-1958, t. 5, p. 124-125), ressaltava a importância das ideias do autor para a efetivação da abertura dos portos do Brasil, ao afirmar que “[...] ás suas persuasões e instancias deveram os brasileiros a carta regia de 24 de Janeiro de 1808, que franqueando os portos d’aquelle continente a todas as nações amigas e alliadas da coroa de Portugal, foi o primeiro passo dado para a independência política do Brasil”. “Apesar de datado de 1811, esse livro só apareceu em 1812. [Na ocasião, este item foi identificado como pt. 1, sendo prometida a edição da pt. 2]; “essa segunda parte, tudo faz crer, não foi impressa” (CASTRO, 1969, p. 13).



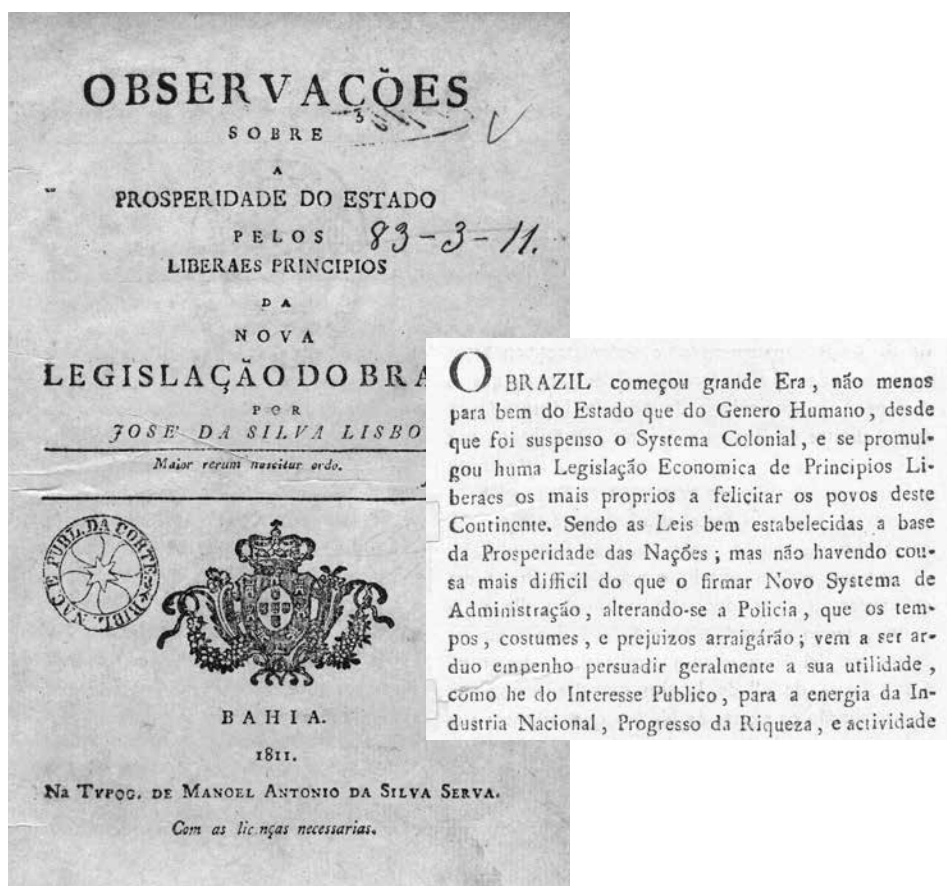
2

CAIRÚ, José da Silva Lisboa, visconde de, 1756-1835. *Observações sobre a prosperidade do Estado pelos liberaes principios da nova legislação do Brazil*. Bahia: Na Typog. de Manoel Antonio da Silva Serva, 1811. 81 p. [1] f. (OR084,001,007 n. 001/MFN15521)

Carimbo: "Da Real Bibliotheca".

TIPOGRAFIA: página de rosto e miolo em letra baseada no desenho da Garamond. Os numerais obedecem ao estilo antigo, em que os números não têm a mesma altura, com características ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: "Crítica justa das *Observações* foi feita por Hipólito da Costa no *Correio Braziliense*, 5º vol. págs. 604 a 613, contrariando diversas afirmativas do futuro Visconde de Cairú" (CASTRO, 1969, p. 13, grifos do autor), tais como a que consta da p. 17 (linha 7-10), em que recomenda a europeização da população brasileira.



3

CASTELO BRANCO, Pedro Gomes Ferrão. *Discurso recitado na sessão de abertura da Livraria Publica da Bahia no dia 4 de agosto de 1811*. Bahia: Na Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva, [1811]. 8 p. Cópia (OR060,003,004A/MFN9948)

Cópia fotográfica do original impresso, gentilmente cedido pelo dr. Marco C. de Mendonça.

TIPOGRAFIA: página de rosto e miolo em letra baseada no desenho da Garamond Bold. Os numerais obedecem ao estilo antigo, em que os números não possuem a mesma altura, com características ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

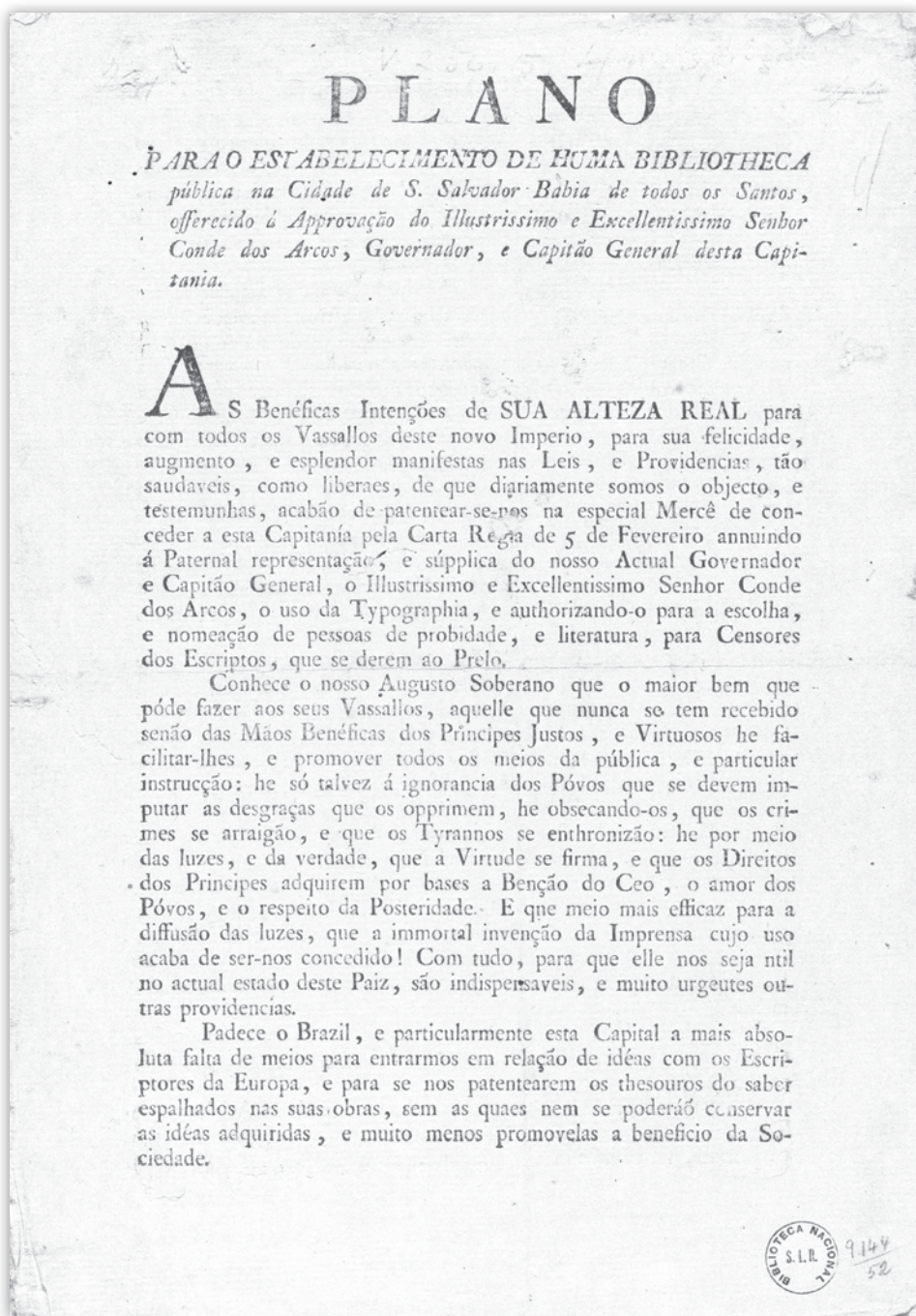
4

CASTELO BRANCO, Pedro Gomes Ferrão. *Plano para o estabelecimento de huma bibliotheca publica na cidade de S. Salvador, Bahia de Todos os Santos: offerecido á Approvação do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde dos Arcos, Governador, e Capitão General desta Capitania*. Bahia: Na Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva, 1811. [4] p. (OR059,008,003B/MFN9954)

TIPOGRAFIA: Corpo do texto em letra baseada no desenho da Garamond. A palavra Plano, no início, está em letra Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo antigo, em que os números não têm a mesma altura, com características ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: O documento, um projeto para a criação de uma biblioteca pública por subscrição, na cidade de Salvador, Bahia, delineia o que se esperava de um bibliotecário, no início do século XIX: “O Bibliothecario, deverá ser hum sugeito de muito boa conducta, que saiba bem ler, escrever, e contar, sendo muito para desejar-se, que tenha conhecimento das Línguas, principalmente a Latina, Franceza, e Ingleza” (p. [3]). O autor, “natural da Bahia e coronel de milicias, foi quem promoveu a instituição da bibliotheca publica desta provincia, a primeira fundada no Brazil a 13 ou 14 de maio de 1811 e aberta a 4 de agosto do mesmo anno, apenas com tres mil volumes” (BLAKE, 1883-1902, v. 7, p. 42). A perspectiva alvissareira aberta com a Impressão Régia [...] se completa, na Bahia, pela ação do Conde dos Arcos. Além da tipografia e do comércio de livros de Silva Serva, a novidade é a criação da Biblioteca Pública baiana, contando com acervos de doações e da incorporação da biblioteca particular do padre Francisco Agostinho Gomes, ex-conspirador de 1798. Neste sentido, é imprescindível a leitura do *Plano para o estabelecimento de uma*

biblioteca pública na cidade de S. Salvador, [...], por Silva Serva, editado em 1811” (ARAUJO, 2010, p. 26). Este *Plano*, o *Prospecto* da *Gazeta Idade d’Ouro do Brazil* e a *Lista de Subscritores* da Biblioteca planejada foram os “três primeiros impressos [da Tipografia] apresentados ao público em 13 de maio de 1811, data natalícia do príncipe Regente” (CASTRO, 1969, p. 7).



5

MACEDO, Inácio José de, 1774-1834. *Oração gratulatoria e politica improvisada no Collegio da Bahia no anniversario que fez o Senado da Camara á feliz chegada de Sua Alteza Real em Janeiro de 1811*. Bahia: Na Typographia de Manoel da Silva Serva, 1811. 14 p. (OR039,002,003A/MFN13622)

Na data da obra, expressa em algarismos romanos, o D (500) foi substituído pela letra L (50).

TIPOGRAFIA: Os numerais obedecem ao estilo antigo, em que os números não têm a mesma altura, com características ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

6

MANOBRA das peças ligeiras de campanha montadas em reparos de agulha tirados por jogo dianteiro com Caixote de Celeste, em que vão munições para hum ataque repentino na ordem de marcha: ordenada pelo Governo à Companhia de Voluntários de Artilharia a cavallo do Principe D. Pedro. Bahia: Na Typ. de Manoel Antonio da Silva Serva, [1811]. 16 p. (OR039,001,012/MFN14143)

TIPOGRAFIA: página de rosto e miolo em letra baseada no desenho da Garamond. As palavras Manobra e o nome D. Pedro, na página de rosto, estão em Garamond Bold e há uma capital bodônica na p. 3. Os numerais obedecem ao estilo antigo, onde os números não possuem a mesma altura, com características ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: “Raríssimo” (RODRIGUES, 1907, 1522). “Este folheto seria, em 1817, editado pela Impressão Régia, do Rio de Janeiro” (CASTRO, 1969, p. 12).

7

PORTUGAL. *Tratado de commercio, e navegação entre os muito altos, e muito poderosos Senhores o Principe Regente de Portugal, e El Rey do Reino Unido da Grande Bretanha e Irlanda assinado no Rio de Janeiro pelos plenipotenciarios de huma e outra Corte, em 19 de fevereiro de 1810 e ratificada por ambas*. Bahia: Na Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva, 1811. 40 p. (OR039,001,001/MFN18772)

Ex libris: Collecção Benedicto Ottoni.

TIPOGRAFIA: página de rosto e miolo em letra baseada no desenho da Garamond. Os numerais obedecem ao estilo antigo, em que os números não têm a mesma altura, com características ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

8

PRINCÍPIOS geraes, ou, Verdadeiro methodo para se aprender a lêr e a pronunciar com propriedade a Lingua Franceza. Bahia: Na Typog. de Manoel Antonio da Silva Serva, 1811. 22 p. (OR037,004,028/MFN53553)

Obra atribuída a Diogo Soares da Silva e Bivar.

TIPOGRAFIA: página de rosto composta de maneira centralizada, com tipos garaldinos em caixa alta, baixa e itálico. Massa de texto justificada em garaldina.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: “A publicação de um livro didático, os ‘Princípios geraes ou verdadeiro methodo para se aprender a ler e pronunciar com propriedade a Lingua Francesa’, devia fazer falta na praça, pois é o primeiro do gênero que se publicou no Brasil” (MORAES, 1979, p. 137). “[...] a Tipografia baiana edita também obras importantes que documentam o espírito de uma época. Atento à natureza de publicações correntes na Europa, o livreiro baiano divulga obras como *Princípios gerais ou verdadeiro método para se aprender a ler, e a pronunciar com propriedade a língua francesa*, [...] tendo como epígrafe, na capa, uma sentença do pai da Retórica, Quintiliano, extraída de *De Instit. Orator.* lib. 12, c. II: *Omnia breviora reddet ordo, e ratio, e modus*. A obra sai em 1811 e é atribuída por Inocêncio a Diogo Soares da Silva e Bivar. (ARAUJO, 2010, p. 33-34).

1812

9

BRICHE, Jean de. *Manual do engenheiro, ou Elementos de geometria pratica; de fortificação de campanha acompanhados de algumas noções sobre os objectos militares*. Segunda edição. Bahia: Na Typog. de Manoel Antonio da Silva Serva, 1812. 161 p., il. (desd.) (OR094,001,020/MFN53048)

TIPOGRAFIA: página de rosto e miolo em letra baseada no desenho da Garamond. A palavra Engenheiro, na página de rosto, está em letra bodônica, assim como a capital na página III. Os numerais obedecem ao estilo antigo,

em que os números não têm a mesma altura, com características ascendentes e descendentes.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: “Apesar de datado de 1812, o Manual do Engenheiro só apareceu em 1814 [...]. O livro em apreço seria novamente impresso na oficina de Silva Serva, em 1815, também indicado como Segunda Edição, aparecendo o tradutor como *** *Bahiense*” (CASTRO. 1969, p. 15, grifo do autor).

10

CASTRO, José Soares de. *Elementos de osteologia pratica, offerecidos ao illustrissimo Senhor Doutor José Correia Picanço, Cavalleiro Professo, e Commendador da Ordem, de Christo... Cirurgião Mor do Reino, e Conquistas, &c. por José Soares de Castro Cavalleiro Professo na Ordem de Christo, Cirurgião Mór, do Real Hospital Militar, Lente da Cadeira Regia de Anatomia, e Operações Cirúrgicas, e Delegado do Cirurgião Mor dos Reaes Exércitos na Cidade, e Capitania da Bahia*. Bahia: Na Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva, 1812. [4]f., 99, [5] p. (OR077,001,024 ex. 1; OR077,001,024A ex. 2/MFN9070)

TIPOGRAFIA: página de rosto e miolo em letra baseada no desenho da Garamond. A palavra Osteologia, na página de rosto, e todas as capitais estão em letra bodônica. Os numerais obedecem ao estilo antigo, em que os números não têm a mesma altura, com características ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: “Raro” (RODRIGUES, 1907, 606). “É um compendio para uso de aula. O doutor José Soares de Castro foi cirurgião mór do Hospital Militar, Lente da cadeira de Anathomia e Operações Cirúrgicas, e Delegado do Cirurgião Mór do Exercito na Bahía (SILVA, 1858-1958 apud GUERRA, 1958).

11

FEDRO. *Phaedri, Aug., Liberti Fabularum Aesopiarum: Libri V. Ex recensione Petri Burmanni Cum notis Selectioribus*. Bahiae: Ex Typ. Emmanuel. Antonii Silva Serva, 1812. xxvi, 135 p. (OR004B,002,014/MFN19058)

TIPOGRAFIA: página de rosto e miolo em letra baseada no desenho da Garamond. A palavra Phaedrus, na página de rosto, e todas as capitais estão em letra bodônica. Os numerais obedecem ao estilo antigo, em que os números não têm a mesma altura, com características ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

1812-1813

12

GONZAGA, Tomás Antonio, 1744-1809 ou 1810. *Marília de Dirceu*: primeira [-terceira parte]. Quarta edição. Bahia: Na Typog. de Manoel Antonio da Silva Serva, 1812[-1813]. 3 pt. em 1 (OR061,001,026 ex. 1; OR061,001,027 ex. 2/MFN12063)

Erro de impressão: “Dirbeo” ao invés de “Dirceo” (pt. 2, alto da p. 31).

Carimbo: “Bibliotheca de F. R. Paz-Rio” (pt. 1, ex. 1).

TIPOGRAFIA: Miolo em letra baseada no desenho da Garamond. A palavra Dirceo, na página de rosto, e todas as capitais estão em letra bodônica. As palavras Primeira parte e quarta edição, na página de rosto, estão em letra estilo Baskerville. Os numerais obedecem ao estilo antigo, em que os números não têm a mesma altura, com características ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: “Trata-se de um dos maiores vultos da litteratura brasileira” (BLAKE, 1883-1902, v. 7, p. 278). “[...] exceção feita de Camões, nenhum outro portuguez alcançou no presente século as honras de tamanha popularidade!” (SILVA, 1858-1958, t. 7, p. 322). “É muito raro e os exemplares, em boas condições, são difíceis de achar” (MORAES, 1983, p. 364).

1813

13

AMENO, Francisco Luiz, 1713-1793. *Escola nova, Christã, e politica, na qual se ensinão os primeiros rudimentos, que deve saber o menino Christão, e se lhes dão regras geraes para com facilidade, e em pouco tempo aprender a ler, escrever, e contar*. Escrita para uso de seus filhos. Por D. Leonor Thomasia de Sousa e Silva [pseud. De Francisco Luiz Ameno]. Bahia: Typog. de Manoel Antonio da Silva Serva, 1813. 299 p. (OR099A,000,035/MFN53247)

TIPOGRAFIA: página de rosto em letra bodônica e Baskerville. Massa de texto com caracteres bodônicos e em Baskerville. Os numerais obedecem ao estilo antigo, em que os números não têm a mesma altura, com características ascendentes e descendentes.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: Obra impressa a partir de *Escola Elementar de meninos, e regras para a sua boa educação*. “Desta obra, que estava completa, lhe desapareceraõ alguns cadernos, e dos que ainda conserva, formou hum Compendio, que imprimio, e publicou com o supposto nome de D. Leonor Thomasia de Sousa e Silva, com o titulo Escola nova Christã...” (BARBOSA MACHADO, 1741-1759, t. 4, p. 136). “A *Escola nova* se assemelha ao *Catecismo de Montpelier* que, entre fins do século 18 e meados do 19, era bastante popular por exercer uma dupla função: o ministério de doutrina de natureza religiosa e o de ensinar a ler, escrever e contar, segundo os objetivos das normas regimentais das primeiras letras (ARAÚJO, 2010, p. 34).

14

BARBOSA, Domingos Caldas, 1738-1800. *Viola de Lereno: Collecção das suas cantigas, oferecidas aos seus amigos, volume I*. Bahia: Na Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva, 1813. 256 p. (OR079,001,029/MFN6440)

TIPOGRAFIA: página de rosto e miolo em letra baseada no desenho da Garamond. A palavra *Lereno*, na página de rosto, está em letra bodônica. Os numerais obedecem ao estilo antigo, em que os números não têm a mesma altura, com características ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: “foi publicada por Silva Serva em oito fascículos de 32 págs., [...]. Como facilmente se deduz, após a publicação do último fascículo, Silva Serva os enfeixou em um volume, [...] ficando a numeração das páginas de 1 a 32 repetida oito vezes” (CASTRO, 1969, p. 15). “São peças improvisadas, entre as quaes há alguma de distincto merecimento, e que denunciam o grande talento do seu auctor, como poeta repentista” (SILVA, 1858-1958, t. 2, p. 186). “Esta edição, impressa por Manoel Antonio da Silva Serva, é muito rara e mais difícil de achar que a edição de Lisboa, 1798” (MORAES, 1983, p. 74, tradução nossa).

15

REICH, Gottfried Christian, 1769-1848. *Da febre e da sua curaçaõ em geral, ou Novo e seguro methodo de curar facilmente, por meio de acidos mineraes, todas as espécies de Febre*. Traduzido do Alemão em Francez pelo Doutor Marc. Tirado em linguagem, e ampliado com anotações por M. J. H. de P. Bahia: Na Typ. de Manoel Antonio da Silva Serva, 1813. 130 p. (OR111,001,008/MFN19202)

Anotação manuscrita (tinta): “M. J. H. de P. [Manoel Joaquim Henriques de Paiva]” (verso da página de guarda).

TIPOGRAFIA: página de rosto e miolo em letra Caslon. As indicações de autor, tradutores e local de publicação, na página de rosto, estão em letra bodônica. As palavras “Da febre”, no início do título da página de rosto, estão em letra serifada no estilo moderno, por sua inclinação vertical, com efeito de relevo. As palavras em caixa baixa, na página de rosto, estão em letra Baskerville. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos. O volume se mostra, sob o ponto de vista tipográfico, inédito – aparentemente, nessa ocasião, o tipógrafo adquiriu novos tipos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: “Apesar de datado de 1813, o livro em registro só apareceu no ano seguinte” (CASTRO, 1969, p. 16). “A tradução brasileira e as anotações são do doutor Manoel Joaquim Henriques de Paiva [...]. Por sentença do Juízo de Inconfidência em 1809, como jacobino, foi condenado a degredo para ultramar, mas por decreto de João VI em 1818, [...] foi reintegrado em todas as honras, e continuou a residir na Baía até sua morte em 1829- Foi autor de numerosas publicações [...]” (SILVA, 1858-1958 apud GUERRA, 1958).

16

SOARES, João Pereira Batista Vieira. *Manual da religião Christã e legislação criminal portugueza, ou, Código da Mocidade*: dividido em dez lições segundo o Decalogo e as classes dos crimes, por onde os Pais de família, e as de mais pessoas encarregadas da educação dos meninos, devem ensinillos, para que aprendão com proveito desde os seus tenros annos o que deve saber essencialmente o Christão, e o Cidadão Portuguez para ser verdadeiramente feliz, que á Nação offerece o Bacharel J. P. B. V. S. Bahia: na Typog. de Manoel Antonio da Silva Serva, [não antes de 1813]. 67 p. (OR037,004,030/MFN53558)

TIPOGRAFIA: página de rosto composta de maneira centralizada, com título principal em tipos didônicos e pequeno texto em garaldina, em caixa alta e baixa, além de itálico ao pé da página. Massa de texto justificada, em garaldina, com títulos em didônica.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: Este opúsculo, originalmente impresso em Lisboa, pela Impressão Regia, em 1813, “foi furtivamente reimpresso na Bahia, Typ. de Manuel Antonio da Silva Serva, sem anno [...], com as iniciaes J. P. B. V. S” (SILVA, 1858-1958, t. 4, p. 18).

1814

17

VIEIRA, Francisco de S. Dâmaso de Abreu, 1767-1816. *Pastoral Dom Fr. Francisco de S. Damazo de Abreu Vieira, por Graça de Deos Bispo de Malaca, Prégador de Sua Alteza Real o Principe Regente Meu Senhor, e Seu Conselho, Arcebispo Eleito da Bahia, Vigario Capitular, e Governador do Arcebispado, &c. &c. &c. Ao Reverendo Clero Secular da Nossa Diocese, Saúde, e Paz em Jesus Christo*. Bahia: Na Typog. de Manoel Antonio da Silva Serva, [28 nov. 1814?]. 9 p. (OR039,002,007/MFN22770)

TIPOGRAFIA: massa de texto didônica. O título e as palavras preliminares ao texto estão em letra bodônica. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

1815

18

BRICHE, Jean de. *Manual do engenheiro, ou Elementos de geometria pratica, de fortificação de campanha, acompanhados de algumas noções sobre os objectos militares. Tradusido em portuguez por ***Bahienense* [Manuel Ferreira de Araujo Guimarães]. *Segunda edição*. Bahia: Na Typog. de Manuel Antonio da Silva Serva, 1815. v [6]-161 [1] p., 2 tab. (desd.) (OR090,001,014 ex. 1; OR094,001,019 ex. 2/MFN8008)

Exemplar incompleto: faltam os quadros desdobráveis (ex. 1).

TIPOGRAFIA: massa de texto em Garamond. A palavra Engenheiro, na página de rosto, está em letra bodônica, enfeitada, e as palavras “Traduzido em Portuguez por *** Bahienense” estão em letra bodônica. Os numerais obedecem ao estilo antigo, em que os números não têm a mesma altura, com características ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: “Tancredo de Barros de Paiva, em suas *Achêgas* [...], informa que o tradutor do manual, que se ocultou sob o pseudônimo de Bahienense, é Manuel Ferreira de Araujo Guimarães [...]” (CASTRO, 1969, p. 18).

19

MACEDO, Inacio José de, 1774-1834. *Sermão em memoria do faustissimo dia em que Sua Alteza Real entrou na Barra da Bahia. Recitado no antigo Collegio dos Jesuítas, na festa pontifical que fez o Ex.mo, e R.mo Senhor Arcebispo eleito em 22 de Janeiro de 1815, Vespera da inauguração do Monumento Lapidar, erecto no Passeio Público*. Offerecido em signal de reverencia ao mesmo Ex.mo, e R.mo. Senhor por Ignacio José de Macedo. Bahia: na Typog. de Manoel Antonio da Silva Serva, 1815. 15 p. (OR039,001,017/MFN13632)

TIPOGRAFIA: massa de texto em Bodoni. A palavra Sermão, na página de rosto e na p. 3, está em letra bodônica, enfeitada. As palavras Sua Alteza Real, Arcebispo Eleito e Ex.mo e R.mo Senhor, na página de rosto, estão em Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo tubular, onde não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: Na Bahia, o autor “exerceu por muito tempo o magisterio, sendo juntamente Examinador Synodal e Censor régio, e foi redactor de um jornal *A Idade de Ouro*, o primeiro que se publicou na dita cidade. [...] Este padre escrevia com muita facilidade e presteza, e por isso a sua frase e linguagem não eram sempre correctas” (SILVA, 1858-1958, t. 3, p. 209).

20

MAUNOIR, Jean Pierre, 1768-1861. *Memorias physiologicas e praticas sobre o aneurisma e a ligadura das arterias...* Com figuras. Traduzidas, e offerecidas ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor D. Marcos de Noronha e Brito... por José Soares de Castro. Bahia: Na Typog. de Manoel Antonio da Silva Serva, 1815. viii, 136, [1] p. (OR099A,000,005/MFN17439)

TIPOGRAFIA: massa de texto e página de rosto em Garamond. Os numerais obedecem ao estilo antigo, em que os números não têm a mesma altura, com características ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: “A edição original é: *Memoires physiologiques et pratiques sur l'aneurisme et la ligature des artères*. Genève, J. J. Paschoud, an X [1802]” (GUERRA, 1958).

21

OTTONI, José Eloi, 1764-1851. *Parafrase dos proverbios de Salomão em verso portuguez, dedicada ao Sereníssimo Principe da Beira Nosso Senhor*. Bahia: Na

Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva, 1815. 357 p. (OR026,004,018 ex. 1; OR026,004,018A ex. 2/MFN17499)

Ex libris: Collecção Bennedicto Ottoni (ex. 1 e 2).

Selo: “Rio de Janeiro, Na Livraria Popular de Da Cruz Coutinho” (ex. 1).

TIPOGRAFIA: página de rosto e prefácio em Bodoni; o restante em Baskerville, onde os numerais obedecem ao estilo antigo. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: “Há neste livro um prefação em que o autor diz que não conhece um código de moral tão puro, como os provérbios de Salomão” (BLAKE, 1883-1902, v. 4, p. 410).

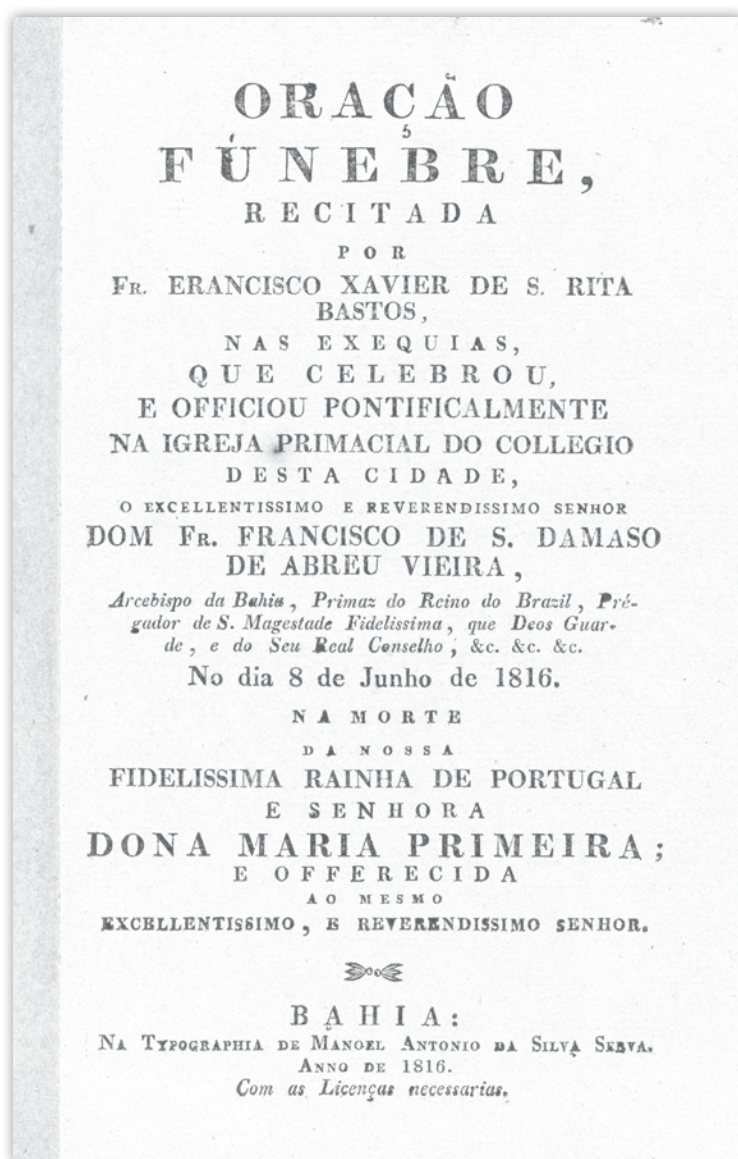
1816

22

BARAÚNA, frei, 1785-1846?. *Oração funebre, recitada por Fr. Francisco Xavier de S. Rita Bastos nas exequias, que celebrou, e officiou pontificalmente na Igreja Primacial do Collegio desta cidade, o excellentissimo e reverendissimo senhor Dom Fr. Francisco de S. Damaso de Abreu Vieira, Arcebispo da Bahia, Primaz do Reino do Brazil, Pregador de S. Magestade Fidelissima, que Deos Guarde, e do Seu Real Conselho, &c. &c. &c. no dia 8 de Junho de 1816, na morte da nossa Fidelissima Rainha de Portugal e Senhora Dona Maria Primeira...* Bahia: Na Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva, 1816. 23 p. (OR039,001,006 ex. 1; OR039,002,002 ex. 2; OR039,002,002A ex. 3/MFN6295)

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em letra bodônica. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: Francisco Xavier de Santa Rita Bastos, conhecido como Frei Baraúna, “foi orador extraordinário, conhecido no seu tempo por ‘o Bossuet brasileiro’, erudito e poeta de mérito. Era, porém, ao que parece, a negação completa para o claustro, pelo que desaparecia do convento sem licença, para viver a vida do século, pagando a rebeldia com longas estâncias no cárcere” (GRANDE..., 1960, v. 4, p. 352)

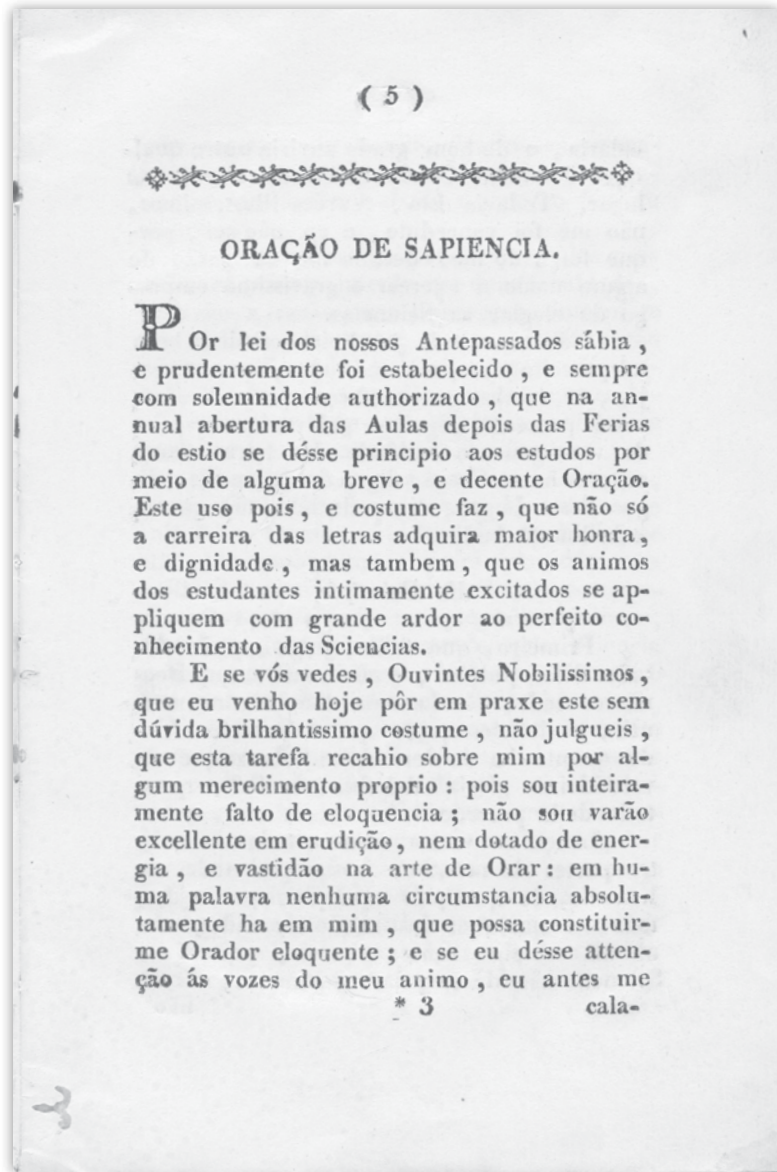


23

BARRETO, Joaquim Francisco Alves Branco Muniz, 1800-1885. *Oração composta, e recitada em latim no dia 3 de fevereiro de 1816, na annual abertura da aula reg. de que he professor o p. Fr. Thomaz de Aquino.* Traduzida em portuguez, e offerecida em signal de reverencia, gratidão e respeito á Illustrissima. Senhora D. Maria Francisca da Conceição e Aragão, por Manoel Affonso dos Santos Thourinho... Bahia: Na Typog. de Manoel Antonio da Silva Serva, 1816. 15 p. (OR039,001,008/MFN7085)

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: “Raríssimo” (RODRIGUES, 1907, 1724).



24

CABANIS, Pierre Jean Georges, 1757-1808. *Observações sobre as afecções catarras em geral, e particularmente sobre as que são conhecidas com o nome de defluxos do cérebro e defluxos do peito*. Traduzidas e anotadas por J. Lino. Bahia: Na Typog. de Manoel Antonio da Silva Serva, 1816. viii, 94 p. (OR037,004,029/MFN53554)

TIPOGRAFIA: página de rosto com mancha organizada, composta em Bodoni ou Didot em caixa alta e Bold em caixa baixa, itálico e versalete; além de caixa alta com inclinação ao pé da página. Massa de texto justificada em Bodoni ou Didot.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: a obra foi traduzida por “José Lino dos Santos Coutinho (1784-1836), filho de portugueses, diplomado em 1813 [na Universidade de Coimbra], professor de Patologia Externa, ou Patologia Cirúrgica, da Escola Médico-Cirúrgica da Bahia e o primeiro diretor da Faculdade de Medicina desta Província [...]. Apesar de ter escrito várias obras relacionadas à medicina e traduzido outras, Lino Coutinho marcou sua trajetória profissional mais como político do que como médico” (BARRETO, 2005, p. 45-46). A edição original francesa é de 1807. “José Lino dos Santos Coutinho [...] estudou medicina em Coimbra e foi Ministro do Império em 1831. Deixou o seu nome ligado a reformas importantes sendo uma delas a reorganização das Escolas de Medicina do Brasil” (SILVA, 1858-1958 apud GUERRA, 1958).

25

MACEDO, Inacio José de, 1774-1834. *Oração funebre, recitada nas exequias, que a Real Junta da Fazenda fez á Augustissima Rainha, a Senhora D. Maria Primeira na Cathedral da Bahia* em 31 de Agosto de 1816. Bahia: Na Typog. de Manoel Antonio da Silva Serva, 1816. 12 p. (OR039,001,019 ex. 1; OR039,001,020 ex. 2/MFN13610)

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

26

MELO, Manuel Jacinto de Sampaio e, n. 1774. *Novo methodo de fazer o açúcar, ou Reforma geral economica dos engenhos do Brazil, em utilidade particular e publica: offerecido a Sua Magestade Fidelissima o Senhor D. João VI*. Bahia:

Na Typog. de Manoel Antonio da Silva Serva, 1816. xii, 89 [3] p.: 6 estampas desd. (OR078,001,022/MFN16437)

Ex libris: Coll. D. Thereza Christina Maria.

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

27

PINTO, Antonio Joaquim de Gouvêa. *Manual de appellações, e aggravos, ou Deducção systematica dos principios mais solidos, e necessarios, relativos á sua materia, fundamentada nas leis deste Reino, para uso, e utilidade da Magistratura, e Advocacia*. Bahia: Na Typog. de Manoel Antonio da Silva Serva, 1816. 149, 25 p. (OR099A,000,034/MFN53246)

Inclui índice cronológico com paginação própria.

Ex dono: Nicolaô Joaq^m Moreira.

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em Baskerville ou Caslon, com o til substituído pela letra T ou J, tombada e invertida, e o circunflexo pelo V, também invertido. Os numerais obedecem ao estilo antigo, com ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: A primeira edição deste Manual é de Lisboa, na Oficina de Simão Thaddeo, 1813, com 149 p.; foi reimpresso por Silva Serva, na Bahia, em 1816; e no Rio de Janeiro, pela Typ. Laemmert, nos anos de 1840 (Cf. SILVA, 1858-1958, t. 1, p. 161).

28

WEIKARD, Belchior Adão. *Prospecto de hum systema simplicissimo de Medicina; ou Illustração e confirmação da Nova Doutrina Medica de Brown*. Traduzido do alemão em italiano pelo Dr. José Frank. Terceira impressão com os accrescentamentos da segunda impressão Alemãe, e com as novas anotações do Dr. Luiz Frank. Tirado em linguagem desta nova impressão, e ampliado com outras anotações por Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Bahia: Na Typ. de Manoel Antonio da Silva Serva, 1816. 2 t. (OR099A,000,012-013/MFN22929)

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo tubular, onde não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: Uma das curiosidades da obra está em falar dos danos causados ao organismo pelo excesso de comida e bebida, ressaltando as propriedades do vinho (cf. t. 2, p. 53). Na Bahia, “[...] existiu desde cedo ensino médico facultativo e ao mesmo tempo imprensa fundada em 1811, a Typographia de Manoel António da Silva Serva. Há provas [...] de que nesta oficina se imprimiram de 1811 a 1821 quando menos sete importantes livros de caráter médico” (GUERRA, 1958).

1817

29

NEGREIROS, Antonio Tomás de. 1786-1859. *Tratado de operações de Banco, ou Directorio de Banqueiros, extrahido dos melhores authores, e dedicado ao Ill.mo e Ex.mo senhor Conde dos Arcos, do Conselho de Estado, Gentil Homem da Camara de S. A. R., o Príncipe Real do Reino-Unido de Portugal, Brasil, e Algarves, Grão-Cruz da Ordem de S. Bento de Avis, Marechal de Campo dos Reaes Exercitos, Governador e General da Provincia da Bahia, e nomeado Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, Ultramarinos de Sua Magestade Fidelissima &c. &c. &c.* Bahia: Na Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva, 1817. [2]f. viii, 151[2]p. [1]f. tab. (OR099A,000,010 ex. 1; OR099A,000,011 ex. 2/MFN17213)

Título da lombada: “Tratado de tabaco”. Não corresponde à obra (ex. 1).

Ex libris: Collecção Benedicto Ottoni (ex. 2).

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo tubular, e que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.



30

RACINE, Jean Baptiste, 1639-1699. *Andrômaca*: tragedia de João Racine. Traduzida pelo D.^{or} Antonio José de Lima Leitão. Bahia: Na Typog. de Manoel Antonio da Silva Serva, 1817. 83 p. (OR039,002,013 ex. 1; OR058,006,082 ex. 2/MFN18907)

Carimbo: “Bibliotheca de F. R. Paz-Rio” (ex. 2).

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

31

RELAÇÃO do festim, que ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor D. Marcos de Noronha e Brito, VIII. Conde dos Arcos, Marechal de Campo dos Reaes Exercitos, Grão-Cruz da Ordem de São Bento de Aviz, Governador e Capitão General da provincia da Bahia, Gentil Homem da Camara de Sua Alteza Serenissima o Principe Real, do Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, e Ultramarinos. &c. &c. &c. derão os subscritores da Praça do Commercio, aos 6 de Setembro de 1817, por ocasião de collocarem nella o Retrato do mesmo Excellentissimo Conde, seu Fundador, e mormente em consideração de seus Illustres Feitos nos proximos passados mezes de Março, e Abril. Bahia: na Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva, [1817]. 64 p. (OR039,002,012 ex. 1; OR039,002,008 ex. 2/MFN19672)

Inclui: “Invocação”, do reverendo Ignacio José de Macedo; “Ode pindárica”, de Antônio José Osório de Pina Leitão; “Elogio”, de Domingos Borges de Barros; “Elogio ao Commercio”, do reverendo Ignacio José de Macedo; “Elogio”, de José Procopio de Castro; “Elogio Poetico”, de Paulo José de Mello Azevedo e Brito; “Epinicium”, poema latino dedicado à El Rei Nosso Senhor, por José Francisco Cardoso de Moraes; e conclui com um “Brinde” intitulado “Á Saúde de Sua Alteza Serenissima o Principe Real”, por Manoel Ferreira da Silva, capitão de Milícias.

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em Bodoni. Todo o trecho entre as palavras Marechal e General, assim como as palavras Gentil Homem da Camara, na página de rosto, estão em letra Garamond. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: “O aparecimento da obra em apreço data de 7.11.1817, e, num requinte editorial desusado pela tipografia de Silva Serva, podia ser o exemplar adquirido *por 960 em papel de Hollanda broxura, encadernado a 1280; encadernação rica a 1600 réis; em broxura de papel ordinário a 640, e encadernado a 960*” (CASTRO, 1969, p. 21).

1818

32

BARBOSA, Januario da Cunha, 1780-1846. *Oração funebre, nas exequias da Muito Alta, Muito Poderosa, e Fidelissima Senhora D. Maria I, Rainha do Reino-Unido de Portugal, Brazil e Algarves, celebradas na Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco de Paula, pelos officiaes do Regimento de Melicias n.º 3 do Rio de Janeiro*. Bahia: Na Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva, 1818. 30 p. (OR099D,001,019/MFN6811)

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: Barbosa “foi um dos primeiros e dos mais esforçados obreiros de nossa independência” (BLAKE, 1883-1902, v. 3, p. 295). “Afirmado pregador e litterato distincto, e um dos homens a quem mais devem as letras brasileiras nos tempos modernos. Teve também parte mui activa na independência do império, concorrendo para ella com todas as suas forças e dedicação. Foi [...] Bibliothecario da Bibliotheca Publica do Rio de Janeiro” (SILVA, 1858-1958, t. 3, p. 254).

33

CATALOGO dos livros que se achão na Bibliotheca Publica da cidade da Bahia. [Bahia: Na Typographia de Manuel Antônio da Silva Serva, 1818]. 54 p. (OR/C,002,015/MFN15822)

Carimbo: “Da Real Bibliotheca”.

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em estilo Garamond; no entanto, há ocorrência de capitais em letra bodônica às p. 4, 18, 20, 25, 27, 40, 53. Os numerais obedecem ao estilo antigo, em que os números não têm a mesma altura, com características ascendentes e descendentes.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: “Foi o primeiro Catalogo de livros de biblioteca que se imprimiu no Brasil” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1881, 12722; Cf. PASSOS, 1952, p. 33-34). Este exemplar, da Biblioteca Nacional, é o único conhecido (CASTRO, 1968, p. 157). Trata-se de uma listagem por títulos abreviados e, em seguida, os nomes dos autores (em geral, apenas o sobrenome do autor), sem indicação das respectivas datas de publicação. A lista arrola, entre outros, a *Bibliotheca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado, obras de Molière, Racine, Voltaire, Tomás de Aquino, Cícero, com predominância de obras em português, francês e latim.



34

HORACIO. *Arte poetica de Q. Horacio Flacco, Epistola aos pisões*. Traduzida em verso português por Antonio José de Lima Leitão. Bahia: Na Typog. de Manoel Antonio da Silva Serva, 1818. [5], 58 p. (OR039,001,010 ex. 1; OR099A,000,032 ex. 2; OR039,002,031 ex. 3/MFN12139)

Texto em latim e português em páginas opostas.

Anotação manuscrita (tinta): “Duarte” (ex. 1, página de rosto).

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: A obra tem interessante dedicatória do tradutor ao filho: “Ao meu filho, José Alvares de Lima Leitão. Meu querido filho, foi para ti que emprehendi este trabalho, ainda que agora só contes lustro e meio de idade. Vi-te apenas no berço; e posto que a fortuna me tenha

privado até hoje do prazer de te ver, de ter-te nos braços, tens sempre vivido no meu coração...” (p. A2).

35

LEITÃO, Antônio José Osório de Pina, 1762-1825. *Alfonsiada*: poema heroico da fundação da Monarquia Portuguesa pelo Senhor Rey D. Affonso Henriques. Bahia: Na Typog. de Manoel Antonio da Silva Serva, 1818. 278, [1] p. (OR032,001,005 ex. 1; OR032,001,006 ex. 2/MFN13084)

Constam da obra três retratos: D. João VI (frontispício). D. Afonso Henriques (antes da p. 3) e do autor (entre as p. 168-169).

Exemplar incompleto: faltam os retratos de D. João VI e do autor (ex. 2)

Ex dono: M. J. D’Almeida Pinho (ex. 1.)

Carimbo: “Bibliotheca Particular de S.M.J.” (ex. 2).

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: “Os três bons retratos não foram feitos na tipografia de Silva Serva, que não estava capacitada para tanto. Foram delineados por A. do Carmo e esculpidos por J. J. de Sousa” (CASTRO, 1969, p. 25). “O poema, que se compõe de doze cantos em oitava rima, foi elogiado por Ferdinand Denis no seu *Resumo da historia litteraria de Portugal*” (BLAKE 1883-1902, v. 1, p. 219). “Se havemos de estar pelo voto do sr. Ferdinand Denis no seu *Resumé de l’Histoire Litter. du Portugal*, pág. 487, este poema offerece alguns episódios notaveis” (SILVA, 1858-1958, t. 1, p. 174).



36

MORAIS, José Francisco Cardoso de, 1761-1842 ou 1843. *Joanni, Portugalliae, Brasiliae, et Algarbiorum Regi Fidelissimo Patriae Patri Humanissimo, Piíssimo, Felicíssimo, Foedissima Paranambucensium Rebellione mirandum in modum quàm cilissime subacta, su auspiciis et indefatigabili cura Illustrissimi atque Excellentissimi Arcuum Comitiss, Epinicium in Religiosissime Fidei, omnimodae Devotionis, gratique animi Testimonium perquàm submisit D. O. C. = Ao Rei Fidelissimo de Portugal, e do Brasil e Algarves, D. João VI. Humanissimo, Piíssimo, Felicíssimo Pai da Patria, subjugada com maravilhosa rapidez e injuriosissima rebelião dos pernambucanos, debaixo dos auspícios, e incançavel desvêlo do illustrissimo e excelentissimo Conde dos Arcos, Epinício em testemunho de Religiosissima Fidelidade, de rendida Vassalagem, e de Gratidão mui respeitosa, e humildemente. D. O. C.* Traduzido em versos portuguez por João Gualberto Ferreira dos Santos Reis. Bahia: Typis Emmanuelis Antonii Silva Serva, 1818; Bahia: Na Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva, 1818. 8 p. (OR039,001,016/MFN17100)

Páginas de rosto e texto em páginas opostas, em latim e português.

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: o autor “foi nomeado professor régio da lingua latina, na qual foi um dos brasileiros mais versados” (BLAKE, 1883-1902, v. 4, p. 431).

1819

37

SANTA CRUZ, Romualdo Antonio de Seixas, marquês de, 1787-1860. *Sermões e Panegyricos recitados pelo presbytero Romualdo Antonio de Seixas, Cavalleiro Professo na Ordem de Christo, e Conego da Sé do Pará com dous discursos sobre a Filosofia, offerecidos ao Ex.mo e R.mo Senhor D. Manoel de Almeida de Carvalho, Bispo da mesma Diocese.* Bahia: Na Typog. de Manoel Antonio da Silva Serva, 1819. [5] f., 128 p. (OR074,004,006/MFN21673)

Ex dono rasurado (página de rosto).

Defeitos de impressão (p. 98).

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em Bodoni. O nome do Bispo, na página de rosto, está em letra Garamond. Os numerais obedecem ao estilo

tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: Traz a “Lista das pessoas, que contribuirão para a impressão deste volume” (p. A2). “[...] o mais afortunado dos editores brasileiros no primeiro quartel do século 19, aquele que combina os ofícios de impressor, livreiro e divulgador do livro, é mesmo Manuel Antonio da Silva Serva, português de Vila Real de Trás-os-Montes, instalado na Bahia desde 1797” (ARAÚJO, 2010, p. 33).

II Tipografia da Viúva Serva, e Carvalho ou Typog. da Viuva Serva e Carvalho ou Typ. da Viuva Serva, e Carvalho – 1819-1827



Sem data

38

CONSTITUIÇÃO de Hespanha. Bahia: Na Typog. da Viuva Serva e Carvalho, [não antes de 1819]. 58 p. (OR039,001,023/MFN53046)

Anotações manuscritas (tinta): “Constituição Hespanhola de 19 de Março de 1812 q’ servio de base a revolução de Portugal de 22 [ou 24] de Agosto de 1820” (página de rosto).

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em Bodoni. Ocorrência de versalete. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

39

EXAME analytico-critico da solução da questão: o Rei, e a Família Real de Bragança devem, nas circumstancias presentes, voltar a Portugal, ou ficar no Brazil? Publicada na Corte do Rio de Janeiro por hum Anonymo em idioma Francez nos ultimos dias do anno proximo passado. Bahia: Na Typog. da Viuva Serva e Carvalho, [182-?]. 52 p. (OR039,001,018 ex. 1; OR039,001,018A ex. 2; OR039,001,018B ex. 3/MFN11257)

Marcações de leitura (lápís): marcas paragraficas ao longo das páginas (ex. 1).

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em letra bodônica. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: “Raríssimo” (RODRIGUES, 1907, 947).

40

HUM DOS ILLUSTRES DEPUTADOS DO PARÁ. *Discurso pronunciado na Sala das Cortes, na Sessão de 5 de Abril, por Hum dos Illustres Deputados do Pará*: Senhor, a Linguagem da Razão, a voz da Natureza, que fez estrondo no Douro, e correndo impetuosamente por entre as prateadas areias do decantado Mondego, retumbou no Tejo, onde se deixou ouvir com a mais ampla sonoridade... Bahia: Na Typog. da Viuva Serva e Carvalho, 182-?]. [4] p. (OR099A,009,002/MFN11087)

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: O “ilustre deputado”, autor do discurso que manteve anônimo ao publicar, parece expressar seu apoio à Coroa portuguesa, contra o movimento de Independência e, desse modo, atrair as graças do rei para a província do Pará.

1820

41

JOSÉ DA SANTÍSSIMA TRINDADE, Bispo, 1762-1835. *Carta pastoral do Ex.mo e R.mo senhor D. Fr. Joseph da SS. Trindade, Bispo de Marianna, aos seus*

diocesanos. Bahia: Na Typographia da Viuva Serva, e Carvalho, 1820. 29 p. (OR 039,001,027/MFN53050)

Omissão: ao final da Carta Pastoral, foram omitidas (com espaço em branco, para preenchimento), o dia, mês e ano de sua apresentação. O autor encerra a carta assinando “FR. JOSEPH BISPO”.

TIPOGRAFIA: parte da página de rosto e massa de texto em Bodoni (na página de rosto, a expressão “Carta Pastoral” está enfeitada). Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

42

PORTUGAL. Junta Provisional do Governo Supremo do Reino. *Carta dirigida a ElRei o Senhor D. João VI, pela Junta Provisional do Governo Supremo do Reino estabelecida na cidade do Porto*. Bahia: Na Na Typog. da Viuva Serva e Carvalho [6 de Outubro de 1820]. 8 p. (OR099A,009,003/MFN18280)

Ex libris: Collecção Bennedicto Ottoni.

TIPOGRAFIA: parte da página de rosto (de Carta até d. João VI está em Garamond) e massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: “Raríssimo” (RODRIGUES, 1907, 569).

1821

43

BAHIA. Junta Provisória do Governo. *Proclamação que a Junta Provisional do Governo da Bahia faz aos seus habitantes: Bahianos. Não cansa a perversidade dos inimigos da ordem; se o cobarde egoísmo, se o sordido interesse não embate de frente a causa da justiça, mahoso lhe solapa as bases, parecendo ignorallas... Palacio do Governo, 18 de Março de 1821*. Bahia: Na Typog. da Viuva Serva, e Carvalho, [1821?]. [2] p. (OR102,006,098/MFN24724)

Anotações manuscritas (tinta): “agraciação” e “virtudes” (reto e verso da obra).

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

44

BARAÚNA, frei, 1785-1846? *Oração gratulatoria pronunciada no Collegio de Jesus desta Cidade aos 28 de Abril do presente anno, pelo faustissimo nascimento de Serenissimo Senhor Principe da Beira, e tambem por occasião da Carta Regia de 28 de Março, dirigida á Exellentissima Junta Provisional desta Provincia, pelo Augusto Senhor, D. João VI. e offerecida ao Illustrissimo Senado da Camara desta mesma Cidade, por Fr. Francisco Xavier de Santa Rita Bastos*. Bahia: Na Typographia da Viuva Serva, e Carvalho, 1821. 15 p. (OR039,001,028 ex. 1; OR039,001,007 ex. 2/MFN6300)

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

45

BARAÚNA, frei, 1785-1846? *Oração recitada por Fr. Francisco Xavier de Santa Rita Bastos no Te Deum Solemne que na sua Igreja desta Cidade celebrarão os religiosos franciscanos da Provincia de Santo Antonio do Brasil em acção de graças pelo decreto de 24 de fevereiro, em que Sua Magestade Fidelissima adoptou para todos os seus Domínios a Constituição, que actualmente fazem as Côrtes de Lisboa...* Bahia: Na Typographia da Viuva Serva, e Carvalho, 1821. 16 p. (OR037,000,002 n. 008/MFN6306)

TIPOGRAFIA: parte da página de rosto (as palavras “Te Deum Solemne” e “Sua Magestade Fidelissima” estão em Garamond) e massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

46

COELHO, Romualdo de Souza, 1762-1841. *Pastoral: Dom Romualdo de Souza Coelho, pela Graça de Deos, e da Santa Sé Apostolica Bispo do Grão Pará, do Conselho de Sua Magestade Fidelissima, que Deos Guarde &: a todos os Nossos Diocesanos Saude, Paz, e Benção em Jesu Christo, Verdadeiro Remédio, e Salvação*. Bahia: Na Typog. da Viuva Serva, e Carvalho, 1821. 27 p. (OR039,002,010 ex. 1; OR039,002,010A ex. 2; 039, OR002,010B ex. 3; OR039,001,014 ex. 4; OR060A,002,052 ex. 5; OR060A,002,055 ex. 6/MFN9225)

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

47

ESTRADA, José Possidônio. *Memorias para as Cortes lusitanas em 1821, que comprehendem Corpos Regulares d'hum e d'outro Sexo, Ordens Militares, Corpo Ecclesiastico, Bispos, Abbades, Dízimos, Bullas, Inquisição, Justiça, Tropa, Pensões, Economia, e Policia*. Bahia: Na Typog. da Viuva Serva e Carvalho, 1821. 37 p. (OR028,005,039 ex. 1; 099A,000,007 ex. 2/MFN10459)
Ex libris: Collecção Benedito Ottoni (ex. 1).

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

48

J. V. S. *Lembranças uteis tendentes a melhor reforma que o Brazil procura pela Constituição*, por J. V. S. Bahia: Na Typographia da Viuva Serva, e Carvalho, [1821]. 56 p. (OR096,002,040/MFN13436)

TIPOGRAFIA: parte da página de rosto (a palavra “Lembranças” está em letra bodônica) e massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: Há uma curiosa introdução ao texto, onde o autor, que se manteve anônimo, declara: “O que vou dar a ler, nem he instrucção, nem hum conselho; porque ninguem mo pedio, e ninguem instrue sem ter capacidade, e sufficiencia para isso. Minha esfera não avança tanto; não sei pois, o que faço? Sim, faço o que devo, lembro, o que póde esquecer; porque o sabio tambem se esquece e não deixa de o ser quando confessa que se não lembrou” (p. 3).

49

MANIFESTO da Provincia da Bahia aos povos do Brasil, por occasião do decreto de 17 de fevereiro deste anno de 1821. Bahia: Na Typ. da Viuva Serva, e Carvalho, [1821]. 7 p. (OR250,005,024 n. 020/MFN26584)

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: O texto se conclui com o seguinte brado: “Eia, Bahianos; he necessario renunciar a vida no Paiz, que for empestado pelo mortífero bafo do despotismo: que nem nos possua nossos mirrados ossos; porque esta fera sabe desenterrallos para os devorar. Unamos nossos esforços aos da Mãi Patria, e nós seremos felices; porque seremos livres. Bahia, 24 de Março de 1821”.

50

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e, 1773-1845. *Reflexões sobre o Decreto de 18 de Fevereiro deste anno offerecidas ao povo da Bahia por Philagiosotero: se o respeito ao Monarcha he nas Monarchias o primeiro dever do Povo, he tambem certo que humja justa consideração aos direitos do Povo he da obrigação do Principe, e qualquer ataque a estes direitos chama a resistencia legitima de humja Nação contra o mesmo Rey, que desconhece as suas funcções verdadeiras...* Bahia: Na Typographia da Viuva Serva e Carvalho, 1821. 11 p. (OR039,001,005/MFN20869)

Ex libris: Collecção Benedicto Ottoni.

TIPOGRAFIA: parte da página de rosto (a palavra “Reflexões” está em Bodoni, enfeitada) e massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

1822

51

BAHIA. Junta Provisória do Governo. *Proclamação: a Junta Provisoria de Governo da Provincia da Bahia aos seus habitantes*: Habitantes da Bahia! A Junta Provisoria de Governo tem ouvido com o sentimento da mais profunda magoa os annuncios infaustos e ameaçadores que pessoas indiscretas o mal intencionadas tem semeado em meio de vós... Bahia: Na Typographia da Viuva Serva, e Carvalho, [1º de Abril de 1822]. [1] f. (OR099D,001,003/MFN6325). Apresenta rasura (tinta), corrigindo o texto (linha 19).

TIPOGRAFIA: parte da página de rosto (a palavra “Proclamação” está em Bodoni) e massa de texto em Garamond.

52

BAHIA. Junta Provisória do Governo. *Proclamação: a Junta Provisoria do Governo da Provincia da Bahia aos seus habitantes*: Habitantes da Bahia! Que

vertigem se apodera de vossas almas! Huns agitados de desconfianças e mal fundados receios abandonaes vossas casas e occupaçoens ordinarias a buscar guarida ao longe no centro das matas, ou em remotas povoações; outros vos precipitaes em actos tumultuários turbando a paz publica e a ordem estabelecida... Bahia: Na Typographia da Viuva Serva, e Carvalho, [27 de Junho de 1822]. [1] p. (OR102,002,235/MFN24741)

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: “Raríssimo. É datado de 27 de Junho de 1822, e assignada por Francisco Vicente Vianna, Francisco Carneiro de Campos, Manuel Ignacio da Cunha e Menezes, José Cardoso Pereira de Mello e Antonio da Silva Telles. É um appello aos cidadãos para se tranquilisar. O Rei D. João VI e o Soberano Congresso da Nação portugueza farão justiça ao que mais convém a cada uma das partes da Monarchia, *‘afim de conservar a sua união e individualidade: os cidadãos devem esperar que os Sabios legisladores... decretem os (seus) destinos, talvez a esta hora resolvidos’* (RODRIGUES, 1907, 1977).

53

HUM AMIGO DA ORDEM. *A America ingleza e o Brazil contrastados, ou Imparcial demonstração da sobeja razão, que teve a primeira e a sem razão do segundo, para se desligarem da Mãi-patria*, por Hum Amigo da Ordem. Bahia: Na Typographia da Viuva Serva, e Carvalho, 1822. [4] f. , 36 p. (OR039,001,003A n. 001 ex. 1; OR039,001,003C ex. 2; OR035,027,050 ex. 3/MFN7302)

Exemplar 2 com margens laterais originais.

Carimbo: “João Martins Ribeiro-Livraria” (ex. 1); “Bibliotheca de F. R. Paz-Rio” (ex. 2).

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: “Raríssimo” (RODRIGUES, 1907, 154).

54

HUM AMIGO DA ORDEM. *Supplemento á America Ingleza e o Brazil contrastados por hum amigo da Ordem*. Bahia: Na Typographia da Viuva Serva,

e Carvalho, 1822. 76 p. (OR039,001,003A n. 002 ex. 1; OR036,025,041 ex. 2; OR039,001,004 ex. 3/MFN31778)

Exemplar com as margens inferior e lateral originais (ex. 2).

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: “Raríssimo” (RODRIGUES, 1907, 155).

55

MELO, Inácio Luís Madeira de, 1775-1833. *Proclamação*: Habitantes da Bahia! Os inimigos da Pátria esforçam-se para derramar entre nós a discórdia; eles abusam da vossa credulidade, apresentando-vos as mais aterradoras idéas, e vós abandonais inconsideradamente os vossos lares, para evitar males, que não existem e que só a imaginação dos malvados pode conceber, para ser perturbada a vossa tranquilidade... Quartel General da Bahia, 31 de Março de 1822. Bahia: Na Typographia da Viuva Serva, e Carvalho, [1822]. 1 f. (OR099D,001,002/MFN16669)

TIPOGRAFIA: parte da página de rosto (a palavra “Proclamação” está em Bodoni, enfeitada) e massa de texto em Garamond. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

56

MELO, Inácio Luís Madeira de, 1775-1833. *Proclamação*: Habitantes da Cidade! Os sublevados inimigos da Patria não contentes de terem reduzido o Reconcavo d’esta nossa bella, e fiel Provincia ao mais depravado, e libidinoso capricho do seu frenesim; cuja audacia bem sedo pagarão, querem de mais perturbar-vos, e pôr-vos em agitação... Quartel General da Bahia, 23 de Setembro de 1822. Bahia: Na Typographia da Viuva Serva, e Carvalho, [1822]. [1] p. (OR102,002,236/MFN27706)

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo tubular, onde não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: “Raríssimo. É datada do Quartel General da Bahia a 23 de Setembro de 1822. Começa: ‘Habitantes da Cidade!’ Madeira assegura-lhes cynicamente que ‘os valorosos Soldados portuguezes velão

incessantemente com as armas na mão para a vossa segurança, e socego.’ Diz logo, porém, que ‘se de vossas habitações respirar a mais leve sombra de insulto, ou hostilidade, tremei.” (RODRIGUES, 1907, 1978).

57

MOTA, João Bernardo dos Reis. *Discurso sobre o estado actual do Brasil, dirigido á Soberania da Nação Portuguesa*: se ainda me for licito, como creio, fallar verdades, e expender puros sentimentos, como Cidadão firmado e apoiado pelo artigo 8º das Bases da Constituição Portuguesa, he por isso que enfadado de ver despotismos, arbitrariedades, e attentados tão escandalosos como abomináveis... vêde que nem a Constituição, e nem as Cortes, não são capa de ladrões, e revolucionarios, como se vos tem persuadido: se vos tem faltado o castigo que mereceis, he porque o Soberano Congresso, não tinha conhecimento de vossas maldades, agora que já entra no conhecimento de vossos crimes; sereis rigorosamente castigados. Bahia, 22 de Outubro de 1822. Bahia: Na Typographia da Viuva Serva, e Carvalho, 1822. [8] p. (OR099A,009,001/MFN16771)

O nome do autor está impresso, no final do texto como João Bernardo do Reis Motta.

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

58

MOTA, João Bernardo dos Reis. *Reflexões sobre o estado actual do Brasil, dirigidas á Soberania da Nação Portuguesa*: o Amor da Patria, a honra e a verdade he o sentimento mais nobre do Cidadão, e pelo menos, eu instigado por elle, firmado, e apoiado pelo Art. 8º das Bases da Constituição, vou francamente expender a minha linguagem pura... Bahia 18 de Setembro de 1822. Bahia: Na Typographia da Viuva Serva, e Carvalho, [1822]. 2 f. (OR099D,001,007/MFN16773)

A assinatura impressa apresenta o nome do autor como João Bernardo do Reis Motta.

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

59

PEDRO I, Imperador do Brasil, 1798-1834. *Reforço Patriotico ao Censor Lusitano na interessante tarefa que se propoz, de combater os periódicos...* analyse do

Manifesto do Príncipe Real aos Brasileiros. Bahia: Na Typographia da Viuva Serva, e Carvalho, 1822. 12 p. (OR099A,009,004/MFN17788)

Os textos do Manifesto (assinado “Palacio do Rio de Janeiro, em o 1º de Agosto de 1822, Príncipe Regente. N.B. este Manifesto appareceo no dia 6 do sobredito mez”) e da Análise (assinada “Voz do Brazil”) estão em paralelo, alinhados em duas colunas.

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

1823

60

BAHIA. Mesa da Inspeção. *O Doutor Presidente, e deputados da Meza da Inspeção da cidade da Bahia aos da classe mercantil de grosso trafico, e de retalho, da mesma cidade... Bahia, 28 de Julho de 1823.* Bahia: Na Typographia da Viuva Serva, e Carvalho, 1823. [1] f. (OR099D,001,018/MFN6390)

Defeito de impressão: falha de alinhamento no título de partida.

O documento traz as assinaturas impressas de: Luiz Paulo de Araújo Basto, João Ferreira Bettancourt e Sá, Silvestre José da Silva, Francisco Antônio Filgueiras, André de Carvalho Câmara e Joaquim José Marques Cardoso.

TIPOGRAFIA: parte da página de rosto (o título e o entretítulo estão em Bodoni) e massa de texto em Garamond. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

61

LIMA, Domingos José de Almeida. *Domingos José de Almeida Lima, querendo desabuzar ao publico sobre o falso rumor que se tem espalhado de se elle o portador, ou Author de hum folheto que nesta Cidade se imprimio debaixo do nome de F. [Nóbrega] apresenta o requerimento e attestation a elle junto dos quaes se mostra quem foi que o apresentou na Typographia, e quem responde pela veracidade da assinatura do seu Author, 18 de Julho de 1822.* Bahia: Na Typog. da Viuva Serva, e Carvalho, [20 de Junho de 1823]. 2 p. (OR099D,001,016/MFN13315)
Acréscimo manuscrito: “Nóbrega”.

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: O documento traz a assinatura impressa “Viúva Serva, e Carvalho”, seguida do texto: “Reconheço verdadeira a firma suppra/ Bahia 20 de Junho de 1823./ Em testemunho de verdade./ *Antonio Lopes de Miranda.*”.

62

LIMA, Domingos José de Almeida; CEZIMBRA, João Gonçalves. *Illmo. E Ex.mo Senhor, Convenho. Quartel General da Bahia 20 de Julho de 1823. Lima: tendo os abaixo assignados observado que o desejo dos habitantes desta Cidade, summamente obrigados ao Exercito Pacificador por os haver libertado da triste escravidão...* [pedido de subscrição para o Exército Pacificador]. Bahia: Na Typographia da Viuva Serva, e Carvalho, 1823. [1] p. (OR102,005,308/MFN31622)

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

63

SILVA, José Joaquim de Lima e, 1787-1855. *Bando: José Joaquim de Lima e Silva, Official da Imperial Ordem do Cruzeiro, Cavalleiro da de S. Bento de Avis... faço saber, que pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra em data de 27 de Maio ultimo, Houve Sua Magestade o Imperador por bem transmittir as seguintes Ordens. “Não devendo servir de incentivo para perseguição o local do nascimento, por ser mero accidente, huma vez, que as idéas, e sentimentos dos individuos não sejam divergentes do systema geral”... Quartel General da Bahia 8 de Julho de 1823. 2º da Independência, e do Imperio.* Bahia: Na Typog. da Viuva Serva, e Carvalho, [1823]. [1] f. (OR039,015,001/MFN20831)

TIPOGRAFIA: parte da página de rosto (o título e o entretítulo estão em Bodoni) e massa de texto em Garamond. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

64

SILVA, José Joaquim de Lima e, 1787-1855. *José Joaquim de Lima e Silva, Official da Imperial Ordem do Cruzeiro, Cavalleiro da de S. Bento de Avis... contando-me existir muito armamento, e munições de Guerra em poder não só de milicianos, mas até de Paizanos aqui residentes, e que aliás devem pertencer á Nação para terem huma conveniente applicação em defesa, e segurança desta*

Província... Quartel General da Bahia 10 de Julho de 1823. 2º da Independência, e do Império. Bahia: Na Typographia da Viuva Serva, e Carvalho, [1823]. [1] f. (OR039,015,002/MFN20837)

TIPOGRAFIA: parte da página de rosto (o título e o entretítulo estão em Bodoni) e massa de texto em Garamond. Os numerais obedecem ao estilo antigo, em que os números não têm a mesma altura, com características ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

1824

65

VICENTE TOMÁS AQUINO. *Vicente Thomaz de Aquino, Notorio Apostolico de sua Santidade, Commisario do Santo Officio, Cavalleiro na Ordem de Christo, e Conego na Santa Igreja Cathedral desta Cidade da Bahia, fallando aos Brasileiros e Bahianos, diz Brasileiros impavidos, fortes, e valorosos: Bahianos intrepidos, constantes, invenciveis, e generosos, que nos vossos rapidos progressos, e marciaes fadigas, vos constituistes terror, e assombro do inimigo... Dixe.* Bahia: Na Typog. da Viuva Serva, e Carvalho, 1824. [2] f. (OR099D,000,017/MFN7618)

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo antigo, em que os números não têm a mesma altura, com características ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

III Tipografia da Viúva Serva Filhos – 1827-1833



1828

66

PEDRO, I, Imperador do Brasil, 1798-1834. *[Proclamação] À nação portuguesa: não he como vosso Rei, que agora vos Fallo, pois Minha Abdicação está*

completa: sim como Pai da Vossa Legitima Rainha D. Maria II., e como Seu Tutor... Rio de Janeiro, 25 de Julho de 1828. Bahia: Typ. da Viuva Serva e Filhos, [1828]. [1] p. (OR250,005,024 n. 025/MFN29033)

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: Embora o documento seja uma proclamação à nação portuguesa, como um Rei que acabara de abdicar, d. Pedro o assina como “Pedro Imperador”.

1829

67

CASTILHO, Francisco das Chagas de Oliveira. *Por libello crime de abuso de liberdade de imprensa, diz o cidadão Francisco das Chagas de Oliveira Castilho, contra o redactor do periodico - O Bahiano - Bernardino Ferreira Nobrega, por esta, e melhor fôrma de Direito, o seguinte...* Bahia: Na Typographia da Viuva Serva e Filhos, [1829]. 2 p. (OR057],005,126/MFN27312)

TIPOGRAFIA: parte da página de rosto (o título está em Garamond) e massa de texto em Bodoni; colofão em chanceleresca. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

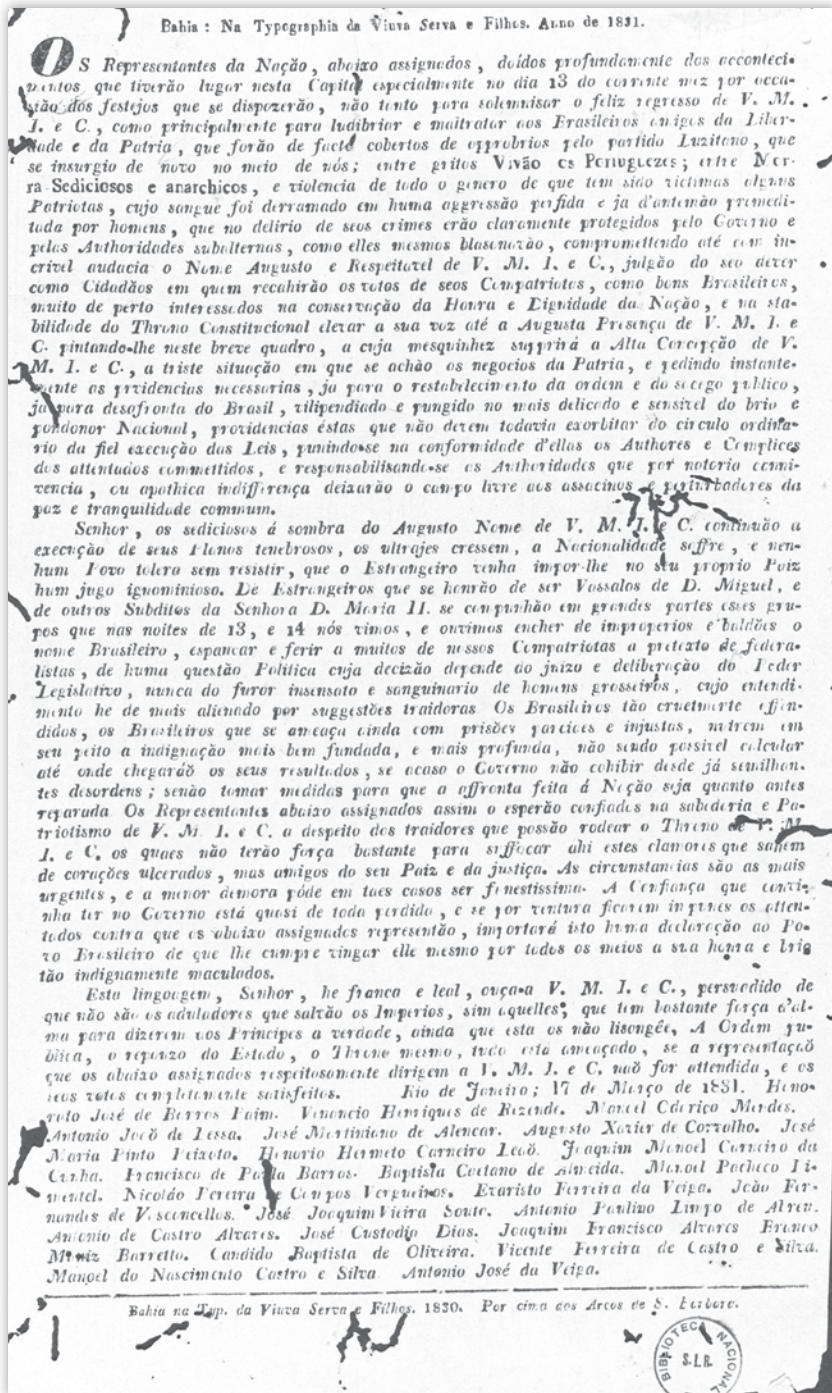
1830

68

PAIM, Honorato José de Barros. *Os Representantes da Nação, abaixo assignados, doídos profundamente dos acontecimentos que tiverão lugar nesta Capital especialmente no dia 13 do corrente mes por occasiao dos festejos que se dispozerão...* Rio de Janeiro, 17 de Março de 1831 [*Manifesto popular ao sr. D. Pedro I.*]. Bahia: Na Typ. da Viuva Serva e Filhos, 1830, i. e. Bahia: Na Typographia da Viuva Serva e Filhos, 1831. [1] p. (OR102,006,065/MFN27240)

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em Garamond e itálico; colofão em chanceleresca. Os numerais obedecem ao estilo tubular, onde não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: Este documento apresenta duas impressas, uma no cabeção (Bahia: Na Typographia da Viuva Serva e Filhos, 1831), corrigindo a data; e outra, no pé de imprenta (Bahia, na Typ. da Viuva Serva e Filhos, 1830) – esta última está incorreta porque o abaixo-assinado é de 1831.



1831

69

BRASIL. Assembléia Geral Legislativa. *Brasileiros: os vossos Representantes Deputados da Assembléa Geral, solícitos em salvar a Pátria e confiando nos vossos sentimentos Nacionaes, tem-se constituído em Sessão permanente até de todo restabelecer-se a tranqüillidade publica, e cessarem as desconfianças, que vos tem dividido... [Proclamação aos brasileiros], Rio de Janeiro, 15 de Julho de 1831. Bahia: Na Typographia da Viuva Serva e Filhos, 1831. 1 p. (OR102,006,066 n. 1/MFN26199)*

TIPOGRAFIA: Massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem aos estilos antigo e tubular. Contém caracteres itálicos.

70

BRASIL. Assembléia Geral Legislativa. *Soldados: a Gloria que adquiriste no Campo da Honra pela vossa briosa união no dia Sete de Abril principia a declinar pelo espírito de insubordinação, desordens, que alguns d'entre vós acabão de manifestar: o susto, a consternação que tendes causado aos pacíficos Habitantes d'esta Cidade... [Proclamação aos soldados brasileiros], Palacio do Governo, 15 de Julho de 1831. Bahia: Na Typographia da Viuva Serva e Filhos, 1831. 1 p. (OR102,006,066 n. 2/MFN53093)*

TIPOGRAFIA: Massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem aos estilos antigo e tubular. Contém caracteres itálicos.

71

JOÃO DA VIRGEM MARIA KAXANGÁ, frei. *Oração d'Acção de graças pela feliz restituição á Patria dos seus denodados filhos marciaes, no dia 31 de julho de 1831, celebrada na Igreja dos religiosos franciscanos por o brioso e saudoso povo bahiense, que recitou e offerece à mesma tropa recém chegada, o padre exprovincial-immediato. Bahia: Typog. da Viuva Serva e Filhos, 1831. 12 p. (OR039,001,021/MFN9111)*

TIPOGRAFIA: Parte da página de rosto e massa de texto em letra bodônica. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

72

LIMA, Luiz dos Santos. *Proclamação: Habitantes da Bahia! A tranqüilidade publica acaba de ser alterada, e huma crise he certo que ameaçou esta famosa Capital; mas muito pôde o patriotismo Brasileiro, porque tudo se accomodou sem que o Solo Bahiano fosse salpicado do nosso sangue...* Bahia: Na Typographia da Viuva Serva e Filhos, 1831. [1]f. (OR102,005,036/MFN32269)

TIPOGRAFIA: Parte da massa de texto (a palavra “Proclamação” e a capitular estão em letra bodônica) em Garamond. Os numerais obedecem aos estilos antigo e tubular. Contém caracteres itálicos.

73

PAIM, Honorato José de Barros. *Proclamação: Bahianos! Alguns indivíduos da mais ínfima plebe coadjuvados por hum resto de Soldados insubordinados do Batalhão n.º 10, tendo á sua frente trez, ou quatro officiaes indignos de cingirem a banda, arrojaram-se hontem a affrontar o espaço publico, e a perturbar nossa tranqüilidade...* Bahia: na Typogr. da Viuva Serva e Filhos, 1831. 1 f. (OR039,001,024/MFN53047)

O nome da tipografia aparece, em parte (apenas “Viuva Serva”), impresso de maneira invertida.

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em letra bodônica. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: A inversão do nome da tipografia pode não ter significado maior que o de um erro grosseiro de impressão. No entanto, foi o ano de 1831 aquele em que ocorreram significativas manifestações antilusitanas, com forte rivalidade entre portugueses e brasileiros, fomentando o movimento nacional que culminou com a abdicação de d. Pedro I (REIS, 2003, p. 50).

PROCLAMAÇÃO.

BAhianos! Alguns individuos da mais infima plebe, coadjuvados por hum resto de Soldados insubordinados do Batalhão n.º 10, tendo á sua frente trez, ou quatro officios indignos de cingirem a banda, arrojaram-se hontem a affrontar o espaço publico, e a perturbar a nossa tranquillidade, apresentando-se em forma hostil, e os seus projectos para talvez ao depois reproduzirem nesta bella Cidade as mesmas terriveis scenas, que ultimamente tiveram lugar em Pernambuco; mas o seu monstruoso projecto felizmente abortiu mediante o valor, e intrepidez dos nossos Patricios, huns como Militares, e outros como Guardas Municipaes em Corpos respeitaveis. Os rebeldes virão-se obrigados em pouco tempo a largarem ignominiosamente as armas, e a nossa mosquetaria fez perseguir aos que romperão o fogo, sendo presos logo alguns, e desaparecendo os mais. Parece, que este foi o ultimo efforço que a cabilda de malvados tinha a fazer, e cujo resultado deve persuadir aos que escaparem ao rigor da Lei, que não he possivel supplantar nosso amor pela CONSTITUIÇÃO, e pela paz.

A ordem está de todo restabelecida, e nada ameaça a segurança publica. Resta que todos felicitemos mutuamente, e que continuemos a ser vigilantes na guarda da CONSTITUIÇÃO. Palacio do Governo da Bahia 29 de Outubro de 1831,

HONORATO JOSÉ DE BARROS PAIM.

Bahia na Typogr. da Viúva Serva e Filhos. Anno 1831.
Por cima dos Arcos de S. Barbara.

Bahia na Typogr. da Viúva Serva e Filhos. Anno 1831.
Por cima dos Arcos de S. Barbara.

74

PAIM, Honorato José de Barros. *Senhores do Conselho Geral de Província He com toda satisfação, que, em cumprimento do Art. 80 da Constituição do Imperio, aqui me apresento, para instruir a este Conselho acerca dos negocios publicos da Província e das Providencias, de que ella mais precisa para seu melhoramento...* Bahia, em 1º de Dezembro de 1831. Bahia: Na Typographia da Viúva Serva e Filhos, 1831. [2] p. (OR099A,009,005 ex. 1; OR102,005,038 ex. 2/MFN18431)

TIPOGRAFIA: massa de texto em letra bodônica. Os numerals obedecem aos estilos antigo e tubular. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: O autor oferece instruções sobre a necessidade da formação das guardas nacionais e mais medidas sobre instrução primaria, assistência social, etc.

75

SEU AFFECTUOSO LEITOR. *Correspondencia [ao] Sr. Redactor da Gazeta da Bahia: rogo-lhe] o obsequio de enserir na sua folha os seguintes officios e Portaria tirados por Certidão, a fim de que o Publico fique sciente, que até hoje 20 do corrente, ainda não houve a menor novidade com aquelles Empregados [da Curveta Defensora].* Bahia: Na Typographia da Viuva Serva e Filhos, 1831. [2] p. (OR057D,005,383/MFN25167)

TIPOGRAFIA: Parte da massa de texto está em Garamond (a palavra “Correspondencia” esta em Bodoni, enfeitada; e há uma frase em letra bodônica). Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

76

TRAMANDAÍ, Antero José Ferreira de Brito, barão de, 1787-1856. *Proclamação: Bahianos! Testemunha occular e companheiro no Exercito do Reconcavo em 1823, conheci que os Bahianos erão Leões na guerra, e pacificos Cidadãos na paz: e este he o character do Homem livre... Viva o Exercito do Reconcavo.* Bahia: Na Typographia da Viuva Serva e Filhos. 1831. 1 p. (OR102,006,068/MFN25470)

TIPOGRAFIA: massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

IV Impressão da Viúva Serva – 1829

1829

77

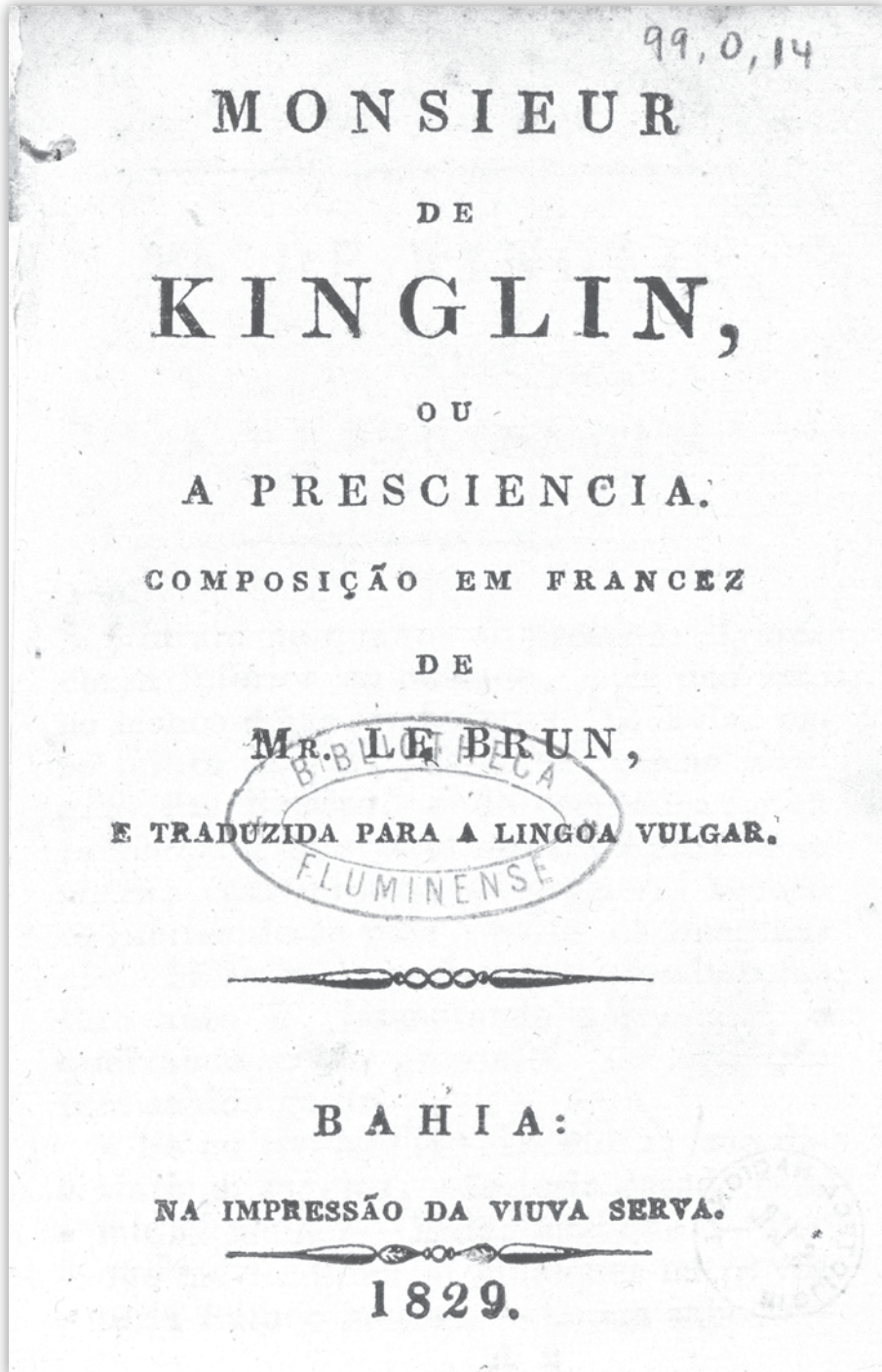
PIGAULT-LE BRUN, 1753-1835. *Monsieur de Kinglin, ou A Presciencia.* Composição em Francez de Mr. Le Brun, e traduzida para a lingua vulgar. Bahia: Na Impressão da Viuva Serva, 1829. 110 p. (OR099A,000,014/MFN13711)

Ex libris: Bibliotheca Fluminense.

Carimbo: “Bibliotheca Fluminense”.

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: A obra oferece inédita circunstância da Tipografia Silva Serva: a viúva, dona Maria Rosa da Conceição Serva, assina sozinha a responsabilidade da impressão de uma tradução, antes do período apontado pelo pesquisador Berbert de Castro, que seria entre 1833 a 1837.



V Tipografia da Viúva Serva – 1833-1837

1834

78

O POVO PARAENSE. Senhor. *O Povo Paraense, cansado de soffrer dispotismos, arbitrariedades e males, provenientes dos Prezidentes, e Commandantes d'armas, com excepção do Barão de Bagé, Visconde de Goyanna, e Antonio Corrêa Seára quando esperava, que, com a sahida do ex Presidente Machado, o successor deste Bernardo Lobo de Souza, achando em tranqüillidade a Provincia, e reconciliados os partidos, que a haviaõ dilacerado desde o dia sempre detestavel 7 de Agosto de 1831 ...* Pará 7 de Agosto de 1834. [Bahia]: Na Typographia da Viuva Serva, [1834]. 1 f. (OR099A,023,002/MFN53045)

TIPOGRAFIA: massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes.

1836

79

REBELO, Henrique Jorge, 1814-1879. *Memoria e considerações sobre a população do Brasil*. Bahia: Na Typographia da Viuva Serva, 1836. viii, 43 p. (OR153,002,020 n.1 ex. 1; OR099D,002,021 ex.. 2/MFN19092)
Carimbo: “Bibliotheca de F. R. Paz-Rio” (ex. 1).

TIPOGRAFIA: parte da página de rosto (a palavra “Brasil” está em *black letter*, caixa alta) e massa de texto em letra bodônica; colofão em chanceleresca. Os numerais obedecem ao estilo tubular, onde não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: O texto apresenta contundente defesa da condição humana em relação aos valores que vigoravam então. Por exemplo, a secção 5ª pondera sobre os danos do latifúndio, afirmando que “quando em huma Nação existe hum grande numero de ricos proprietarios, e hum mui pequeno de proprietários de 2ª ordem, necessariamente nesse Paiz existe hum numero excessivo de mercenarios e trabalhadores. A grande propriedade de hum só suppõe a falta de propriedade em muitos...” (p. 14); a secção 17ª questiona a escravidão, ponderando que “no Codigo da Natureza não encontraremos hum só titulo próprio a legitimar a escravidão, nem preço capaz de a pagar” (p. 31).

1837

80

CAIXA ECONOMICA DO ESTADO DA BAHIA. *Estatutos da Caixa Economica da Cidade da Bahia, com as reformas adoptadas até 28 de outubro de 1836*. Bahia: na Typogr. da Viuva Serva, 1837. 22 p. (OR039,001,022/MFN10963)

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em letra bodônica. Os numerais obedecem ao estilo antigo, em que os números não têm a mesma altura, com características ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

81

GOMES, Francisco Agostinho, 1769-1842. *Memoria apologetica do Tratado de Commercio, negociado entre o Ministro do Brasil, e o Ministro de Portugal, e dos Snrs. Deputados, que na Camara Temporaria o sustentarão*. Bahia: Na Typographia da Viuva Serva, 1837. 56, [1] p.: (OR039,001,003 ex. 1; OR099A,000,006 ex. 2/MFN11582)

Exemplar incompleto: faltam as p. 53-56 e a página da “Advertencia” (ex. 2). Defeito de impressão: a letra O de “Ministro”, na página de rosto, não foi impressa (ex. 2).

TIPOGRAFIA: parte da página de rosto (o nome do autor está em *black letter*, caixa alta) e massa de texto em letra bodônica. Os numerais obedecem ao estilo antigo, em que os números não têm a mesma altura, com características ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: o autor “concorreu poderosamente para a fundação da bibliotheca publica da Bahia, doando-a de grande parte de sua importante livraria” (BLAKE, 1883-1902, v. 2, p. 383).

82

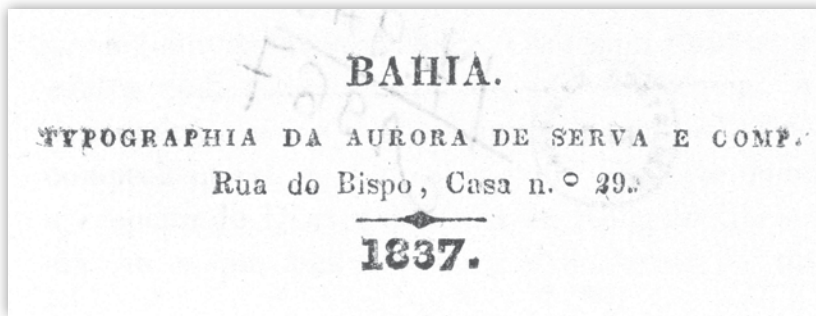
STORCHENAU, Sigismund von. *Instituições logicas*. Traduzidas do latim para o vulgar pelo Dr. Antonio Joaquim das Mercês... para a instrução da Mocidade Brasileira. Bahia: Na Typogr. da Viuva Serva, 1837. 499, iii p. (OR202,004,003/MFN31191)

Ex libris: Bibliotheca Fluminense.

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em letra bodônica. Os numerais obedecem ao estilo tubular, onde não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: esta é a mais extensa edição da Tipografia Serva, da coleção da Biblioteca Nacional. O arranjo da publicação apresenta cuidado evidente com as páginas paratextuais – há inclusive um “Índice dos capítulos”. Dentre os muitos e solenes capítulos, distribuídos em três partes, há que destacar o Capítulo V, da parte III, que trata “Da Interpretação, e leitura dos Livros”.

VI Tipografia da Aurora, de Serva e comp. ou Tipografia de Serva e Comp. – 1836-1838



1837

83

COELHO, Romualdo de Souza, 1762-1841. *Instrução pastoral sobre o Santo Sacrificio da Missa que dirigio aos seus diocesanos o Excellentissimo e Reverendissimo Bispo do Pará...* Bahia: Typ da Aurora de Serva e Comp., 1837. 1 v. (OR039,002,029/MFN53066)

Exemplar incompleto: faltam as páginas posteriores à p. 48.

Anotações manuscritas: vários cálculos (guarda preliminar).

TIPOGRAFIA: página de rosto (apresenta palavras em fonte egípcia ou *slab serif*) e massa de texto em letra bodônica. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

84

CUNHA, Benigno José de Carvalho e, 1789-1849. *A religião da razão ou A harmonia da razão com a religião revelada*. Bahia: Typographia da Aurora de Serva e Comp. 1837. 2 v. (OR099A,000,027-28 ex. 1; OR099A,000,031 ex. 2; OR099A,000,020/OR099A,000,030 ex. 3/MFN53067)

v. 1: 172 p.; v. 2: 250 p.; 2 v. em 1 (ex. 2)

Erro ou defeito de impressão: o colofão do v. 2 apresenta como imprenta “Bahia: Typ. Da Aurora da Bahia de M. A. da S. Serva, 1810 [ou 1840?]”.

Ex libris: Coll D. Thereza Christina Maria (ex. 1).

TIPOGRAFIA: na página de rosto, as palavras “A religião da razão” estão em fonte egípcia ou *slab serif*; massa de texto em letra bodônica. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: “Sei que esta obra se imprimiu no Brasil em 3 volumes de 8º no ano de 1840, ou pouco antes; mas não poudes ver d’ella algum exemplar” (SILVA, 1858-1958, t. 1, p. 342). O colofão do volume 2 leva a crer que a impressão da obra foi concluída pelo filho, Manoel Antônio da Silva Serva, em 1840 – visto que não há qualquer possibilidade, pelas características da edição, que tenha sido impressa em 1810.

A RELIGIÃO DA RAZÃO

OU

A HARMONIA DA RAZÃO COM A RELIGIÃO
REVELADA.

DEDICADA

AO EXCEL. E REVERENDÍSSIMO SENHOR D. ROMUALDO AN-
TONIO DE SEIXAS, ARCEBISPO DA BAHIA, METROPO-
LITANO DO BRASIL, DO CONSELHO DE SUA Magestade
O IMPERADOR, GRANDE DIGNITARIO DA ORDEM DA
ROZA, DA ACADEMIA DAS SCIENCIAS DE MUNICH, DE-
PUTADO DA ASSEMBLEIA GERAL, &c. &c. &c.

POR

SEO AUTOR

Benigno José de Carvalho e Cunha, Presbitero
Secular, Examinador Synodal do Arce-
bispado da Bahia.

////////////////
VOLUME II.
////////////////

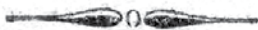


BAHIA.

TYPOGRAPHIA DA AURORA DE SERVA E COMP.

Rua do Bispo, Casa n.º 49.

1837.



BAHIA.

TYP. DA AURORA DA BAHIA DE M. A. DA S. SERVA

Quina opposta á do Aljube n. 6.

—————

1840.

85

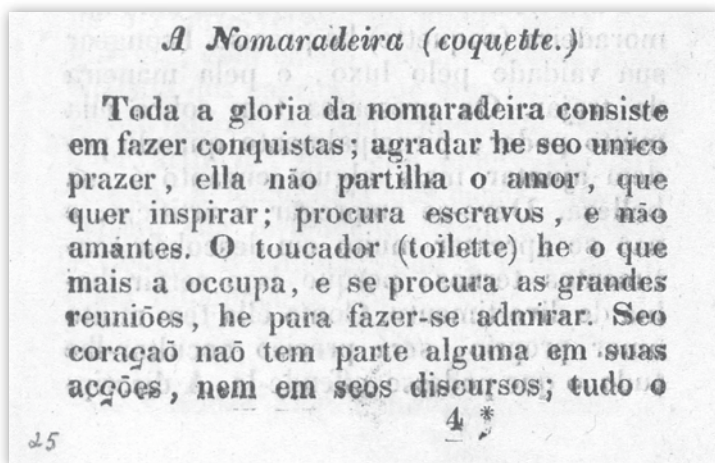
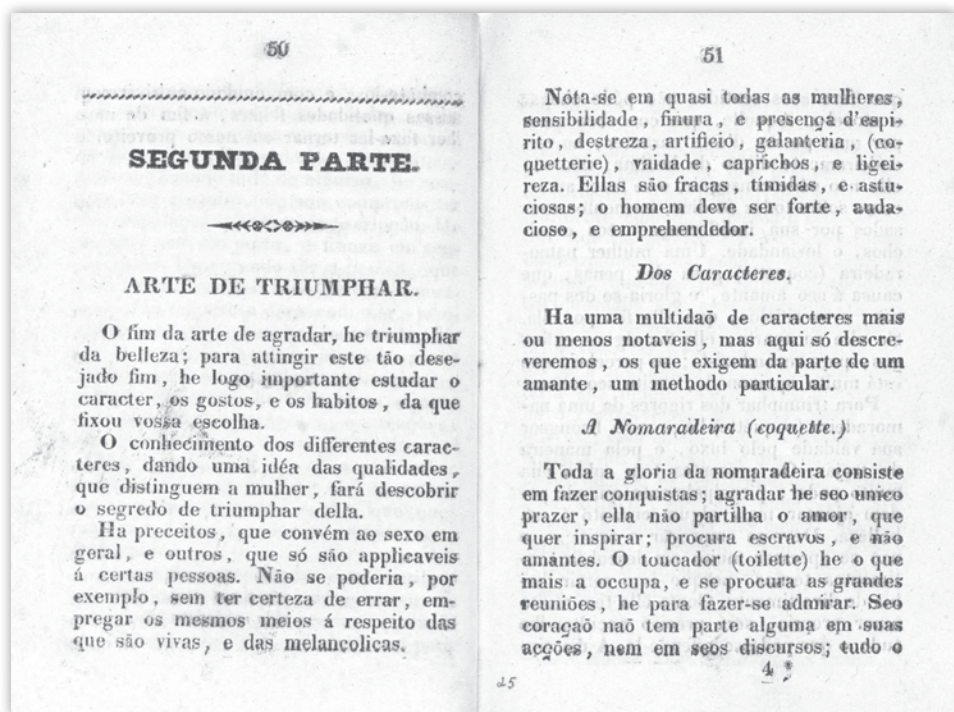
NOBREGA, Bernardino Ferreira, 1800?-1837? *A dança dos mortos, offerecida aos vivos*. Bahia: Typ. da Aurora de Serva e Comp. , 1837. [1] f. , iv, 40 p. (OR106,004,034/MFN17817)

TIPOGRAFIA: a página de rosto apresenta palavras em fonte egípcia ou *slab serif* e em bodoni, enfeitada. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, com características ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: A obra pretende “corrigir vícios, e guiar o genero humano pelo legitimo caminho da virtude” (p. I), a partir das experiências do autor numa viagem à Alemanha. Dentre as muitas curiosidades, destaca-se a descrição que faz das mulheres que observou: “[...] suas mulheres revestidas de carnes, bem que umas mais *magrinhas*, e outras mais *gordinhas*, mas cada qual querendo ser mais delicada da cintura á força do arrôxo dos espartilhos”.

86

SAINT-ANGE, Luiz de. *O segredo de triumphar das mulheres e de torna-las constantes, seguido dos signaes que annunciam a inclinação ao amor e dos pensamentos de Montaigne de Labruyere, e de Laroche Foucault, sobre as mulheres, o casamento, e a sociedade*. Bahia: Typographia da Aurora de Serva e Comp., 1837. 236 p. (OR099A,000,018/MFN53065)



TIPOGRAFIA: parte da página de rosto apresenta palavras em fonte egípcia ou *slab serif* em Bodoni, enfeitada. Os numerals obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, com características ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: A segunda parte do livro é extremamente interessante, porque mostra a visão que, à época, se tinha das mulheres. O autor apresenta uma verdadeira tipologia: *a Namoradeira, a Virtuosa fingida, a*

Indifferente, a Viva, a Romanesca, a Melancólica, a Caprichosa, a Orgulhosa, a Pérfida, a Devota, a Sabia, a Affectada e a Exaltada (p. 50-72)

87

SILVA, Manoel Antonio da. *Restauração da Bahia em 1625, ou A expulsão dos Holandeses*. Offerecida ao Illustrissimo Senhor Tenente Coronel Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva, Administrador do Theatro Publico da Bahia... para ser representada no mesmo Theatro, em o Dia Dous de Julho de 1837. Bahia: Typ. da Aurora de Serva e Comp. 1837. 2 f., 54 p., 1 f. (OR034,000,066/MFN30768)

TIPOGRAFIA: parte da página de rosto (apresenta trechos em fonte egípcia ou *slab serif* e em bodoni, enfeitada) e massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo tubular, onde não há variação de altura, com características ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: a obra é uma peça teatral sobre um momento da História do Brasil, com 14 personagens, que falam – identificados, porque o autor enumerou aqueles que “Não fallam”: a *Tropa Bahiana*, o *Povo dito* e a *Tropa Hollandeza*.

1838

88

PACCA, Manoel Joaquim Pinto, m. 1864. *Correspondencia official do Quartel Mestre General, o Tenente Coronel Manoel Joaquim Pinto Pacca, no Acampamento de Pirajá, durante o ataque da Cidade pelas Tropas da Legalidade nos memoraveis dias 13, 14, 15, e 16 de março de 1838*. Bahia: Na Typ. da Aurora de Serva e Comp. 1838. 28 p. (OR039,002,030/MFN53068)

TIPOGRAFIA: página de rosto e massa de texto em letra bodônica. Os numerais obedecem ao estilo tubular, onde não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: o autor foi “condecorado com a medalha da Campanha da Independencia, na Bahia”; [e] foi em varias legislaturas deputado à assembléa geral” (BLAKE, 1883-1902, v. 6, p. 123)

89

PIRAJÁ, Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, visconde de, m.1848. *Elogio offerecido à S. M. I. o Senhor D. Pedro 2º pelo fiel criado da Sua Imperial Casa, Visconde de Pirajá*. [Bahia]: Typ. de Serva e Comp. 1838. 3 p. (OR088,004,010 n. 021/MFN8704)

TIPOGRAFIA: parte da massa de texto (a palavra “Elogio” está em Bodoni, enfeitada) e massa de texto em Bodoni. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, com características ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

VII Tipografia Imperial e Constitucional de Viuva Serva – 1838-1840

90

CALADO, João Crisóstomo, 1780-1857. *Quartel general da Bahia 17 de março de 1838: Ordem do dia n.º 13*. [Bahia]: Typogr. Imperial e Constitucional, de Viuva Serva, 1838. 1 p. (OR102,004,103/MFN27001)

Defeito de impressão: a mancha de texto está enviesada, em relação ao papel, que traz a marca do papeleiro italiano “Al Masso”.

Ex libris: Collecção Benedicto Ottoni.

TIPOGRAFIA: massa de texto em Bodoni; colofão em Garamond. Os numerais obedecem aos estilos antigo e tubular. Contém caracteres itálicos.

91

SANTA CRUZ, Romualdo Antonio de Seixas, marquês de, 1787-1860. *Pastoral em que o Excel. e Ver. Senhor D. Romualdo Antonio de Seixas, Arcebispo da Bahia, Metropolitano do Brasil... recolhendo-se á Capital da Provincia, depois d’extinta a revolta, saúda e felicita seus diocesanos*. Bahia: Na Typ. Imperial e Constitucional de Viuva Serva, 1838. 11 p. (OR039,001,003B/MFN20054)

TIPOGRAFIA: massa de texto em Bodoni; colofão e assinatura do arcebispo em Garamond. Os numerais obedecem ao estilo antigo, onde os números não possuem a mesma altura, com características ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

VIII Tipografia de Manoel Antonio da Silva Serva (filho) – 1838-1840

1838

92

REBOUÇAS, Antônio Pereira, 1798-1880. *Ao Sr. Chefe de Policia [Francisco] Gonçalves [Martins], responde o Rebouças... Bahia, 13 de Dezembro de 1838.* Bahia: Typ. de Manoel Antonio da Silva Serva, 1838. 119 p. (OR107,001,053 ex. 1; OR151,004,024 n. 001 ex. 2/MFN19372)

TIPOGRAFIA: parte da página de rosto (apresenta palavras em fonte egípcia ou *slab serif* em Bodoni, ornamentada), capital ornamentada e massa de texto em letra bodônica.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: o autor, “em 1822 tomou parte mui activa na lucta da independência, prestando então a favor della serviços relevantes, que lhe mereceram o grau de cavalleiro da ordem do Cruzeiro” (SILVA, 1858-1958, t. 8, p. 424).

1839

93

FIGUEIREDO, Joaquim Bento Pires de. *Ao publico: exposição do Inspector da Thesouraria da Bahia sobre a arrematação da Sisalha de Cobre, feita perante a mesma Thesouraria em 31 de maio de 1837... Bahia 22 de Junho de 1839.* Bahia: Na Typ. de Manoel Antonio da Silva Serva, 1839. 6 p. (OR057J,005,115/MFN25737)
Inclui 19 anexos numerados, que o autor juntou à Exposição.

TIPOGRAFIA: massa de texto em Bodoni. As palavras “Ao público” estão em fonte egípcia ou *slab serif*. Os numerais obedecem ao estilo tubular, onde não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

94

GARRETT, Almeida, 1799-1854. *Camões, poema: dedicado à Ilustrissima Senhora D. Ignacia Maria de Carvalho e Lima, digna filha do Illustrissimo Sr. Francisco Xavier de Carvalho... Bahia: Reimp. na Typ. de M. A. da S. S., 1839.* viii, v, 184 p. (OR016,002,007 ex. 1; 016,002,008 ex. 2/MFN12262)
Ex dono: Felix Ferreira (ex. 2)
Ex libris: Collecção Benedicto Ottoni (ex. 2).

TIPOGRAFIA: na página de rosto, a palavra “Camões” está em Bodoni ornamentada; a palavra “Poema” está em fonte egípcia ou *slab serif*; e os dados de impressão, após o local, estão em chanceleresca. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Massa de texto em Bodoni. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: “Nas obras do sr. Garrett, como poeta, há além do mérito extraordinário que as distingue, uma circunstancia que lhes dá o primeiro lugar na litteratura portugueza do século XIX, e vem a ser que ellas começaram o período de transição entre a velha litteratura da escola chamada clássica, e a da escola que denominam romântica” (SILVA, 1858-1958, t. 10, p. 180).

1840

95

ABBOTT, Jonathas, 1796-1868. *Prologo ao Curso de Anatomia, recitado no Amphiteatro da Eschola de Medicina aos 6 de Março de 1840*. Bahia: Typ. de Manoel Antonio da Silva Serva, 1840. 31 p. (OR093,002,029 n. 002/MFN53052)

Exemplar incompleto: faltam as p. 17-31.

Ex libris: Collecção Benedicto Ottoni.

TIPOGRAFIA: as palavras Curso de Anatomia, na página de rosto, estão em Bodoni ornamentada. As palavras Eschola de Medicina estão em fonte egípcia ou *slab serif*. Os numerais obedecem ao estilo tubular, e que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

IX Tipografia Imperial e Constitucional de Manoel Antonio da Silva Serva [filho] ou Tipografia de M. A. da S. Serva – 1841-1846

1843

96

CAPIRUNGA, Antonio Ferreira Santos, n.1790. *Poesias...*: tomo primeiro dedicado e offerecido ao Illm. Sr. João da Silva de Miranda... Bahia: na Typografia de M. A. da S. Serva, 1843. 163 p. (OR081,003,037 ex. 1; 099A,000,033 ex. 2/MFN8410)

TIPOGRAFIA: massa de texto em Bodoni, ornamentada. A dedicatória e alguns entretítulos estão em fonte egípcia ou *slab serif*; e os dados de impressão, após o local, estão em canceleresca. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Contém caracteres itálicos.

RARIDADE/IMPORTÂNCIA: o autor, “poeta muito estimado, [...] prestou serviços à causa da independência” (BLAKE, 1883-1902, v. 1, p. 164).

97

SERVA, Manoel Antonio da Silva. *Exposição das razões que reclamão o Tratado de Commercio entre o Brasil e Portugal, seguida de varias pessas concernentes ao mesmo objecto, offerecida a Illustrissima Associação de Commercio desta Cidade da Bahia pelo Edictor Manuel Antonio da Silva Serva*. Bahia: Na Typographia de M. A. da S. Serva, 1843. 59 p. (OR039,001,026 ex. 1; OR039,001,025 ex. 2/MFN53049)

Inclui, ao final, a lista dos “Sócios da Associação Commercial da Bahia”

O autor assina a obra como editor.

TIPOGRAFIA: na página de rosto, as palavras “Tratado de Commercio” estão em fonte egípcia ou *slab serif*. A palavra “Exposição”, na p. 2, está em Bodoni, ornamentada. A palavra “Bahia”, na imprenta, está em *black letter*. Os numerais obedecem ao estilo tubular, em que não há variação de altura, sem ascendentes e descendentes. Massa de texto em Bodoni. Contém caracteres itálicos.

EXPOSIÇÃO
DAS
RAZÕES QUE RECLAMÃO
O
TRATADO DE COMMERCIO
ENTRE O BRASIL E PORTUGAL,
SEGUIDA DE VARIAS PESSAS CONCERNENTES
AO MESMO OBJECTO,
OFFERECIDA
A' ILLUSTRISSIMA ASSOCIAÇÃO DE COM-
MERCIO DESTA CIDADE DA BAHIA,
PELO EDICTOR
Manoel Antonio da Silva Serva.



Bahia

Na Typographia de M. A. da S. Serva.

1843.

Referências

- ARAUJO, Jorge de Souza. Livros e leituras no Brasil antes e depois de João VI. *Labirintos*: revista eletrônica do Núcleo de Estudos Portugueses [da Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS], Feira de Santana, n. 8, 2. sem., 2010. Disponível em: <http://www.uefs.br/nep/labirintos/edicoes/02_2010/02_dossie_jorge_de_souza_araujo.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2015.
- BARRETO, M. R. N. *A medicina luso-brasileira...* 2005. Tese (Doutorado) – Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/6142/2/4.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2015
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Catálogo da Exposição de História do Brasil*: realizada na Biblioteca Nacional... a 2 de dezembro de 1881. Organizado na administração de B. F. Ramiz Galvão. Rio de Janeiro, 1881.
- BIBLIOTHECA brasiliense: catalogo anotado dos livros sobre o Brasil e de alguns authographos e manuscriptos pertencentes a J. C. Rodrigues. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1907.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1883-1902. 7 v.
- CASTRO, Renato Berbert de. *A primeira imprensa da Bahia e suas publicações*: tipografia de Manuel Antônio da Silva Serva, 1811-1819. Salvador: Secretaria da Educação e Cultura, Departamento da Educação Superior e da Cultura, 1968.
- _____. (Org.). *Catálogo da exposição de impressos, comemorativa do transcurso do sesquicentenário do falecimento de Manuel Antônio da Silva Serva, introdutor na Bahia da Tipografia, do Jornal e da edição, ocorrido em 3 de agosto de 1969*. Salvador: Secretaria da Educação e Cultura: Conselho Estadual de Cultura, [1969?].
- GRANDE enciclopédia portuguesa e brasileira. Lisboa: Ed. Enciclopédia, 1960.
- GUERRA, Francisco. *Bibliografia médica brasileira*: período colonial, 1808-1821. New Haven, Connecticut: Yale University, School of Medicine, Department of the History of Medicine, 1958. Disponível em: <http://archive.org/stream/39002086348134.med.yale.edu/39002086348134.med.yale.edu_djvu.txt>. Acesso em: 30 mar. 2015.
- MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana*. Lisboa Occidental: A.I. da Fonseca, 1741-1759.
- MORAES, Rubens Borba de. *Bibliographia brasiliiana*; rare books about Brazil published from 1504 to 1900 and works by Brazilian authors of the Colonial period. Rev. and enlarged edition. Los Angeles, UCLA Latin American Center Publications; Rio de Janeiro, Kosmos, c1983.
- _____. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979.

- PASSOS, Alexandre. *A imprensa no período colonial*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde. Serviço de Documentação, 1952.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario bibliografico portuguez*. 2. ed. Lisboa, Impr. Nacional, 1858-1958.

A Gália de César na representação cartográfica do renascentista Abraham Ortelius

Maria Dulce de Faria

Bibliotecária. Chefe da Divisão de Cartografia
da Fundação Biblioteca Nacional/CCSL/CAE.





Resumo

Este texto constitui uma análise histórico-geográfica do mapa *Gallia Vetus* do cartógrafo* renascentista Abraham Ortelius, a partir do texto latino *Caesaris Commentarii de Bello Gallico*. Esse mapa integra o conjunto de cartas antigas do *Parergon*, suplemento do *Theatrum orbis terrarum*, de Ortelius, edição de 1612, do acervo da Divisão de Cartografia da Biblioteca Nacional. A área representada no mapa abrange desde os Montes Pirineus, na divisa com a Hispania (Espanha), até o Rio Reno, no limite com a Germania (Alemanha), o território do domínio romano no sul da Gália e na parte meridional da Britannia (Grã-Bretanha). Estão também aí indicados cidadelas, rios, povos e alguns extratos dos *Commentarii*, como o local da morada dos druidas. As indicações de Ortelius são as fontes básicas de vários estudos posteriores, os quais são aqui confrontados com o texto latino de César. Esse confronto é crucial para se identificar a fidelidade ou não dos dados representados pelo cartógrafo no mapa de acordo com a teoria ptolomaica que entende a cartografia como uma representação gráfica do mundo.

Palavras-chave: *César. História. Guerras Gálicas, 58-52 a.C. Mapas.*

Abstract

This text is a historical and geographical analysis of the *Gallia Vetus* map by the Renaissance cartographer Abraham Ortelius, derived from the Latin text *Caesaris commentarii de Bello Gallico*. This map is included in a set of old charts from the *Parergon*, the supplement of Ortelius' *Theatrum orbis terrarum*, edition of 1612, which belongs to the Cartography Division collection of the National Library. The area represented on the map stretches from the Pyrenees, on the border of Hispania (Spain), to the Rhine River, on the border of Germania (Germany), the Roman domain in southern Gaul, and the conquered southern part of Britannia (Britain). Citadels, rivers, and people, as well as some extracts of the *Commentarii*, as the Druids' place of abode, are depicted on this map. Ortelius' indications are the basic sources of various other studies, which are here confronted with Ceasar's Latin text. This confrontation is crucial to identify the fidelity to the data represented by the cartographer on the map according to the Ptolemaic theory that considers mapping as a graphical representation of the world.

Keywords: *Caesar. History. Gallic Wars, 58-52 a.C. Maps.*



* Cartografia é uma palavra criada pelo visconde de Santarém, em uma correspondência a Francisco Adolfo Varnhagen, em 1839. Assim, chamamos Ortelius de cartógrafo neste texto para denominar, de forma geral, o cosmógrafo e geógrafo.

1 Introdução

Nossa proposta de trabalho é a análise histórico-geográfica do mapa *Gallia Vetus*, parte integrante do *Parergon theatri*, obra do cartógrafo renascentista Abraham Ortelius, nascido em 1527 em Antuérpia, região de Flandres, hoje ocupada pela Bélgica, onde viveu até o ano de sua morte, 1598. Ele foi, sem dúvida, um dos grandes eruditos do Renascimento. Nessa época o papel já circulava pela Europa e era utilizado para as novas invenções, como a impressão tipográfica e as técnicas de gravação – xilogravura, metal a buril e água forte. A geografia do mundo se modificava com os novos descobrimentos de terras devido às expansões ultramarinas e à redescoberta da *Geographia* de Cláudio Ptolomeu, “manual” de elaboração de mapas que continha as coordenadas geográficas e a teoria da projeção.

Desde meados da Idade Média vinham ocorrendo mudanças no pensamento humano/religioso e no desenvolvimento científico e tecnológico decorrentes, em parte, da ampliação do acesso aos estudos literários, históricos, artísticos e filosóficos da Antiguidade Clássica, situação que tomou vulto no Renascimento e se estendeu até meados do século XVII. Assim, os humanistas, principalmente pesquisadores e colecionadores, tinham como preocupação buscar uma “Antiguidade Clássica autêntica” (DELUMEAU, 1983, v. 1, p. 95), o que os fez deparar, em escavações arqueológicas, com documentos manuscritos de Tácito, Cícero, Plauto e outros, além de obras artísticas (DELUMEAU, 1983, v. 1, p. 87-88, 95-96). A partir da invenção da imprensa, foram publicadas diversas obras de escritores gregos, latinos (tanto religiosos quanto pagãos), e a expansão da vida intelectual foi beneficiada. Como exemplo, temos, em versão incunábula,¹ oito publicações da *Geographia* de Ptolomeu, e ainda 546 edições de diversas obras de Vergílio, impressas entre 1460 e 1600. É importante notar que a edição *princeps*² do *De Bello Gallico* de César é datada de 1469, 19 anos depois do advento dessa nova técnica (CÉSAR, 1937, t. 1, p. IV). Observamos ainda que a primeira publicação da imprensa de Johann Gutenberg foi a *Bíblia*, em Mainz (Mogúncia), em 1455. O interesse em publicar as obras da Antiguidade Clássica cresceu ao longo do século XVI, momento do estabelecimento de tipografias em diversas regiões da Alemanha, depois na Itália e França e que, ainda no século XVI, chegaram à Bélgica. Antuérpia principalmente tornou-se um dos grandes centros culturais e econômicos da Europa renascentista. Dentre os 50 impressores existentes na Europa, 30 se localizavam em Antuérpia. Na segunda metade do

1. Incunábulo: do latim *incunábula –orum*, significa berço, no sentido figurado lugar do nascimento, origem, começo (Faria, 1991); daí designar livro publicado desde a origem da imprensa, meados do século XV, até 1500.

2. Edição *princeps*: primeira edição de um livro.

século XVI, no entanto, a cidade sofreu um declínio econômico, devido à luta político-religiosa entre o Norte protestante e a Espanha, que terminou com a tomada pela Espanha da Bélgica e, em consequência, de Antuérpia. Mas a prosperidade cultural perdurou até meados do século XVII, destacando-se grandes impressores como Christopher Plantin e seus genros Frans Van Raphelengen e Jan Moretus, que depois criaram a firma Plantin-Moretus.

Em razão desse movimento cultural, houve um aumento significativo dos acervos das bibliotecas com documentos manuscritos e impressos, bem como o crescimento do número de escolas secundárias, universidades, bibliotecas e o surgimento dos primeiros museus por toda a Europa.

Foi nesse período que Ortelius produziu uma obra encadernada, inovando um padrão de mapas, agora em folhas da mesma dimensão, com o título de *Theatrum orbis terrarum* (“O teatro do globo terrestre”). A palavra *theatrum* (FARIA, 1985), “na concepção de Cícero é uma construção em forma de círculo onde se representam os jogos cênicos, podendo ser atribuída para a representação do mundo, nome que permaneceu por pouco tempo”.

O *Theatrum* de Ortelius consistiu de texto, 53 mapas compilados de diversos cartógrafos, gravados sobre metal, uma lista de nomes, sob o título *Catalogus auctorum tabularum geographicarum...* (“Catálogo dos autores dos mapas geográficos...”) e um índice de nomes geográficos antigos intitulado *Antiqua regionum, insularum, urbium, oppidorum montium, promontorium, siluarum, pontium, marium, sinuum, lacuum, paludum, fluuiorum, & fontium nomina, recentibus eorundem nominibus explicata; auctoribus quibus sic vocantur, adiectis*,³ compilado com a ajuda de Arnold Mylius, amigo do autor. Ortelius dedicou esse conjunto ao rei da Espanha⁴ e dos Países Baixos, Felipe II,⁵ de quem mais tarde tornou-se cartógrafo. Com a sua nova forma, o *Theatrum* marcou uma época na cartografia, sendo considerado por muitos estudiosos como o primeiro atlas publicado. No mesmo ano, ele lançou mais duas edições, mas não incluiu o dia e o mês, como fez na edição *princeps* – 20 de maio de 1570.⁶ A importância de tal obra era tanta que até 1621 cerca de quarenta edições foram publicadas em latim, espanhol, alemão, francês e holandês. Essa foi a época, também, da difusão da leitura em outras línguas para aqueles que não sabiam latim.

3. “Nomes antigos das regiões, ilhas, cidades, fortalezas, montes, promontórios, florestas, pontes, mares, baías, lagos, pântanos, rios e das fontes, assim chamados e acrescentados pelos autores.”

4. A Bélgica pertenceu à Espanha do século XVI a 1713, quando foi cedida à Áustria. Em 1815 foi integrada à Holanda, da qual se tornou independente em 1831. Em 1948, a Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo formaram o chamado “Benelux” (België, Nederland e Luxemburg, em neerlandês).

5. Esta dedicatória aparece em todas as edições do *Theatrum orbis terrarum*.

6. A Biblioteca da Marinha, que pertence à Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação do Ministério da Marinha, possui a edição princeps do *Theatrum orbis terrarum*.

Contemporâneo a ele, seu amigo e rival Gerard Mercator elaborou um volume de cartas geográficas intitulado *Atlas sive cosmographicae meditationes de fabrica mundi et fabricati, figura*,⁷ comparando o seu trabalho ao do deus grego Atlas, que sustentava o mundo sobre os ombros. O termo *atlas* foi utilizado no Renascimento concorrendo com *theatrum* e permaneceu com o sentido de conjunto de documentos cartográficos, suplantando a segunda nomenclatura. Além disso, Mercator tornou-se notável pela famosa projeção que conserva o seu nome, deixando em segundo plano os trabalhos de Ortelius.

Cabe observar que Ortelius apresenta algumas falhas de informação nas indicações dos mapas conhecidos naquela época. Um exemplo é o mapa *Americae sive Novi Orbis nova descriptio* [Nova descrição da América ou do Novo Mundo], cuja legenda sobre o Brasil apresenta falhas vocabulares e históricas: *Bresilia* [e não *Brasilia*] a *Lusitanis* Aº 1504 [e não 1500] *inuenta* (Brasil descoberto pelos lusitanos no ano de 1504).

Ao mesmo tempo, porém, nosso autor publicou, pela primeira vez, em 1579, o *Parergon*, com três mapas históricos, tanto sacros quanto profanos, e o *Nomenclator ptolemaicus; omnia locorum vocabula quae in tota ptolemaei geographia occurrunt, continens ad fidem graecis codicis purgatus; & in ordinem non minus utilem quam elegantem digestus*,⁸ um índice de nomes geográficos na Antiguidade. A esses mapas, ele mesmo acrescentou, no decorrer dos anos, outros mapas do mesmo teor.

Hoje os estudiosos começam a ver os seus trabalhos com novos olhos.

A metodologia empregada para a análise do mapa em questão parte de uma visão biblioteconômica da documentação cartográfica histórica.

Este estudo apresenta dois tipos de análise: a primeira, uma análise *extrínseca*, trata da descrição física (manuscrito ou tipo de gravação, ilustração, suporte), data de elaboração, dedicatória, dados matemáticos (escala, projeção e coordenadas geográficas) e sua ligação ou não com determinada coleção. Em seguida, uma análise *intrínseca*: como o mapa se refere à conquista da Gália por Júlio César, é importante verificar a fidelidade dos topônimos e dos dados históricos indicados no mapa *Gallia Vetus* de Ortelius – estudo este fundamental quando se trata do período renascentista. A fonte latina que serviu de base para esse estudo foi aquela das edições Les Belles Letres, *César: guerres de gaules. Texte établi et traduit par L. A. Constans*. Além disso, nosso interesse estará voltado também para a questão das variantes no uso da língua latina nos diversos manuscritos apresentados na edição crítica que usamos.

7. "Atlas ou meditações cosmográficas sobre a fabricação do mundo e da forma criada."

8. "Vocabulário ptolomaico; contendo todos os nomes dos locais que ocorrem na geografia de Ptolomeu completa; corrigido em fidelidade aos códigos gregos e dividido em uma ordem não menos útil do que elegante."

2 Desenvolvimento

O foco da análise será o cotejo entre alguns topônimos e nomes dos povos e seus chefes encontrados nos *Commentarii* de César das edições Belles Lettres e aqueles encontrados no mapa *Gallia Vetus* de Abraham Ortelius. Além disso, serão observadas as variantes dessas nomenclaturas transcritas dos manuscritos medievais, tomando por base a fonte acima mencionada.

2.1 O De Bello Gallico de Caio Júlio César

Caio Júlio César nasceu em Roma e viveu no século I a.C. (100 a.C.-44 a.C.). Pertenceu a gens *Iulia*, uma família de patrícios, cuja ascendência é atribuída a Iulus, filho do príncipe troiano Enéias e, portanto, neto da deusa Vênus.

Na juventude, César foi perseguido pelo ditador Sila,⁹ que o obrigou a sair de Roma. Após a morte desse general, ele retornou a Roma, período em que propriamente inicia a sua carreira política. Em 60 a.C., fez um pacto com Crasso e Pompeu, formando o primeiro triunvirato, o que lhe assegurou o Consulado, em 59 a.C. Nessa época ele iniciou a campanha na Gália, que relatou nos chamados *Commentarii de Bello Gallico* (“Comentários sobre a guerra gaulesa”), fonte para este estudo.

Não existe referência segura sobre a ameaça da invasão gaulesa nas províncias romanas, excetuando-se os *Commentarii de Bello Gallico*, de César (CANFORA, 2002, p. 131). Existia, sim, o temor do povo romano diante da ameaça germânica sobre a Itália em função da lembrança da invasão cimbriaca, favorecendo com isto o apoio à campanha de César na Gália. Os autores latinos que cantaram esse episódio foram Publio Terêncio Varro, em *Bellum sequanicum* (campanha de César contra Ariovisto), Caio Valério Catulo, no *Carmen XI*, e mais tarde Cícero, nos *Discursos*.

Os *Commentarii de Bello Gallico*, obra também conhecida como *De Bello Gallico* ou ainda *Bellum Gallicum*, têm um cunho político, em que o general romano narra a campanha da Gália, ocorrida entre 58 a.C e 52 a.C. Composta por oito livros, a obra foi concluída, no livro VIII, por Aulo Hircio, amigo de Júlio César.

O título *Commentarii de Bello Gallico* não foi retirado dos manuscritos mais antigos e nem daquele que César publicou (CÉSAR, 1937, t. 1, p. v). Foi transcrito de cópias manuscritas medievais dividido em duas classes, comumente designadas pelas letras α e β . Muitos desses manuscritos trazem o título *Libri Gaii (Iulii) Caesaris Belli Gallici (Iuliari) de narratione temporum*¹⁰

9. Há uma divergência quanto à escrita do nome em português. Aparece “Sila” em algumas obras, como em *Júlio César*, de Luciano Canfora, e “Sula”, no *Dicionário Oxford de Literatura Clássica* (1998, p. 472).

10. “Livros de Caio Júlio César sobre a narrativa dos tempos da Guerra Gálica.”

e a subscrição, dividida nas classes α e β . Na subscrição da classe α , lê-se *C. Caesaris pont. max. ephimeris rerum gestarum Belli Gallici liber VIII explicit feliciter*,¹¹ na subscrição β , lê-se *Hircii Pansae rerum gestarum Belli Gallici Gai Iulii Caesaris pont. max. Lib. VIII. explicit feliciter*.¹² Segundo Constans a palavra grega *ephimeris*, que consta na subscrição α , traduz o termo sem exatidão, autoria de algum copista medieval. Quanto ao vocábulo latino *commentarii*, aparece somente na classe α , no final do livro VII: *Iulius Celsus Constantinus u. c. legi commentari(o)s Caesaris*.¹³ Essas duas subscrições (livros VII e VIII) conservam, de alguma forma, o título exato da obra, e é o que se aproxima do testemunho de dois autores contemporâneos de César: Cícero, em *Brutus*, e Hircio, no prefácio do livro VIII de *De Bello Gallico*. Além dessas comprovações, Constans acrescenta mais um testemunho: a obra de Suetônio intitulada *Reliquit et rerum suarum commentarios Gallici civilisque belli pompeiani*,¹⁴ escrita um século depois. Do resultado da comparação dos três textos com as confirmações das subscrições dos manuscritos, pode-se concluir que o título atribuído por César seria *C. Iuli Caesaris commentarii rerum gestarum*, com o subtítulo *Bellum Gallicum* ou *Belli Gallici*.¹⁵

A palavra *commentarius* não aparece até o século II. No tempo de Cícero e César, o vocábulo vinha sempre seguido do genitivo.

As primeiras produções dos *Commentarii* de César, que divulgaram e expandiram a obra, tiveram o título incorreto. À edição *princeps*, de 1469, e àquela publicada em 1471, em Veneza, atribuiu-se o título *Caesaris commentarii. Item Auli Hirtii, aut Opii, libri de Bello Alexandrinia, de Bello Africo et de Bello Hispano*.¹⁶ Na edição in-fólio¹⁷ de 1473, o título passou a ter a forma hoje conhecida: *Caesaris commentarii de Bello Gallico*.¹⁸

Constans escreve “*Commentarii dans le latin classique, désigne couramment des notes brèves, et sèches, un recueil de faits, un aide-mémoire*”.¹⁹ Foi nesse sentido que César empregou a palavra, sem pretensão de escrever uma história sobre a guerra dos gauleses, mas sim publicar notas para maior difusão do trabalho. Ele tinha a intenção de tornar público os seus feitos durante a guerra da

11. “Termina o livro VIII da Guerra Gálica [*ephimeris*] dos feitos de C[ai]o César, Pontífice Máximo.”

12. “Termina o livro VIII, de Hircio Pansa, da narrativa da Guerra Gálica e dos feitos de Caio Júlio César, Pontífice Máximo.”

13. “Julio Celso Constantino u. c. li os comentários de César.”

14. “[César] deixou comentários dos seus feitos sobre a Guerra Gálica e a Guerra Civil Pompeiana.”

15. “Comentários dos feitos de Caio Júlio César; [com o subtítulo] Guerra Gálica [ou] Guerras Gálicas.”

16. “Os Comentários de César. Também livros sobre a Guerra Alexandrina, a Guerra Africana, a Guerra Hispânica de Aulo Hircio ou Ópio.”

17. In-fólio: folha dobrada uma vez no meio, originando cada folha quatro páginas.

18. “Comentários de César sobre a Guerra Gaulesa.”

19. “*Commentarii* no latim clássico designa correntemente notas breves e secas, compilação de fatos, uma agenda.”

Gália e fornecer aos historiadores futuros um conjunto de documentos de primeira mão em que, sutilmente, se engrandece, como narra no livro VII,4,1: “*Simile ratione ibi Vercingetorix, Celtilli filius, Aruernus, summae potentiae adulescens, cuius pater principatum Galliae totius obtinuerat et ob eam causam, quod regnum appetebat, ab ciuitate erat interfectus, conuocatis suis clientibus facile incendit.*”²⁰ No livro VII,5,1: “*His suppliciis celeriter coacto exercitu Lucterium Cadurcum, summae hominem audaciae, cum parte copiarum in Rutenos mittit; ipse Bituriges proficiscitur.*”²¹

O termo *commentarius*, substantivo masculino, ou *commentarii*, plural do gênero masculino, no latim clássico, segundo Ernesto Faria, significa “em sentido próprio: livro de notas ou apontamentos, notas, memoriais”. Designa, ainda, “em sentido particular: registro, arquivo dos magistrados, formulário, diário, comentários, memórias, rascunho, projeto de discurso, atas de sessão de assembleia, tribunal” (FARIA, 1991, p. 120).

Quanto à época em que César escreveu os *Commentarii* há contradições. Existe, porém, a hipótese de que ele teria escrito a obra, a cada outono, depois dos acontecimentos. Já sobre a geografia da Gália, ele deixa a desejar, pois negligencia as precisões de ordem topográficas. Constans, em *César Guerre de Gaules*, faz o seguinte comentário:

*Les indications générales qu'il donne sur l'orientation des différentes parties de la Gaule, sur celle de la Grande-Bretagne, sont erronées: il s'est fie aux cartes mal dressées qu'il avait sous les yeux, et il n'a pas fait d'observations personnelles qui lui permettent de rectifier les erreurs des géographes de son temps.*²²

César tinha a intenção de informar aos seus leitores sobre os países que ficavam distantes da Península Itálica, para os quais levaria primeiro as águias romanas, sem, no entanto, encarregar um de seus secretários de compilar qualquer geógrafo grego.

Os *Commentarii*, por isso, formam um livro livre, uma obra de circunstância, sem a preocupação de fornecer acontecimentos e dados geográficos com exatidão, mas tornar público os feitos e impressionar o Senado. Como fonte histórica, são considerados pouco seguros.

20. “Pela mesma razão Vercingetorige, filho de Cétilo, arverno, jovem que estava entre os mais poderosos do país, cujo pai tinha tido o império da Gália e foi morto pelos seus compatriotas, porque desejava a realeza; convocados os seus clientes, facilmente inflamou-os.”

21. “Com estes suplícios e depois de ter coagido rapidamente o exército, envia Luctério Cadurco, homem de grande audácia, com uma parte dos exércitos até os rutenos, ele mesmo vai até os bitúriges.”

22. “As indicações gerais que ele dá das diferentes partes da Gália, sobre aquelas da Grã-Bretanha estão erradas: ele confiou nas cartas mal levantadas que tinha sob seus olhos, e ele não fez observações pessoais que lhe permitissem retificar os erros dos geógrafos do seu tempo.”

Não se conhece a versão original de *De Bello Gallico*, embora tenham sido feitas inúmeras cópias do livro no período medieval. Segundo Constans, as primeiras cópias medievais remontam, pelo menos, ao início do século V. Um dos autores que, nessa época reproduziu uma quantidade de passagens do *Bellum Gallicum* foi Orósio,²³ a partir do texto de Suetônio (VI,7: “*Hanc historiam Suetonius Tranquillus plenissime explicuit, cuius nos competentes portiunculas decerpimus.*”).²⁴ Repetiu-se, também, com Sidônio Apolinário (*Epistula* IX, 14) e uma família de manuscritos atribuindo a autoria a César: Flodoard, no século X, Aimoin, no século XI e outros. No século V, Júlio Celso Constantino foi considerado o revisor das cópias dos *Commentarii*, no século seguinte Flávio Licério Firmino Lupínio, sobrinho do bispo Enódio de Pavia foi outro revisor do livro II. Infelizmente, muitas cópias manuscritas dos *Commentarii* se perderam, as mais antigas delas datam do século IX.

Com as inúmeras cópias surgidas no decorrer do período medieval, houve variantes nas transcrições das lições, dividindo os manuscritos em classes α e β . Essas variantes se devem aos erros dos copistas e às tentativas de melhorar o texto por parte dos gramáticos.

Constans declara que nenhuma das duas classes prima sobre a outra. Devemos sempre confrontar as duas classes de cópias para julgar cada caso, de acordo com o contexto, com o emprego de César e com as sugestões do senso crítico. Assim, o linguista transcreveu os *Commentarii de Bello Gallico*, tomando por base sete manuscritos medievais da classe α e quatro da β , revistos por ele e alguns estudiosos. Esses documentos datam dos séculos IX ao XII e estão localizados nas bibliotecas europeias. Seguem referências das cópias manuscritas do *Bello Gallico*, fundamentadas para a sua transcrição nas edições Belles Lettres:

Classe α

1ª família

A = Códice²⁵ Bongarsianus ou Amstelodamensis. 73 (listado anteriormente como 81), entre os séculos IX e X, Bibliotheek der Rijksuniversiteit. Amsterdam. Análise segundo edições críticas de Holder (1882) e Meusel (1894).

M = Códice Moysiaccensis. Ms. lat. 5056, século XII, Biblioteca Nacional da França. Paris. Revisto por Constans e pela edição de Meusel.²⁶

23. Orósio: eclesiástico cristão, viveu no século V e escreveu uma história do mundo, *Historiae adversus paganos*, a pedido de seu amigo Santo Agostinho.

24. “Suetônio Tranquilo narrou muito bem esta história cujas pequenas partes selecionamos.”

25. Códice ou Códex: grupos de folhas manuscritas sobre pergaminho (às vezes em papel) unidas em forma de livro.

26. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b9068455s.r=de+bello+gallico.langPT>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

2ª família

- B = Códice Parisinus. Lat. 5763, entre os séculos IX e X, Biblioteca Nacional da França. Paris. Revisto por Constans e pela edição de Meusel.²⁷
- R = Códice Romanus Vaticanus. 3864, século X, Biblioteca Apostólica Vaticana. Roma. Revisto por Constans e pela edição de Meusel.
- S = Códice Ashburnhamianus. MS R.33, século X, Biblioteca Mediceo Laurenziana. Florença. Revisto por Constans e pela edição de Meusel.
- L = Códice Louaniensis ou Lovaniensis, Add. MS.10084, século XI, British Library, anteriormente British Museum. Londres. Análise segundo M. Rice Holmes em *The classical quarterly*, 1911, o. 137
- N = Códice Neapolitanus. IV, c. 11, século XII, Biblioteca Nacional de Nápoles. Análise segundo E. Bassi.

Classe β

1ª família

- T = Códice Thuaneus. MS lat. 5764, século XI, Biblioteca Nacional da França. Paris. Revisto por Constans e pela edição de Meusel.²⁸
- f = Códice Vindobonensis MS 95, século XII, Österreichische Nationalbibliothek. Viena.²⁹

2ª família

- U = Códice Ursinianus ou Vaticanus. 3324, século XI, Biblioteca Apostólica Vaticana. Roma. Revisto por Constans e pela edição de Meusel.
- l = Códice Riccardianus. 541, entre os séculos XI e XII. Biblioteca Mediceo Laurenziana. Florença. Revisto por Constans e pela edição de Meusel.

Em decorrência de algumas contradições encontradas nos manuscritos, Constans se serviu também de cinco manuscritos mais recentes (final da época medieval) ou de autoridade de menor importância, copiados entre os séculos XI e XV, existentes nas bibliotecas da França e Itália, que se distinguem:

Códice Paris. 6106, chamado também de Iadrensis, foi copiado em 1435, em Zara, pertence à 2ª família de α. Biblioteca Nacional da

27. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8426038xs>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

28. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b90668596.r=de+bello+gallico.langPT>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

29. A existência desses códices foi verificada e confirmada nas bibliotecas, mediante consulta na internet.

- França. Paris. Há relações incontestáveis com as cópias L e N, embora não se saiba se esta cópia se origina de um ou de outro códice.³⁰
- Códice Laur. 68,7, [século XI?], Biblioteca Mediceo Laurenziana. Florença. Pertence à 2ª família de α , estreitamente semelhante ao “B2”, pelos dois primeiros livros, se aproxima de “S” pelos autores.
- Códice Barb. 148, Barberini 148, século XIV, Biblioteca Apostólica Vaticana. Roma. Procede do “B2”, mais foi revisto sobre o manuscrito da 1ª família de α .
- Códice Vat. 1830, século XV, Biblioteca Apostólica Vaticana. Vaticano, Roma. Semelhante ao R.
- Códice Ottob. 1746, Ottoboni 1746, século XV, Biblioteca Apostólica Vaticana. Roma. Cópia medíocre da primeira revisão do manuscrito Bongarsianus ou Amstelodamensis.

Assim, selecionamos alguns topônimos e nomes dos povos gauleses indicados no mapa, que tiveram importância ou destaque no processo do *De Bello Gallico* e apresentaram variantes nos manuscritos observados por Constans. Alguns desses topônimos apresentaram variantes também em Ortelius sem serem especificados em Constans, o que nos fez recorrer a outras fontes, como o *Dicionário escolar latino-português*, de Ernesto Faria, o *Novissimo diccionario latino-portuguez*, de Francisco Rodrigues dos Santos Saraiva, e outros dicionários geográficos digitalizados e disponíveis na internet.

2.2 O Parergon

O humanista Ortelius (fig. 1) se interessou pelo conhecimento geográfico da Antiguidade Clássica. Ele iniciou sua carreira como colorista e depois se tornou vendedor de livros, mapas e impressos. Era um homem culto, poliglota e convivia nos meios intelectuais, como aparece em suas mensagens ao leitor, na página de rosto das edições do *Parergon*. Seu interesse científico e de colecionador se iniciou em harmonia com o comércio. Ele foi o primeiro e mais notável historiador da geografia e da numismática. A geografia, para ele, oferecia um olhar da história, porque na representação cartográfica se podia compreender melhor os fatos históricos, da mesma forma como ocorre com as moedas e objetos históricos. Foi também colecionador de mapas, livros e moedas. Com base nas suas grandes viagens pela Europa e com ajuda de seu círculo de amigos intelectuais de outros países, Ortelius foi capaz de construir uma coleção de mapas contemporâneos.

30. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b52503715p.r=de+bello+gallico.langPT>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

Em 1571, publicou um mapa intitulado *Romani Imperii imago* (“Imagem do Império Romano”). Em 1578 editou um volume à parte, intitulado *Synonymia geographica siue populorum, regionum, insularum, urbium, opidorum, montium, promontorium, siluarum, pontium, marium, sinuum, lacuum, paludum, fluuiorum, fontium, &c. variae, pro auctorum traditionibus saeculorum intervallis, gentiumque idiomatis & migrationibus appellationes & nomina*.³¹ Trata-se de um repertório geográfico de nomes de lugares mencionados por autores clássicos, com os nomes empregados em outros períodos colocados juntos a cada um (BLACK, 2005). No ano seguinte, 1579, Ortelius elaborou mais dois mapas históricos que ficaram à parte do volume *Theatrum orbis terrarum* (fig. 2) – *Graecia, Sophiani* e *Peregrinationis divi Pauli typus corographicus* – com um título geral, *Parergon* (fig. 3) – palavra de origem grega que significa aumento ou suplemento. Além desse suplemento, ele acrescentou outro índice que constitui um registro de nomes geográficos na Antiguidade, *Nomenclator ptolemaicus*, já citado. O *Parergon* de Ortelius é um suplemento de mapas históricos bíblicos e clássicos, como ele próprio esclarece ao seu leitor, na página de rosto da edição de 1579 (fig. 3), iniciando com a saudação “*Lectori salutat*”:

LECTORI S.

*Descriptione orbis terrarum absoluta, em candide lector tres hae sequentes tabulae, quas in gratia veteris tam sacrae quam profanae et historiae studiosorum à me delineatas, seorsum publicare decreueram, nihil enim ad nostrum in hoc Theatro, quo tantum hodiernum regionum situm exhibere propuseram, institutum facere videbatur, victus tamen amicorum precibus, eas in huius nostri operis calcem, tamquam Parergon, reieci.*³²

Entre 1579 e 1594, Ortelius desenhou 38 mapas para o *Parergon*, já então ornamentados com reproduções de moedas da Antiguidade Clássica, de sua própria coleção, e acompanhados de textos por ele mesmo redigidos. Nessas publicações ele modifica a página de rosto, criando molduras mais decoradas. A Biblioteca Nacional possui três exemplos de páginas de rosto modificadas nas edições aí existentes.

31. “Sinônimos geográficos ou denominações e nomes dos povos, das regiões, das ilhas, das cidades, das fortalezas, dos montes, dos promontórios, das florestas, das pontes, dos mares, das baías, dos lagos, dos pântanos, dos rios, das fontes etc. diversos, segundo as tradições seculares dos autores das línguas e migrações dos povos, denominações e nomes.” Atualmente esse índice está digitalizado e disponível na biblioteca digital suíça e-rara.ch (<http://www.e-rara.ch/zut/content/pageview/4620967>), e também acessível a partir da biblioteca digital Gallica, da Bibliothèque Nationale de France (<http://gallica.bnf.fr/>).

32. “S[audação] ao leitor. Tens aqui, cândido leitor, os três seguintes mapas do traço perfeito do globo terrestre, que aplicados nas antigas graças tão sacras quanto profanas e históricas desenhadas por mim, resolvi publicá-los separadamente. Na verdade nada parecia contribuir para o nosso plano neste Teatro [Atlas], onde tinha proposto mostrar tão somente a posição atual dos lugares. Contudo, vencido pelos pedidos dos amigos, abandonei-o para me limitar a este nosso trabalho.”

Mais tarde (1587) foi publicado o *Thesaurus geographicus* (“tesauro³³ geográfico”), como formato expandido do *Synonymia geographica* e republicado em 1596.

A partir da edição de 1592, a margem da página de rosto cobre toda a folha do atlas, o que não acontecia nas publicações anteriores. Estas apresentavam uma moldura decorada em torno do título, seguida de notas, índices e informações sobre os mapas. As decorações foram alteradas em edições posteriores. A página de rosto da edição de 1609 (fig. 4), por exemplo, emoldurada com decoração renascentista, ocupa a folha inteira. Estão representados um homem tendo às mãos um globo celeste, à esquerda; e uma mulher com um globo terrestre, à direita. Acima dessa imagem estão figuras alegóricas que representam água sobre o mundo, à esquerda, e terra, nuvens e ventos, à direita. Essas figuras ladeiam uma cobra com uma pilha de livros, significando a sabedoria. O texto acima de tudo está em grego, “ΜΩΠΙΑ ΠΑΡΑ ΤΩ ΘΕΩ” (“loucura aos olhos de deus”). No centro está o título em sua íntegra *Parergon, sive veteris geographiae aliquota tabulae*³⁴ e saudação ao leitor “LECTOR S.”. Na parte de baixo Ortelius retrata o seu pensamento sobre a representação da história na cartografia: “*Historiae oculus geographia*” (“A geografia é o olho da história”). No confronto com a edição de 1579, podemos perceber que o autor faz algumas reformulações no texto de saudação ao leitor, conforme indicação em negrito.

LECTOR S.

*Ad nostrum orbis terrarum descriptionem **habe sequentes tabulas**: quas in **gratiam priscae** tam sacrae quam profanae et historiae studiosorum à me delineatas, seorsum publicare decreueram: nihil enim ad nostrum in hoc Theatro (quo tantum, hodiernum tantum **locorum** situm exhibere proposueram), institutum facere videbantur: victus tamen amicorum precibus, eas in huius nostri Operis calcem, tamquam Parergon, reieci. **Vale & [et] nostros conatus boni consule.***³⁵

Depois de sua morte, outros mapas e algumas estampas (vistas panorâmicas e indumentárias) foram acrescentados ao *Parergon*. As edições do *Theatrum* com o *Parergon* foram traduzidas para o francês, italiano, alemão e inglês. A última versão do *Parergon* foi publicada como um livro separado, por Balthasar Moretus (filho de Jan Moretus e neto de Plantin), em 1624. Nessa

33. *Tesaurus*: repertório alfabético de termos utilizados na indexação e classificação de documentos.

34. *Parergon*, “ou alguns mapas da geografia antiga”.

35. “Saudação, Leitor. Eis os mapas relativos à descrição do nosso globo terrestre, os quais, desenhados por mim para o reconhecimento dos estudiosos da antiga história, tanto sacra quanto profana, resolvi publicar separadamente. Na verdade, em nada pareciam contribuir neste Teatro [Atlas] para o nosso plano, onde eu havia proposto mostrar apenas a posição atual dos lugares. No entanto, vencido pelos pedidos dos amigos, deixei-os para esta obra. Passe bem e leve em conta os nossos esforços.”

edição foi incluída a versão do mapa de Peutinger ou *Tabula peutingeriana*,³⁶ em formato reduzido pelo próprio Ortelius.

O *Parergon* influenciou grandemente o período renascentista, originando a feitura e a publicação de novos atlas históricos.

A Divisão de Cartografia da Biblioteca Nacional do Brasil tem as edições de 1579, 1584 e 1612 do *Theatrum orbis terrarum*, das quais consta o *Parergon*. Os exemplares de 1579 e 1584 foram editados por um importante impressor da época, Cristopher Plantin. O primeiro exemplar está encadernado em pergaminho. As edições de 1584 e 1612 pertenceram à corte portuguesa, fato comprovado pelo carimbo da coleção “Da Real Bibliotheca” (fig. 5), que sucedeu a antiga Livraria de D. José I, destruída pelo terremoto em Lisboa, em 1755. Da Real Biblioteca constavam as primeiras edições dos clássicos gregos e latinos, além de diversos tipos de documentos. A aquisição dos valiosos volumes da nova biblioteca, ou seja, a Real Biblioteca, deu-se mediante a compra de coleções particulares, a requisição de acervos esquecidos em mosteiros e deixados pelos jesuítas em decorrência de sua expulsão de Portugal e as doações de coleções feitas por eruditos. São exemplos destas a coleção Conde Redondo, adquirida de sua viúva, e a coleção Diogo Barbosa Machado, abade e bibliófilo, doada após a sua morte, em 1773 (SCHWARCZ, 2002, p. 139-151). A Real Biblioteca veio para o Brasil nos anos seguintes à chegada da corte.

O exemplar de 1612, publicado pela Officina Plantiniana (impressora herdada pelo genro e pelo neto de Plantin, respectivamente Jan e Balthasar Moretus), atualmente se encontra sem a encadernação original. Essa edição é uma reimpressão da edição de 1609, publicada por Baptist Vrients. Jan e Balthasar Moretus compraram as matrizes da firma de Vrients e republicaram o *Theatrum*, alterando somente a matriz da página de rosto para constar o nome da Officina Plantiniana e a data. Desse modo, na edição de 1612 além do *Theatrum orbis terrarum*, constam mais duas obras: o *Parergon* e o *Nomenclator ptolemaicus*, ambas datadas de 1609. No conjunto do *Parergon* destaca-se o mapa *Gallia Vetus*, baseado no *De Bello Gallico* de César, incluído pela primeira vez na edição de 1590.

O mapa analisado nesta monografia é, portanto, parte integrante do *Parergon* de 1609, publicado no *Theatrum orbis terrarum* de 1612, o único mapa da Gália, de Ortelius, existente na Divisão de Cartografia da Biblioteca Nacional. A Mapoteca do Itamaraty possui a edição latina e aquarelada³⁷ de 1601,

36. Mapa de Peutinger: conhecido como *Tabula peutingeriana*, por ter pertencido ao colecionador renascentista Konrad Peutinger. Trata-se de cópia medieval de um mapa romano, que mostra itinerários. O mapa foi dividido em 4 seções, sendo o título *Tabula itineraria ex illustri Peutingerorum Bibliotheca...* (Mapa itinerário da ilustre Biblioteca de Peutinger)

37. Aquarela: tinta obtida pela diluição da água de uma massa colorida.

contendo o *Theatrum orbis terrarum* e o *Parergon*, do qual a professora Ruth Faria analisou o mapa *Aeneae troiani navigatio ad Virgilii sex priores Aeneidos*,³⁸ trabalho publicado na separata de *In Memoriam L. da Nóbrega* (1985). Embora a edição original de 1601 contenha o *Theatrum* e o *Parergon*, a Mapoteca do Itamaraty possui o suplemento, acondicionado em folhas soltas, dentro de uma caixa de madeira, possivelmente *a posteriori*. Uma etiqueta colada sobre a caixa indica a data de 1601. Com referência à existência de outros exemplares ou edições do *Theatrum* com o *Parergon* em outras instituições brasileiras, foram encontradas somente as edições de 1584 e 1595, incompletas, na Biblioteca Mário de Andrade, que pertence à Prefeitura de São Paulo (Planor, 2015). Não temos conhecimento de outra entidade não cadastrada ou colecionador particular que possua as edições dessa obra no Brasil.

2.3 O De Bello Gallico de César e a representação cartográfica de Ortelius

O estudo do mapa *Gallia Vetus* (fig. 6) parte de uma visão da biblioteconomia em documentação cartográfica histórica de acordo com a qual se verificam os dados de reconhecimento do documento cartográfico, ou seja, a identificação de autoridade, o título, a data de elaboração ou gravação, a descrição física – o tipo de produção (manuscrito, desenho à tinta ou lápis, gravação, impressão etc), a técnica de gravação,³⁹ a coloração (aquarela, nanquim ou lápis), as dimensões, a ilustração, a disposição gráfica e o suporte (papel, pergaminho, papiro, madeira, tecido etc), os dados matemáticos (escala, projeção, coordenadas geográficas e meridiano de origem), e, no caso de integrar o acervo da Biblioteca Nacional, se pertenceu antes a alguma outra coleção.

A análise intrínseca consiste no reconhecimento do conteúdo do mapa, isto é, a área geográfica abrangida, os nomes dos povos, os topônimos, o tipo de escrita e os pormenores naturais e artificiais, representados por meio de sinais convencionais.

Com relação à escrita, Ortelius fez uso das letras ramistas no texto e, eventualmente, no mapa. Essas letras foram divulgadas pelo filósofo e humanista francês Pierre de la Ramée, também conhecido como Petrus Ramus, no Renascimento. Conforme E. Faria

As letras *I* e *V* representam respectivamente o som do *i vogal* e do *i consoante*; do *u vogal* e do *u consoante*. Frequentemente, nas edições modernas dos textos latinos, o *i consoante* vem representado pela letra *j*. Quanto ao *u vogal* em caracteres

38. “A navegação do troiano Enéas de acordo com as seis primeiras Eneidas”.

39. Técnica de gravação: o Renascimento utilizava duas técnicas: xilogravura (matriz a madeira) e metal (geralmente para mapas, a matriz utilizada era cobre). Dentro da gravura em metal, a técnica mais comum, a princípio, era buril, mais tarde passou a utilizar a técnica água-forte, que passa por um processo de banho químico.

maiúsculos é representado pela letra *U*, enquanto *u* consoante, em caracteres maiúsculos é representado pela letra *v*. (FARIA, 1995, p. 25-26).

Vale ressaltar, que não havia essa dualidade de escrita entre os romanos, que jamais a haviam conhecido (FARIA, 1970, p. 53).

2.3.1 Análise extrínseca do mapa *Gallia Vetus*

A análise extrínseca refere-se aos dados necessários para a identificação do documento. A primeira parte abrange a identificação da autoridade, a data de produção ou gravação e a descrição física.

Sobre o autor, já vimos que o mapa foi desenhado e gravado pelo próprio Ortelius, pela primeira vez em 1590 (data gravada no próprio mapa), que o inseriu no *Parergon* em 1590 (KOEMAN. c1997, v. 3A, p. 93.)

No que se refere à coleção, verificamos também que o mapa da *Gallia Vetus*, o qual faz parte do *Parergon* de 1609, anexo à edição do *Theatrum* de 1612, pertence à Coleção Real Biblioteca.

O mapa (fig. 6) foi gravado em metal (cobre), mediante a técnica água-forte, em preto e branco, sobre papel in-fólio; mede 36,2 x 46,4cm e foi elaborado sem barra de escala, mas pode ser calculada em cerca de 1:4.000.000. Embora Ortelius tenha iniciado sua carreira como iluminador de mapas, ele preferia não colori-los. Em 1594, seu sobrinho, Jacob Cool (chamado Ortelianus), pediu que as cópias do *Theatrum* fossem coloridas. Ele consentiu, mas não arcou com as despesas. Existem por isso cópias aquareladas em diversas bibliotecas. A Biblioteca Nacional possui gravuras e mapas do *Parergon*, das três edições, em preto e branco, que eram da preferência do seu cartógrafo (SKELTON, R.A., c1964, p. X).

Quanto à disposição física do mapa (fig. 6), o *recto*⁴⁰ contém a Gália dividida em três províncias, de acordo com os *Commentarii* de César, três cartuchos⁴¹ e uma margem em torno do mapa ornamentados. Nessa margem, estão representados as escalas de latitude e longitude, os pontos cardeais, com as designações *Septentrio* (Setentrião), *Meridies* (Meridião), *Occidens* (Ocidente) e *Oriens* (Oriente), e duas listas com as descrições dos povos gauleses.

No *verso*⁴² há um texto (fig. 7 e 8), dividido em duas páginas,⁴³ com o título *Gallia Iulii Caesaris*, que trata dos druidas. A paginação do texto está

40. *Recto*: forma cristalizada do ablativo singular do substantivo *rectum*, *-i*, tomada para significar o lado da frente do mapa.

41. Cartucho: quadro de dimensões reduzidas, às vezes ilustrado, emoldurado, contendo o título e outras informações. Alguns curadores da cartografia histórica o chamam de cartela.

42. *Verso*: forma cristalizada do ablativo singular *versus*, *-us*, tomada para significar o lado detrás do mapa.

43. Como foi esclarecido acima, o tamanho da folha do mapa que está inserido no atlas é in-fólio, formando quatro páginas, isto é, o mapa que ocupa as duas páginas (*recto*) e no verso os dois textos.

na margem inferior em algarismos romanos, *xiiij*,⁴⁴ que indica a sequência do mapa (13) na edição do *Parergon* de 1609. No mesmo local, aparece a palavra *vidisse*, para designar que é o primeiro vocábulo da página seguinte, do texto. Essa técnica, conhecida como *reclamo*, era utilizada nas obras antigas até o Período Moderno, e se destinava a facilitar a composição do volume.

2.3.1.1 O texto *Gallia Iulii Caesaris* de Ortelius

O texto *Gallia Iulii Caesaris* (fig. 7 e 8) é dedicado aos druidas, mostrados no livro VI, 13-14 e 18 dos *De Bello Gallico commentarii*. É um resumo sobre esses povos – com as suas diversas denominações apresentadas por diferentes autores – em que César narra os seus costumes, desde a origem até a extinção, decretada no Império Romano por Cláudio.

Ortelius esclarece que a descrição do mapa está de acordo com os *Commentarii* de César. Porém, ele achou melhor acrescentar as narrativas de outros autores (em um total de 39) sobre os druidas, tanto da Antiguidade como de sua época, de modo a que o leitor tivesse um conhecimento mais amplo sobre esse assunto. Ele não citou nenhum escritor medieval, uma característica dos estudiosos humanistas. Segue o seu comentário:

*Ita hanc tabulam inscribo: est enim pura puta Caesaris, hoc est, ex huius Commentariis tantum delineata: neque vllam vocem aut locum ex alio vllo auctore huic addidimus: neque etiam vllum qui iisdem Commentariis continebatur, praetermissimus. Hoc volui Lector, vt scires. Ne frustra, quae apud alios veteres scriptores de Gallia legeris, ex hac tabula peti debere, tibi persuadeas. De regionis incolarumque natura, vt soleo aliorum, hic nihil quoque addam: quia quibus hoc potest ex solo Caesare, qui omnibus praesto & ad manus. Quare enim hoc hic ex aliis, cum ipsa tabula non ex alio? Libuit autem huius loco, haec de Druidibus ex omni veteri historia huic attexere.*⁴⁵

Mais adiante, Ortelius parafraseia a descrição dos druidas de acordo com o início do texto do livro VI, 13,3 dos *Commentarii* – *duo genera hominum in Gallia esse, qui in aliquo sunt honore, nobis scriptum, vnum horum Druidum esse*

44. O nº 1 era representado por “I” ou “i” na época romana. No caso de repetir o “i” – o exemplo número 2 –, o último “i” tinha a forma de “j” ou “i” caudado. Essa representação foi usada até o Período Moderno. (BERWANGER, 2008. P.74).

45. “E assim, eu considero este mapa como de César, isto é, desenhado tão somente a partir dos seus comentários. Nenhuma palavra foi acrescentada ou passagem foi retirada de outro autor e nem foi omitido nada do que estava contido nele. A minha intenção, leitor, foi informar-te que, em vão, colherias, junto aos antigos que escreveram sobre a Gália, aquilo que deve ser buscado nele. Também, aqui, nada será acrescentado sobre as regiões e a natureza dos seus habitantes porque, qualquer que seja o assunto, só pode ser retirado de César, que está à frente de todos e é mais facilmente encontrado. Na verdade, por que buscar em outros escritores quando este mapa está baseado somente nele? Aqui, preferi acrescentar os assuntos sobre os druidas retirados da história aos antigos.

ait alterum equitum.⁴⁶ Embora não esteja no texto de Ortélius, César descreve a classe desprivilegiada, a plebe, que era tida quase como escrava.

Em seguida, o cartógrafo acrescenta outros nomes atribuídos aos druidas pelos autores da Antiguidade, como Estrabão, em *Geographia*, e Lucano, no seu poema *Pharsalia*. Esses autores os designam por três nomes: “bardi” (bardos), “vates” (vates) e “druidae” (druidas). O cartógrafo cita os versos de 448 a 451 do livro I, da *Pharsalia* no texto.

*Laudibus in longum vates dimittitis aeuum:
Plurima securi fudistis carmina Bardi:
Et vos Barbaricos ritus moremque sinistrum,
Sacroru[m] Druidae...*⁴⁷

Com referência aos nomes atribuídos aos druidas, segundo Olivieri (2007, p. 54), há referências sobre a existência da classificação das atribuições dos druidas: os bardos, equiparados aos menestrelis e detentores da genealogia dos nobres e dos próprios druidas, e os vates, responsáveis pelos sacrifícios e leitura dos augúrios, chamados também de eubages e *gutuates*.

O texto prossegue citando outros escritores da Antiguidade que nomeiam os druidas de diversas maneiras. Amiano Marcelino os chama de eubages, denominados por Luciano de vates e eubages. Diodoro menciona somente bardos e druidas. Plínio geralmente parece endereçá-los ao nome de magos. Luciano, em *Hercules Ogmios* os chama de filósofos e sacerdotes.

Em seguida, o cartógrafo concorda com as declarações de Ateneu e Estrabão (livro VII) sobre os rituais dos bardos. Segundo esses escritores, tal classe se dedica às músicas e aos hinos compostos para recomendar homens famosos e ilustres, em vez de exaltar deuses. Diodoro afirmou que os druidas são poetas e músicos que cantam acompanhados de harpa ou outro instrumento para rezar e recomendar alguns homens ou para reprovar e desgraçar outros. Sexto Pompeu Festo e Amiano Marcelino confirmam também as baladas compostas por eles para exaltar os feitos valorosos dos homens.

O *Dicionário* de Ernesto Faria, traduz “bardus” para o português bardo, que significa poeta gaulês, de acordo com o verso 449 do poema de Lucano.

Mais adiante, o cartógrafo concilia, também, com o seu contemporâneo Petrus Pithoeus (ou Pierre Pithou), ao dizer que “bardos”, “vates”, “eubages”, “semnothei” e “sarônides” são sinônimos de druidas.

46. “na Gália havia duas classes de homens que são considerados por uma certa honra, Druidas. O outro ele diz que são os cavaleiros.”

47. “Vates, enviaste com louvores a eternidade/ criastes muitos poemas, ó bardos tranquilos/ e vós Druidas, [criastes] ritos bárbaros o costume sinistro [...] dos sagrados...”

Continuando a explanação sobre os druidas e ainda pautado nos *Commentarii*, VI,13,11-12: “*Disciplina in Britannia reperta atque inde in Galliam translata esse existimatur, et nunc qui diligentius eam rem cognoscere uolunt plerumque illo discendi causa proficiscuntur*”,⁴⁸ o autor acrescenta uma confirmação baseada em um texto de Tácito no livro XIV dos seus *Anais*. Embora o cartógrafo concorde com os autores citados, Olivieri esclarece que, para muitos estudiosos, César se equivocou: “Plínio afirma que, no passado, a Gália estaria tomada pela magia (*Gallias utique possedit*) e que havia atravessado o oceano Britânico (atual Canal da Mancha) e atingido a Britânia (Grã-Bretanha)” (OLIVIERI, 2005).

Ortelius transcreve o texto do *De Bello Gallico*, VI,13-14. Nele descreve a recusa dos druidas em participar das guerras e outras tarefas, o que levou muitos gauleses importantes a se juntarem a eles. Às vezes, os familiares, inclusive os pais, incentivavam seus parentes a se aproximarem dos druidas para que deles recebessem ensinamentos. Além disso, sempre apoiado em César, ele comenta as punições infligidas aos que não concordavam com os seus julgamentos, excluindo-os das cerimônias de sacrifícios. Acrescenta também a questão do conhecimento oral passado aos aprendizes, com a duração de 20 anos. Eles utilizavam caracteres gregos e falavam da imortalidade da alma. Ensinavam aos jovens sobre os astros e seus movimentos, sobre a grandeza da terra, a natureza e o poder dos deuses. O cartógrafo menciona ainda autores da Antiguidade favoráveis a esse fato, como Pompônio Mela, Pitágoras, Amiano Marcelino, Diógenes Laércio e Estrabão no livro IV da *Geographia*. Nessa obra, o geógrafo comenta que os druidas fazem estudos sobre filosofia natural, discutem muitos assuntos sobre virtudes éticas e morais e fazem meditações quando estão em campos de batalha. Ele os chama de vates (livro VI), quando se refere aos responsáveis pelos sacrifícios humanos. Ortelius prossegue com Diodoro Siculo que os considera como poetas e faz observações sobre adivinhações, sacrifícios e atitudes em tempo de guerras. Dio Crysostomus⁴⁹ descreve-os como uma espécie de homens entre os celtas que são dados a adivinhação e ao estudo de filosofia.

Ainda usando o texto do livro VI,13,8-10 dos *Commentarii*, sobre a questão do comando e autoridade do druida, nosso cartógrafo observa como se dá a sucessão após a morte do chefe:

His autem omnibus druidibus praeest unus, qui summam inter eos habet auctoritatem. Hoc mortuo aut, si qui ex reliquis excellit dignitate, succedit, aut, si sunt plures

48. “Acredita-se que a sua doutrina é originária da Britânia e foi levada para a Gália. Atualmente, a maioria daqueles que querem fazer um estudo mais aprofundado vai se instruir lá.”

49. Dio Crysostom: chamado também de Dio Prusaeus, Dio de Prusa, ou Dio Cocceianus. Ortelius usou a forma Dion Prusaeus. *Encyclopaedia Britannica*. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/164193/Dion-Chrysostom>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

*pares, suffragio druidum, non numquam etiam armis de principatu contendunt. Hi certo anni tempore in finibus Carnutum, quae regio totius Galliae media habetur, considunt in loco consecrato. Huc omnes undique qui controuersias habent conueniunt eorumque decretis iudiciisque parent.*⁵⁰

O cartógrafo “entra” no texto de César acima citado e acrescenta informações geográficas a respeito do território dos carnutos, que seria localizado perto do Rio Ligeris (atual Loire), ancorado em uma suposta autoria (Plauto) da comédia *Querolus*. Quanto ao sacrifício humano, a arte de matar homens, segundo Plínio, perdurou até a sua época e só foi cancelado com a proibição declarada por Tibério César. Mais tarde, os druidas foram censurados e extintos pelos romanos no império de Augusto, conforme Suetônio e Sêneca. Porém, é lembrada a não extinção completa dos druidas, conforme o livro IV das *Histórias* de Tácito. Nessa obra, o historiador descreve a tentativa dos druidas de convencer as pessoas a acreditar que o poder do mundo deveria estar do outro lado dos Alpes.

Ortelius faz menção ao testemunho de Plínio sobre o uso, por parte dos druidas, do visco retirado do carvalho como árvore sagrada. Descreve a força das ervas sabina e selago, destinadas a proteger dos perigos e dos perniciosos acidentes, comum aos homens mortais.

Mais adiante, o cartógrafo retoma a questão da etimologia do termo druida, citando estudiosos do seu período e da Antiguidade. Aristóteles e Diógenes Laércio chamam os druidas de “semnotheos”, homens religiosos e sagrados devotados à adoração e ao serviço de deus. Pompônio Mela os chama de “magistros sapientiae” (mestres da sabedoria). Goropio, em sua obra *Gallica*, diz provir de uma palavra holandesa, significando professor da verdade ou homem sábio. Seu amigo, Willem Candem, em sua obra *Britannia*, diz haver um certo “Albricus”, informando que os saxônios chamavam um mago de “druif”, um ser divino ou filósofo. Plínio nomeia aos druidas “Magi”, homens sábios, tal como a palavra é usada e explicada pelo intérprete do segundo capítulo do Evangelho de São Mateus.

O autor termina apresentando descrições de alguns estudiosos sobre a indumentária dos druidas. Segundo ele, Conrad Celtis conta que os druidas tinham um semblante triste, que usavam longas barbas e capas com capuz, e levavam consigo uma vara e um livro. Plínio e Estrabão narram o uso de túnicas brancas de linho.

Ortelius finaliza o seu texto (fig. 8) apresentando os dois lados de uma moeda com a seguinte descrição em cursiva: “*Hunc nummum meum argenteum*

50. “Por outro lado, um dentre todos os druidas se distingue e tem grande autoridade entre eles. Quando ele morre, se um deles se distingue pela sua dignidade, o sucede; ou, se muitos são iguais, pelo sufrágio dos druidas e algumas vezes pelas armas, eles decidem quem vai tomar o poder. Em uma determinada época do ano, eles se reúnem em um lugar consagrado, nas fronteiras dos carnutos, região considerada como centro de toda a Gália.”



*Fig. 1. Abraham Ortelius (1527-1598), cartógrafo e editor, natural de Antuérpia, Bélgica (então território do Império espanhol); produziu a obra *Theatrum orbis terrarum* (1570), considerado o primeiro atlas publicado.*

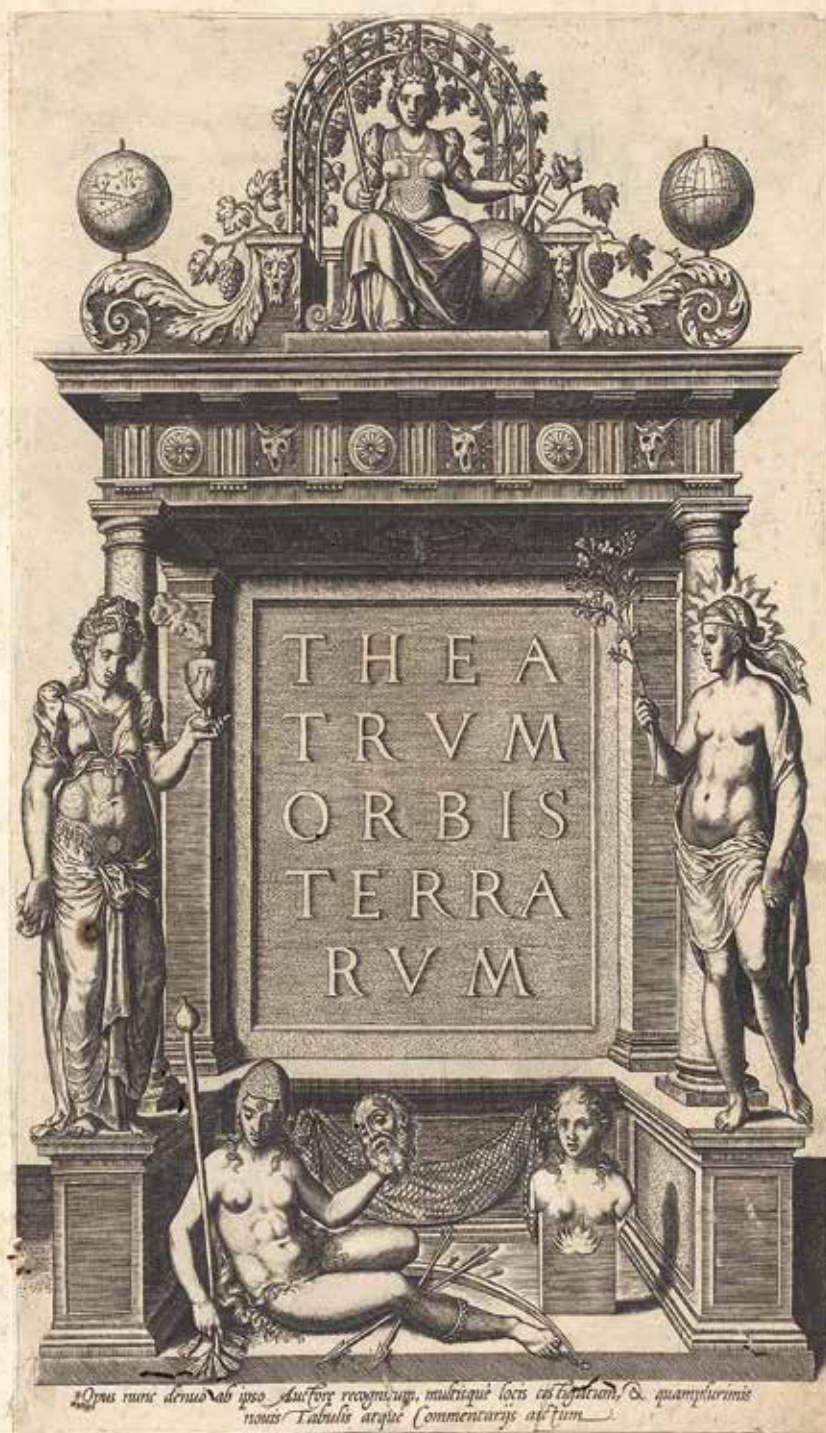


Fig. 2. Página de rosto da edição de 1579 do Theatrum orbis terrarum (impressão de Christophe Plantin), a primeira a conter o Parergon e o vocabulário de nomes de locais da Antiguidade Nomenclator Ptolomaicus.



LECTORI S.

DESCRPTIONE Orbis terrarum absoluta, en candide lector tres hæ sequentes Tabulæ, quas in gratiã veteris tam sacræ quàm profanæ historiæ studiosorum à me delineatas, seorsum publicare decreueram, nihil enim ad nostrum in hoc Theatro, quo tantum hodiernum regionum situm exhibere proposueram, institutum facere videbantur, victus tamen amicorum precibus, eas in huius nostri operis calcem, tamquam parergon, reieci.

PEREGRINATIO D. PAVLI.

AD Sacrarum litterarum cognitionem conducere tabulas geographicas, omnes paulò eruditiores meritò fatentur; & res quoq. ipsa satis testatur. Eaq. de causâ hoc nostro ævo vni nonnulli eruditi operâ suam liberaliter in hoc negotio cõmunicauerunt. Inter quos primus fuit Orontius Fines Delphinus, in sua Tabula, quam ad vtriusque Testamenti intelligentiam (vt titulus præfert) concinnauit. Hunc secutus est Petrus Apianus, in sua Peregrinatione D. Pauli. Dein idem Marcus Iordanus Holsatus. Postremò Christianus Schrot in ea quam Peregrinationem filiorum Dei inscripsit. & tandem B. Arias Montanus, in suo Apparatu Biblico. Idem ego in hac tabula pro loci capacitate præstare conatus sum. non enim hæc nostra cum dictis locorum frequentia certare posse, vti libenter fateor, sic nostrum tamen æquè vt illorum ad noui testamenti lectionem facere, verè promittere possum. Nam quemadmodum dicti, maxima ex parte tabulas suas locorum profanorum nomenclaturis ex Ptolemæo impleuere, quæ nihil ad hoc studium sacrum faciebant: sic ego in hac mea operam dedi, ne vnum quidem locum cuius in nouo instrumento mentio esset, omitterem. vtriusque certè testamenti loca omnia singulari tabula exprimere, quemadmodum hoc nemo hætenus, quod sciam, conatus fuit: sic nos modo Deus Opt. Max. vitam & otium prorogauerit, aliquando tentare non denegamus.

Fig. 3. Primeira página de rosto do Parergon, suplemento de mapas da Antiguidade acrescentado em 1579 ao Theatrum orbis terrarum.

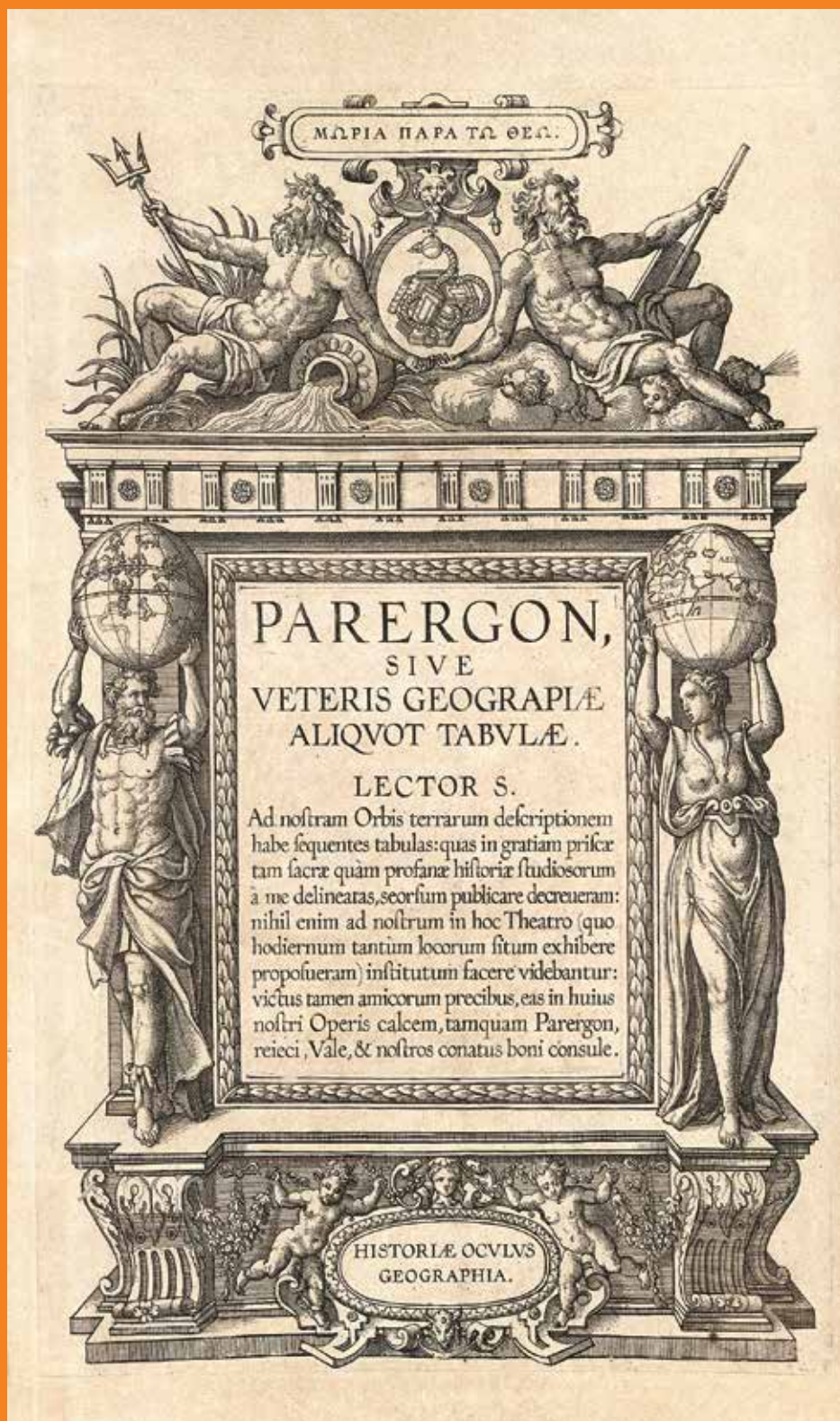


Fig. 4. Página de rosto da edição de 1609 do Parergon: em estilo renascentista, traz as imagens de um homem e de uma mulher segurando, respectivamente, os globos celeste e terrestre, e entre eles uma dedicatória ao leitor. No alto, alegorias que representam água, terra, nuvens e ventos ladeiam uma cobra em meio a livros, símbolo da sabedoria. Há, ainda, inscrições em grego e latim.

D. PHILIPPO
 AVSTRIACO
 CAROLI V AVG.
 ROM IMP E
 INDIARVM HISPAN
 NIARVMQVE ETC. RE
 GI, OMNIVM AETA
 TVM ET TOTIVS
 ORBIS AMPLISSIMI
 IMPERII MONAR
 CHAE
 ABRAHAMVS
 ORTELIVS
 ANTVERPIANVS
 EIVS MAIESTATIS
 GEOGRAPHVS, DED.
 CONSECRATQVE



Fig. 5. Dedicatória de Abraham Ortelius a Felipe II, da Espanha, na edição de 1612 do *Theatrum orbis terrarum* (publicação da Officina Plantiniana). No exemplar da Biblioteca Nacional, aparece o carimbo da Real Biblioteca.

GALLIA

VETVS.

Ad Iulij Caesaris commentaria.

ex

Conatibus geographicis

Abrah. Ortelij.

1590.

Galli apud Ce
sarem nominati
et divergent

IN BELGICA.

Atrebas.

Cominus.

Eburones.

Ambiorix.

Cativolus.

Bellovaci.

Cochlos.

Verticulus.

Nervij.

Balaugatus.

Verico.

Treviri.

Inducimurus.

Cingetorix.

Sacellones.

Dentatus.

Gallus.

Remi.

Antibrigas.

Lexus.

IN CELTICA.

Aedui.

Camallus.

Cotus.

Conciliatus.

Dumnonii.

Dunelmus.

Eborac.

Locus.

Litorius.

Sarus.

Viduanus.

Viduanus.

Helvetij.

Orgetorix.

Viduanus.

Nannetes.

Dracus.

Segnani.

Gallus.

Catamantus.

Senones.

Canarus.

Moratus.

Acco.

Dracus.

Andes.

Dumnonii.

Lemovix.

Sabul.

Carnutes.

Tarpetus.

Cotinus.

Cotinus.

Guturnus.

Vnellus.

Virelix.

Cadurcus.

Laterius.

Averni.

Vercingetorix.

Coltilus.

Gobanus.

Vergilanus.

Critognatus.

Epmacrus.

Aulercus.

Camulogenus.

Nitiobriges.

Officis.

Pictonum.

Helvij.

Cabrus.

Cild.

Domanus.

IN AGNITANIA.

Pico.

Montanus.



REVERENDIS-
SIMO IN CHRIS-
TO PATRI, DO-
MINO D. LAEVI
NO TORRENTIO,
EPISCOPO ANT-
VERPIENSI, A.
P. V. AMBIVA-
RITOS,
EIVS VIRTUTIS
CVLTOR ABRAH.
ORTELIVS REG.
MAIEST. GEOGRA-
PHVS DEVOTIS
SIME DEDICAB.



Fig. 6. Mapa Gallia Vetus, indicando as três províncias da época de César: Aquitania, Celtae sive Galliae e Belgae (Aquitânia, Celta ou Gália e Bélgica), que correspondem hoje aos territórios da França, Suíça, Luxemburgo e Países Baixos. Além da Gália, o mapa abrange a parte ocidental da Germaniae (Alemanha) e o sul da Britanniae (Grã-Bretanha).

GALLIA IULII CÆSARIS.



TA hanc tabulam inscribi est enim pars pira Caesaris, hoc est, ex huius Commentariis tantum delineata: neque ullam vocem aut locum ex alio vltro auctore huic addidimus: poëti etiam vltum qui vltimam Commentarii continebatur, pretermittimus. Hoc velut Lector, vt sciat, ne frustra, que apud alios veteres scriptores de Gallia legatur, ex hac tabula peti debent, tria petenda sunt. De regionis incolarumque natura, vt solo aliorum, hic nihil quousque addam: quia, quam hoc potest ex solo Caesare, qui omnibus præfuit de ad manus. Quare enim hoc hic ex aliis, cum ipsa tabula non ex aliis Libris autem huius loco, hic de Druidibus ex omni veteri historia huic adduxi.

Caesar vi. Gallie, duo nomen hominum in Gallia esse, qui in aliquo sunt honore, nobis scriptum reperiuntur: vnum latente Druidum esse ait, alterum equitum. Strabo tria nominat: Bardos, Vates, & Druidas. Sic quoque Lilius, hic veritas. *Laudibus in longum Facit dimittis avum: Plurima fecit sublimis carmina Bardos. Et tres Barbaricos ritus moribusque finitron Sacrorum Druida posuit repetitis ad arma. Sola nosse Deo, & ex- li numina vides. Aut solis infire datum memora dea remota Incolitis lucis, ubi antestibus, umbra Non tacitas Erebi sedes, Dissip. profundi Pallida regna perire. &c.* Hic autem omnibus Druidibus, teste Caesare, præfuit vltus, qui hæc inter eos aucto- ritatem, hoc mortuo, si quis ex reliquis excelsit dignitate, faccedit: at si sunt plures pares, suffragia Druidum adlegunt, non- numquam etiam de principibus armis condecunt, si certo anni tempore in finibus Carnutum, (ad Ligerni fluvium, si fides Quercili comedæ, que Plauti nomen præfert) quæ regio totius Gallie media habetur, confidunt: in loco sacratissimo, omnes videlicet qui contiones habent, conveniunt: eorumque iudicium decretaque parent. (In his Carnutibus hodie Druidum nomen superesse videtur in loco *Dreux* dicto,) Gab. Symonius in Caesare suo renouato, scribit se in huius tractus salubres

Druides itaque sine Druidas (virumque enim apud bonos auctores scriptum reperio) Philoſophos & Theologos facit Theodorus. Horum disciplinam in Britannia repertam dicit Caſar, docet Tacitus. 14. Annal. de inde in Galliam transla- tam, & que eam tam diligentius cognoscere volunt, plerumque illis discendi cauſa perſcitis. Sed hos eodem his ipsi Caſa- ris verbis, quia nemo alius locum tenet, deſcribamus. Illa res diuini interſunt ſacrificia publica ac priuata præcurſus, religioſæ interpretantur: ad hos magnus aduſerunt numero diſciplina cauſa conuerſa, magis quæ ſunt apud eos honore, nam ferè de omnibus contrariis publicis priuatisque conſtituant: & ſi quid eſt aduſum ſacrum ſi ea deſeruit ſi de ſacerdotibus, de finibus con- trariis eſt, ſedem decernunt: præmia poenæque conſtituant. ſi quis aut priuatus, aut populi, eorum decreta non ſeruit, ſacrificia interdiciunt: hoc poena apud eos eſt grauiſſima. A bello abſte conſueuerunt, neque tributa vna cum reliquis pendunt. militie vaca- tionem, omniſque rerum habent immunitatem: cæta exſtat præmia, & ſua ſponte multum diſciplinam conueniunt, & à propi- quis parentibusque nationum magnam rei numerum verſum edicunt, itaque vniuersi annis viciſſim in diſciplina per- manent: neque ſui eſſe exiliamini a lectis mandant, cum in reliquis feri rebus, publicis, priuatisque rationibus, Græci literis vtiuntur. id mihi dubium de cauſis indiſciſe videtur, quid neque ex vltima diſciplinam eſſe reſtat, neque eis qui deſerunt, li- teris cauſis, mihi memoria præſtat (quod feri præſtat accidit) de præſtat literarum, diligentiam in perſeſſando ac memoriam remittunt. In primis hoc vltus præſtat: Non inuicem animas, ſed ab aliis poſt mortem tranſire ad alios: itaque hoc maxime ad virtutem excitat præmia, metu mortis neſſita. Multa præterea de ſacerdotibus, ac ſacrum vltus, de mundi ac terrarum magnitudine, de rerum natura, de deorum immortalitate, & de poſſente diſſentant, & vniuersi tranſeunt. Hæc enim Caſar. Sed maioris noſtris cauſa, & quousque alij de his, aduſimus. Apud Pomponium hoc ſunt: Hi tibi a mundi magnitudinem & formam, motus cauſa, & de ſiderum, ac quid diſſentant, in vltus eſſent, videlicet vt forent ad bella meliores, æternas illa animas, vti- que alteram ad Manes. Apud Marcellinum huc lego, Druidas ingenium coliores, vt auctoritas Pythagore decernit, ſodaliſſis ad- ſtricti conditiſſis quatuordecim occultarum rerum alcarumque erecti ſunt: ac de poſtantes humanæ, præuincuntur animas im- mortales. Laertius dicit hos obſtare ac per ſententias philoſopharum, colendos Deos, mihi mali faciendum, & euerſendam for- tendiſſem. Sed ex Strabone a. audiamus que ſequuntur: Druidæ præter terram naturæ philoſophiam etiam de moribus diſſi- pant. De horum inſtituta ſumma eſt omnium opinio: ita & publica iſſe & priuata iudicia committuntur, & aliquando cauſa be- lo-um diſcependi in ſam acie congregatiſſis, compoſuerunt. Maxime iudicia de cæde iſſe commiſſa ſunt, cumque horum multos eſſe poſſent, agrognum quoque ſententiam colere putant. Cum hi, cum alij animam interius expertem ſtatunt, & mundi tamen aliquando ignem & aquas ſuperſent. Ex Diodori ſententia huc de iſſem habet: Vniuerſi inſuper dominatoribus i qui apud eos cum & augurio & ſacrificiis futura præſtat, plurim exſtimantur, omni eis obtemperante plèbe. Cum verò de rebus magnis conſultant, mirabilem incredibilique ſeruant conſuetudinem. hominem enim immolantes, terant enſe ſuper ſepum tranſuerſum: qui decident, tum ex cauſa, tum ex membrorum diſſecutione, tum etiam ex ſanguinis fluxu, ex quadam antiqua rerum obſeruatione, docent futura. Eſt apud eos moris, nullum abſque philoſopho ſacrificium facere. Exſtimant enim per diuine naturæ conſilios ſacra fieri oportere, tanquam linguis Deorum peritos atque horum interceſſione bona à Diis con- ſentire petenda. Quoties conſilio, & pace & bello fruuntur. De hac hominum immolatione dictus Strabo lib. 7. vbi eos vana no- minat. Poëta verò tanti apud eos tum, vt cum inſtruta acie exercitus eductis enſibus, iactis que iaculis nequeunt, non ſo- lum amica, ſed & hoſtes quoque, eorum interitum à iugena conſueſcent. Ita apud aggreſſores barbaros ita cædi ſolent, & ſine quibus nihil licium eſt regibus facere, aut conſilium ita vt ſi quis verum dicat, illi regnent: reges autem ſententia ſua mi- nistri & ſervi, licet in thronis aureis ſedeant, magnasque domos habiſcent, & ſummas & conueniunt. Huc quoque adducemus hoc ex Lilius, *Et tres barbaricos ritus moribusque finitron Sacrorum Druida posuit repetitis ad arma. Sola nosse Deo, & ex- li numina vides. Aut solis infire datum memora dea remota Incolitis lucis, ubi antestibus, umbra Non tacitas Erebi sedes, Dissip. profundi Pallida regna perire. &c.* Hic autem omnibus Druidibus, teste Caesare, præfuit vltus, qui hæc inter eos aucto- ritatem, hoc mortuo, si quis ex reliquis excelsit dignitate, faccedit: at si sunt plures pares, suffragia Druidum adlegunt, non- numquam etiam de principibus armis condecunt, si certo anni tempore in finibus Carnutum, (ad Ligerni fluvium, si fides Quercili comedæ, que Plauti nomen præfert) quæ regio totius Gallie media habetur, confidunt: in loco sacratissimo, omnes videlicet qui contiones habent, conveniunt: eorumque iudicium decretaque parent. (In his Carnutibus hodie Druidum nomen superesse videtur in loco *Dreux* dicto,) Gab. Symonius in Caesare suo renouato, scribit se in huius tractus salubres

Fig. 7 e 8. Páginas do verso do mapa (in folio), intitulado "Gallia Iulii Caesaris" ("A Gália de Júlio César"): trata de conceitos e costumes dos druidas, conforme comentados por César e vários autores da Antiguidade e do Renascimento.

vidisse horum Druidum antiqua palatii vestigia. Atq. hæc de Druidibus, quorum magiam & homines immolandi morem ad sua usque tempora perdurasse, tradit Plinius, qui cum sublatum addebat Tiberij Caesaris principis. Suetonius in Claudio scribit sub Augusto interdictum, sed tantum civibus, ab ipso autem Claudio penitus abolitum, quod & Seneca in *lunus* adfirmat. Non planè tamen tunc temporis Druidarum nomen existitum, ostendit a. Hæstor. Tacitus, ubi ait incendio Capitoij, quod sub Vespasiano accidit, possessionem rerum humanarum Transalpiniis gentibus portendi, Druidas vana spe cecidisse. Aelius Lampridius, scribit Alexandro Severo Imp. ad bellum Gallicanum cum exclamasse mulierem Druidem Gallico sermone, Vades, nec victoriam speres, ne militi mo credas, neque sese hille, nam in eodem ocellus fuit. H. Vespasian tradit, Aurelianus consuluisse Gallicanas Druidas de suo Imperio, an ad posteros permanerent. Idem ait, Diodesiano, cum adhuc miles esset, apud Tenebris à Druidis muliere prædictum, imperium cum adepturum. Neque post hunc vlla eorum in historia memoria. nisi hoc trans-feras quod habet Euseb. 4. Præparat. (hic enim vixit sub Constantino Magno, & Constantino) ubi scribit Celts ad sua usque tempora, sacrificiis homicidiorum. De Druidis hoc annotat Plinius, nisi nihil sacrasse esse Visco, (quod dryos hyphear vocant) & arborè in qua pignitur, si modò sit robur. Per se, inquit, eligunt lucos, nec vlla sacra sine ea fronde conficiunt, ut inde appellari quoque interpretatione Græca possint Druidas videri. Enimvero quod quis adhaerent illis, è celo missum putant, linguamque esse electæ ab ipso Deo arboris, Omnia salutem appellantes suo vocabulo. Sacrificiis epulisque ritè sub arbore preparatis, duos admovent candidi coloris tauros, quorum cornua tunc primum vincuntur. Sacerdos candida veste cultus arborem scandit, falce aurea demittit candido hic excipitur fugo. Tum deinde victimas immolat, precantes ut suum donum Deus prosperum faciat his quibus dederit. Fortunatissime eo potò dari cunctumque animal sterili, arbitrantur; contraque venena omnia esse remedia. Idem Plinius lib. 29. cap. 3. de ovo anguino mira, id se vidisse adfert, mali orbiculari modici magnitudine, crusta castilaginis, velut acetabulis brachiorum polybi crebris, insigne Druidis. Ad victorias litium ac regnum aditus mirè laudatur, &c. Sabinam herbam contra omnem perniciem habendam prodidisse Druidas, quoque annotat. Sarnotham quoque herbam sinistra manu legunt ieiuni, nec respicientes, contra morbos summi bonumque, eodem teste. Idem de herba sagagine appellata hæc, *Legitur sine ferro dextra manu, per emicam, qua sinistra eruitur velut à furante, candida veste vestitus, paratque lucis modis pedibus, sacro sacro prius quam legatur, pons trinoque. Ferrur in mappa nova. Hanc contra omnem perniciem habendam prodidisse Druidas Gallorum, & contra omnia oculorum vitia sumum eius prodidisse. Tanta gentium in rebus frivolis olerumque religio est, ut idem subiungit.*

Druidum etymon cognoscere cui libido, Goropij Gallica adeat: ubi hanc vocem ex Germanico fonte, veritatis sapientem siue doctorem, interpretatur: Magistros sapientie etiam hos Pomponius facit. ausim ego Dei vel diuinorum, tanquam theologum (ut eos Diodorus vocat) dicere, quod Druthin antiqua Germanorum lingua Deum significare video. idque in Ostiæ Evangelio, typis exsculo. & Druthin habentem pro Deo in vsu esse scio apud Illandos, quibus non alia lingua quam Germanica, etsi disiecto in multis diuersa, (quod quibusdam Germaniæ finitimi populi, ut Danis, Noruegiensibus, & Suedis quoque contigit) cognita. Huic sententiæ suffragari item Lactium video, qui ex Aristotele tribuit eos quoque Semnotheos, quasi decas Deorum cultores, appellari. In Camdem amici nostri Britannia lego Albricum quendam scribere, quod Dry Saxones magum vocent (voce idem quod theologus aut philosophus notante) & Magos nominat hos Druidas quoque Plinius. Nomen enim eos è queru non habere, ipse idem satis fateatur; dum addit à queru vel visco eos posse Græca interpretatione videri. (videri, & esse, differe, nemo non nouit.) Et qui possent à *dryas* voce Græca hi denominari, cum horum disciplinam repertam in Britannia, sit locupletissimus testis Cæsar: ubi nulla inquam Græcorum colonia. Nam Vilius nauigatio, & in hanc insulam aduentus, pro fabula, non historiæ habetur, ab omnibus rectè de rebus sentientibus, neque cum Eratostheni eam credere cogar, donec quis aliquem qui eius vitem vectorum consulerit, mihi ostendat. Germanicæ verò lingue in hac eadem vsum negare poterit nemo, nisi qui Taciti aut Cæsaris scriptis fidem abrogauerit. hic enim ex Belgio (in quo eodem auctore Germani Cæsarum) colonos in hanc insulam transisse ibidemque renouisse scriptum reliquit. Ille Caletodoniæ (insula huius magnam partem) habitantibus Germanicam originem tribuit. Ac quia his Druidibus robore & visco vini sacrasse, ut ex Plinio didicimus; & Iouis signum, his altissimis quercus, ut docet Tyrius Maximus; Diodorum puto hos alio nomine, ut idem significante, Sarni nudes vocasse improprè. (nisi & hic Druidæ quoque legendum, quod docent in nostri Theauri secunda editione.) Scio Anniam ex suo Berolo hos Druides scribere sic dictos à Druiro Barro, Sarrone, Gallorum veterum regibus. Horum autem auctoritas sit penes ipsos. Sunt qui verbum hoc, *An Gai Pan neaf*, quod hæcæti quædam pridie Kal. Ian. vulgò publicè cantari in Gallia solet, ab his manasse autumant. ex hoc fortè Ouidij, *Ad Trifonem Druidæ, Druidæ cantare solebant*, de quo prolixè satis Goropius in Gallicis, Vinetius ad Aulonium, & Vigenereus ad Cæsi. Commentaria. Auctores habeo Contr. Celtem, Irenicum, Althamerum, & Auentinum; qui tradunt hos Druides pulsos à Tiberio & Claudio Imp. in Germaniam trans Rhenum habitare venisse, indeque in hunc usque diem apud hos promanare terricola mentis illud nocturni genus, quod calcamentum philosophicum vocant, *Drutenfasi*, vulgo. Eltque (quod mihi commemorauit suis litteris Ioachimus Camerarius F.) figura Pentagona, olim *oyeas*, siue bonæ valetudinis symbolum. hanc cum ligneis incidunt, existimantes pueros ea à nocturnis mutari lemurbus. Conradus Celtes describit quoddam lapideas antiquas imagines ad radices Piniferi montis (*Fichtelberg* vulgo, in vmbilico Germaniæ) in cœnobio quodam, à se visas: quas credit iconicè horum Druidum referre formam. Erant sex numero, inquit, ad fores templi parieti insertæ, septem pedum singule, nudis pedibus, capita intectæ, Græcico pallio & cucullato, perulaque, barba ad inguina usque premissa, & circa naris fistulas bifurcata: in manibus liber & baculus Diogenicus: leuera fronte, & trili supercilio: obliquo capite, & fignetes lumina terra. Iacobi Sæpperi in sua Corographia Germaniæ horum descriptio mihi fruola videtur, ubi horum colla, brachia, & digitorum torquibus, armillis atque annulis exornat, cothurnosque philosophicos, & tictas coloribus vestes addit. vnde hæc hauserit, ignoro, nam candidam vestem his tribuere Plinium, diximus. Serabo 7. ubi de iisdem sub Vatum nomine, canos albo vestina describit, carbassinis supparis desuper fibulis adfixis, cinctu xreo, & pedibus nudis.

Hanc nummum meum argentum subijcere placuit, ob memoriam Ser. Sulpij Galbe, Cæsaris in Gallia legati: & Gallia regis, mæx Cæsaris et adituus, in tres partes diuisum; que postea, sub Augusto Imp. nempe, in quatuor provincias diuisa fuit.





Fig. 9 e 10. Detalhes das margens esquerda e direita do mapa Gallia Vetustas: listas com os nomes de povos e militares que se destacaram em cada uma das províncias - Gália Celta, Bélgica e Aquitânia - durante as Guerras Gálicas, segundo a descrição feita por César.

Gallorum ali-
quot populorum
elogia, sive de-
scriptiones a-
pud Cæsarem.

GALLI, sive
CELTAE, in
his

Aedui fratres
consanguineiq;
Romanorum dic-
ti, ob veterem
ac perpetuam
erga P. R. fidem.
his in omni
Gallia summa
auctoritas.

Helvetij re-
liquos Gallos
virtute superant.

Senones ci-
uitas inprimis
magne inter Gal-
los auctoritatis.

Sequani per se
nimis valebant.

Veneti his
longe amplissima
auctoritas om-
nis ore mariti-
mæ scientia et
usu rerum nau-
ticarum cete-
ros antecedunt.

Boij egregia
virtute cogniti.

Ambarri ne-
cessarii et con-
sanguinei Ae-
duorum.

BELGAE,
his maxima vir-
tus et omnium
Gallorum fortis-
simi. Horum

Nervij max-
ime feri, &
magne virtutis
pedestribus va-
lebant copijs.

Treviri quo-
rum virtutis
opinio singula-
ris. cultu et fe-
ritate non mul-
tum a Germa-
nis differebant.

Remi offici-
osi Romanis in
Gallicis bellis.
et secundum
dignitatis lo-
cum, apud hos
obtinebant.

Eburones
civitas ignobi-
lis et humilis.

Bellovaci
plurimum inter
hos valent vir-
tute et auctori-
tate, hominumq;
numero. item
magna apud hos
virtutis opinio.

Aduatici
ex Cimbris Teu-
tonisque pro-
creati sunt.

Condrusi
Trevirorum cli-
entes.

Vbij ceteris
humaniore. ho-
rum civitas flo-
rens et ampla.

AQVITANI
hominum mul-
titudine his opti-
ma gens ad bel-
lum gerendum.

Sontiates
hi equitatu plu-
rimum valent.



Fig. 11. Gália Céltica: do Golfo de Biscaya, a oeste, até os Alpes, a leste.





Fig. 12. Gália Céltica: parte leste, em que se pode ver a cidade de Vesôncio, atual Bensaçon, protegida pelo Rio Alduabis (atual Doubs). O mapa também mostra a ponte de Genebra, a muralha construída por César, a região assentada por Ariovisto (Ager Sequanus totius Galliae primus) e a cidade de Alexia (Alésia), onde César venceu Vercingetorixe.



Fig. 13. Gália Céltica: detalhe do mapa em que aparecem o território dos Carnutes, onde os druidas se reuniam; a cidade druida de Genabum (Orleans); a ponte que ligava esta cidade ao outro lado do rio Liger (Loire); a cidade de Lutetia (Paris); e Gergovia, principal cidadela de Vercingetorix, o maior rival de César.



Fig. 14. Aremórica, região da costa noroeste da Gália, entre os rios Liger (Loire) e Sequana (Sena), atual Bretanha e Normandia. Ortelius definiu os povos dessa região como Armoricae siue Maritimae ciuitates (povos armóricos ou marítimos). Também são mostradas outras divisões do povo aulerci, como os diablintes e os cenomanos.



Fig. 15. Gália Bélgica: limitava-se a oeste e sul com a Gália Céltica, e ao norte com o Canal da Mancha e o Mar do Norte. O mapa registra a Floresta das Ardenas, o Rio Mosa (Meuse) e a presença de povos e cidades.



Fig. 16. Aquitânia: fronteira a sudoeste com a Hispânia (Espanha) através dos Montes Pireneus.

*subijcere placuit, ob memoriam Ser. Sulpitii Galbae, Caesaris in Gallia legatti et Galliae regionis, ex Caesaris traditione, in tres partes diuisionem; quae postea, sub Augusto Imp. nempe, in quartuo prouincias fuit.*⁵¹ À esquerda de um dos lados da moeda, está representada a figura de Servílio Galba, montado em um cavalo; do lado oposto, há três cabeças de mulheres olhando para a direita, com a inscrição *Tres Galliae*. Na Antiguidade romana, era comum retratarem efígies nas moedas com a intenção de se promover o culto à personalidade. Essa numismática era comum entre as “famílias consulares” (Galba, Messala etc.), no período da República (ca. 185). Em Roma, esse hábito iniciou-se com César, e teve continuidade com imperadores mais vaidosos, sob o pretexto de que a efígie real representava a garantia do peso e da qualidade do metal. Em oposição a essa consagração (*consecratio*), existia a danação da memória (*damnatio memoriae*), pena estabelecida pelo Senado, que consistia em destruir toda referência à memória da pessoa atingida pelo ato, inclusive a retirada de circulação das moedas para que seu nome e sua figura não entrassem para a história. Um dos exemplos da danação da memória foi Calígula. Após sua morte, todas as moedas cunhadas durante seu período de governo foram destruídas. Ortelius se orgulhava de possuí-las.

2.3.1.2 Cartuchos

Os três cartuchos representados no mapa (fig. 6), em molduras ornamentadas, assim se distinguem:

a) o primeiro, também chamado cartucho de título, localiza-se na parte superior à esquerda do mapa, onde se lê “*Gallia Vetus ad Iulii Caesaris Commentaria [i.e. Commentarij] ex conatibus Geographicis Abrah. Ortelij. 1590*”. (“A Gália Antiga, de acordo com os *Comentários* de Júlio César, a partir da pesquisa do geógrafo Abraham Ortelius. 1590”). Devemos ressaltar que o termo “*Commentarii*” (“*Commentarius*, -i = s.m.”) que nomeia a obra de César pode apresentar uma variante “*Commentarium*, -i”. Ortelius optou pela forma do neutro (“*Commentaria*”) para nomear o seu mapa;

b) no segundo, à direita, no alto do mapa, pode-se ler: “*Cum Imp Reg et Cancellariæ/ Brabantii privilegio decennali*” (“Com o privilégio do Real Imperador e da Chancelaria de Brabante [Bélgica] durante dez anos”). Os cartuchos traziam escrito “*cum privilegio*”, no sentido de direito exclusivo do autor, sendo equiparado, nos tempos atuais, a “*copyright*” (MANASEK, 1998, p. 275);

c) no terceiro, Ortelius dedica o mapa a uma autoridade católica, o bispo da Antuérpia Levino Torrencio. A dedicatória era uma forma de homenagem

51. “Eu tenho prazer em apresentar esta minha moeda de prata, em memória de Servílio Sulpício Galba, embaixador de César na Gália e embaixador da Região da Gália; a partir de uma tradição de César, uma divisão em três partes, a qual, posteriormente, sob o Imperador Augusto, foi dividida em quatro províncias.”

daquela época. Está situada no canto esquerdo, da parte inferior do mapa, onde se lê: “*REVERENDISSIMO IN CHRISTO PATRI, DOMINO D. LÆVINO TORRENTIO, EPISCOPO ANTVERPIENSI, APVD AMBIVARITOS, EIVS VIRTUTIS CVLTOR ABRAH. ORTELIVS REG. MAIEST. GEOGRAPHVS DEVOTISSIME DEDICAB*” (“Abraham Ortelius, Geógrafo da Real Majestade, cultor da sua virtude, dedica devotamente, ao Reverendíssimo em Cristo Pai, Dom Levino Torrencio, Bispo de Antuérpia, junto ao povo de Ambivarito”) [Gália Belga]. De acordo com Peter van de Krogt, há duas variantes nas três primeiras linhas da dedicatória do mapa e esta é a chamada “variante a”, onde se lê “*REVERENDIS-/ SIMO IN CHRI-/ STO PATRI, DO -/*” (KOEMAN, 2003, v. 3B, p. 798).

2.3.1.3 Margens laterais do mapa: listas das descrições dos povos gauleses

As margens laterais apresentam duas listas, uma à esquerda, outra à direita, e ambas se referem aos representantes dos povos gauleses e suas características. Nessas listas, Ortelius emprega as letras ramistas denotando preocupação com a questão linguística.

A lista da margem esquerda (fig. 9), intitulada *Galli apud Cæsarem nominati et descripti* (“Gauleses nomeados e descritos de acordo com César”), está ordenada de acordo com as três províncias citadas por César – Bélgica, Céltica e Aquitânia –, seguidas pelos nomes dos seus povos, chefes e pessoas que se destacaram durante o *Bellum Gallicum*.

Temos como exemplo “Ambiorix” (Ambiorige) e “Catuvolcus” (Catuvolco), chefes dos eburões, na Bélgica. Eles são mencionados nos livros V e VI dos *Commentarii*. No livro V, 24, 4, “*Vnam legionem, quam proxime trans Padum conscripserat, et cohortes quinque in Eburones, quorum pars maxima est inter Mosam ac Rhenum, qui sub imperio Ambiorigis et Catuuolci erant, misit*”.⁵²

Ambiorige foi um dos grandes adversários de César. Conseguiu, porém, escapar das perseguições persistentes e malogradas do exército de César, de acordo com o livro:

Ac saepe in eum locum uentum est tanto in omnis partis diuiso equitatu, ut [non] modo uisum ab se Ambiorigem in fuga circumspicerent captiui nec plane etiam abissee ex conspectu contenderent, ut spe consequendi inlata atque infinito labore suscepto qui se summam ab Caesare gratiam inituros putarent paene naturam studio uincerent, semperque paulum ad summam felicitatem defuisse uideretur atque ille latebris aut saltibus se eriperet et noctu occultatus alias regiones partesque peteret non maiore

52. “Enviou uma legião que se alistara próximo do Além Pó, e cinco coortes até os eburões, cuja grande parte habita entre o Mosa (Meuse) e o Reno, sob o império de Ambiorige e de Catuvolco.”

*equitum praesidio quam quattuor, quibus solis uitam suam committere audebat.*⁵³
(Cés. B. Gal., VI,43,4-6)

Catuvolco, idoso e cansado de lutar e fugir, se suicida:

*Catuulcus, rex dimidiaie partis Eburonum, qui una cum Ambiorige consilium inierat, aetate iam confectus cum laborem belli aut fugae ferre non posset, omnibus precibus detestatu Ambiorigem, qui eius consilii auctor fuisset, taxo, cuius magna in Gallia Germaniaque copia est, se examinavit.*⁵⁴ (Cés. B. Gal., VI,31,5)

Ortelius usa a forma “Cattivulcus”. Constans indica as variantes nos documentos de Gudius, como “Catuuolcus”, nos códices citados no livro V,24,4, e “Catuolci” no livro VI,31,5, Códice Bongarsianus ou Amstelodamensis 73 (Bibliotheek der Rijksuniversiteit, Amsterdam) e Códice Moysiaccensis, Ms. lat. 5056 (Biblioteca Nacional da França); “cata-” no Códice Parisinus. Lat. 5763 (Biblioteca Nacional da França); Códice Romanus Vaticanus 3864 (Biblioteca Apostólica Vaticana); e Códice Ashburnhamianus, MS R. 33 (Biblioteca Mediceo Laurenziana, Florença); “cato-” em Códice Louanien-sis ou Lovaniensis, MS.10084 (British Library) e Códice Neapolitanus. IV (Biblioteca Nacional de Nápoles), que são todos da classe α . Arend menciona “Cattivulcus” (AREND, 1840, p. 69).

Outros chefes mencionados por Ortelius são: “Boduognatus” (Boduognato), chefe dos nérvios, e Vértico, de família nobre da tribo dos nérvios, fugiu do cerco dos nérvios para o acampamento de Cícero, a quem prometeu fidelidade. Vértico persuadiu um gaulês, seu escravo, prometendo liberdade e recompensas a levar a carta de Cícero a César. O escravo, por ser gaulês, iria passar despercebido com a correspondência a César perante os inimigos gauleses (Cés. B. Gal., V,45,2-4). Os outros mensageiros romanos haviam sido pegos e mortos pelos gauleses.

“Indutiomarus” (Induciômaro), chefe dos tréviros, era considerado por César um forte inimigo. De acordo com os *Commentarii*, livro V,3,4, ao contrário do outro comandante, Cingetorige,⁵⁵ preparava a cavalaria e a infantaria para a guerra: “*At Indutiomarus equitatum peditumque cogere[...] bellum*

53. “E muitas vezes com uma numerosa cavalaria espalhada por todas as partes, foram feitos prisioneiros que sustentavam ter visto Ambiorige em fuga e pretendiam que não estava longe da sua vista, de forma que havia esperança de alcançá-lo, e depois de fazer um imenso esforço, eles julgavam cair na graça de César, e quase ultrapassavam o esforço humano, e sempre parecia pouco para alcançar a suprema felicidade. Entretanto, Ambiorige encontrava esconderijos e bosques onde se esconder; ocultado pela noite, ele buscava outras regiões em nova direção com apenas quatro cavaleiros somente aos quais ele ousava confiar sua vida.”

54. “Catuvolco, que se tinha associado a Ambiorige, abatido pela idade, não podendo suportar os cansaços da guerra e da fuga, detestando todas as maldições a Ambiorige, autor do conselho, se envenena com teixo, árvore comum na Gália e na Germania.”

55. Cingetorige tinha se aliado a César.

parare instituit.”⁵⁶ Ele instigou Ambiorige e Catuvolco a se rebelarem contra as tropas romanas, que, com ajuda dos lenhadores, atacaram uma legião, mas fracassaram. (Cés. B. Gal., V,26). Induciômaro foi morto, apud livro V,58,6: “*Conprobat hominis consilium Fortuna et, cum unum omnes peterent, in ipso fluminis uado deprehensus Indutiomarus interficitur caputque eius refertur in castra; reudentes equites quos possunt consecantur atque occidunt.*”⁵⁷

Há uma variante para “Indutiomarus” nos manuscritos da classe β, Códice Riccardianus 541 (Biblioteca Mediceo Laurenziana), grafada “Induciomarus” em dois ou vários manuscritos. O cartógrafo gravou a segunda forma. Tal variante se dá em virtude da questão da pronúncia. Na época de Ortelius o grupo “-ti” já era pronunciado como “-ci”. O dicionário de Ernesto Faria registra a forma “Induciomarus”.

Outro dirigente que merece destaque é “Vercingetorix” (Vercingetorige), grande comandante dos arvernos da Gália Céltica e um dos maiores rivais de César. Ele foi o mais mencionado e narrado em todo o livro VII do *De Bello Gallico*. César aponta o poder de Vercingetorige, a sua conquista com outros povos gauleses e a sua temeridade, para que, valorizando o inimigo, a sua vitória seja maior. Apresentamos algumas passagens do capítulo 4, que consideramos marcantes, uma vez que os nomes destas estão relacionados na lista da margem esquerda, seguindo a mesma disposição apresentada por César.

O capítulo IV,2-4 narra a expulsão de Vercingetorige por seu tio Gobanição e pelos chefes da Gergóvia:

*Cognito eius consilio ad arma concurriru. Prohibetur ab Gobannitione, patruo suo, reliquisque principibus, qui hanc temptandam fortunam non existimabant; expellitur ex oppido Gergouia; non desistit tamen atque in agris habet delectum engentium ac perditorum. Hac coacta manu quoscumque adit ex ciuitate ad suam sententiam perducit, hortatur ut communis libertatis causa arma capiant, magnisque coactis copiis aduersarios suos, a quibus paulo ante erat eiectus, expellit ex ciuitate. Rex ab suis appellatur.*⁵⁸

O cartógrafo gravou a palavra “Averni” nessa lista sem acrescentar a letra *r*, como aparece nos textos, e estampou “Aruerni” no mapa, próximo às

56. “Mas Induciômaro resolveu levar a Cavalaria e a infantaria... e preparar a guerra.”

57. “A fortuna comprova a inteligência do homem e, como todos perseguissem apenas um, Induciômaro foi surpreendido e morto no vau do rio. Sua cabeça foi levada até o acampamento. Os cavaleiros, que voltavam, perseguem e matam aqueles que podem.”

58. “Conhecida a sua resolução correram as armas. [Vercingetorige] foi proibido por Gobanição, seu tio, e pelos outros chefes que não julgavam que ele devia tentar essa empresa; ele foi expulso da Gergóvia; entretanto não desistiu e recrutou nos campos homens pobres e perdidos. Após ter reunido essa tropa atrai para a sua causa aqueles da cidade que ele encontra; exorta-os a tomar as armas em favor da liberdade comum [da Gália]. Reunidas grandes forças, expulsa da cidade os adversários pelos quais pouco antes fora expulso. É proclamado rei pelos seus.”

“Gebena Mons” (Montanhas Cevenas). Não encontramos essa variante nas fontes a que tivemos acesso. Portanto, não podemos afirmar que essa forma foi grafada erradamente ou se o cartógrafo copiou de algum manuscrito.

Outra passagem importante, no mesmo capítulo, é aquela que relata a adesão dos povos: “*Celeriter sibi Senones, Parisios, Pictones, Cadurcos, Turonos, Aulercos, Lemouices, Andos reliquosque omnes qui Oceanum adtingunt adiungit; omnium consensu ad eum deferentur imperiu*” (“imediatamente junta a si os sênones, parísios, píctones, cadurcos, turonos, aulercos, lemovices, andes e todos os restantes que confinam com o oceano”).

Ainda na Gália Céltica, um comandante que merece ser citado é Diviciaco, nobre da tribo dos éduos e amigo de César. Segundo Olivieri, Diviciaco era um druida e o único que figura nas fontes clássicas. Nos *Commentarii*, César refere-se a ele como embaixador ou porta-voz dos assuntos gauleses. Conforme Olivieri, a função de embaixador não deixava de ser uma das atribuições druídicas. Tanto César como Cícero, no *De Divinatione*, atribuíram-lhe papel preponderante (OLIVIERI, 2005 p. 74).

A respeito da grafia do nome, na lista de Ortelius está grafado “Divitia-tus”, já em Constans e no verbete do *Dicionário* de Ernesto Faria está grafado “Diuiciacus”. Esse fato denota a questão da divergência de pronúncias “-ti/-ci” no período renascentista. Nenhum dos dois estudiosos comenta sobre as variantes que possam existir nas cópias dos manuscritos. A forma “Divitiatus” aparece na obra de Johann Franz Wagner (WAGNER, 1779, p. 48) e pode ser considerada uma variante.

Outro líder da Gália Céltica é Orgetorige, o mais poderoso dos helvécios, por sua linhagem e fortuna (Cés. B. Gal., I,2,1): “*Apud Helvetios longe nobilissimus fuit et ditissimus Orgetorix. Is M. Messala, et M. Pisone consulibus regni cupiditate inductus coniurationem nobilitatis fecit et civitati persuasit ut de finibus suis cum omnibus copiis exirent.*”⁵⁹

Pisão da Aquitânia é um cavaleiro representante da Gália, também apresentado nos *Commentarii*, IV,12, 4-6: “*Piso, Aquitanus, amplissimo genere natus, cuius avus in ciuitate sua regnum obtinuerat amicus ab senatu nostro appellatus*” (“Pisão, o aquitano, nascido de ascendência nobre, cujo avô fora rei na sua cidade foi chamado amigo pelo nosso senado”). Foi morto em combate contra os germanos.

A lista da margem direita (fig. 10), sob o título “*Gallorum aliquot populorum elogia sive descriptiones apud Caesarem*” (“Elogios de alguns dos povos gauleses ou descrições de acordo com César”) está disposta também pelas províncias Céltica, Bélgica e Aquitânia. Ortelius utiliza extratos dos *Commentarii* para descrever os povos abaixo.

59. “Entre os helvécios estava Orgetorige, muito nobre e rico. Sob o consulado de M. Messala e M. Pisão, levado pelo desejo de ser rei, fez uma conspiração da nobreza e persuadiu a cidade a sair de suas fronteiras com toda a tropa.”

O cartógrafo inicia a lista da seguinte forma “*GALLI, sive CELTAE in his Aedui fratres consaguineiqz [consaguineosque] Romanorum. dicti* (Cés. B. Gal., I,33,2), *ob veterem ac perpetuam erga P. R. fidem his in omnia Gallia summa auctoritas*”.⁶⁰

“*Helvetij reliquos Gallos virtute superant.*” (“Os helvécios, superam os demais gauleses pela coragem.”) Essa frase foi retirada do texto (Cés. B. Gal., I,2,2), quando Orgetorige persuade o povo a conquistar toda a Gália.

“*Sequani per se minus valebant.*” (“Os séquanos por si mesmos eram menos fortes.”) De acordo com os *Commentarii*, no trecho (Cés. B. Gal., VI,12,2) em que esclarece a autoridade maior do partido dos éduos sobre o dos séquanos, na ida de César à Gália. Como os séquanos eram mais fracos, se aliaram aos germânicos, em troca de sacrifícios e promessas. Após a vitória, dominaram os éduos, tomando como refém os filhos dos principais representantes, ocupando à força os seus territórios e obtendo a supremacia da Gália.

“*Veneti his longe amplissima auctoritas omnis ore maritimae scientiae et usu rerum nauticarum ceteros antecedunt.*” (“Entre estes estão os vênetos, maior autoridade de toda a costa marítima, eles antecedem os outros pelo uso da ciência e das coisas náuticas.”) (Cés. B. Gal., III,8,1).

“*Boii egregia virtute cognit.*” (“Os boios, são conhecidos pelo notável valor.”) Após serem vencidos por César, receberam a permissão dos éduos, a pedido deles, para continuarem em suas terras (Cés. B. Gal., I,28,5).

“*Ambarri necessarij et consanguinei Aeduorum.*” (“Os ambarros, amigos e consaguíneos dos éduos.”). Também de acordo com os *Commentarii*, livro I,11,4.

“*BELGAE his maxima virtus et omnium Gallorum fortissimi. Horum.*” (“Os belgas, possuem estes uma grande força e são os mais fortes de todos os gauleses.”) (Cés. B. Gal., I,1,3).

“*Nervii, maxime feri et magnaevi virtutis: pesdestribus valebant copiis.*” (“Os nérvios, muito rudes e de grande valor guerreiro, valiam pela infantaria.”) (Cés. B. Gal., II,4,8).

“*Eburones civitas ignobilis et humilis.*” (“Os eburões, cidadãos ignóbeis e humildes.”)

E por fim, “*AQVITANI hominum multitudo his optima gens ad bellum gerendum.*” (“Entre estes os aquitanos multidão de homens, a melhor raça para fazer a guerra.”) Nessa região encontram-se os povos sonciates: “*Sontiates hi equitatu plurimum valente.*” (Cés. B. Gal., III,20,3) (“Os sonciates que valem pela sua cavalaria muito forte.”)

Nessa mesma lista, do lado direito, encontramos formas variantes de alguns vocábulos.

60. “Os gauleses ou celtas, entre eles os éduos chamados irmãos e consaguíneos dos romanos, por causa da antiga e perpétua fidelidade a eles possuem a maior autoridade em toda a Gália.”

A primeira é “aeduī” ou “haeduī”, não registrado por Constans, que o grafa somente com “h”, “haeduī”. O dicionário de Ernesto Faria inicia o verbete pela vogal, mas mostra a variante com h. Na lista da margem direita do mapa, a palavra apresenta-se somente com a vogal – “aeduī”. Saraiva (1993) registra as variantes “aeduī” e “aedues”, citadas em César e Cícero. A ausência do “h” inicial remonta às questões antigas de fonética histórica do latim.

Quanto ao termo “heluetii”, encontrado na lista, aparece nos manuscritos Bongarsianus ou Amstelodamensis 73 (Bibliotheek der Rijksuniversiteit); como as variantes “itii” e “icii”, no manuscrito do Códice Moysiaccensis. Ms. lat. 5056 (Biblioteca Nacional da França), ambos da classe α, conforme Constans. Novamente, tal variante aponta para a questão da pronúncia renascentista. O cartógrafo faz uso dessa palavra no manuscrito do Códice Bongarsianus ou Amstelodamensis 73 (Bibliotheek der Rijksuniversiteit), da classe α.

O último vocábulo, “sontiates”, utilizado na relação de Ortelius, aparece nos manuscritos classe α, e a variante “sotiates” nos da classe β. Constans menciona Plínio, Orósio e a obra *Traité des monnaies galoises*, de A Blanchet, que conduzem para os documentos da classe β. E. Faria menciona somente a forma “sontiates”.

Ortelius inclui os úbios na lista de povos da Gália Bélgica: “*ubii ceteris humianioris horum civitas florens et ampla*” (“os úbios mais humanos destes possuem cidade florescente e ampla”). No entanto, constatamos, no texto dos *Commentarii*, que César sempre os tratou como povos germânicos.

*Ad alteram partem succedunt Ubii, quorum fuit civitas ampla atque florens, ut est cap-tus Germanorum; ii paulo, quamquam sunt eiusdem generis, sunt ceteris humaniores, propterea quod Rhenum attingunt multum ad eos mercatores ventitant et ipsi propter propinquitatem [quod] Gallicis sunt moribus adsuefacti.*⁶¹ (Cés. B. Gal., IV,3,3).

2.3.2 Análise intrínseca do mapa *Gallia Vetus*

A análise intrínseca consiste no exame do conteúdo da representação cartográfica, que consta da indicação de nomes dos povos, topônimos e pormenores naturais e artificiais. Os topônimos e os detalhes específicos vêm representados por uma simbologia, figurada nos mapas modernos, e especificada em um quadro explicativo denominado legenda, que tem como objetivo facilitar a leitura do documento cartográfico. No Renascimento, a simbologia é representada de forma pictórica, sem legenda. Exemplos desses sinais são: a vegetação, que se apresenta desenhada com figuras de árvores; o relevo, em

61. “Do outro lado sucedem os úbios, cuja cidade foi consideravelmente florescente, tanto quanto o estado dos germanos pode sê-lo, e são pouco mais civilizados que os outros da mesma raça, porque eles chegam até o Reno e muitos mercadores vêm até eles, e também por causa da proximidade com os gauleses eles se habituaram aos seus costumes.”

forma de montanhas; as cidades são configuradas em forma de casas ou, no caso daquelas fortificadas, em fortalezas, enquanto algumas particularidades consideradas relevantes tomam formas concretas (pontes, muros etc).

Um dado linguístico importante a ser observado é que Ortélius manteve as letras ramistas ao indicar os nomes das províncias da Gália, embora os nomes estivessem em caixa alta, por exemplo, “CELTAE SIVE GALLI”, “AQVITANIA”. No entanto, não fez distinção entre vogais e consoantes em alguns nomes de povos, como “Heluetii” e “Eburouices”, e manteve a letra “j” sem distinção da vogal “i” e da consoante “j”. Quanto aos topônimos ele ora utilizava as letras ramistas, ora as ignorava, por exemplo, “Iura mons”, “ARDVENNA SILVA”, “Vienna”, “Ligieris fluvius”, “Rhenus fluvius”.

O mapa mostra a Gália dividida em três partes (fig. 6), de acordo com a geografia dos *Commentarii* (Cés. B. Gal., I,1,1): “*Belgae*” (belgas), “*Aquitani*” (aquitanos) e “*Celtae sive Galli*” (celtas ou gauleses): “*Gallia est omnis diuisa in partes tres, quarum unam incolunt Belgae, aliam Aquitani, tertiam qui ipsorum lingua Celtae, nostra Galli appellantur*”.⁶²

A abrangência geográfica do mapa corresponde, atualmente, aos Países Baixos, França, Luxemburgo, Suíça, parte ocidental da Alemanha e sul da Inglaterra.

Além da representação desses territórios, o mapa apresenta a parte sul da França, tomada pelos romanos, chamada de Província Romana, mais tarde denominada Gália Narbonense, hoje Languedoc e Provença, e o Norte, a Britânia (fig. 6), nome dado pelos romanos à província que ocupava a região austral da Grã-Bretanha.

A chamada Gallia Ulterior ou Transalpina era a Gália propriamente dita, ou seja, o lado ocidental de toda a Gália. Fazia limite ao norte com a Britânia (Grã-Bretanha) e o oceano Britânico (Canal da Mancha), ao sudoeste com a Aquitânia, a oeste com o oceano Aquitânico (Golfo de Biscaia) e a leste com a *Gallia Citerior* (Gália Citerior)⁶³ ou Cisalpina. A Gália Citerior, também conhecida como Alta Gália, nome dado pelos romanos, compreendia a região entre os Alpes e os Apeninos setentrionais, no noroeste da Itália (fig. 6). O mapa mostra parte dessa região onde se lê: *Gallia Citerioris (quae et Italiae) pars* (“Parte da Gália Citerior que é uma parte da Itália.”)

No que tange à Britânia (Grã-Bretanha), não nos estendemos muito, pois Ortélius menciona apenas alguns topônimos. Registre-se ainda que, nos *Commentarii*, há erros, já mencionados, sobre os nomes dos acidentes geográficos dessa região, conforme observações de Constans. Canfora comenta não existir

62. “A Gália está toda dividida em três partes: uma delas, os belgas habitam, a outra os aquitanos, e a terceira aqueles que na sua língua chamam de celtas e na nossa de gauleses.”

63. Citerior: que está do lado de cá. (FARIA, E.); que está aquém de, que se situa do lado de cá (*Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*).

justificativa de César para invadir esse território. O imperador romano tinha o desejo intenso de conquistar a ilha desconhecida e impressionar os seus contemporâneos, mais do que os grandes resultados que conseguira no continente (CANFORA, 2002, p. 142). A Britânia, na parte sul da Grã-Bretanha, região da conquista do imperador romano, é banhada pelo Oceano Britânico (hoje Canal da Mancha) e Mar Germânico (parte do atual Mar do Norte). Os topônimos assinalados são: “Britanniae pars” (parte da Britânia), “Londinum” (Londínio, atual cidade de Londres), “Cantium” (Cântio, hoje condado de Kent), e “Tamisis flu[vius]” (Rio Tâmis). César faz duas expedições à Britânia: a primeira é narrada no livro IV,23-36, quando o imperador consegue dominar os britanos, após enfrentar duas tentativas de ataques destes últimos; a segunda está no livro V,8-23, época em que os britanos estavam divididos, facilitando a vitória de César sobre os inimigos, liderados por Cassivelauno. O sucesso desse domínio se deve à ajuda de Mandubrácio, cujo pai era rei dos trinobantes e foi morto por Cassivelauno. Assim, Mandubrácio se juntou a César (Cés. B. Gal., V,20,1). Embora esse empenho militar tenha sido pouco rendoso, favoreceu a imagem do imperador romano, cujos relatórios do *De Bello Gallico* eram divulgados. Um exemplo é o *Carmina*, XI, 10-12, de Catulo, dirigido a Fúrio e Aurélio onde menciona a campanha de César: “*Caesaris uisens monumenta magni, /Gallicum Rhenum horribilesque uli /mosque Britannos.*”⁶⁴

Segundo Oliva Neto, esse povo, habitante da Britânia, era chamado de horrendo, provavelmente pelo hábito de, nas guerras, pintar ou tatuar o corpo de azul para assustar os adversários (CATULO, 1996, p. 76).

Com referência às outras fronteiras da Gália, o lado ocidental é demarcado pela Hispânia (Espanha), por meio dos Montes Pireneus, representados pela simbologia pictórica. Nessa região está assinalada a tribo dos cântabros, aliada dos aquitanos, que foi combatida por Públio Crasso, como é relatado nos *Commentarii* (Cés. B. Gal., III,26,6): “*Quos equitatus apertissimis campis consecutus ex milium L [quingenta] numero quae ex Aquitania Cantabrisque conuenisse constabat*”.⁶⁵ Na parte oriental, faz limite com a Germânia, separada pelo Rio Reno, onde estão indicados os povos sicambros, ao norte, úbios, tribocos e os harudes, na região meridional.

O vocábulo “sicambri”, utilizado por Ortelius, foi observado com as seguintes variantes: “sicambers”, “sicambres”, “sigambres”, “sugumbres” ou “sugambri”. Constans emprega a palavra “sugambri”, mostrando somente as variantes “sugamborum” classe α, segundo grupo – Códices de Louaniensis ou Lovaniensis, Add. MS.10084 (British Library) e *Neapolitanus*. IV, c. 11

64. “Avistando os monumentos do Grande César, o Reno Gálico e os horrendos e mais afastados britanos.”

65. “A cavalaria perseguiu-os em campos muito planos que constava em um número de 50 mil aquitanos e cântabros”.

(Biblioteca Nacional de Nápoles); com final “iis” em Códice Bongarsianus ou Amstelodamensis 73 (Bibliotheek der Rijksuniversiteit); Códice Parisinus Lat. 5763 (Biblioteca Nacional da França); Códice Romanus Vaticanus 3864 (Biblioteca Apostólica Vaticana); Códice Louaniensis ou Lovaniensis, Add. MS.10084 (British Library); e Códice Neapolitanus (Biblioteca Nacional de Nápoles), classe α , “hiis” em Códice Moysiaccensis. Ms. lat. 5056 (Biblioteca Nacional da França), classe α , e em Códice Thuaneus. MS lat. 5764, classe β ambos os manuscritos pertencem à Biblioteca Nacional da França; “his” em Códice Ashburnhamianus, MS R. 33S (Biblioteca Mediceo Laurenziana), classe α , Códice Ursinianus ou Vaticanus 3324v (Biblioteca Apostólica Vaticana); e Códice Riccardianus 541 (Biblioteca Mediceo Laurenziana), ambos da classe β . Ernesto Faria usa “Sicambri” e a tradução é sicambros, povo da Germânia, habitantes do Rio Reno e “Sugamber” dos Sicambros.

Os sicambros habitavam as terras ao norte dos úbios, na região do Rio Ruhr (CÉSAR, 1962, t. 2, p. 200), na atual Alemanha. Estes acolheram os usípetes e tencteros, povos também germânicos, que foram atacados violentamente e expulsos da Gália por César na região do Rio Mosa (Meuse): *“illa pars equitatus Vsipetum et Tenctherorum, quam supra commemoraui praedandi frumentandique causa Mosam transisse neque proelio interfuisse, post fugam suorum se trans Rhenum in fines Sugambrorum receperat”*. (Cés. B. Gal., IV,16,2)⁶⁶

Os úbios localizavam-se nas margens do Rio Reno, ao sul dos sicambros. Eram considerados por César os povos mais civilizados da Germânia (Cés. B. Gal., IV,3,3):

*Ad alteram partem succedunt Vbii, quorum fuit ciuitas ampla atque florens, ut est captus Germanorum, et paulo [quam] sunt eiusdem generis [et] ceteris humaniores, propterea quod Rhenum attingunt, multumque ad eos mercatores uentitant, et ipsi propter propinquitatem [quod] Gallicis sunt moribus assuefacti.*⁶⁷

Os harudes estão assinalados nos dois territórios, Germânia e Gália. Outros povos germânicos também localizados na Gália são os tribocos, que viviam nas margens do Reno. Comandados por Ariovisto, estes últimos atravessaram o Rio Reno e invadiram a Gália. Os harudes dominaram a terra dos éduos, de

66. “aquela parte da cavalaria dos usípetes e dos tencteros, recordado acima, que tinha atravessado o Mosa (Meuse), por causa de roubar e adquirir trigo, e que não tinham assistido o combate, depois da fuga dos seus, retirara-se para o território dos sicambros, além do Reno”.

67. “Os úbios sucedem para outra parte [dos suevos], a cidade dos quais foi ampla e próspera, segundo os germanos, e são pouco mais civilizados do que o restante da mesma raça, visto que tocam junto do Reno, e os mercatores vêm ter com eles, frequentemente, e por causa da proximidade, acostumaram-se aos hábitos dos gauleses.”

acordo com os *Commentarii*, I,31,10 e 37,2. Mais tarde, os germânicos foram derrotados por César e expulsos (conforme relatos Cés. B. Gal., I,51-54). A presença desses povos da Germânia na região gaulesa nos leva a pensar sobre a intenção do cartógrafo em mostrar os domínios dos germanos do outro lado do Reno, a Gália, e que acabaram sendo expulsos por César.

O Reno, um dos rios mais importantes do mundo, é o maior rio navegável da Europa Central e Ocidental, banhando seis países. Nasce nos Alpes, percorre os atuais países da Suíça, Áustria, Liechtenstein, Alemanha, França, Países Baixos e desagua no Mar do Norte. No período romano, tinha um papel preponderante pela própria divisão das áreas geográficas entre a Gália e a Germânia. Ortelius aponta a descrição deste rio de acordo com os *Commentarii*, livro IV,10,3-5:

*Rhenus autem oritur ex Lepontiis, qui Alpes incolunt, et longo spatio, per fines Nantuatium, Heluetiorum, Sequanorum, Medimaticorum, Triboccorum, Treuerorum citatus fertur et ubi Oceano appropinquavit, in plures diffluit partes multis ingentibusque insulis effectis, quarum pars magna a feris barbarisque nationibus incolitur, ex quibus sunt, qui piscibus atque ouis auium uiuere existimantur, multisque capitibus in Oceanum influit.*⁶⁸

A divisão adiministrativa da Gália estabelecida por César consistia em províncias que se subdividiavam em *ciuitates* (cidades), *oppidum* (cidadela, cidade fortificada) e *pagus* (tribo). Segundo Olivieri, César nomeia *ciuitates* (cidades) a uma confederação tribal ou a um Estado (OLIVIERI, 2007, p. 133). Este, por sua vez, era dividido em “subtribos”, os *pagi* (tribo), e é possível que as cidades e cidadelas fossem formadas por quatro subtribos ou *pagi* (tribo). Para esse autor, César passa a utilizar a palavra *urbs* (cidade) ao lado de *oppidum* (cidadela), no ano da sublevação de Vercingetorige, 52 a.C. (OLIVIERI, 2007, p. 169). Ernesto Faria considera *pagus* um território rural limitado por marcos; distrito na Gália e na Germânia e cita Cés. B. Gal., I,12,4. Constans traduz como cantão. Preferimos adotar a tradução de Ernesto Faria, distrito.

Os limites entre as províncias gaulesas estão tracejados no mapa, e, em algumas partes, estão interpostos por acidentes geográficos, como montanhas e rios.

Assim, os territórios das províncias estão configurados de acordo com o primeiro capítulo do livro I do texto dos *Commentarii*, transcrito abaixo:

68. “O Reno tem sua origem entre os lepônios, habitantes dos Alpes, e corre largo espaço arrebatado pelas fronteiras dos nantuates, helvécios, séquanos, mediomatricos, tribocos, tréviros. Quando se aproxima ao oceano, divide-se em multiplicados canais, formando muitas e grandes ilhas e vai ter ao oceano por muitas bocas. A maior parte dessas ilhas é habitada por povos ferozes e desconversáveis, a cujo número pertencem os que vivem exclusivamente, segundo se crê, de pescado e ovos de pássaros.”

Gallia Celtae

Eorum una pars, quam Gallos optinere dictum est, initium capit a flumine Rhodano, continetur Garunna flumine, Oceano, finibus Belgarum, attingit etiam ab Sequanis et Helueticis flumen Rhenum, uergit ad septentriones (Cés. B. Gal., I,1,5).⁶⁹

Gallia Belgae

Belgae ab extremis Galliae finibus oriuntur, pertinent ad inferiorem partem fluminis Rheni, spectant in septentrionem et orientem solem (Cés. B. Gal., I,1,6).⁷⁰

Aquitania

Aquitania a Garumma flumine ad Pyrenaeos montes et eam partem Oceani quae est ad Hispaniam pertinet; spectat inter occasum solis et septentriones (Cés. B. Gal., I,1,7).⁷¹

Nessas citações há variantes para duas palavras. Uma é “septentriones”, que aparece na transcrição de Bacher, e “septentrionem”, na transcrição de Aldus. A outra é “Oceano”, que ocorre na cópia de Aldus, e “Oceanum”, nos códices.

Algumas peculiaridades das províncias estão destacadas em partes para melhor compreensão do mapa Gallia Vetus.

2.3.2.1 Gallia Celtae

De acordo com o texto a Gália Céltica (fig. 11 a 14) ocupada pelos gauleses: “*Gallos ab Aquitanis Garunna flumen, a Belgis Matrona et Sequana diuidit*” (Cés. B. Gal., I,1,2). (“O Rio Garona divide os gauleses dos aquitanos, os rios ‘Matrona’ [Marne] e ‘Sequana’ [Sena] dividem os gauleses dos belgas e séquanos.”) Essa província se inicia com o “Rhodanus Fluuius” (Rio Ródano),⁷² que se estende até o Rio Reno, terra dos séquanos e helvécios, onde faz fronteira com a Germânia. Tem ao noroeste o Oceano Aquitânico (Golfo de Biscaia)⁷³ e o Oceano Britânico (Canal da Mancha).⁷⁴ Ao sul faz limite com a Província

69. “A parte da Gália, ocupada pelos gauleses, começa no Rio Ródano, limitada pelo Rio Garona, ela toca também o Rio Reno, da parte dos séquanos e helvécios, ela está orientada para o Norte.”

70. “A Bélgica começa onde termina a Gália, ela se estende até a parte inferior do Rio Reno, ela está voltada para o Norte e para o Leste.”

71. “A Aquitânia se estende do Rio Garona aos Montes Pirineus e, à parte do oceano que banha a Espanha; ela está voltada para o Noroeste.”

72. Rio Ródano (Rhône em francês): tem sua nascente no cantão de Valais, nos Alpes Suíços; entra no Lago Lemano, depois percorre a França e desagua no Mar Mediterrâneo (*Gallia Vetus*, fig. 8).

73. Golfo de Biscaia: forma o Mar Cantábrico no litoral basco, estendendo-se da Ilha da Bretanha (noroeste da França) até o noroeste da Espanha. Essa reentrância do Oceano Atlântico é chamada pelos franceses de Golfo da Gasconha e pelos ingleses de Baía da Biscaia.

74. Canal da Mancha: braço de mar, parte do Oceano Atlântico, que separa a Grã-Bretanha do norte da França e une o Mar do Norte ao Atlântico.

Romana, através das Montanhas Cevenas⁷⁵ e o Rio Ródano. As Cevenas separam os povos helvécios, da Gália Romana, dos arvernos, da Gália Céltica.

Constans mostra variante do termo “Garumna” ou “Garunna” nas classes dos manuscritos analisados. Ortelius utilizou o termo “Garumna” no mapa, usado para alguns documentos da classe α e β dos manuscritos dos *Commentarii*. Ernesto Faria registra “Garumna, -ae”.

O sintagma apresentado por Ortelius, “Gebenna Mons”, tem como variante “Cebenna” ou “Ceunna”, em Constans. O vocábulo “Mons” altera para “Mom” nos manuscritos da classe α dos *Commentarii*. Ernesto Faria cita somente “Cebenna, -orum”. William Smith (1851, p. 187) inclui as variantes das palavras “Cebenna Mons” ou “Gebenna”. Saraiva (1927, p. 519) remete os vocábulos “Cebenna” ou “Cebennae” para “Gebennae, -arum”, mencionados na obra do poeta Ausônio.

Após a configuração da Gália Céltica, César descreve os helvécios⁷⁶ (fig. 11 e 12, Cés. B. Gal., I,1,4): “*Qua de causa Helvetii quoque reliquos Gallos uirtute praecedunt, quod fere quotidianis proeliis cum Germanis contendunt, cum aut suis finibus eos prohibent, aut ipsi in eorum finibus bellum gerunt.*” (“Por essa razão, os helvécios também são superiores aos demais gauleses, porque lutam com os germanos em batalhas, quase quotidianamente, quando eles os proíbem de entrar em suas fronteiras ou eles mesmos fazem guerra nas fronteiras daqueles.”) Ainda no livro I,2,3, César situa o espaço geográfico do território dos helvécios – de um lado o Reno, que os separa dos germanos, do outro lado o Monte Jura,⁷⁷ que os separa dos séquanos, e ainda o Lago Lemano,⁷⁸ que os divide dos povos da Província Romana.

Depois da morte de Orgetorige, os helvécios mantiveram a ideia de emigrar. No momento em que se julgavam preparados, puseram fogo em todas as suas cidades e aldeias, e convenceram outros povos vizinhos – os latobrigos, rauracos e tulingos – a fazerem o mesmo e emigrarem junto com eles. Os boios também se aliaram aos helvécios (Cés. B. Gal., I,5.4).

Segundo Constans, os rauracos eram habitantes da região da Basiléia (noroeste da Suíça), que limitavam com os helvécios. Seu território teve o nome de “Augusta Rauracorum”, no período de Augusto. Já a localização dos povos latobrigos e tulingos é desconhecida (CÉSAR, 1937, t. 1, p. 5). No entanto, Ortelius situa os latobrigos vizinhos aos helvécios (fig. 12), e os tulingos na Gália Bélgica (fig. 15).

75. Montanhas Cevenas (em francês, Cévennes): cadeia situada ao sul da França. As montanhas fazem parte do maciço central, abrangendo desde a Montanha do Loire, no sudoeste, aos Montes de Vivarais, no nordeste.

76. Povos helvécios: habitantes da região do atual país da Suíça. Quanto à variante, foi explanada no capítulo 2.3.1.3.

77. Jura, Monte: nos *Commentarii* é chamado de Monte Jura; o Maciço Jura situa-se principalmente ao longo da fronteira franco-suíça, onde se encontra na parte sul o Lago Lemano.

78. Lago Lemano: chamado também de Lago Léman ou de Genebra, localizado entre o sudoeste da Suíça e a Alta Saboia, na França.

O filólogo aponta uma variante no vocábulo “Latobicis” no Códice Parisinus. Lat. 5763 (Biblioteca Nacional da França); “-cibis”, em Romanus Vaticanus 3864 (Biblioteca Apostólica Vaticana); “-uicis” no manuscrito Bongarsianus ou Amstelodamensis 73 (Bibliotheek der Rijksuniversiteit) e no Moysiaccensis, Ms. lat. 5056 (Biblioteca Nacional da França), classe α; “-cucis” nos manuscritos da classe β; “-brigis”, na edição de Michel Vascosan (impressor e livreiro do século XVI) (MEUSEL, 1893). Ortelius usou “latobrigi”, edição de Michel Vascosan. Ernesto Faria (1988) registra “latobrigi –orum”, como uma correção dos manuscritos onde se pode ler também: “latobici”, “latocibi”, “latouci”.

Com referência aos boios, povos celtas acantonados no Rio Danúbio, foram forçados pelos dacos⁷⁹ a voltar para Nórica.⁸⁰ Essa região não aparece no mapa. Esse povo está assinalado na Gália Céltica (fig. 11), próximo aos ambarros e éduos. Acreditamos que o cartógrafo tenha procedido dessa maneira, seguindo os *Commentarii*, livro I,28,5, quando César atende ao pedido dos éduos para estabelecer os boios em seus territórios, depois que estes foram vencidos juntamente com os helvécios e seus aliados do exército romano: “*Boios petentibus Haeduis, quod egregia uirtute erant cogniti, ut in finibus suis conlocarent concessit; quibus illi agros dederunt quosque postea in parem iuris libertatisque condicionem atque ipsi erant, receperunt.*”⁸¹

Um aspecto interessante na representação do mapa de Ortelius é o uso da simbologia pictórica para ilustrar o texto de César. Livro I,6-8 (fig. 12), na região dos povos helvécios, séquanos e alóbrogos. Exemplos:

a) César aponta para os helvécios saírem da sua pátria: um deles através do território dos séquanos, atravessando o Monte Jura. O cartógrafo ressalta no mapa, como podemos observar pela representação das montanhas, que o caminho era de difícil acesso. O outro itinerário atravessava a Província Romana, cuja passagem era muito mais fácil, uma vez que o Rio Ródano corre nas terras dos helvécios e dos alóbrogos, conforme o livro I,6,1-2,

Erant omnino itinera duo, quibus itineribus domo exire possent: unum per Sequanos, angustum et difficile, inter montem Iuram et flumen Rhodanum, uix qua singuli carri ducerentur; mons autem altissimus impendebat, ut facile perpauci prohibere possent; alterum per Prouinciā nostram, multo facilius atque expeditius, propterea quod

79. *Dacus,i*: dacos ou dascos, habitantes da Dácia, o que corresponde atualmente à Romênia e à Moldávia.

80. Nórica: antiga província romana, que corresponde à maior parte dos estados da Áustria e parte da Alemanha (Baviera).

81. “Quanto aos boios, os éduos pediam licença para que permanecessem em suas terras, porque eram conhecidos pelo seu notável valor; aos quais os éduos deram campos e a seguir admitiram recebê-los, em igual condição de direito e liberdade naquela condição em que eles próprios estavam.”

*inter fines Heluetiorum et Allobrogum, qui nuper pacati erant, Rhodanus fluit isque nonnullis locis uado transitur.*⁸²

b) o segundo exhibe a ponte de Genebra, que ligava as fronteiras dos helvécios à cidadela Genebra, pertencente aos alóbrogos, conforme os *Commentarii*, livro I,6,3: “*Extremum oppidum Allobrogum est proximumque Heluetiorum finibus Genue. Ex eo oppido pons ad Heluetios pertinet.*” (“A última cidade dos alóbrogos e vizinha às fronteiras dos helvécios é Genebra, uma ponte liga a estes.”)

c) o outro texto de César se refere à muralha de 19 mil passos construída pelos soldados de toda a província da Gália Transalpina, sob as ordens de César. Esse muro se estendia desde o Lago Lemano até o Monte Jura, para impedir a passagem dos helvécios ao país dos alóbrogos. O muro está desenhado no mapa de Ortelius e nele se lê: “*Murus a Caesare factus*” (“Muro feito por César”, (fig. 12), de acordo com a descrição dos *Commentarii*, livro I,8,1:

*Interea ea legione quam secum habebat militibusque qui ex prouincia conuenerant a lacu Lemanno, qui in flumen Rhodanum influit, ad montem Iuram, qui fines Sequanorum ab Heluetiis diuidit, milia passuum decem nouem murum in altitudinem pedum sedecim, fossamque perducit.*⁸³

Porém, os helvécios atravessaram o Monte Jura, fazendo caminho pelo campo dos séquanos, que haviam permitido. Eles conseguiram autorização dos séquanos por intermédio do éduo Dumnorige, irmão de Diviciaco, que havia se casado com a filha do falecido chefe, Orgetorige (Cés. B. Gal., I,10). Assim esses povos chegaram ao território dos éduos e devastaram os seus campos.

Os éduos, povo da Gália Central bem relacionado com os romanos, não podendo se defender dos helvécios, pediram socorro a César. Os ambarros, amigos e consaguíneos dos éduos, informam também sobre a dificuldade de repelir as forças inimigas. Os alóbrogos, que tinham suas aldeias e possessões além do Rio Ródano tomadas pelos adversários, fizeram o mesmo pedido a César. Todo esse episódio é narrado nos *Commentarii*, I,11,2. E todos esses povos estão indicados no mapa (fig. 11 e 13).

82. “Havia os dois caminhos pelos quais [os helvécios] podiam sair da pátria. Um era através dos séquanos, estreito entre o Monte Jura e o Rio Ródano, por onde os carros, com dificuldade, seriam conduzidos um a um; um monte, porém, altíssimo, se erguia de tal maneira, que muitos poucos podiam proibir a passagem. Outro seria através da nossa província, muito mais fácil e desembaraçado, visto que o Rio Ródano corre entre as fronteiras dos helvécios e dos alóbrogos, que recentemente tinham sido pacificados, e estes em alguns lugares passava-se a vau.”

83. “Entretanto, com aquela legião, [César] tinha reunido os soldados na província, e constrói uma muralha de dezenove mil passos, com a altura de dezesseis pés e abre um fosso do lago Lemano, que corre para o Ródano, até o Monte Jura, e separa os territórios dos séquanos dos helvécios.”

Segundo Constans (CÉSAR, 1937, t. 1, p. 3), o nome do povo ambarro (fig. 11 e 13) parece significar que habitavam dois lados do rio “Árar”⁸⁴ (atual Saône), mas o cartógrafo o indicou na margem direita do Rio Árar, e Smith menciona que viviam na margem desse rio. O Árar (fig. 6 e 13), principal afluente do Ródano (fig. 13), nasce na Cordilheira Vosges⁸⁵ e vai se juntar ao Ródano. O Ródano, por sua vez, nasce no país dos helvécios, toma a direção noroeste, chega ao Lago Lemano nas geleiras dos Alpes e acaba seu curso na França, desaguando no Mediterrâneo.

Com referência à supracitada cordilheira, Ortelius gravou “Vogesus”. Constans não mencionou nenhuma variante nos textos transcritos; ele usa somente o vocábulo “Vosegus”. Ernesto Faria (1991) também cita somente a palavra “Vosegus, -i” subs. pr. m. Vosgos, cadeia de montanhas na Gália surgida nos *Commentarii*, livro IV,10,1. Saraiva (1927, p. 1287) mostra a variante “Vogesus”, que aparece nos textos de Plínio e Lucrécio; “Vosagus, i-”, em César.

Ortelius apontou os “Tigurinus” e “Verbigenus pagus”⁸⁶ (distrito dos tigurinos e verbigenos) no mapa (fig. 12), que são dois dos quatro distritos dos povos helvécios, de acordo com os *Commentarii*, livro I,12,4: “*Is pagus appellabatur Tigurinus: nam omnis ciuitas Helvetia in quattuor pagos diuisa est.*”⁸⁷ Esse episódio é narrado na ocasião em que César vai ao encontro da seção restante dos hevélcios, distrito dos tigurinos, na travessia do Rio Árar, sucedendo ao ataque dos romanos ao distrito Tigurino, que matou grande número dos seus soldados. Esse rio se dirige ao Ródano pelas fronteiras dos territórios dos éduos e séquanos. Segundo Constans (CÉSAR, 1937, t. 1, p. 21, nº 1), César nomeia somente esses dois distritos dos helvécios (Cés. B. Gal., I,12,4 e 27,4).

O cartógrafo faz referência à passagem dos *Commentarii*, I,31,10, mostrando a região onde Ariovisto, rei dos germanos, se estabelecera, com a legenda “*Ager Sequanus totius Galliae primus...*” (“O campo dos séquanos, o melhor de toda a Gália...”) (fig. 12). Segue a descrição: “*Ariovistus, rex Germanorum, in eorum finibus consedisset tertiamque partem agri Sequani, qui esset totius Galliae.*”⁸⁸

84. Arar, Rio (fluuius): Árar ou Áraris, rio importante da Gália Céltica, principal afluente do Rio Ródano, atual Rio Saône. Esse rio nasce nas Montanhas Vosges, no departamento do mesmo nome, e desagua no Ródano, em Lyon.

85. Cordilheira Vosges: região motanhosa situada ao noroeste da França. Primitivamente unia-se à Floresta Negra.

86. Pagus: ver seção 2.3.2.

87. “Este distrito era cahamado de Tigurino. Toda a civilização helvécia, com efeito, está dividida em quatro distritos.”

88. “[...] visto que Ariovisto, rei dos germanos, se estabelecera no território daqueles e tinha ocupado a terceira parte do distrito dos séquanos, que seria a melhor de toda a Gália.”

É indicada, também, a maior cidade dos séquanos, Vesôncio (atual Besançon) (fig. 12) fortificada pela natureza, isto é, quase toda circundada: de um lado, pelo Rio Dubis,⁸⁹ de outro, por um monte de 1.600 pés conforme o *De Bello Gallico*, livro I,38,3-6

*...idque natura loci sic muniebatur, ut magnam ad ducendum bellum daret facultatem, propterea quod flumen [alduas] Dubis ut circino circumductum paene totum oppidum cingit, reliquum spatium, quod est non amplius pedum M sexcentorum, qua flumen intermittit, mons continet magna altitudine, ita ut radices montis ex utraque parte ripae fluminis contingant. Hunc murus circumdatus arcem efficit et cum oppido coniungit.*⁹⁰

Constans menciona o vocábulo “Dubis” de acordo com Henri Valois,⁹¹ embora mencione a existência da variante “Alduasbis” nos códices. Esse termo sofreu alterações nas cópias dos manuscritos que sucederam os *Commentarii*, onde se encontram as seguintes variantes: “Adduabis”, “Alduabis”, “Al-duadubis”, “Adduadubis”, “Alduadusius”, “Alduasdubis” (LEMPRIERE, 1820, p. 458). Acrescenta ainda que a forma *Dubis* é a mais correta, seguindo as linhas de Christoph Cellarius⁹² (*Geographia antiqua*) e Henri Valois. Ortelius gravou “Alduabis fluvius”.

Outro local apontado no mapa – pouco citado no *De Bello Gallico*, mas que foi um marco da derrota dos éduos e consequente domínio de Ariovisto – é Magetóbria (fig. 12), onde se travou a batalha entre esses povos, sob o comando de Ariovisto. Constans diz que este lugar deve ser procurado na Alsácia, mais precisamente na região de Schlestadt, conforme Julian, v. III, p. 157, n. 4 (CÉSAR, 1937, t. 1, p. 25, nº 1). O filólogo também informa sobre essa batalha, a partir de uma carta de Cícero do ano 60 a.C. e mostra as variantes dessa palavra em alguns manuscritos. Ortelius usa apenas a expressão “a Magetrobria”.

É importante observar que Ortelius põe em realce a aldeia dos véragros, chamada de Octoduro, nas margens do Ródano, conforme Cés. B. Gal., III,1,4. Segundo este último, Sérvio Galba, com a 12ª legião, colocou duas coortes no território dos nantuates (fig. 6 e 12) e as restantes na aldeia de

89. Dubis ou Alduadubis: atual Rio Doubs (em francês) afluente da margem esquerda do Rio Árar (Saône). Esse rio nasce no Monte Jura e desagua no Saône, percorrendo as atuais França e Suíça.

90. “[...] esta cidade se defende pela própria natureza do lugar, que dá grande facilidade para prolongar a guerra, pois o Rio Doubs cinge quase toda a cidade, como que levado em volta; um monte de grande altitude ocupa o restante do espaço, que não é mais de mil e seiscientos pés, onde o rio deixa de correr, de tal modo que as margens de um e de outro lado do rio tocam nas faldas de um monte. Uma muralha rodeando este monte faz uma fortaleza e une-o com a cidade.”

91. Henri Valois: conhecido também nos círculos clássicos como Henricus Valesius, foi filólogo em estudos clássicos e eclesiásticos. Nasceu em Paris em 1603 e morreu nessa cidade em 1676.

92. Cellarius Cristoph ou Cristoph Keller (1638-1707): estudioso clássico alemão.

Octoduro. Essa aldeia está situada no fundo de um vale estreito e é fechada pelos lados por montanhas altíssimas, na Província Romana, fronteira com a Gália.

Uma cidade que pertence à Gália Citerior, Ócelo,⁹³ localizada no extremo dessa província, nos Alpes (fig. 6), mereceu atenção do cartógrafo. De acordo com os *Commentarii*, I,10,5, César sai da Itália com cinco legiões para a Gália Ulterior (denominada no mapa de Província Romana), através dos Alpes, para defendê-la dos helvécios. Ao atravessar os Alpes, enfrentaram os povos ceutrões, graiocélos e caturiges, que tentaram impedir a passagem ao imperador romano e ao exército. Chegam a Ócelo e de lá partem para o território dos vocôncios, seguem para o dos alóbrogos e depois para o dos sebusianos.

Mais adiante, observamos o “Ligeris” (Loire) (fig. 11), o maior rio da França. Ele nasce nas Montanhas Cevenas, próximo ao Monte Gerbier de Jonc,⁹⁴ e deságua no Oceano Aquitânico (Golfo de Biscaia), no território dos vênedos, atual região da Bretanha. Nesse rio, César mandou construir embarcações para combatê-los (Cés. B. Gal., III,9,1): “*naues interim longas aedificari in flumine Ligere quod influit in Oceanum, remiges ex prouincia institui*” (“neste interim [ordena] que sejam construídas grandes nave no rio Loire que deságua no oceano, e que tragam remadores da província”).

Os vênedos tinham o predomínio sobre a navegação no Oceano Aquitânico (Golfo de Biscaia) e no Oceano Britânico (Canal da Mancha). Desejando se livrar da escravidão romana, iniciaram uma guerra, confiantes nos seus conhecimentos de náutica e na própria natureza. Os romanos sabiam dos entraves para os adversários chegarem a eles: um, terrestre, decorria dos caminhos estarem cortados pelos estuários; a outra dificuldade era a navegação, pois não tinham familiaridade com o local e havia poucos portos na costa, conforme é narrado nos *Commentarii*, livro III,9,3-7. Esse capítulo dos *Commentarii* narra a edificação de cidadelas por parte dos vênedos e o transporte de trigo dos campos para estas, sem enunciar seus nomes, exceto o de uma cidade, “Venetia” (Venécia) (fig. 14). Nela se reuniram e dispuseram o maior número de embarcações, pois tinham certeza de que seria a primeira cidade a ser invadida pelos romanos. Entraram como aliados os povos vizinhos da costa da atual Bretanha.

Embora os vênedos prevalecessem com a altura de suas embarcações, foram derrotados pelos romanos. Sob o comando de Bruto, os romanos cortaram os cabos das velas com as foices amarradas em varas, deixando as embarcações paradas e entregues aos romanos. Segue a descrição no *De Bello Gallico* III,14,5-7

93. Ocelum: Ócelo, atualmente cidade de Avigliana, pertence à Itália, provavelmente na província de Turim, no Piemonte.

94. Monte Gerbier de Jonc: localizado no Maciço Central da França.

*Una erat magno usui res praeparata a nostris, falces praeacutae insertae adfixaeque longuriis, non absimili forma muralium falcium. His cum funes qui antemnas ad malos destinabant, comprehensi adductique erant, navigio remis incitato praeurpebantur. Quibus abscisis antemnae necessario concidebant, ut, cum omnis Gallicis navibus spes in velis armamentisque consisteret, his ereptis omnis usus navium uno tempore eriperetur.*⁹⁵

Ortelius assinala “Venetia” e as cidades não mencionadas pelo imperador com a seguinte legenda: “1,2,3,4 *opida venetorum quae Caesar describit at non nominat*” (“1,2,3,4 cidadelas da Venécia, que César não descreveu pelo nome” (fig. 14). Está gravada a palavra “oppidum”, sem duplicar a consoante *p*, ficando “opida”. Esse vocábulo aparece por extenso nas cidadelas dos vênedos e na Aquitania. Em outros locais do mapa, o vocábulo está abreviado: *op*.

Próximo à foz do rio “Ligeris” (Loire), nas regiões das atuais Bretanha e Normandia (fig. 14), o cartógrafo assinalou *Armoricae siue Maritimae ciuitates* (“Armóricas ou povos marítimos”). Segundo W. Smith (1851, p. 104), essa região, chamada de “Armoricae” ou “Aremorica” é o nome da costa noroeste da Gália entre os rios “Ligeris” (atual Loire) e “Sequana” (atual Sena). Esse topônimo é derivado da palavra celta “ar” ou “air”, significando “junto a” e “muir” ou “môr”, significando “mar”. Constans transcreve “Aremoricae” de acordo com Glück (CÉSAR, 1937, t. 1), mas mostra uma variante na forma “Armoricae”, copiada nos códices. Ernesto Faria cita “Aremorica, -ae”. Ortelius optou pela forma “Armorica”. A enumeração dos seus povos está em Cés. B. Gal., II,34: vênedos, unelos, osismos, curiosolitas, essúbios, aulercos, rédones, todos chamados de *maritimae ciuitates* (povos marítimos), quando foram dominados por Públio Crasso, na época em que César combatia os povos da Gália Bélgica. Estão relacionados também nos *Commentarii*, VII,75,4: “uniuersis ciuitatibus quae Oceanum attingunt quaeque eorum consuetudine Aremoricae appellantur, quo sunt in numero Coriosolites, Redones, Ambibarii, Caletes (fig. 11 e 14), *Osismi, Lemouices, Venelli*”,⁹⁶ na ocasião em que Vercingetorige convoca todos os gauleses a lutar com os romanos.

Constans afirma que esses vocábulos sofreram variantes em diversos códices. Encontram-se: “vnelli” em Ernesto Faria, “vnelli” e “venellos”, em Constans, citando Glück (CÉSAR, 1937, t. 1).

O vocábulo “osisini” é encontrado no mapa, “Osismos”, em Constans, e “Osismi” em Ernesto Faria. Para Constans essa lição tem como variante

95. “Uma única coisa preparada pelos nossos era de grande utilidade: foices muito aguçadas, inseridas e seguras em varas compridas com forma não diferente das foices murais. Como esses cabos que seguravam as antenas junto aos mastros estavam presos e arrastados, impelido o navio pelos remos, os cabos cortavam-se. Rompidos estes, as vergas fatalmente caíam, de tal modo que, como toda a esperança consistisse para os navios gauleses nas velas e nos aprestos, tirados estes, todo o movimento dos navios em um só tempo parava.”

96. “[...] e todos os povos que limitam o oceano e se denominam de Armórica: curiosolitas, rédones, ambibários, caletos, osismos, vênedos, lemouices, unelos.”

“Osismi” nos códices citados pelo filólogo. Esse termo “Osisini” foi encontrado na obra *The Law-French Dictionary*, onde se lê “*osisini*, ‘*osismii*’ *People of the France towards the British Sea*” (“Povo da França em direção ao Mar Britânico”, atual Canal da Mancha). Ernesto Faria esclarece que os “osismi”, povo da Gallia, habitavam terras próximas ao oceano.

Com relação à palavra “esuuios”, esta é encontrada no texto transcrito de Constans, de acordo com H. White; registra-se também “esubios” nos documentos da classe α e em Ernesto Faria; “esuuius”, em documentos da classe β , difere da forma assinalada no mapa, “sesunii”. Assim como aconteceu com o vocábulo “averni”,⁹⁷ também indicado por Ortelius, não encontramos essa variante em fontes a que tivemos acesso.

Quanto aos aulercos, povo poderoso da Gália, habitavam, segundo W. Smith (1851, p. 130), a região entre os rios “Ligeris” (Loire) e “Sequana” (Sena) e se dividam em três partes: eburovices (fig. 13), localizados perto da costa, à esquerda do Sena, na atual Normandia; cenomanos, sudoeste da tribo anterior, perto do rio “Ligeris” (Loire); e branovices, clientes dos éduos. Os diablintes, citados por César, foram também um ramo dos aulercos. Constans esclarece que diablintes, cenomanos e eburovices eram as três frações dos aulercos, habitantes da Normandia. Quanto aos branovices, outra fração dos aulercos, não se sabe exatamente o seu local, mesmo sendo clientes dos éduos (CÉSAR, 1962, t. 2, p. 266).

Ortelius assinalou “*Aulerci, qui Diablintres*” (“aulerco, o mesmo que diablintes”), “*Aulerci, qui Cenomani*” (“aulercos, o mesmo que cenomanos”) (fig. 14) e “*Aulerci, qui Ebuouices*” (“aulercos, o mesmo que eburovices”) (fig. 13), situados conforme os *Commentarii*. Quanto aos branovices, o cartógrafo não os indicou, talvez por não ter certeza da região que ocupavam.

Seguindo o rio “Ligeris” (Loire), está indicada a terra dos carnutos, conforme a localização citada na comédia *Querolus*, possivelmente do século IV e de autor anônimo. É ressaltada no mapa a área – *Druidum sedes* (fig. 11 e 13) – em que os druidas se reuniam em determinada época, em território carnuto, situado na parte central da Gália. Essas descrições foram feitas, no verso do mapa, por Ortelius a partir dos comentários de César, de outros autores da Antiguidade e também de contemporâneos do cartógrafo.⁹⁸

Há variantes também no vocábulo “druidae”. Ao que tudo indica Ortelius, na expressão “Druidum Sedes”, segue a variante “druides” encontrada nos manuscritos da classe α .

Ao norte do “Ligeris” (Loire), aparece o “Sequana” (Sena) (fig. 11 e 13). Esse rio nasce no Plateau de Langres e desemboca no Oceano Britânico (atual

97. Averní: ver seção 2.3.1.3 “Margens laterais do mapa: listas das descrições dos povos gauleses”.

98. Ver seção 2.3.1.1 “O texto *Gallia Iulii Caesaris* de Ortelius”.

Canal da Mancha). Nele estão representadas quatro cidadelas (fig. 13). A primeira é a cidade dos parísios, “Lutetia” (atual Paris), situada na Île de France, de acordo com Cés. B. Gal., VII,57,1: “*Id est oppidum Parisiorum, quod positum est in insula fluminis Sequanae.*” (“Isto é cidade dos parísios, que está situada em uma ilha do Rio Sena.”) As outras três pertencem aos sênones. Uma delas está localizada na ilha, abaixo de “Lutetia” (Paris), com o nome de Melodunum, conforme os *Commentarii*, VII, 58, 2 e 3: “*Metlosedum [...] Id est oppidum Senonum in Insula Sequanae, positum ut paulo ante de Lutecia diximus.*” (“[...]Meloduno[...] Isto é a cidade dos Sênones, situada na Ilha do Sena, como pouco acima dissemos ser Lutécia.”) Meloduno fica no caminho de Agedinco para Lutécia, conforme Smith (1851, p. 497). A outra, denominada Metiosedum, que está próxima da anterior, será apresentada abaixo. E a última, Agedinco, considerada a principal dos sênones, foi local de armazém de armas e de segurança, onde várias coortes e legiões de César se estabeleceram.

Existem variantes da forma “Lutetia”, como “Lutetita”. Ortelius usa a variante dos manuscritos da classe α .

Sobre os topônimos “Metlosedum” e “Melodunum”, que designam a atual comuna francesa de Melun, localizada na Île de France, Constans afirma que há muitas outras variantes. De acordo com Goelzer e Constans, muitos arqueólogos acreditavam que “Melodunum” e “Metiosedum”, e ainda “Metlosedum”, designavam localidades diferentes, opinião também de Ortelius.

A forma “Agedicum” encontrada nos *Commentarii* é registrada nos códices da classe α ; Agendicum utilizada por Ortelius também está registrada nos manuscritos dessa mesma classe. Ernesto Faria remete “Agendicum” para “Agedincum”, em português é Agedinco, capital dos sênones. Smith (1851, p. 31) menciona os dois nomes “Agendicum” ou “Agedincum”.

Outros povos também representados nas margens do rio “Sequana” (Sena) se destacavam: caletos, veliocassos e meldos. Os meldos (SMITH, 1851, p. 495) eram um povo pequeno, que vivia na atual Comuna de Meaux (Departamento do Sena e Marne), delimitado com a Gália Belga. Nesse lugar César mandou construir embarcações para a expedição na Britânia. Ortelius empregou o vocábulo “meldae”, Smith usou “meldae” ou “meldi” e Ernesto Faria mencionou somente “meldi, -orum”.

No que se refere aos arvernos, constatamos que esse povo foi grande rival dos éduos e se valeu do auxílio dos germanos, para dominá-los. Desse povo surge um dos maiores adversários de César, Vercingetorix (Vercingetorige), narrado em todo o livro VII dos *Commentarii*. Sua principal cidadela é a Gergóvia (fig. 11), localizada em um planalto isolado, à margem do rio “Elaver” (atual Alier),⁹⁹ característica das cidadelas, segundo Olivieri. Vercingetorige foi expulso de Gergóvia e logo

99. Rio Alier: pequeno rio da França, afluente do Loire.

retornou, dominando-a (livro VII,4). Neste mesmo capítulo, Vercingetorige consegue um grande número de aliados celtas: sênones, parísios, píctones, cadurcos, turonos, aulercos, lemovices, andes, além dos povos da costa da Gália. Mais tarde os éduos se juntaram aos arvernos e enfrentaram César.

Vercingetorige inicia a sua conquista com o território dos bitúriges, que se juntam aos arvernos. Uma parte das tropas do aclamado rei dos arvernos invade a Província Romana, sob o comando de Luctério dos cadurcos. Este concilia com os rutenos (fig. 6) e avança até as terras dos nitiobrigos e gábalos. César, sabendo desse acontecimento, vai à Província Romana e estabelece acampamentos para as tribos dos rutenos, volcas, arecômicos, tolosates, ao redor de Narbona, todas essas regiões que confinavam com o território inimigo. A cidadela, em latim, “Narbo” (atual Narbonne) está indicada no mapa com o nome de Narbona (Cés. B. Gal., VI,7). Não conseguimos encontrar essa variante em nenhuma fonte.

Afastado Luctério, o general romano parte em direção aos hélvios (hel-vii), atravessa as Montanhas Cevenas¹⁰⁰ e chega ao território dos arvernos. Ele ordena a uma das tropas vindas da Itália para se estabelecer na região dos hélvios, por ela fazer fronteira com os arvernos (Cés. B. Gal., VI,8).

Ortelius registra as cidades da Gália Celta central retomadas por César após o domínio de Vercingetorige. Dentre elas destacam-se as que estão localizadas nas margens do rio “Ligeris” (Loire) (fig. 13), narrado nos *Commentarii*, livro VII,11,1-8. A primeira foi “Vellaunodunum” (Velaunoduno), cidade dos sênones; depois o imperador parte para Gênabo, cidade dos carnutos (atual Orleans). Próxima a Gênabo, está desenhada a representação de uma ponte, que ligava essa cidade à outra margem do rio “Ligeris” (Loire), conforme Cés. B. Gal., VII,11,6, “*oppidum Cenabum pons fluminis Ligeris contingebat*” (“uma ponte do Rio Líger ligava a cidade de Gênabo”). Em seguida vai para a região dos bitúriges. Nesse território, César combate a cavalaria de Vercingetorige e é derrotado. Após tomar a cidade Noviodunum (Novioduno), o imperador parte para outra cidade dos bitúriges, Avárico (fig. 13) (atual Bourges), que era a maior cidade e a mais fortificada, além de possuir o solo mais fértil da região. César pensava que, conquistando Avárico, diminuiria o poder de Vercingetorige (Cés. B. Gal., VII,13,3). A cidadela Avárico estava localizada numa planície e era circundada por um pântano, o que a protegia dos adversários (OLIVIERI, 2007, p. 171).

Há variantes nos nomes dessas cidades. “Genabum” encontra-se no livro VII dos códices e “Cenabum” no livro VIII,5,2 e 6,1. Ernesto Faria remete “Cenabum” para “Genabum”, palavra utilizada pelo cartógrafo.

Com referência a “Nouiodunum” (Novioduno), nome celta (cidade nova ou cidade dos nóvios), Constans esclarece que César cita três cidades com o

100. César atravessou as Montanhas Cevenas mesmo no inverno sob profunda camada de neve, de acesso praticamente impossível, surpreendendo os rebeldes.

mesmo nome (CÉSAR, 1937, t. 1, p. 56). Uma delas pertence aos bitúriges (Cés. B. Gal., VII,12,2) (fig. 16), outra aos éduos (Cés. B. Gal., VII,55) (fig. 13) e a terceira aos suessiões, na Gália Bélgica (Cés. B. Gal., II,12,2) (fig. 18). A cidade Novioduno, que pertenceu aos éduos estava localizada na margem do rio “Ligeris” (Loire), foi o local em que foi destruída a guarnição romana, quando se aliaram a Vercingetorige.

César persegue Vercingetorige e segue para Gergóvia, ao longo do rio “Elaver” (atual Allier). É derrotado, perde um grande número dos soldados e recua da região.

Outra cidadela dos éduos importante indicada no mapa é “Bibracte” (fig. 13). Ortelius assinalou em torno da cidade: “*Aedui sive Aedua civitas*” (“Os éduos ou a sede dos éduos.”) Essa cidadela tinha alto nível de desenvolvimento e superava as cidadelas acima citadas: Gergóvia e Avárico (OLIVIERI, 2007 p. 169). Nessa cidade fixou-se uma assembleia, à qual compareceram todos os gauleses, com exceção dos remos, dos lingones e dos tréviros, porque mantinham amizade com os romanos (Cés. B. Gal., VII,63,5-7).

Re impetrata contendunt ut ipsis summa imperii tradatur, et re in controuersiam deducta totius Galliae concilium Bibracte indicitur. Conueniunt undique frequentes.

[6] *Multitudinis suffragiis res permittitur: ad unum omnes Vercingetorigem probant imperatorem.* [7] *Ab hoc concilio Remi, Lingones, Treueri afuerunt...*¹⁰¹

Vercingetorige ordena aos éduos e aos sebusianos combater os territórios dos alóbrogos e dos gábalos, e os distritos dos arvernos contra os hélvios, os rutenos e os cadurcos e também devastarem os territórios dos volcos, arecômicos.¹⁰² César, no entanto, consegue resistir e vence os gauleses com a assistência da infantaria e cavalaria germânicas.

Outra cidadela da mesma importância de Avárico, Alésia, apontada no mapa com o nome de “Alexia” (fig. 12), pertencia aos mandúbios. Essa cidadela estava no cume de uma colina muito elevada, que não podia ser tomada senão por assédio. As faldas eram banhadas por dois rios e, em frente à cidadela, estendia-se uma planície.

Constans cita somente essas duas variantes para “Alesia”. Com relação ao termo “Alexia”, usado pelo cartógrafo, aconteceu o mesmo com os outros vocábulos, não foram encontrados em fontes a que pudéssemos ter acesso.

A cidadela Alésia é importante para a história da guerra entre os romanos e os gauleses, porque ali Vercingetorige foi vencido por César dando fim à guerra.

101. “Obtido isso, lutam para que lhes seja concedido o poder supremo e, tendo a situação se transformada em conflito, uma assembleia de toda a Gália é convocada em Bibracte [capital dos éduos]. De todos os lados muita gente acorre. A decisão é permitida pelo sufrágio da massa popular: unanimemente confirmam Vercingetorige como comandante supremo. Os remos, os lingones e os tréviros não participaram dessa assembleia...”

102. Os volcos ou volcas, arecômicos que habitavam a Província Romana, atual Languedoc, no sul da França.

2.3.2.2 Gallia Belgae

A representação da Província Bélgica (fig. 15) por Ortelius, conforme o *De Bello Gallico* tem como limite, ao ocidente e ao sul, a Gália Céltica, pelos rios “Matrona” (Marne) e “Sequana” (Sena), ao leste a Germânia, separada pelo Reno, ao norte o Mar Germânico (atual Mar do Norte) e parte do Mar Britânico (atual Canal da Mancha). Além disso, a Província Bélgica está também demarcada ao sul pelo *Vogesus Mons* (Cordilheira Vosges).

Ortelius registrou *Gallia Belgae* e *Germaniciis Rhenani* (Gália Bélgica, germanos do lado do Reno), conforme os *Commentarii*, livro II,4,1, onde afirma que a maior parte dos belgas é originária dos germanos. Há tempos, os germanos haviam atravessado o Reno e se estabeleceram nessa região por causa da fertilidade do solo, expulsando os seus antigos moradores, os gauleses: “*plerosque Belgas esse ortos ab Germanis; Rhenumque antiquitus traductos, propter loci fertilitatem ibi consedissi, Galosque, qui ea loca incolerent, expulisse.*”¹⁰³

O mapa indica os principais rios da Província Bélgica, que tiveram papel importante no *De Bello Gallico*. Alguns, como mencionado anteriormente, na função de fronteiras, como o Reno, o Sena e o “Matrona” (Marne), outros serviram para transporte e auxílio na construção de cidadelas destinadas à defesa de seus povos.

Dentre os rios da Gália Bélgica, o “Mosa” (Meuse) é o segundo maior. O cartógrafo o desenhou de acordo com a descrição dos *Commentarii*, livro IV,10,1. Segundo César, esse rio provém da Cordilheira dos Vosges, atravessa a Floresta das Ardenas e desemboca no oceano: “*Mosa profluit ex monte Vosego, qui est in finibus Lingonum, [et parte quadam ex Rheno recepta, quae appellatur Vacalus, insulam quae efficit Bataurum in Oceanum influit]*”.¹⁰⁴

Constans critica a descrição geográfica feita pelo general romano (CÉSAR, 1937, t. 1, p. 9-10). Assim, o Mosa, segundo Constans, nasce no Planalto de Langres (Bassigny), percorre a Floresta das Ardenas, através de seus meandros, mistura-se com o Reno, até atingir o Mar do Norte. Segundo Constans (CÉSAR, t. 1, p. 102-104), as águas do Reno com as do Mosa se juntavam ao Forte Santo André, até as obras realizadas em 1856, correspondia a 80 milhas e fazia a confluência dos rios Mosa e Reno, segundo César (Cés. B. Gal., IV,15,2).

O filólogo mostra as variantes do vocábulo “Batauiá”, encontrando também a forma “Bataurum” nos textos da classe α e “uat-“ nos da classe β.

103. “[...] a maior parte dos belgas eram originários dos germanos. Desde a Antiguidade atravessaram o Reno, e por causa da fertilidade do lugar, ali se estabeleceram e expulsaram os gauleses que ocupavam aqueles lugares...”

104. “O Mosa nasce na cordilheira Vosges que fica no território dos língones, e, depois de recebido um braço do Reno, que se chama Waal, e formar com ele a ilha dos batavos, se lança em direção do oceano [cerca de 80 milhas se joga no Reno].”

Ortelius figurou a *Arduenna Silua* (Floresta das Ardenas) (fig. 15), considerada a maior floresta da Gália, em forma pictórica, de acordo com os *Commentarii*, livro V,3,4: “*silvam Arduennam abditis, quae ingenti magnitudine per medios fines Treverorum a flumine Rheno ad initium Remorum pertinet*”.¹⁰⁵ Sua extensão era de mais de 500 milhas, conforme os *Commentarii*, livro VI,29,4. A Floresta das Ardenas, atualmente chamada região das Ardenas, abrange a maior parte da Bélgica, Luxemburgo e parte da França e é composta de bosques e colinas. Foi local de esconderijo dos homens considerados mais fracos, que não podiam usar armas devido à idade, sob o comando de Induciômaro (Cés. B. Gal., V,III,4), e a fuga de uma parte do exército dos eburões sob o comando de Ambiorige (Cés. B. Gal., VI,31,2): “*Quorum pars in Arduennam siluam, pars in continentes paludes profugit...*”¹⁰⁶ e (Cés. B. Gal., VI,33,3) “*... ipse cum reliquis tribus ad flumen Scaldem, quod influit in Mosam, extremasque Arduennae partes ire constituit, quo cum paucis equitibus profectum Ambiorigem audiebat.*”¹⁰⁷ Os outros rios de destaque da Gália Bélgica indicados no mapa são “Axona” (Aisne), “Scaldis” (Escalda, em português) e o “Sabis” (Sambre). O rio “Axona” (Aisne) (fig. 18) é um rio pequeno da França, que se junta com Rio Oise, que Ortelius nomeou, também, de “Axona”, sendo afluente do “Sequana” (Sena). Mas é o Rio Oise que é afluente do Sena. Ele está situado nos extremos territórios dos remos (Cés. B. Gal., II,5,4). O Escalda (fig. 15) nasce no norte da França, entra na Bélgica, próximo à Antuérpia, toma a direção oeste em direção aos Países Baixos e deságua no mar do Norte. Segundo César, “*flumen Scaldem, quod influit in Mosam, extremasque Arduennae partis ire constituit*” (Cés. B. Gal., VI,33,3) (“o Rio Escalda se lança para o Mosa e para as extremidades das Ardenas”). O Sabis (Sambre) (fig. 15) é um rio do norte da França e sul da Bélgica e tributário do Mosa. Foi o local onde os romanos lutaram com os nêrvios e também serviu de acampamento aos romanos (Cés. B. Gal., II,16,1; 18,1): “*Loci natura erat haec, quem locum nostri castris delegerant. Collis ab summo aequaliter declivis ab flumen Sabim.*”¹⁰⁸

Conforme os *Commentarii* de César, na Província Bélgica habitavam povos mais fortes, vizinhos dos germanos, habitantes do outro lado do Reno, com quem estão sempre em guerra. Segue o texto (Cés. B. Gal., I,1,3):

Horum omnium fortissimi sunt Belgae, propterea quod a cultu atque humanitate provinciae longissime absunt, minimeque ad eos mercatores saepe commeant atque ea

105. “[...] a Floresta das Ardenas que em uma grande extensão se desenrola no meio dos territórios dos tréviros, desde o Rio Reno até o início do limite dos remos.”

106. “Uma parte fugiu para a Floresta das Ardenas, outra para imensas lagoas...”

107. “[...] ele com as tribos restantes resolveu ir até o Rio Escalda, que se lança no Rio Mosa e até as extremidades das Ardenas, onde ouviu dizer que Ambiorige tinha partido com poucos cavaleiros.”

108. “Era este o local original que os nossos haviam escolhido para acampamento: um outeiro descia inclinado igualmente desde o cume até o Rio Sambre.”

*quae ad effeminandos animos pertinent inportant, proximique sunt Germanis, qui trans Rhenum incolunt, quibuscum continenter bellum gerunt.*¹⁰⁹

Descreveremos em seguida alguns povos da Gália Bélgica, conforme *De Bello Gallico* e os *Commentarii*.

Os remos são os povos mais próximos da Gália Céltica e eram aliados dos romanos (Cés. B. Gal., V,54,4): “*praecipuo semper honore Caesar habuit, alteros pro uetere ac perpetua erga populum romanum fide, alteros pro recentibus gallici belli officiis, nulla fere ciuitas fuerit non suspecta nobis*”.¹¹⁰

As cidadelas dos remos apontadas no mapa são “Bibrax” (Bibracta) (fig. 6 e 15), atacada violentamente pelos belgas (Cés. B. Gal., II,6), e “Durocortum” (Durocórto), atual cidade de Reims, citada no texto, local para onde César levou o seu exército após ter combatido os eburões (Cés. B. Gal., VI,44,1).

O cartógrafo registrou “Durocortum” e, nas demais fontes a que tivemos acesso, encontramos somente “Durocortorum”, sem observações quaisquer de variantes.

Os suessiões, vizinhos dos remos, possuíam terras extensas, férteis e doze cidadelas. Tiveram Diviciaco como rei mais poderoso de toda a Gália, que comandava também a Britânia (Cés. B. Gal., II,4,6-7). Com referências às cidadelas, o cartógrafo aponta somente Novioduno, a pequena distância da Floresta das Ardenas (Cés. B. Gal., II,12,2). Essa cidadela de Novioduno é homônima às outras duas já citadas (uma pertenceu aos bitúriges e a outra aos éduos, ambas próximas ao rio “Ligeris” [Loire]).

Segundo Contans, os “bellovaci” (belóvacos) habitavam o território da Gália Bélgica chamada hoje de Beauvais (norte da França), entre os rios Sena, Somme e Oise (Faria, 1991). Nessa região está indicada “Bratuspantium” (Bratuspância), às margens do Rio Axona (Aisne), sua principal cidadela. Conforme E. Faria, foi a primeira cidade desses povos. Goelzer (CÉSAR, [19--], p. 456) a localiza nas margens do Aisne (Cés. B. Gal., II,12,2).

Os caletos e os belocassos eram povos da Gália Bélgica. Denominados também de germanos, habitavam as margens do rio “Sequana” (Sena). Segundo Constans (CÉSAR, 1937, t. 1, p. 51), eram da Normandia e deviam ser clientes dos belocassos (Cés. B. Gal., II,4,9).

Quanto à lição “bellocassii” ou “velocasses”, usada por Ortelius, ela diverge das variantes descritas por Constans, onde são acrescentadas com a vogal “i”

109. “Os mais bravos dos três povos são os belgas, estão muito afastados da província e dos requintes de sua civilização, porque os mercadores raramente vão até eles, conseqüentemente não introduzem aquelas coisas que servem para enfraquecer os ânimos. Enfim, são vizinhos dos germanos que habitam além do Reno, com os quais fazem guerra constantemente.”

110. “César tratou sempre com particular honra a uns por sua dedicação antiga e constante para com o povo romano, a outros pelos seus recentes serviços durante a guerra gaulesa, quase nenhuma cidade deixou de nos ser suspeita”.

após a consoante “l”, “veliocasses”. E. Faria menciona “belliocassi (velliocassi ou velliocasses), “-ium,(orum)”. Repete-se a falta de acesso às fontes.

Os nervios viviam entre os rios “Sabis” (atual Sambre) e “Scaldis” (Escalda), e se estendiam ao norte até o leste de Antuérpia (CÉSAR, 1937), região de Flandres, Bélgica. Os nervios, citados na lista do cartógrafo sobre os povos da Gália, eram rudes, mas de grande valor. Conforme o texto dos *Commentarii*:

Nullum aditum esse ad eos mercatoribus; nihil pati uini reliquarumque rerum ad luxuriam pertinentium inferri, quod iis rebus relanguescere animos eorum et remitti uirtutem existimarent; esse homines feros magnaue uirtutis, increpitare atque incusare reliquos Belgas, qui se populo Romano deditissent patriamque uirtutem proiecisent; confirmare sese neque legatos missuros neque ulla condicionem pacis accepturos. (Cés. B. Gal., II,15,3-6)¹¹¹

Os ambianos, vizinhos dos nervios, tinham como principal cidade Samarobriua (hoje Amiens). Ortelius registrou no mapa o nome dessa cidade como “Samarobrina”, o que difere da transcrição dos *Commentarii*, analisados por Constans. Dentre as variantes, distiguem-se “Samarobriuae” na classe α e “Samaru” na classe β. Repete-se a falta de acesso às outras fontes.

Os atrébatas, vizinhos dos nervios, veromânduos, mórinos, ocupavam a região chamada Artois, que corresponde às atuais Pas de Calais e Picardia.

Os mórinos habitavam ao longo da costa do Mar do Norte. Segundo Constans, eles ocupavam Boulogne até a costa de Bruges. Seu território teve um papel importante, por ser um local mais curto para a travessia das tropas de César, sob o comando de C. Volusieno, para a Britânia, através do Canal da Mancha, de acordo com os *Commentarii* IV, 21, 3: “*Ipse cum omnibus copiis in Morinos proficiscitur, quod inde erat breuissimus in Britanniam traiecutus*” (“ele mesmo parte com todas as suas tropas do país dos mórinos, porque era de lá a passagem mais curta para a Britânia.”)

Ainda nessa área, está indicado Porto Ício (fig. 15), na região dos mórinos, mencionado por César (livro V,2,3): “*Conlaudatis militibus atque iis qui negotio praefuerant, quid fieri uelit ostendit atque omnes ad Portuim Itium conuenire iubet, quo ex portu commodissimum in Britanniam traiectum esse cognouerat, circiter milium passuum XXX [transmissum] a continenti*”.¹¹²

111. “Nenhum acesso a eles era concedido aos mercadores e nem tinham hábitos de beber vinho e das outras coisas restantes, pertinentes à luxuria, porque julgavam que enfraqueciam os seus ânimos com essas coisas e lhes tirava a coragem. Eram homens ferozes e de grande virtude guerreira e acusavam os demais belgas que se rendiam ao povo romano desprezando a virtude pátria.”

112. “Ele felicitou os soldados e aqueles que dirigiram o negócio, explicou suas intenções e ordenou que todos se concentrassem no Porto Ício, de onde não havia mais que trinta milhas ao redor do continente na Grã-Bretanha uma passagem mais cômoda para a Britânia, cerca de 30 mil passos do continente”.

Está registrada uma variante do termo “Itius”, empregado por Constans e E. Faria, e “Iccius” por Ortelius. Constans, E. Faria, Saraiva e Smith não mencionaram nenhuma variante, citando somente a palavra “Itius”.

Os eburões, a maior parte deles localizada entre o Reno e o Mosa, estavam sob o império de Ambiorige e Catuvolco (Cés. B. Gal., V,24,4): “*Vnam legionem, quam proxime trans Padum conscripserat, et cohortes quinque in Eburones, quorum pars maxima est inter Mosam ac Rhenun*”.¹¹³

Os menápios habitavam a foz dos rios Escalda, Mosa e Reno (CÉSAR, 1937), região hoje pertencente à região da Bélgica. Junto com os mórinos foram os últimos a serem vencidos pelas tropas de César em 56 a.C. (*De Bello Gallico*, III, 28).

Ortelius aponta para dois dos acampamentos (fig. 18) que César mandara colocar na Gália. Um com a legenda “*Ciceronis castra*” (legião de Cícero), confiada a Quinto Cícero, na margem do rio “Scaldis” (Escalda) (Cés. B. Gal., V,24,2): “*alteram in Neruios Q. Ciceroni*”¹¹⁴ (Cés. B. Gal., V,24,2). Na outra lê-se “*Labieni Castra*” (legião de Labieno), sob o comando de Tito Labieno, nas margens do Rio Mosa (Meuse), quase na confluência com o rio “Sabis” (Sambre) (Cés. B. Gal., V,24,2): “*quartam in Remis cum T. Labieno in confinio Treuerorum hiemare iussit*”.¹¹⁵

Há outro topônimo indicado próximo à legião de Labieno: “Nemetocenna”. Encontramos o termo “Nemetocenna” (Nemetocena) para indicar uma localidade da Bélgica, de acordo com os *Commentarii*, livro VIII,46,6: “*his confectis rebus ad legiones in Belgium se recipit hibernavitque Nemetocennae*”.¹¹⁶ Ortelius indicou esse topônimo na confluência dos rios “Sabis” (Sambre) e “Mosa” (Meuse). Constans declara que essa cidade deveria ser identificada como Arras (norte da França), e Nemetocenna seria uma duplicidade de “Nemetacum”. Smith descreve “Nemetocenna” ou “Nemetacum” como cidade dos atrébatas, atual Arras. Já Goelzer menciona que essa cidade pertencia aos atrébatas, mas não se deve confundi-la com Nemetacum, atual Arras. Acrescenta que Nemetocenna se refere à atual cidade de Nampcel, próxima de Ourscamp (Oise). Quanto à variante “Nemetocerna”, acontece o mesmo com outros vocábulos não encontrados em fontes a que tivéssemos acesso. Porém, acreditamos ser o mesmo local apontado pelo cartógrafo e a transcrição do texto da Belles Lettres.

113. “Enviou uma legião que estava inscrita próxima da Transpadana e cinco coortes até os eburões, a maior parte deles está entre o Rio Mosa e o Reno”.

114. “[César enviou] outro [acampamento que invernassem] nos nérvios com Quinto Cícero.”

115. “ordenou que o quarto invernassem nos Remos com Tito Labieno, nos confins com os Tréviros”.

116. “Concluídas essas coisas, retira-se para a Bélgica ao encontro das legiões, e inverna em Nemetocenna”.

2.3.2.3 Aquitânia

A terceira província, Aquitânia, de acordo com a divisão de César, habitada pelos aquitanos (fig. 6 e 16), faz fronteira com os hispanos, através dos Montes Pirineus, e com os celtas, pelo Rio Garona (Cés. B. Gal., I,1).

A guerra dos romanos, sob o comando do adolescente Públio Licínio Crasso, na Aquitânia, é narrada nos *Commentarii* no livro III, entre os capítulos 20 e 27.

Tempos atrás, o exército romano fora derrotado pelos aquitanos, ocasionando a morte do embaixador Lúcio Valério Preconino, e a perda de material bélico. Assim, Crasso, reúne os auxiliares, a cavalaria, uma quantidade de homens fortes de Tolosa (atual Toulouse) e Narbona (atual Narbone), cidades próximas à Gália e vizinhas da Aquitânia, e, em seguida, penetra no território dos sonciates. Os sonciates, sabendo do ataque dos romanos e tidos como excelentes em equitação, reúnem grandes tropas de infantaria e cavalaria. Resistiram muito ao combate, com o seu exército de cavalaria, seguido de infantaria, mas foram vencidos pelo exército romano (Cés. B. Gal., III, 20-21).

Há variantes do termo “sonciates”, gravado por Ortelius, que aparecem nos manuscritos da classe e no Códice Thuaneus. MS lat. 5764 (Biblioteca Nacional da França) da classe α , *Sotiates* nos códices Ursinianus ou Vaticanus 3324 (Biblioteca Apostolica Vaticana) e Riccardianus 541 (Biblioteca Mediceo Laurenziana) da classe β . Constans declara que Plínio, Orósio e A. Blanchet conduzem a palavra para “sotiates”. Porém, o cartógrafo a gravou seguindo os documentos da classe α . Ernesto Faria registra “sontiate” e a traduz como “sonciate”.

Após a rendição dos soldados sonciates, Crasso parte para os territórios dos tarusates e vocates. Esses povos, sabendo da derrota dos sonciates, fortaleceram as suas cidadelas e enviaram embaixadores de todas as áreas da província, além de reforçar o exército com as tropas da Hispânia. Os aquitanos tentaram impedir os caminhos para os romanos não se abastecerem. Embora os aquitanos tenham se articulado, foram também derrotados pelos romanos (Cés. B. Gal., III 23-26).

Depois dessa guerra, a maior parte dos povos da Aquitânia se rendeu e enviou espontaneamente os seus reféns: tarbelos, bigerriões, precianios, vocates, tarusates, elusates, gates, auscos, garumnos, sibutzates, cocosates (Cés. B. Gal., III ,27).

Foram encontradas variantes nos nomes desses povos, como: “tarbelli” / “trabelli”; “garumni” / “garunni”; “sibutzates” / “Sibuzates”; “Sibusates”.

Ortelius assinalou os povos garites, diferente da lição *Gates* transcrita no texto editado pela Belles Lettres. Smith (1851) refere-se somente ao primeiro vocábulo. Quanto à lição *Preciani* ou *Ptiani*, não encontramos em fontes a que tivéssemos acesso, mas consideramos serem os mesmos vocábulos transcritos de códices diferentes.

Constans afirma que a terminação em “ates” dos povos da Aquitania revela a origem lígure.

Ortelius indicou duas cidadelas da Aquitania, também mencionadas no *De Bello Gallico*, nomeando apenas o povo que as habita: “*Tarusatum opidum e Sontiatum opidum*”¹¹⁷ (“cidadela dos tarusates, cidadela dos sonciates”). Segundo Constans, há muita discussão sobre o local da cidadela dos sonciates. O filólogo indica a provável localidade hoje: Sos, comuna francesa do departamento Lot-et-Garonne, que faz parte da região administrativa da Aquitânia (CÉSAR, 1937, t. 1, p. 89). Esta se localiza no sudoeste da França, limitada pela Espanha e pelo Oceano Atlântico.

3 Considerações finais

Ortelius, ao elaborar o mapa *Gallia Vetus ad Iulii Caesaris Commentaria* [i.e. *Comentarii*] (“Gália Antiga, segundo os Comentários de César”), procurou, por meio da representação cartográfica dos oito livros do *Caesaris Commentarii de Bello Gallico*, expor os episódios das campanhas de César somente na Gália.

Com referência à Germânia, o cartógrafo assinalou alguns povos que invadiram as regiões da Gália ou tiveram importância durante as campanhas. Na margem do Reno, fronteira com a Gália, estão indicados os sicambrii (sicambros) e os harudes. Os harudes estão localizados também no território dos séquanos, na Gália, daí supomos a pretensão de Ortelius em mostrar a região tomada por eles e o lugar de onde vieram e retornaram, após serem vencidos e expulsos pelos romanos. Quanto à indicação dos sicambros, supomos que o cartógrafo os posicionou no mapa por eles terem acolhido em seus territórios os povos usípetes e tencteros, também germanos, devido à fuga dos sobreviventes, após o ataque violento do exército de César, na região gaulesa entre os rios Mosa e Reno.

Quanto à indicação dos úbios, povo da Germânia, Ortelius se enganou por considerá-los povos da Gália Bélgica, indicados tanto no mapa quanto na lista da margem direita do mapa. Os úbios habitavam as regiões da margem do Reno, do lado da Germânia, e eram delimitados, por meio desse rio, pela Gália Bélgica, cujos povos eram os tréveros.

No que se refere ao cotejo de alguns topônimos, nomes dos povos e seus chefes, apontados no mapa da Gália de Ortelius, com os textos dos *Commentarii* de César, observamos que, dentre as variantes encontradas no mapa, o cartógrafo conduziu-as, de preferência, pelos textos dos documentos da

117. *Opidum* está transcrito como aparece no mapa. Embora essa palavra esteja nos dicionários de Ernesto, Saraiva, Smith e outros com duas consoantes (pp). Faria usa pp (*oppidum*).

classe *α*. Quando os vocábulos assinalados no mapa se diferenciavam daqueles do texto e não encontrávamos nenhuma análise por parte de Constans, investigávamos outras fontes bibliográficas indicadas na bibliografia, além do *Dicionário escolar latino-português* de Ernesto Faria. Fizemos uso constante do nome. Alguns vocábulos assinalados no mapa não foram encontrados nas fontes pesquisadas, o que se deve à falta de acesso às obras de autores eruditos, como Christoph Cellarius, Henri Valois, M. Camille Jullian e outros. Recorremos, também, ao *Thesauri* de Ortelius, mas os topônimos verificados estavam coerentes com os do mapa. Como sabemos que Ortelius cometeu falhas nas indicações dos topônimos nos mapas de sua época, acreditamos que os vocábulos não encontrados nas fontes consultadas tenham resultado de erros do cartógrafo ao gravar a matriz, ou do copista de algum códice utilizado por ele.

Consideramos, no entanto, que pela contribuição dos seus trabalhos cartográficos para o mundo moderno, Ortelius se apresenta como um importante cartógrafo renascentista. Dentre a sua produção, destaca-se o primeiro atlas de cartas geográficas, *Theatrum orbis terrarum*, que já apresentava uma padronização na dimensão das folhas. Outro notável trabalho foi a inclusão de índices dos nomes de cartógrafos e nomes geográficos no volume do *Theatrum*. Um terceiro seria o resgate dos estudos da geografia antiga profana e religiosa, principalmente sobre a Antiguidade Clássica, com a criação do *Parergon* e índice de nomes geográficos da Antiguidade, o que deu origem aos atlas históricos.

Ortelius teve a sensibilidade e a capacidade de dispor de maneira visual a obra de César, para uma compreensão mais acessível das campanhas dos *Commetarii De Bello Gallico* na representação cartográfica.

Referências

- ADAMS, Daniel. *Geography or a description of the world*. Boston: Lincoln, Edmands, 1834. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=g-lKAAAAYAAJ&pg=PA307&lpg=PA307&dq=Oceanus+Aquitanicus&source=bl&ots=cVbao4_1y6&sig=BJ7Hz3jLxjHcSQCMzWr8W737NI&hl=pt-BR&ei=UF1MTNOoLMimuAfSqKC5DQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CBUQ6AEwAA#v=onepage&q=Oceanus%20Aquitanicus&f=false>. Acesso em: 25 jan. 2008.
- ADONIAS, Isa. O mapa, reflexo das civilizações. In: _____. *Mapa: imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993. p. 12-15.
- AREND, J. P. *Algemeene geschiedenis des vaderlands: van de vroegste tieden tot op heden*. Te Amsteden. Bij: J.F. Scheleijer, 1840. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=UExAAAAcAAJ&pg=PA69&dq=%22%22Cattivulcus%](http://books.google.com.br/books?id=UExAAAAcAAJ&pg=PA69&dq=%22%22Cattivulcus%22)>.

- 22&hl=pt-BR&ei=Po1PTNOxEYG88gaRwLHXDQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=7&ved=0CEYQ6AEwBg#v=onepage&q=%22%22Cattivulcus%22&f=false>. Acesso em: 30 jun. 2008.
- BAGROW, Leo. *History of cartography*. Rev. and enl. by R. A. Skelton. London: C. A. Watts, 1964.
- BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. *Noções de paleografia e de diplomática*. Santa Maria: UFSM, 2008.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Plano Nacional de Obras Raras. *Cadastro de instituições participantes do Planor*. Disponível em: <<http://planorweb.bn.br/cadastro.html>>. Acesso em: 5 dez. 2015.
- BLACK, Jeremy. *Mapas e história: construindo imagens do passado*. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- _____. *Maps and history: constructing images of the past*. New Haven: Yale University Press, 2000.
- BROECKE, M. P. R. *Cartographica Neerlandica background for Ortelius n. 194*: [Gallia Vetus]. Disponível em: <<http://www.orteliusmaps.com/book/ort194.html>>. Acesso em: 2 fev. 2008.
- CANFORA, Luciano. *Júlio César: o ditador democrático*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- CARDOSO, Zélia de Almeida. *A poesia épica latina*. Disponível em: <<http://www.paideuma.net/zelia1.htm>>. Acesso em: 8 jan. 2008.
- CATULO. *O livro de Catulo*. Trad. comentada... João Angelo Oliva Neto. São Paulo: USP, 1996.
- CATULLUS, Gaius Valerius. *Carmen XI*. Disponível em: <<http://rudynegenborn.net/catullus/text2/111.htm>> Acesso em: 12 jan.2008.
- CÉSAR, Julio. *Comentarii de Bello Gallico [par] C. Julii Caesaris par Henri Goelzer*. Nouvelle ed a l'usage des classes. Paris: Garnier Frères, [19--].
- _____. Gallia Vetus: ad Iulii Caesaris commentaria / ex conatibus geographicis Abrah. Ortelii. In: ORTELIUS, Abraham. *Parergon. Theatrum orbis terrarum*. Antuerpiae: Extat in Officina Plantiniana, 1612. 1 atlas ([30]f., 128, xl [i.e 336]f. de estampas): il., brasão, mapas, retr.; fol. Escala [1:4.000.000]. [Mapa] 13.
- _____. *Guerre des Gaules [par] César*. Texte établi et traduit par L.-A Constans. 2. ed. rev. cor. Paris: Les Belles Lettres, 1937. t. 1, livre I-IV.
- _____. _____. Texte établi et traduit par L.-A Constans. Paris: Les Belles Lettres, 1962. t. 2, livre V-VIII.
- THE COLUMBIA Lippincott Gazetteer of the World edited by Leon E. Seltzer with the geographical research staff of Columbia University Press and with the cooperation of the American Geographical Society. Morningside Heights, New York: Columbia University Press, by arrangement with J.B. Lippincott Co., 1952. x, 2148 p., 31 cm.

- DAINVILLE, François de. *Le langage des géographes: termes, signes, couleurs des cartes anciennes, 1500-1800*. Paris: A. et J. Picard, 1964.
- DELUMEAU, Jean. *A civilização do Renascimento*. Lisboa: Estampa, 1994. 2 v.
- DICIONÁRIO Oxford de Literatura Clássica: grega e latina. Compilado por Paul Harvey; traduzido por Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- ERNOUT, A.; MEILLET, A. *Dictionnaire etymologique de la langue latine: histoires des mots*. Paris: C. Klincksieck, 1967.
- FARIA, Ernesto. *Dicionário escolar latino-português*. 6. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, FAE, 1991.
- _____. *Fonética histórica do latim*. 2. ed., 2. reimpr. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970. (Biblioteca Brasileira de Filologia, n. 9).
- _____. *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958. (Biblioteca Brasileira de Filologia, n. 14).
- FARIA, Ruth. *A representação cartográfica da Eneida no Parergon Theatri de Ortelius*. Separata de In Memoriam L. da Nóbrega. Rio de Janeiro: Sepe, 1985.
- FIVE centuries of map printing. Chicago; London: David Woodward, c 1975.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Catálogo coletivo do Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras*. Disponível em: <http://consorcio.bn.br/scripts/odwp012k.dll?INDEXLIST=planor_pr:planor>. Acesso em: 10 jan. 2008.
- GARIN, Eugénio. *A Idade Média e Renascimento*. Lisboa: Estampa, 1994.
- IMPRESSORAS séc. XVI – Casa Plantin-Moretus. In: ARTESANATO e produção industrial. Disponível em: <http://lrm.isr.ist.utl.pt/jsqm/www/nr/artes_prodindustr.html>. Acesso em: 31 de janeiro de 2008.
- THE LAW-FRENCH dictionary alphabetically digested; very useful for all young students in the common laws of England: Law-Latin dictionary. The 2d ed., corrected and enlarged. [London] In the Savoy: Printed by Eliz. Nutt and R. Gosling (assigns of E. Sayer) for D. Brown, J. Walthoe, [etc.] 1718. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=5I8NAAAAQAAJ&pg=PT495&lpg=PT495&dq=osisini%20osisini&source=bl&ots=URqfp4AxxE&sig=ANrh7cF9V8OTqMUQLcMhhMnWbfs&hl=pt-BR&ei=7gmRTPOfJoP78Aaxl9HUDQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=9&ved=0CEwQ6AEwCA#v=onepage&q=osisini&f=false>. Acesso em: 2 fev. 2008.
- LEMPRIERE, J. *A classical dictionary: containing a copious account of all the proper names mentioned in ancient authors...* 11th. London: T Cadiel and W. Davies, 1820. p. 458. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=s6cTAAAAYAAJ&pg=PA37&lpg=PA37&dq=alduabis&source=bl&ots=yA9RNntDDg&sig=BzxRr3BT55SIE1hfdNF9nzzytTo&hl=pt-BR&ei=4Wh8TK-NKoaBlAerxpHsCw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=6&ved=0CCoQ6AEwBQ#v=onepage&q=alduabis&f=false>. Acesso em: 30 jun. 2007.
- LIBRARY of Congress online catalog. Disponível em: <<http://catalog.loc.gov>>. Acesso em: 30 jan. 2008.

- KOEMAN, C. *The History of Abraham Ortelius and his Theatrum orbis terrarum*. Lausanne: Sequoia, 1964.
- KOEMAN'S *Atlantes Neerlandici*. Compiled by Peter van der Krogt. New ed. t Goy-Houten: HES & De Graaf Publishers, c1997-2003. 3 v. em 4.
- MADEIRA, Benedito Camargo. *A moeda através dos tempos*. Pouso Alegre: o autor, 1993. (Gráfica e Editora Irmão Gino).
- MANASEK, Francis J. *Collecting old maps*. Norwich: Terra Nova Press, 1998.
- MEUSEL, Heinrich. *Coniecturare Caesarianae*. Beroline: W. Weber. 1893. Disponível em: <<http://www.archive.org/stream/coniecturaecaes00meusgoog#page/n3/mode/2up>>. Acesso em: 11 abr. 2016.
- OLIVEIRA, Cêurio. *Dicionário cartográfico*. 3. ed., rev. aum. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. XV.
- OLIVIERI, Fillipo Lourenço *O papel dos druidas na sociedade céltica na Gália dos séculos II e I a.C.* Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007. 315 p. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2008_OLIVIERI_Filippo_Lourenco-S.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2014.
- ORTELIUS, Abraham. *Theatrum orbis terrarum*. Antuerpiae: Extat in Officina Plantiniana, 1612. 1 atlas ([30]f., 128, xl [i.e 336]f. de estampas), il., brasão, mapas, retr.; fol.
- PETIT Larousse illustré 1985. Paris: Larousse, 1985.
- RAISZ, Erwin. *Cartografia geral*. Rio de Janeiro: Científica, 1969.
- SARAIVA, F. R. dos Santos (Francisco Rodrigues). *Novissimo diccionario latino-portuguez: etymologio, prosódico, histórico, geographico, mythologico, biographico, etc.* Redigido segundo o plano de L. Quicherat. 7. ed. Rio de Janeiro; Paris: Livraria Garnier, [1927]. Disponível em: <<https://archive.org/details/F.rDosSantosSaraivaNoviss.Dic.LatinoPortuguez>>. Acesso em: 7 fev. 2016.
- _____. *Novissimo dicionário latino-português: etimológico, prosódico, histórico, geográfico, mitológico, biográfico etc.*, no qual são aproveitados os trabalhos de filologia e lexicografia mais recentes redigido segundo o plano de L. Quicherat e precedido de uma lista de autores e monumentos latinos citados no volume e das principais siglas usadas na língua latina. 10. ed. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Garnier, 1993.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. 1 reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SKELTON, R.A. Introduction to the reprint ed., In: ORTELIUS, Abraham. *Theatrum orbis terrarum*. Antwerp, 1570. Amsterdam: N. Israel, 1964.
- SMITH, William. *A new classical dictionary of greek and roman biography, mythology and geography: partly based upon the dictionary of greek and roman biography and mythology*. New York: Harper & Brothers, 1851. Disponível em: <<http://books>>.

google.com.br/books?id=uUPhcdSACQC&pg=PA323&lpg=PA323&dq=gebenn
a+mons&source=bl&ots=XinLCs-73y&sig=XC7j1XQ0vkidHBBBohUwyUkK1m
w&hl=pt-BR&ei=oYZMTIDKOlaauAf8z4i6DQ&sa=X&oi=book_result&ct=res
ult&resnum=1&ved=0CBcQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 2 fev.
2008.

TOOLEY'S dictionary of mapmakers. Editor Josephine French; consulting editors
Valerie Scott, Mary Alice Lowenthal; picture research Valerie Scott. -a Rev. ed. –
Tring, England: Map Collector Publications, 1999-2004. 4 v.

THROWER, Norman J. *Maps and civilization: cartography in culture and society*.
Chicago; London: The University of Chicago, [1996].

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *Apresentação de trabalhos monográficos
de conclusão de curso*. 9. ed. rev. ampl. Niterói: EdUFF, 2007.

WAGNER, Johann Franz. *G Julius Caesars und andere schristteteller Historische
Nachrichten vom gallischen, bürgerlichen, alexandrinischen, africanischenn und
spanischen Kriege*: ins Deutsche übersezt. Stuttgart, Johann Benedict Mezler, 1779.
Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=O_08AAAAcAAJ&pg=PA48&lpg=PA48&dq=Divitiatus&source=bl&ots=a40PR44kso&sig=GtwwxFOpIsKhyzgyUJPbJBEOOBI&hl=pt-BR&ei=9FVSTJqnIomRuAem8oHQBA&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=2&ved=0CBcQ6AEwAQ#v=onepage&q=Divitiatus&f=false>. Acesso em: 2 fev. 2008.

Gestão de documentos e sua interface com a gestão em preservação^{*}

Tatiana Ribeiro Christo

Bacharel em Gravura pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro
e pós-graduada *lato sensu* pela Universidade Federal Fluminense. Conservadora/restauradora
da Coordenação de Preservação da Fundação Biblioteca Nacional.

^{*} Estudo elaborado originalmente para o curso de pós-graduação *lato sensu* Planejamento, Organização e
Direção de Arquivos, na Universidade Federal Fluminense, 2008.





Resumo

Este estudo tem por objetivo apresentar os aspectos que evidenciam a interface entre as disciplinas Gestão de Documentos e Gestão em Preservação. Discorre-se sobre a formação de espaços como arquivos, bibliotecas e museus, reconhecidos como unidades de informação. Elabora-se um breve histórico sobre a evolução dos suportes de escrita até o advento dos suportes digitais, para demonstrar de que forma os avanços tecnológicos produziram uma situação paradigmática no contexto de ambas as disciplinas e, consequentemente, promoveram sua integração de maneira que, atualmente, compartilham o mesmo objetivo: selecionar para recuperar, preservar e acessar a informação. Menciona-se também a necessidade do desenvolvimento de um trabalho integrado, multi e interdisciplinar.

Palavras-chave: *Gestão de documentos. Gestão em preservação. Arquivologia.*

Abstract

This paper aims to present the aspects that show the interface between the disciplines Records Management and Preservation Management. It comments the formation of places like archives, libraries and museums, recognized as information units. It elaborates a brief history of the evolution of the written media until the advent of digital media, to demonstrate how technological advances have produced a paradigmatic situation in the context of both disciplines and consequently promoted their integration so that currently, they share the same goal: select to recover, preserve and access information. It also mentions the need to develop an integrated work, multi and interdisciplinary.

Keywords: *Documents management. Preservation management. Archival Science.*



Introdução

Em primeiro lugar, gostaria de expor as razões do meu interesse pelo curso de pós-graduação *lato sensu* em Organização, Planejamento e Direção de Arquivos, oferecido pela Universidade Federal Fluminense e pelo Arquivo Nacional no ano de 2007.

Tendo dedicado toda a minha vida profissional à preservação de materiais de biblioteca, considerei oportuno o aprofundamento dos conhecimentos sobre princípios e práticas arquivísticas, uma vez que o profissional que atua no campo da preservação deve estar preparado para lidar com as especificidades que caracterizam os objetos que compõem acervos, sejam eles de arquivo, biblioteca ou museu. Esses objetos não constituem territórios independentes e habitam muitas vezes terrenos alheios.

O quadro formado pelas disciplinas Preservação Documental e Gestão de Recursos Informativos e Documentos Digitais, do curso oferecido por aquelas instituições, sem dúvida despertou meu interesse.

Vale mencionar também que as informações recebidas nas disciplinas Metodologia da Pesquisa, Pesquisa em Arquivologia I e Pesquisa em Arquivologia II foram de grande valia porque forneceram as ferramentas adequadas à elaboração dos trabalhos propostos ao longo do curso, à construção deste estudo e a uma possível viagem futura rumo ao mestrado.

O interesse pelo tema “gestão de documentos” surgiu durante a disciplina Avaliação e Seleção de Documentos. Após leitura do artigo do norueguês Ole Kolsrud sobre tradições arquivísticas em países como Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, compreendi a maneira peculiar como cada um desses países se ocupou do aumento significativo dos documentos na esfera da administração pública, muito antes de o conceito da Teoria das Três Idades generalizar-se nos Estados Unidos, a partir da Segunda Guerra Mundial.

Os aspectos históricos e as diferentes escolas de avaliação, seleção, eliminação e/ou preservação de documentos foram o ponto de partida para a busca de um maior entendimento sobre princípios e procedimentos que regem um plano de gestão de documentos, cujo fundamento é “selecionar para preservar”. Por essa razão, tal temática despertou o meu interesse em desenvolver o presente estudo, tendo como base os mecanismos de organização e controle da produção documental, a partir de questionamentos sobre vínculos e interfaces teórico-metodológicos com a atividade de preservação de documentos arquivísticos.

Este estudo pretende promover uma reflexão sobre os conceitos de preservação e a amplitude de suas ações – de que maneira estão presentes, permeiam, orientam e se incorporam às práticas que definem a construção da memória social a partir dos arquivos permanentes.

O trabalho também analisa o contexto em que ocorre a integração entre a gestão de documentos e a gestão em preservação, relacionando-as com o desenvolvimento das tecnologias da informação.

A primeira parte apresenta considerações sobre a origem de espaços como arquivos, bibliotecas e museus, tomando-se como base as investigações de Giulia Grippa e Marilena Paes.

A segunda parte trata das especificidades e particularidades do objeto arquivístico e dos princípios básicos que norteiam as atividades dos arquivistas. Para a elaboração desse capítulo, Theodore R. Schellenberg e Theo Thomassen serviram de inspiração.

Em seguida, busco estabelecer um quadro conceitual dos termos gestão de documentos e gestão em preservação tomando como base os autores Cristina Vieira de Freitas, Marilena Leite Paes, Ingrid Beck, Silvana Bojanoski e Sérgio Albite da Silva. Nessa terceira parte, apresento também um panorama da evolução e consolidação da atividade de gestão de documentos. Os estudos de autores como Ole Kolsrud, Fernanda Ribeiro, Theodore R. Schellenberg, Terry Cook, Vivas Moreno, Jean Yves Rousseau e Carol Couture e, no Brasil, de Maria Odila Fonseca, José Maria Jardim e Luís Carlos Lopes serviram de referencial teórico.

Na quarta parte, apresento a evolução dos suportes de escrita, do analógico ao digital, objetivando evidenciar os acontecimentos marcantes que modificaram teorias e práticas, e estabeleceram novos paradigmas nas disciplinas de arquivologia e preservação de acervos. Para as considerações sobre o assunto, tomei como referência Svend Dahl, Miguel Ferreira, Ingrid Beck e Adriana Hollós. Mencionei, em seguida, o desenvolvimento tecnológico como responsável pelo surgimento do profissional com perfil multidisciplinar para lidar com o fenômeno do advento da informação. Os autores Malheiro da Silva, Marilena Paes, Theo Thomassen, Jambeiro, Terry Cook, Luciana Duranti, Adriana Hollós foram essenciais para o desenvolvimento do tema.

Na quinta parte, identifico os aspectos de aproximação das referidas disciplinas. Pretendo com isso demonstrar a necessidade de a gestão em preservação atuar de forma integrada e sistêmica com a gestão de documentos e assim contribuir para o avanço da arquivística contemporânea. Os referenciais teóricos foram os estudos de Helen Forde, José Maria Jardim, Marilena Leite Paes, Sergio Albite da Silva, Ingrid Beck, Adriana Hollós, Silvana Bojanoski, Cynthia Roncaglio, Décio Szvarça e Hilton Japiassu.

Quanto à metodologia, foi adotado o método de pesquisa descritiva e de fundo qualitativo. Busquei aprofundar e ampliar o conhecimento atualmente disponível sobre o objeto de estudo e as áreas relacionadas. O desenvolvimento teórico baseou-se na pesquisa qualitativa, orientando-se por tema e assuntos delimitados.

Inicialmente fiz um levantamento bibliográfico e uma seleção de fontes pertinentes aos temas propostos, considerando publicações mais recentes. Uma vez feita a revisão de literatura e selecionadas as fontes principais para fundamentar teoricamente a pesquisa, realizei um planejamento para o desenvolvimento das etapas posteriores.

O objetivo geral deste trabalho é, pois, apresentar os princípios e fundamentos teóricos que regem a gestão de documentos e a gestão em preservação, a fim de desenvolver uma reflexão sobre a forma como a gestão de documentos se relaciona ou não com a área de preservação.

Como objetivos específicos, este estudo pretende: apresentar quadro conceitual sobre gestão de documentos, preservação e gestão em preservação; abordar o papel do desenvolvimento tecnológico no estabelecimento de novos paradigmas nas áreas de conhecimento de arquivologia e preservação, e na mudança do perfil dos profissionais que atuam nessa área; e refletir sobre a inter-relação entre a gestão de documentos e a gestão em preservação.

A realização do curso representou, para mim, o ingresso no universo dos arquivos, além de ter ele oferecido subsídios para futuros projetos que poderão aprofundar essa questão sobre gestão de documentos integrada a programas de gestão em preservação em um sentido mais amplo.

1 Construindo a memória

Inicialmente, gostaria de refletir sobre a formação de espaços de memória e de informação como são os arquivos, as bibliotecas e os museus, tomando como base um texto sobre a arte de colecionar. Cabe lembrar que “muito embora os três tenham a função de guardar, seus objetivos são diferentes”. As bibliotecas e museus têm uma finalidade “essencialmente cultural, enquanto a dos arquivos é primordialmente funcional, muito embora o valor cultural exista, uma vez que constituem a base fundamental para o conhecimento da história” (PAES, 2004, p. 16).

É da natureza humana colecionar objetos, documentos, papéis, fotos etc. Cada um desses materiais traz à memória acontecimentos significativos de uma vida. No processo de juntar, arquivar e colecionar é natural que façamos escolhas. Conservamos os objetos que consideramos determinantes para a construção de nossa história pessoal e de nossos ancestrais, e nos esforçamos para que esses testemunhos, indícios ou vestígios sobrevivam à passagem do tempo e alcancem nossos descendentes. Cada um de nós, de algum modo, desempenha esse papel de selecionador/coleccionador/arquivista e pode gerar um pequeno acervo individual, seja um conjunto de correspondência, um lote de fotografias, um punhado de livros que transformaram nossas vidas ou CDs com músicas que serviram de inspiração às nossas relações afetivas.

A ideia de coleção não é uma invenção recente. O que os objetos de uma coleção têm em comum, independentemente do tempo e lugar onde foram gerados? Qual a diferença entre uma coleção no período medieval e uma coleção nos dias atuais?

As peças de coleções, quando perdem sua utilidade original, passam a ter uma única finalidade: destinam-se ao olhar. Mas antes são separadas do ambiente do uso diário, conservadas em um lugar especial e adquirem outro valor que não é mais o de uso, e sim o valor de troca, principalmente nas sociedades modernas (GRIPPA, 2005, p. 32).

Sabe-se também que uma coleção adquire significados diversos dependendo do período histórico em que se situa. Nos primórdios da humanidade, objetos eram depositados nas câmaras mortuárias. Esses utensílios, despojados do seu valor de uso, representavam e acompanhavam o morto para a vida no além. Na Antiguidade, uma coleção ocupava espaço nos templos romanos ou gregos. Esses objetos possuíam um sentido sagrado porque eram depositados ali em doação aos deuses. Na Idade Média, colecionavam-se relíquias, e os objetos serviam como interlocutores entre os mundos invisível e humano.

Considerando os contextos mencionados acima, pergunto: aos olhos de quem se apresentam as peças dessas coleções, senão aos olhos dos deuses e dos mortos para serem admiradas pela eternidade?

No período do Renascimento, no entanto, esse olhar desloca-se para o plano terreno e assiste-se ao surgimento de uma nova categoria de objetos de coleção e também de um novo grupo social: os humanistas se encarregam de separar a fé da ciência e inauguram uma nova tendência na natureza das coleções. O interesse dos colecionadores passa a ser direcionado a objetos produzidos pelo conhecimento científico como, por exemplo, livros impressos, manuscritos e obras de arte.

Ao longo dos séculos XVI e XVII, os objetos de coleção passam a ser aqueles “trazidos dos lugares alcançados com as grandes navegações, como África, Ásia e Américas, e levados para a Europa, onde perdem seu valor de uso, transformando-se em intermediários com o invisível distante de países exóticos e de sociedades desconhecidas” (GRIPPA, 2005, p. 40).

Com o desenvolvimento industrial se estabelece uma burguesia que reivindica acesso ao conhecimento, ao estudo e à construção de espaços públicos para que as coleções possam ser usufruídas democraticamente.

O que as coleções têm em comum independentemente do período da história em que foram geradas? As coleções emanam claramente uma característica comum: foram designadas aos olhares divinos e humanos e têm como função a intermediação entre dois mundos. Essa função é assim definida por Grippa (2005, p. 38):

“representam” a importância dos deuses, reconhecida até nos lugares longínquos, que enviam as ofertas, mas também a memória dos que doaram os objetos no passado; muitas peças possuíam qualidades estéticas, revelando as habilidades dos artesãos para a glória dos deuses e para o prazer humano. As ofertas mais notáveis adquiriram destaque e despertavam a curiosidade e a imaginação, levando à criação de histórias, lendas e anedotas, registradas e legadas pelos autores do tempo. Fundamentalmente, as coleções são representações simbólicas do longínquo, do não revelado, da ausência de lugares e pessoas, em uma palavra: **memória**. [grifo nosso].

É a partir da estruturação dos Estados Modernos que se evidencia o valor de troca dos objetos de coleção. A esse respeito Grippa (2005, p. 34) declara:

De onde se origina esse valor de troca? Em outras palavras: o que torna os objetos de uma coleção preciosos?... Na formação das coleções existe um “instinto” de propriedade, uma aspiração à acumulação, um prazer estético ligado ao ato e à recompensa do prestígio. Seriam essas as bases geradoras de uma demanda que atribui valor, criando um mercado. Ao mesmo tempo, observa-se uma pressão crescente sobre o Estado, para que ele permita o acesso “democrático” aos objetos, que ganham valor, também àqueles que não possuem meios financeiros, demanda que se transformem na constituição de museus, arquivos e bibliotecas públicas, diretamente controladas pelas instituições do Estado.

No século XX, uma sociedade industrial produz uma massa de objetos descartáveis e gera uma sociedade de consumo que passa a colecionar toda a sorte de objetos produzidos em escala global e, finalmente, no mundo atual, questiona-se qual o destino das coleções, quando os limites e as crenças são estabelecidos por um contexto social e economia globalizados. Segundo Grippa (2005, p. 46),

os problemas que a ideia de coleção apresenta se tornaram extremamente complexos: a desmaterialização permitida pelas novas tecnologias, instrumento que permite o acesso virtual a museus e coleções, impõe discutir o novo papel da própria essência das antigas coleções em seu suporte digital, espaço sem espaço, onde a materialidade se torna ausente.

O que faz com que uma coleção se diferencie de um amontoado de objetos? Em uma coleção, as peças são selecionadas e organizadas, constituindo assim um conjunto informacional, e os museus, bibliotecas e arquivos correspondem a essa definição. Sobre as especificidades dos arquivos, Grippa (2005, p. 33) acrescenta:

Um arquivo: uma instituição complexa chamada para selecionar, guardar, recolher, classificar, conservar, tornar acessíveis documentos que perderam sua função

cotidiana de uso, considerados, portanto, supérfluos nos escritórios ou nos depósitos, mas que merecem, mesmo assim, ser preservados.

Os arquivos, diferentes dos museus e bibliotecas, possuem essa característica de funcionalidade, são o resultado da acumulação de documentos, seja por uma instituição ou pessoa no curso de uma atividade, porém, quando assumem a categoria de acervo histórico, podem fornecer informações que não foram previstas no momento em que foram gerados e, a partir daí, tornam-se objetos de construção da memória social, cultural ou histórica.

2 Arquivo, arquivologia e seus fundamentos

O objeto arquivístico é, positivamente, diferente dos objetos da biblioteconomia e da museologia. Os documentos de arquivo têm um caráter orgânico. Eles não podem ser tratados individualmente, ou seja, estão relacionados uns aos outros, e o entendimento sobre o contexto onde foram produzidos é essencial para o desenvolvimento de estudos e análises.

Thomassen (2006, p. 5) declara que o conceito central da arquivologia é o conceito de arquivo:

A maioria das pessoas tem conhecimento sobre documentos: quase todo o mundo mantém documentos em casa, e a vida cotidiana é documentada em arquivos mantidos por um empregador, uma empresa de habitação, um cartório ou uma empresa de eletricidade. Muitas pessoas também têm alguma noção do que é um arquivo: seja ele grande ou pequeno, privado ou público, pertencente a uma empresa ou a uma instituição governamental, elas o reconhecem como uma coleção de documentos acumulados por pessoas, famílias ou outros grupos sociais com o intuito de dar suporte às suas memórias.

Os documentos surgem como resultado de uma atividade administrativa. São gerados durante o processo de trabalho, organizados e armazenados para que as informações neles contidas registrem todas as ações executadas, decisões tomadas e compromissos assumidos por uma administração durante o período de sua gestão, e são conservados para atestar a história de um indivíduo ou organização.

Os arquivos, ao serem criados, têm inicialmente uma função primária, ou seja, um papel ativo. Os documentos que os compõem são gerados para organizar e registrar uma atividade que está acontecendo e, paralelamente, são objetos de consulta. O arquivo passa a exercer uma função secundária quando perde esse caráter ativo e passa a ser identificado como um registro de ações passadas e como parte da herança e memória daquela instituição.

Schellenberg (2006, p. 41), teórico, historiador e arquivista norte-americano, considerado referência mundial no campo da arquivologia, elaborou a seguinte definição para o termo “documentos de arquivos”:

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos.

O princípio da ordem original deve ser respeitado, ou seja, a ordem dos documentos num arquivo deve ser a mesma ordem estabelecida durante o processo de produção destes no desenvolvimento de uma atividade. O princípio da proveniência ou princípio de respeito aos fundos deve ser observado, isto é, o arquivo produzido por uma instituição, pessoa ou família não deve ser misturado ao de outras entidades produtoras.

Um arquivo é um conjunto de documentos relacionados entre si, porque foram gerados ao longo de uma atividade administrativa dentro de uma instituição. Os documentos são compreendidos se estão juntos e, se separados, perdem seu sentido. Segundo Thomassen (2006, p. 14), “respeitar forma, estrutura e contexto de criação significa manter relação entre os dados, as relações entre os documentos e o contexto de sua criação”.

O arquivista, para desempenhar bem suas funções, deve respeitar os princípios básicos da ciência arquivística. Deve conhecer a natureza dos documentos e dos conjuntos com os quais está lidando, e como se diferenciam de outros documentos e conjuntos e suas funções. Deve dominar os sistemas de guarda desses documentos, conhecer suas particularidades, estabelecer relações entre eles, determinar seu valor e se encarregar da sua salvaguarda. O arquivista, quando faz sua pesquisa, se vale de conhecimentos de outras áreas científicas para realizar uma melhor análise do contexto social, econômico e cultural em que os documentos foram criados. Esses são ingredientes necessários para que o arquivista seja capaz de salvaguardar, examinar e divulgar seus conteúdos.

3 Gestão de documentos e gestão em preservação

A gestão de documentos e a gestão em preservação são disciplinas relativamente novas, cujas bases teóricas, fundamentadas em princípios e procedimentos, foram lançadas em meados da década de 1940.

O surgimento das duas disciplinas é atribuído ao desenvolvimento tecnológico que estava em curso nos Estados Unidos, país que vinha detendo a hegemonia das tecnologias da informação desde o início do século passado, e também à consequente constatação da necessidade de preservação e controle do ciclo de vida dos documentos, isto é, desde a produção até sua destinação final.

Schellenberg criou um modelo de gestão, cuja implantação foi bem sucedida nos Estados Unidos. Segundo Freitas (2004, p. 5),¹

as novas bases teóricas, configuradas a partir do modelo de gestão e preservação documental, daí advindos, alcançaram o continente europeu e a América Latina nos últimos 50 anos. Desde então, muito se tem proposto e defendido, nestes campos, para atingir metas e padrões mundialmente aceitáveis. Porém, há uma questão que deve ser levada em conta. Os modelos de gestão, apresentados na literatura de ponta, em muito se encaixam a realidades bastante peculiares. E mesmo a contextos bem distintos daqueles vividos, sobretudo pelos países periféricos. Assim é razoável supor que tentativas de transplantes de projetos e ideias não logrem, nestes locais, o êxito esperado, porque se encontram em terras alienígenas. E que os desacertos podem ser provenientes, em alguma medida, deste descompasso.

Esse descompasso se refere à falta de implantação de políticas arquivísticas, considerando-se as conhecidas limitações de recursos humanos, materiais e tecnológicos, ou simplesmente por haver divergências em relação a questões relacionadas a métodos de avaliação e seleção tradicionais.

A geração de suportes variados de transmissão da informação e o desenvolvimento de novas tecnologias propiciaram uma situação de natureza paradigmática por força do fenômeno informacional nas disciplinas de Arquivologia e Preservação de Acervos. Esses dois fatores – novas tecnologias e explosão informacional – foram determinantes para o advento das atividades de gestão de documentos e gestão em preservação.

A informação torna-se objeto de interesse e estudo das várias disciplinas que integram as ciências sociais aplicadas. O estabelecimento de uma relação interdisciplinar dos vários conhecimentos passa a ser entendido agora como um terreno fértil para novas possibilidades de pesquisa. Em consequência, a inserção da Arquivologia, bem como da Preservação de Acervos, no campo da Ciência da Informação passa a ser considerada como oportuna nesse novo cenário.

1. Informação cedida pela autora Cristina Vieira de Freitas e retirada de seu plano de estudos apresentado à CAPES para obtenção de bolsa de estudos para curso de doutorado no exterior.

3.1 *Quadro conceitual*

A aproximação dos vários campos de conhecimento com a finalidade de lidar com o fenômeno da informação seria o primeiro aspecto a ser considerado no estabelecimento de interfaces entre gestão de documentos e gestão em preservação. Há, porém, uma dificuldade em se estabelecer uma relação entre essas duas matérias, uma vez que não há um quadro conceitual bem delimitado. Nesse sentido, convém apresentar algumas definições, não só sobre os procedimentos envolvidos na gestão de documentos, bem como conceitos sobre preservação e os procedimentos que regem uma gestão em preservação.

3.1.1 Gestão de documentos

O *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, em conformidade com a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro 1991, define gestão de documentos como o “conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento para a guarda permanente”.

Paes (2004, p. 54) oferece uma definição mais genérica e destaca as etapas básicas da gestão de documentos como sendo a produção, a utilização e a destinação. Segundo a autora, a primeira etapa, produção de documentos,

refere-se à elaboração dos documentos em decorrência das atividades de um órgão ou setor. Nessa fase, o arquivista deve contribuir para que sejam criados apenas documentos essenciais à administração da instituição e evitar a duplicação e emissão de vias desnecessárias; propor a consolidação de atos normativos alterados ou atualizados com certa frequência, visando à perfeita compreensão e interpretação dos textos; sugerir criação ou extinção de modelos e formulários; apresentar estudos sobre a adequação e o melhor aproveitamento de recursos reprográficos e informáticos, contribuir para a difusão de normas e informações necessárias ao bom desempenho institucional; opinar sobre a escolha de materiais e equipamentos; participar da seleção de recursos humanos que deverão desempenhar tarefas arquivísticas e afins. Em resumo, a gestão de documentos assumiu nas instituições papel tão relevante quanto a gestão de materiais e de recursos humanos, embora ainda não seja assim reconhecida.

A segunda etapa, utilização dos documentos,

inclui as atividades de protocolo (recebimento, classificação, registro, distribuição, tramitação), de expedição, de organização e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, bem como a elaboração de normas de acesso à documentação (empréstimo, consulta) e à recuperação de informações, indispensáveis ao

desenvolvimento de funções administrativas, técnicas ou científicas das instituições (PAES, 2004, p. 54).

A última etapa, avaliação e destinação de documentos, segundo Paes (2004, p. 54), considerada talvez a mais complexa das três fases da gestão de documentos,

se desenvolve mediante a análise e avaliação dos documentos acumulados nos arquivos, com vistas a estabelecer seus prazos de guarda, determinando quais serão os objetos de arquivamento permanente e quais deverão ser eliminados por terem perdido seu valor de prova e de informação para a instituição.

Dando prosseguimento, o *Dicionário de terminologia* define o termo “recolhimento” como a “entrada de documentos públicos em arquivos permanentes, com competência formalmente estabelecida ou operação pela qual um conjunto de documentos passa do arquivo intermediário para o arquivo permanente” e por “arquivo permanente”, também denominado “arquivo histórico”, que é o “conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função de seu valor”.

Jardim (1995, p. 1) considera o processo de avaliação e seleção de documentos arquivísticos um dos pilares da arquivologia contemporânea e observa como a noção/conceito de memória tem sido teoricamente referida a esse processo. E faz a seguinte reflexão:

A este processo e seus determinantes teóricos encontra-se vinculada, por princípio, a constituição dos acervos permanentes/históricos dos arquivos públicos. Estes escolhem, mediante tais diretrizes, documentos considerados socialmente relevantes a ponto de se justificar a sua preservação permanente. Buscou-se, portanto, visualizar o processo de avaliação de documentos à luz da sua racionalidade como recurso técnico, considerando-se também a sua dimensão política.

De acordo com essas definições, fica caracterizado que a gestão de documentos, por meio de metodologias adotadas e instrumentos como métodos de classificação e tabelas de temporalidade, representa uma atividade estratégica no universo das instituições arquivísticas, e se constitui em fator determinante para a constituição dos acervos históricos sujeitos à preservação permanente.

3.1.2 Gestão em preservação

O conceito de preservação foi adquirindo novos contornos ao longo do tempo e de maneira relacionada com a substituição dos meios utilizados para o registro da escrita, cuja trajetória foi relatada anteriormente.

Beck (2006, p. 43) discorre sobre a evolução da disciplina de preservação da seguinte maneira:

Surgiu da prática do artífice, com a função de reconstruir partes deterioradas em monumentos arquitetônicos, obras de arte, livros e documentos, na busca de restaurar ou renovar. Sua evolução se deu em diversas direções com aplicações específicas, adequadas aos diferentes tipos de coleções de museus, bibliotecas e arquivos.

Conforme já observei, foi em fins do século XIX que se deu a criação de espaços especiais para abrigar coleções e conjuntos documentais com o propósito de possibilitar o acesso a uma camada da população mais erudita e, no caso dos arquivos, proporcionar o desenvolvimento de pesquisa histórica, científica ou legal.

As primeiras atividades de preservação se desenvolveram nos laboratórios de restauração, criados, inicialmente, dentro do ambiente de museus instalados no final do século XIX e, principalmente, nas primeiras décadas do século seguinte.

O conceito de preservação passou a se delinear quando Paul Otlet lançou seu *Traité de documentation*, em 1903. Sobre a repercussão dessa obra e sobre seu autor, Beck (2006, p. 44) declara que:

este precursor da Ciência da Informação elaborou uma noção de vanguarda na época, em sua descrição sobre o que é documentação, em três aspectos. Em primeiro lugar ele privilegiou o conteúdo informacional em detrimento do suporte físico por ele descrito; em segundo lugar, legitimou a reprodução como elemento de disseminação da informação; e, em terceiro lugar, identificou como objetivo prático desta ciência “a organização”, visando o acesso, “para o trabalhador intelectual”. Naquele momento, Otlet intuiu os princípios deste novo modo de pensar e fazer a preservação documental.

Em Roma, numa conferência ocorrida na década de 1930, reuniram-se cientistas, historiadores de arte e diretores de museus. Nesse encontro foi reconhecida a importância do estudo de métodos científicos para o exame e a preservação de obras de arte. Considera-se esse acontecimento um marco, porque ali se introduziu a expressão “método científico” no ofício da preservação.

Na época de pós-guerra, as pesquisas também evoluíram em conservação e restauração, especialmente em alguns países da Europa, pela necessidade de salvar as coleções de museus, bibliotecas e arquivos, danificadas pelos eventos da guerra. O reflexo deste desenvolvimento pôde ser notado também nos Estados Unidos, com a multiplicação de laboratórios em instituições de todo o país (BECK, 2006, p. 47).

É consenso entre os autores que a inundação do rio Arno em Florença, em 1966, representou um marco na evolução das várias conceituações atribuídas ao termo preservação. Bojanoski (2006, p. 40) conta a respeito desse fato:

Com o apoio da Unesco foi organizada uma operação internacional que recrutou restauradores e encadernadores para resgatar e recuperar livros e documentos que constituíam um patrimônio da humanidade de valor inestimável. A consequência desse desastre natural foi a mudança de escala em termos de procedimentos de preservação, pois esse grupo de profissionais foi obrigado a desenvolver novas técnicas de tratamentos emergenciais para danos causados por água em acervos de papel e encadernados.

Essa tragédia provocou novas reflexões sobre planos de preservação. Historicamente privilegiaram-se as intervenções de restauração em detrimento de programas de natureza global de preservação e manutenção dos conjuntos arquivísticos e acervos de bibliotecas.

A partir da década de 1980, delineou-se um movimento em direção a uma mudança de mentalidade no sentido de valorizar medidas de preservação que pudessem afetar os conjuntos documentais de forma integral. Esse movimento contribuiu para se criar um novo conceito denominado “conservação preventiva”. O químico francês, especialista em conservação do patrimônio cultural, Gaël de Guichen (apud BECK, 2006, p. 2) se tornou referência dessa “nova escola”, ao postular que:

a conservação preventiva é um velho conceito no mundo dos museus, mas só nos últimos 10 anos é que ela começou a se tornar reconhecida e organizada. Ela requer uma mudança profunda de mentalidade. Onde ontem se viam objetos, hoje devem ser vistas coleções. Onde se viam depósitos, devem ser vistos edifícios. Onde se pensava em dias, agora se deve pensar em anos. Onde se via uma pessoa, devem ser vistas equipes. Onde se via uma despesa de curto prazo, se deve ver um investimento de longo prazo. Onde se mostram ações cotidianas, devem ser vistos programas e prioridades. A conservação preventiva significa assegurar a sobrevivência das coleções.

Sobre as intervenções em nível de restauração, Albite da Silva (2006, p. 43) afirma: “a restauração implica intervenção na estrutura dos suportes com o objetivo de recuperar, o mais próximo possível, as condições originais desse suporte.”

Os tratamentos de restauração e conservação contemplam itens individuais e envolvem procedimentos longos a um alto custo. Quanto às intervenções de conservação, Albite da Silva elaborou a seguinte conceituação:

A restauração e a conservação são hoje entendidas como ações corretivas que intervêm na estrutura dos materiais, visando melhorar o seu estado físico. Ambas

implicam em tratamento individual, obra a obra, item a item. A conservação implica intervenção na estrutura dos suportes com o objetivo de assegurar uma vida útil, a mais longa possível, possibilitando o acesso físico dos documentos às gerações futuras (SILVA, 2006, p. 43).

Completando sua definição sobre preservação, Albite da Silva acrescenta:

A preservação pode ser entendida como toda e qualquer ação que, recorrendo à plataforma tecnológica disponível, aos conhecimentos técnico-científicos existentes e às políticas institucionais, visa a garantir estabilidade química e resistência mecânica aos materiais que compõem os suportes onde estão registradas as informações (SILVA, 2006, p. 43).

As ações de preservação de acervos englobam hoje os procedimentos de conservação preventiva, conservação, restauração e reformatação. Atualmente, este último procedimento, além da microfilmagem, também se refere aos novos suportes digitais. Esse conjunto de atividades visa a restringir o manuseio dos originais e, ao mesmo tempo, prover o acesso à informação contida nos acervos documentais.

3.1.3 Gestão de documentos: pontuando a história

Na primeira metade do século XIX, reconhecia-se o problema em relação ao volume sempre crescente de documentos acumulados nas repartições públicas e também à conseqüente necessidade de racionalização do espaço para a guarda desses conjuntos documentais. Essa questão provocou uma reflexão não só sobre a importância da elaboração de critérios de avaliação, bem como sobre as atribuições e responsabilidades do arquivista no processo de seleção para fins de eliminação e/ou preservação permanente.

Os ingleses, segundo O. Kolsrud (1992, p. 27), tendiam a eliminar os documentos considerados sem valor, muito embora houvessem sustentado no passado a ideia de que não era função do arquivista e nem do historiador qualquer ingerência no processo de eliminação de documentos, entendendo que cabia ao próprio órgão administrativo a tarefa de destruir os documentos que gerava. Os alemães, em contraposição aos ingleses, adotaram a postura de privilegiar a preservação dos documentos mais do que a sua destruição e, desde cedo, assumiram como responsabilidade sua a escolha do que seria preservado ou não para o futuro.

Ribeiro (2005, p. 60) declara que “estas posições de base essencialmente empírica irão, porém, ser confrontadas, a partir dos anos cinquenta do século XX, com uma perspectiva mais sistematizada, que procura introduzir alguma fundamentação teórica nos pressupostos orientadores da avaliação” e

menção os estudos desenvolvidos por Theodore Schellenberg, considerado o pai da teoria da avaliação nos Estados Unidos.

Schellenberg (2006, p. 181) definiu que os documentos têm valores primário e secundário. O valor primário determina a importância dos documentos para o bom desempenho e cumprimento dos objetivos do órgão administrativo. O valor secundário é conferido a duas categorias de documentos: valor informativo, para os considerados importantes como fonte de pesquisa; e valor probatório, para aqueles que contêm provas sobre a organização, funções, atividades e a história do organismo produtor.

O sistema de valores primário e secundário criado por Schellenberg é considerado por vários autores como uma síntese das escolas americana, inglesa e alemã, e pode ser resumido como um método que, segundo Ribeiro (2005, p. 61), “procura atingir um objetivo muito concreto: conservar um máximo de informação, preservando um mínimo de documentos”.

O campo da arquivologia como área de conhecimento surgiu mais voltado para documentos históricos e arquivos permanentes, mas foi a partir da Primeira Guerra Mundial que a atenção dos arquivistas de várias partes do mundo se voltou para os arquivos em sua fase primária, em razão do aumento da massa documental gerada na esfera da administração pública.

Estudos levados a cabo pelos Arquivos Nacionais dos Estados Unidos concluíram que os documentos produzidos nesse país entre os anos de 1917 e 1930 equivalem ao volume de documentos produzidos entre os anos de 1776 e 1917; e os produzidos entre os anos de 1930 e 1940 correspondem à soma desses dois períodos (NORTON apud LLANSÓ, 1993, p. 47).

Essa explosão documental pode ser atribuída ao crescimento significativo da população, à complexidade da estrutura governamental e à rápida produção de documentos, sobretudo com a aplicação dos recursos tecnológicos. Todos esses fatores contribuíram para que o número de documentos aumentasse em proporções geométricas. Diante desse cenário, a preocupação da arquivologia voltou-se para o ciclo de vida da grande massa documental desde a sua criação até sua destinação final (SCHELLENBERG, 2006, p. 65).

A Teoria das Três Idades teve origem nos Estados Unidos e foi bastante difundida no Canadá. A “idade” está associada aos valores primário e secundário e se relaciona com as três fases de existência do documento. A primeira fase, também denominada de arquivo corrente, corresponde à etapa ativa dos documentos, isto é, os documentos seriam consultados com regularidade pela administração; a segunda fase corresponde à etapa semiativa, também denominada de arquivo intermediário, quando os documentos seriam utilizados ocasionalmente e onde aguardariam por sua destinação final; e a última fase corresponde à etapa de arquivo permanente ou arquivo histórico, quando os documentos são conservados para sempre. Deduz-se, assim, que os períodos

por que passam os documentos arquivísticos são caracterizados pela frequência de uso e pelos tipos de função que desempenham.

As atividades de avaliação e seleção estabeleceram os critérios de valor mencionados acima e consolidaram nos Estados Unidos as práticas relacionadas à gestão de documentos. Segundo Fonseca (2005, p. 44), a legislação norte-americana define o termo gestão de documentos da seguinte forma:

O planejamento, o controle, a direção, a organização, o treinamento, a promoção e outras atividades gerenciais relacionadas a criação, manutenção, uso e eliminação de documentos, com a finalidade de obter registro adequado e apropriado das ações e transações do governo federal e efetiva e econômica gestão das operações das agências.

A efetivação da gestão de documentos nos EUA se concretizou com a criação, em 1950, do National Archives and Records Services (NARS),² agência da administração pública federal que se constituía de dois departamentos: Office of the National Archives e Office of Records Management. Subordinados a este último, estavam os arquivos intermediários ou Records Centers, espaços destinados ao acesso e à armazenagem de documentos que aguardavam sua destinação final.

Essa estrutura configurou uma distinção clara entre as atividades desempenhadas pelo arquivista, encarregado pela administração dos arquivos permanentes ou *archives*, e pelo *records manager*, encarregado do controle da administração dos documentos correntes ou *records*.

Ribeiro (2002, p. 99) refere-se às atribuições do profissional encarregado da administração dos arquivos correntes dessa nova área denominada *records management* da seguinte maneira:

Embora lidando com a mesma informação dos arquivistas tradicionais, os “records managers” passaram a desenvolver métodos de trabalho caracterizados essencialmente por um grande pragmatismo e eficácia ao nível da gestão dos documentos correntes, criando-se assim uma **ruptura** no seio da Arquivística, que ainda mal havia encetado a sua autonomização disciplinar e a correspondente fundamentação teórica. [grifo nosso].

Fonseca e Jardim (apud Fonseca, 2005 p. 46) traduzem essa ruptura como um novo marco na evolução da Arquivologia, a partir

da intervenção nas seguintes etapas do ciclo documental: produção, utilização, **conservação** e destinação de documentos. Essas transformações tiveram **impacto** bastante relevante no perfil das instituições arquivísticas – como também na

2. Em 1985, foi transformado em Nara (National Archives and Records Administration).

arquivologia e nos profissionais da área – inserindo-as profundamente na administração pública, na medida em que não mais se limitavam a receber, preservar e dar acesso aos documentos produzidos pelo Estado, mas antes, assumem a liderança na execução das políticas públicas relacionadas à gestão de documentos. [grifos nossos].

Esse impacto, segundo vários autores, é o resultado da cisão entre os arquivistas tradicionais e os *records managers*. Esse quadro teria gerado dois territórios distintos: a arquivologia e a gestão de documentos.

Apesar da boa convivência e atitude cooperativa entre os dois profissionais, essa distinção entre *records* e *archives* tendia a reforçar mais as diferenças entre os dois profissionais e as duas categorias de documentação, ou seja, corrente e permanente, do que realçar seus aspectos comuns e inter-relacionados (COOK, 1997, p. 12).

Fonseca (2005, p. 46) declara que “na tentativa de superar essa cisão, os arquivistas canadenses formulam o conceito de ‘uma arquivística integrada’, proposta como nova versão da disciplina”. Rousseau e Couture (1998, p. 284), precursores desse novo movimento, definem então a Arquivística como disciplina que

rege a gestão da informação orgânica (arquivos). Pode assumir três formas: uma exclusivamente administrativa (records management), cuja principal preocupação é o valor primário do documento; uma forma tradicional, que ressalta unicamente o valor secundário do documento; uma forma nova integrada e englobante, que tem como objetivo ocupar-se simultaneamente do valor primário e do valor secundário do documento.

Lopes (1996, p. 31), por sua vez, analisa a proposta da arquivística integrada como representante de uma visão renovadora no panorama da produção intelectual sobre o assunto, uma vez que a arquivística tradicional se encarregava do desenvolvimento dos princípios teóricos e técnicos para o tratamento dos arquivos permanentes, e a arquivística integrada pretendia, na sua forma inicial, romper a tradição e tratar a informação de seu nascimento ao seu destino final. E acrescenta: “uma atividade capaz de gerar, tratar e dar acesso às informações, no esforço conjunto das demais ciências e profissões envolvidas com o fenômeno contemporâneo de explosão documental”.

A arquivística integrada se apresenta para propor uma nova definição de arquivos, que agora implica uma realidade mais ampla e sugere um tratamento mais adequado aos documentos gerados. Segundo Moreno (apud NEGREIROS, 2007, p. 28),

Passa-se a pensar o documento arquivístico como um documento global, que tem suas origens nas atividades, com seus valores legais e probatórios, e “finaliza”

abarcando os valores históricos, com sua conservação definitiva. O foco passa a ser, portanto, o ciclo de vida dos documentos. Os arquivos são pensados como sistemas de informação e a arquivologia passa a se preocupar com o ensino de uma disciplina especializada, que está voltada para as características do sistema de informação na administração e os subsistemas que o compõem, com o objetivo de estudar os processos de geração, tratamento, acesso e difusão da informação objetiva na prática administrativa.

A arquivística integrada é um conceito que tem suas raízes no Canadá e propõe um método de abordagem que assegure a unidade e continuidade das intervenções no conjunto dos arquivos corrente, intermediário e permanente de um organismo, colocando em perspectiva os princípios das três idades e as noções de valor primário e secundário integradas e articuladas no espaço de uma política de gestão de arquivos.

4 Do analógico ao digital

Para um melhor entendimento dos objetos da disciplina Preservação Documental, a seguir estão relacionados alguns suportes utilizados para registro da escrita ao longo do tempo, até se chegar aos meios digitais.

A conservação dos materiais de bibliotecas e arquivos sempre foi objeto de preocupação. Na Antiguidade, em países como Egito, Grécia e Roma, não havia ainda a distinção entre biblioteca e arquivo. Livros e documentos adotavam a mesma forma e estavam agregados a centros religiosos e templos.

No Egito, por exemplo, era costume nos enterros papiros contendo orações e textos sagrados serem revestidos com uma camada de gesso e depositados nas tumbas juntamente com as múmias. Dessa forma, sobreviveram e chegaram aos nossos dias. Para os egípcios, o pior inimigo dos rolos de papiro eram os efeitos da umidade e, para protegê-los, eram conservados em jarras de barro ou estojos de madeira; e, por se tratar de material frágil, o ataque de insetos era frequente. Os insetos eram combatidos imergindo a folha de papiro em azeite de cedro (DAHL, 1982, p. 16).

Ao longo do tempo, além do papiro, materiais variados foram utilizados como suporte da escrita, entre eles as tabuletas de argila ou madeira, pergaminho e até o papel de trapos de linho e cânhamo. Em 1450, a invenção da tipografia por Gutenberg representou um divisor de águas na história da evolução da escrita e uma verdadeira revolução em termos culturais e sociais.

Com o surgimento e desenvolvimento das técnicas de reprodução mecânica, as oficinas tipográficas se foram disseminando pelos países europeus, substituíram paulatinamente os ateliês dos copistas nos mosteiros e passaram a

ocupar outros espaços com muita rapidez, primeiramente em razão da vantagem em se produzir vários exemplares de um mesmo livro impresso a baixos custos e, em consequência, poderem ser vendidos a preços bastante inferiores ao livro manuscrito (DAHL, 1982, p. 114).

Se a cultura no período medieval era patrimônio dos mosteiros, os livros impressos possibilitaram a difusão não só de obras de cunho religioso, como também do tipo mais popular, como crônicas e literatura semelhante, alcançando um público novo, as gentes do povo que até então estavam excluídas dos círculos de compradores de livros.

A invenção da imprensa e, posteriormente, a Revolução Industrial, iniciada no final do século XVIII, exerceram considerável influência nas técnicas de fabricação de papel. Para atender à demanda cada vez maior de papel para a produção de livros, as máquinas e métodos foram sendo aperfeiçoados, e a matéria-prima até então utilizada —trapos de linho e cânhamo— foi se tornando cada vez mais insuficiente, até que, precisamente em 1855, a celulose de madeira entrou na composição dos papéis em grandes proporções.

No entanto, logo que as fibras de trapo foram substituídas pela celulose de madeira, e a máquina substituiu o trabalho artesanal, o novo papel apresentou uma série de impurezas que, de forma acelerada, desenvolviam um processo interno de degradação. Em razão desse tipo de deterioração, os especialistas anunciaram que os livros impressos com celulose de madeira estavam fadados a não alcançarem cem anos de idade.

Quanto aos livros impressos sobre papel de trapo, devido à excelência de suas fibras que contêm um alto teor de celulose de algodão e linho, puderam ser preservados por muitos séculos. Por outro lado, quando a fibra de madeira passou a ser empregada juntamente com aqueles agentes causadores de acidez inerentes ao papel, sua degradação se tornou irremediável e

como resultado, milhões de livros tornaram-se quebradiços, colocando em risco toda a produção intelectual mundial dos últimos 150 anos. Essa situação alarmante ecoou na década de 1980, envolvendo a comunidade acadêmica mundial, advogando pela produção de papéis de melhor qualidade e pelo resgate de grande volume de informação em risco (BECK, 2006, p. 26).

Desde os anos 30 do século passado, medidas de preservação têm sido tomadas para solucionar essa questão da degradação de material impresso em papel ácido. Nos Estados Unidos e, sobretudo, na Alemanha, em conformidade com sua tradição preservacionista, têm sido feitas pesquisas com o objetivo de desenvolver e aperfeiçoar métodos de desacidificação em massa. A desacidificação em massa é o tratamento em conjunto de dezenas de livros dentro de uma câmara. É um procedimento que prolonga a vida do papel quando

neutraliza os componentes ácidos presentes, depositando uma reserva alcalina que retarda o desenvolvimento de partículas ácidas no futuro.

Outra medida que passou a ser adotada intensamente em bibliotecas e arquivos é a técnica de microfilmagem, que implica a transferência da informação escrita de um meio para outro. A microfilmagem tem sido considerada um método de reformatação eficiente e de baixo custo para a preservação de documentos em processo de deterioração nas bibliotecas e arquivos. O microfilme é durável desde que armazenado em ambiente com temperatura e umidade controladas.

Um problema sério a ser enfrentado nos arquivos e bibliotecas é a degradação causada pelo manuseio inadequado, ações de vandalismo e administrações irresponsáveis. Sabe-se que o homem é o maior causador de danos ao patrimônio cultural (HOLLÓS, 2006, p. 16).

Em meio a pesquisas para oferecer respostas a problemas graves relacionados aos papéis ácidos e à deterioração em massa causada pelo próprio homem, os especialistas responsáveis pela preservação do patrimônio documental já se deparam com uma nova realidade.

Nos dias de hoje, é produzido diariamente um volume imenso de informação, registrada e/ou transmitida sobre diversos suportes e formatos. O desenvolvimento social e a expansão demográfica causados pela revolução tecnológica, principalmente na área de informática nos últimos 20 anos, têm sido fatores responsáveis por índices de produção de informação que superam a informação registrada pelas gerações que nos precederam. Uma parte significativa dessa informação é produzida em suportes e formatos digitais. Sobre a natureza dos formatos digitais, Ferreira (2006, p. 18) declara que

o material digital carrega consigo um problema estrutural que coloca em risco sua longevidade. Embora um documento digital possa ser copiado infinitas vezes sem qualquer perda de qualidade, este exige a presença de um contexto tecnológico para que possa ser consumido de forma inteligível por um ser humano. Essa dependência tecnológica torna-o vulnerável à rápida obsolescência a que geralmente a tecnologia está sujeita.

A esse respeito, Hollós (2006, p. 61) comenta:

No período de 1990, com o desenvolvimento das tecnologias digitais e o crescente uso da Internet como meio de difusão e acesso à informação, a reprodução em meio digital passou a ter grande interesse para arquivos e bibliotecas. A informação, hoje gerada em meio eletrônico, trafega em redes cada vez mais velozes e efêmeras. Preservar essas estruturas, ao menos em parte, em termos de conteúdo e ambiência tecnológica, é um dos maiores desafios que arquivistas, profissionais da área de tecnologia da informação e conservadores buscam superar.

Os equipamentos e softwares utilizados são substituídos rapidamente por versões mais recentes e o risco da obsolescência é o grande inimigo ainda não dominado.

A vulnerabilidade dos materiais digitais, associada à decadência dos papéis ácidos, foi determinante para a quebra de paradigma no campo da preservação documental. Até então, o objeto da disciplina era o artefato histórico, mas o risco de perda de grandes massas informacionais provocou o desenvolvimento de uma nova mentalidade, a qual privilegia os programas de preservação que propõem o planejamento de ações para a salvaguarda dos acervos em sua totalidade.

4.1 Desenvolvimento tecnológico estabelece uma nova ordem

Em meados da década de 1980, os avanços tecnológicos e a informática proporcionaram um aumento substancial do volume informacional, e os suportes convencionais de papel passaram a ceder espaço para os objetos digitais; e, sob o ponto de vista de uma sociedade informacional, assistiu-se a uma renovação na arquivologia como disciplina e como profissão.

A arquivologia, antes considerada como ciência da documentação, tomou uma nova direção. Vários autores definem o momento atual como paradigmático pelo valor atribuído ao fenômeno informacional e defendem a inserção da arquivologia entre as disciplinas subordinadas à ciência da informação.

Malheiro da Silva (2005, p. 1) traduz esse momento como de *viragem* de paradigma em curso, não só na disciplina arquivologia, como também em outras disciplinas, como a biblioteconomia e a informática, as quais se encontram hoje

numa encruzilhada onde, por um lado, permanece o primado do documento, da técnica (do saber fazer) e da lógica custodial (conservar/guardar em serviços próprios manuscritos, impressos, periódicos, gravuras etc.) e, por outro, emerge o primado da informação, da abordagem científica e da atitude pós-custodial (armazenamento virtual, difusão multinível e multimídia etc.).

Se antes predominava uma visão histórico-tecnicista, hoje está se firmando cada vez mais um posicionamento denominado científico-informacional. Esse aspecto historicista da arquivologia foi herdado após a Revolução Francesa, a partir da criação dos Arquivos Nacionais da França, para onde foram recolhidos os documentos de interesse patrimonial com a finalidade de serem geridos e disponibilizados para estudos historiográficos.

Segundo vários especialistas, a publicação do Manual dos Holandeses, em 1898, representou o primeiro paradigma na história da evolução da

arquivística. A partir desse acontecimento, a disciplina passou a se definir como um campo de saber específico, muito embora o aspecto técnico passasse a se consolidar. Segundo Paes (2004, p. 53),

em meados do século XIX começa a desabrochar um crescente interesse pelo valor histórico dos arquivos, e os documentos ganham o status de testemunhos da história. O trabalho dos arquivistas da época se concentra, basicamente, na organização e utilização dos acervos dos arquivos.

Alguns autores compartilham a ideia de que o segundo paradigma surgiu em decorrência do desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação, introduzindo novos conceitos que não mais se ajustam às práticas arquivísticas tradicionais. Segundo Thomassen (1999, p. 1),

o novo paradigma da Arquivologia provocado pela revolução digital não decorre da sua condição de digital. A segunda revolução científica na Arquivologia é mais do que uma mudança do suporte em papel para os documentos eletrônicos, representa uma mudança do paradigma clássico ou moderno para o que chamamos de paradigma pós-custodial ou pós-moderno da Arquivologia. Pela primeira vez, no sentido de sua evolução, a Arquivologia está se tornando uma ciência real. No seu estágio pré-paradigmático, não era de todo uma ciência real. No seu estágio clássico não era senão uma ciência auxiliar da história, mas agora, no seu estágio pós-moderno está adquirindo o status de uma ciência real, tão autônoma quanto a Ciência da Informação e tão autônoma quanto a História [tradução nossa].

Com os avanços tecnológicos, ingressamos na era da sociedade da informação e, nesse contexto socioeconômico, em que predomina o mercado global, tecnologias como as criadas pela eletrônica, pela informática e pelas telecomunicações se juntam para atender à demanda de informação por parte dos cidadãos nas diversas áreas do saber. Essas três áreas tecnológicas formam uma estrutura que possibilita que a informação seja editada, transportada e armazenada, embora os procedimentos de produção sejam diversificados.

Segundo Jambeiro (2004, p. 1), a “informação – compreendida aqui como unidade conceitual de acumulação e expressão de conhecimento, independente de sua forma e meio – começou a ser tratada de maneira tecnologicamente igual, não importando sua maneira diferenciada”.

Nesse ambiente, no qual se junta uma quantidade de informações em circulação com uma complexidade de sistemas e serviços que as produzem para atender às necessidades dos usuários, surge o profissional da informação, que assume o papel essencial de intermediário entre as fontes e os sistemas de informação.

Paralelamente a essa nova ordem estabelecida pelas tecnologias, passa-se a reivindicar a arquivologia e a biblioteconomia como disciplinas constituintes

da ciência da informação – área do conhecimento que se encarrega não só da formação profissional, mas também dos estudos da produção, tratamento, disseminação e efeitos da informação.

O novo paradigma na disciplina Arquivologia diz respeito ao papel da informação nos dias atuais. Se antes prevalecia o primado do suporte, hoje o que está em foco é a informação. O suporte passa a ser considerado como componente acessório, e o conteúdo informacional revela-se como componente fundamental. Nesse contexto, em que se reúnem várias tecnologias, faz-se necessária uma redefinição de práticas profissionais. Surge uma nova configuração de atribuições na gestão da informação e na gestão para preservação de acervos de bibliotecas e arquivos.

Com as novas tecnologias, começa a ser delineado o perfil dos novos profissionais da informação, os quais estão situados em um terreno multidisciplinar das tradicionais profissões de bibliotecário, arquivista, programador e analista. Os profissionais que se ajustam melhor a esse ambiente advêm das áreas de administração, informática e engenharia.

O novo perfil do profissional que lida com a gestão da informação deve ser variado e abranger as seguintes características: conhecer métodos e técnicas de gestão da informação, acompanhar o desenvolvimento tecnológico, dominar a utilização de equipamentos eletrônicos e a operação de sistemas ou softwares, conhecer bases de dados, estar atualizado profissionalmente, possuir conhecimentos gerais, ser ético, ter capacidade de gerenciamento e compreender o trabalho interdisciplinar.

Prevvia-se que o computador afetaria tremendamente o mundo arquivístico, e assim aconteceu. Ele introduziu um novo paradigma que (re)conceituou os velhos conceitos como, por exemplo, o princípio de proveniência. Cook (apud FONSECA, 2005, p. 62), arquivista canadense e precursor da arquivística pós-custodial ou pós-moderna, analisa a mudança de paradigma da seguinte forma:

Os métodos tradicionais de preservação de documentos de arquivo baseados em padrões apropriados de restauração, armazenagem e uso dos suportes físicos tornam-se irrelevantes na medida em que os documentos devem migrar seus conteúdos muito antes da deterioração física de seus suportes, o que está promovendo uma importante reformulação dos pressupostos de proveniência, originalidade e funcionalidade dos documentos. Assim, o princípio da proveniência modifica sua perspectiva de relacionar um documento diretamente a seu “lugar” individual, numa hierarquia organizacional, e se transforma num conceito mais elástico, refletindo as funções e processos de criação dos documentos, dentro de organizações em constante mudança, interagindo com uma clientela também mutável, refletindo diferentes culturas organizacionais, na maioria das vezes menos verticalizadas, ligadas em redes de curta duração: “proveniência, em suma, está relacionada à

função e atividade, mais do que a estrutura e lugar. Proveniência passa a ser mais virtual que física.”

Sobre o novo paradigma no campo da arquivologia e essas novas atribuições do profissional de arquivologia, Luciana Duranti (1994, p. 10) observa:

Com a proliferação dos sistemas eletrônicos de informação, esse mundo físico bem-arrumado dos arquivos desapareceu, tanto quanto assinaturas e selos, pastas e caixas, maços e dossiês, e a mais sagrada das entidades, a proveniência física e a ordem física original. Além disso, os sistemas eletrônicos de informação estão gerando uma realidade documental tão distinta daquela com que os arquivistas estão familiarizados que é muito difícil para eles acreditar que exista de todo uma realidade documental. A ligação e completa confiança dos arquivistas na realidade física dos arquivos determinaram seu fracasso em reconhecer a substância das coisas que eles estão observando agora e levou-os à falsa impressão de que a realidade está mudando fundamentalmente, e isso provocou pânico entre aqueles que têm que lidar com o tema. Os arquivistas precisam se conscientizar de que a aplicação dos conceitos arquivísticos, isto é, a prática arquivística, não é a mesma coisa que as ideias que ela reflete, ou seja, a teoria arquivística. Devem saber fazer a distinção entre as duas e resgatar sua teoria, redescobrir o que é um registro, como se diferenciam um original e uma cópia autêntica, o que significam realmente os princípios de proveniência e ordem original, e assim por diante. E, mais do que qualquer coisa, os arquivistas precisam redescobrir a relação entre os registros e os atos, eventos, procedimentos e processos dos quais resultam, isto é, entre os registros e seu contexto operacional. De fato, enquanto nos documentos tradicionais o contexto administrativo em geral estava inserido nos seus elementos constitutivos externos ou internos e nas suas relações físicas, e podia ser preservado simplesmente preservando-se fisicamente os registros, de acordo com a entidade geradora e na ordem manifestada por essas relações físicas, nos registros eletrônicos o contexto revela-se na documentação complementar, que não é inerente aos registros, mas necessita ser cuidadosamente reunida. Sem a clara evidência do contexto, não existem garantias circunstanciais de fidedignidade, nenhuma possibilidade de autenticação, nenhuma possibilidade de identificação do documento original e nenhuma justificativa para a ausência daquela documentação que deveria existir.

Thomassen (1999, p. 1) manifesta-se sobre essa questão de uma maneira favorável:

Integrar o velho paradigma no novo paradigma.

Eu não considero que haja razão para pessimismo. O novo paradigma traz uma nova orientação e uma extensão do campo de conhecimento e encapsula o velho paradigma. O velho paradigma não é completamente deixado de lado, mas é integrado no recém-definido campo de conhecimento. [...] Se observarmos o objeto da arquivologia, notamos que, inicialmente, o paradigma pós-moderno percebe o documento na sua dimensão lógica e dinâmica. Mas, é claro, essa visão

ampla permite focalizar os documentos físicos e objetos estáticos. No campo do conhecimento do paradigma pós-moderno da arquivologia, os métodos e técnicas do paradigma clássico continuam valendo no seu tradicional terreno de aplicação. [tradução nossa].

Hoje, o perfil do profissional que lida com a gestão em preservação deve apresentar as mesmas características, e cabe ao profissional não só incluir no planejamento de preservação de acervos arquivísticos e de biblioteca os suportes tradicionais, como também os documentos e objetos digitais. Sobre as novas habilidades do profissional de conservação, Hollós (2006, p. 44) declara:

O conservador está-se deparando, a cada dia, com uma quantidade crescente de informação que precisa ser tornada acessível e disseminada muito rapidamente através de sistemas de computação e redes de alta velocidade. Por essa razão, o conservador está sendo levado a adotar novas posturas, que o aproximem dos saberes e habilidades dos arquivistas e tecnólogos da informação, para que juntos possam trabalhar para garantir a adoção de métodos de conservação dos acervos digitais, através de técnicas como migração e emulação, utilizadas para “rejuvenescer” o objeto digital em relação ao ambiente tecnológico em que se encontra inserido.

Hollós (2006, p. 62) acrescenta: “atualmente vivemos um novo momento de ruptura que, como num passe de mágica, nos inseriu em um universo digital e está nos obrigando a refletir sobre o nosso papel na Sociedade da Informação”.

Com o advento da era da informação criaram-se diversos suportes para os registros documentais e, devido às características dessas novas mídias e suas fragilidades, está igualmente em curso um novo paradigma na evolução da disciplina “preservação” do patrimônio documental e do perfil do profissional dessa área.

5 Gestão de documentos e gestão em preservação: interface

Pretendo buscar nesta parte as interfaces entre os princípios e metodologias que regem o processo de gestão de documentos e gestão em preservação com o objetivo de demonstrar a possibilidade de atuação integrada dos profissionais envolvidos.

Antes de estabelecer os aspectos que evidenciam uma convergência não só teórica como prática entre as duas atividades, convém esclarecer o termo “interface” utilizado neste trabalho. Segundo Freitas (2004, p. 11),

a ideia do nome vem da linguagem cibernética. Uma interface é um dispositivo físico ou lógico que promove a adaptação entre dois sistemas. A analogia serve

bem ao propósito que se tem, de identificar aqueles pontos teóricos capazes de permitir e promover a integração entre a Gestão de Documentos e a Gestão para a Preservação.

Forde (1999, p. 1) é de opinião que a preservação, do ponto de vista estratégico e político, é um elemento essencial na administração de arquivos, e que sua integração com as demais atividades, seja de um arquivo nacional, arquivo público ou arquivo de qualquer organização, é de suma importância. Se antes os arquivistas impunham restrições ao acesso à informação para evitar danos aos documentos, hoje em dia essas orientações têm sido abandonadas, e a palavra de ordem “preservação apoia o acesso” tem sido repetida como um mantra para reforçar a ideia de que, sem preservação, não pode haver acesso à informação, nem no presente, nem no futuro.

Um plano de gestão em preservação minimiza os riscos físicos aos materiais e deve ser levado a cabo de forma continuada, caso contrário, não há possibilidade de garantir o acesso amplo à informação.

A seguir, estão relacionadas medidas de preservação apontadas por Forde (1999, p. 5) que evidenciam a integração entre a gestão de documentos e a gestão em preservação:

- A escolha dos meios utilizados para o registro de informações consideradas relevantes como, por exemplo, papéis e tinta de impressora de boa qualidade, deve ser feita e definida antes do início do ciclo de vida dos documentos. Os arquivistas responsáveis pelo plano de gestão de documentos devem orientar os funcionários que produzem os documentos quanto às características dos materiais empregados e devem estar preparados para estabelecer a distinção entre os documentos que serão guardados por pouco tempo e os que serão preservados permanentemente. Esses cuidados iniciais representam um investimento para o futuro.

Quanto aos documentos digitais, os cuidados devem ser redobrados por se tratar de material transitório e totalmente dependente do padrão de software e do equipamento onde foram produzidos. A facilidade oferecida pelo recurso “deletar” representa risco sério de perda irreversível de informação. Em materiais dessa natureza, é imprescindível, desde o início, a gestão em preservação. A estratégia mais eficiente é organizar as informações e proceder à migração dos dados para um suporte produzido por um hardware de última geração quando o original estiver ameaçado de se tornar obsoleto e/ou ilegível. Sem esse cuidado, o material não sobrevive muito tempo. Essa atividade envolve a atuação de equipes multidisciplinares para a preservação por longo prazo dos acervos digitais.

- A preservação deve ser considerada no processo de seleção de documentos para fins de guarda permanente. Diretrizes de preservação são necessárias para auxiliar a seleção e, dessa maneira, evitar a seleção de documentos, por

exemplo, contendo uma massa significativa de itens em avançado estado de degradação. Uma análise prévia sobre a importância desse tipo de material é recomendável para justificar o emprego de recursos financeiros em sua recuperação e torná-lo, ao final, acessível.

- Uma vez que o material de arquivo esteja no depósito, a criação de listas, catálogos detalhados, instrumentos de busca online auxiliam na preservação, facilitando ao usuário a localização imediata dos documentos. Esta medida evita o manuseio desnecessário na busca pela identificação dos materiais e o consequente risco de danos causados pelo movimento no arquivo de itens de difícil manejo, como mapas de grande formato. A preservação é integral quando proporciona o acesso cuidadoso à informação.
- A preservação também contribui para aprimorar a conduta de estafe e usuários no ambiente da sala de consulta de um arquivo, fornecendo orientações sobre o manuseio de documentos. A elaboração de regras de manuseio é uma maneira efetiva de preservação de documentos e redução da necessidade de reparos físicos dispendiosos.
- Treinamentos periódicos sobre os cuidados físicos de material de arquivo são essenciais, principalmente em grandes organizações com estafe numeroso. Equipe e usuários, em algumas ocasiões, perdem de vista o objetivo principal de um arquivo – preservar material para possibilitar o acesso no presente e no futuro. Um programa continuado deve ser iniciado pela familiarização de toda a equipe com as técnicas de preservação e o fornecimento de informações atualizadas. Esses programas de treinamento em preservação são iniciativas importantes para introduzir um senso de responsabilidade em todos os níveis da organização, se os recursos disponíveis permitirem.

Beck (2006, p. 14) enfatiza a importância da articulação entre os vários profissionais com o objetivo de integrar conhecimentos:

Preservar informação relevante requer atualmente o envolvimento de equipes multidisciplinares na seleção de preservação, no estabelecimento de prioridades com base no valor informacional, na demanda de uso e na vulnerabilidade do meio. A partir desses dados, podem ser definidas políticas que asseguram o acesso continuado. A preservação deve ser uma questão de constante interlocução com as equipes de gestão documental, ou desenvolvimento de coleções.

Alguns autores (BECK, 2006, RONCAGLIO; SZVARÇA; BOJANOSKI, 2004) têm se utilizado da definição de preservação do Programa Memória do Mundo da Unesco (2002, p. 15), como ponto de partida para o estabelecimento de relações interdisciplinares ou interfaces entre gestão em preservação e gestão em documentos:

A soma das medidas necessárias para garantir a **acessibilidade permanente** – para sempre – do **patrimônio documental**. Compreende a conservação, que é definida como aquelas ações que, envolvendo o mínimo de intervenção técnica, são requeridas para prevenir uma deterioração ulterior do documento original. [grifos nossos].

Esse documento estabelece também que “o **controle cuidadoso da documentação** e das coleções – a ‘**boa administração**’ – é **condição prévia indispensável** para a **preservação**” e inclui nessa boa administração os princípios de preservação que podem estar presentes desde a produção de um catálogo, um inventário, ao longo do ciclo de vida dos documentos, isto é, desde a fase corrente até o ciclo que compreende o conjunto destinado à preservação permanente. [grifos nossos].

Segundo Beck (2006, p. 12), “ao integrar a preservação às atividades de gerenciamento da informação, o Programa Memória do Mundo consolida uma proposta de aproximação – que há muito já vinha conduzindo – entre os campos de gestão da informação e de preservação documental”.

Qual é a principal missão das instituições de arquivo? Recolher a documentação arquivística, preservar, recuperar a informação, seja em suporte analógico, seja em suporte digital, e disponibilizá-la ao usuário, ou seja, oferecer acesso.

Bojanoski (1999, p. 39) evidencia o aspecto interdisciplinar entre gestão de arquivos e preservação quando declara:

A princípio, para serem disponibilizados aos usuários, os documentos devem se encontrar em boas condições. Outrossim, não se justifica preservar documentos aos quais ninguém pode ter acesso. No entanto, a ênfase na informação – e não necessariamente no suporte – determina alguns procedimentos específicos em relação aos acervos documentais.

Em uma política de preservação da informação é frequente adotar-se a transferência da informação de um suporte para outro. É o caso dos procedimentos de reformatação como, por exemplo, a microfilmagem. Ou seja, na preservação de acervos documentais existe um deslocamento do enfoque, privilegiando-se a preservação da informação e não necessariamente do suporte original que contém essa informação.

Constata-se a importância do desenvolvimento de um trabalho integrado entre a área de preservação e a gestão de documentos, “pois muitas das definições de gestão são o ponto de partida para o desenvolvimento do trabalho de conservação, que vai hierarquizar suas prioridades de acordo com o suporte da informação, o seu volume físico e o tempo de guarda dos documentos. Portanto, as estratégias da conservação se dão a partir e em conjunto com o trabalho da gestão” (RONCAGLIO; SZVARÇA; BOJANOSKI, 2004, p. 7).

Jupiassu (2006, p. 3) se coloca a favor da pesquisa interdisciplinar e declara que “o espírito interdisciplinar cultiva o desejo de enriquecimento por enfoques novos e o gosto pela combinação das perspectivas. Ademais, alimenta a vontade de ultrapassar os caminhos batidos e os saberes adquiridos”.

A interdisciplinaridade não só aponta para os aspectos convergentes e complementares de várias disciplinas, bem como busca uma síntese entre os métodos utilizados.

Conclusão

As bibliotecas, arquivos e museus são os lugares apropriados para a preservação da memória e da identidade coletivas, e o acervo contido nessas instituições tem crescido de forma exponencial. A missão desses espaços de memória não é só a conservação física dos suportes materiais, mas também a gestão, a recuperação, o acesso e a difusão do conhecimento contido em cada um deles.

Nas instituições de guarda, sabe-se que é impossível armazenar todo o conhecimento materializado produzido pela humanidade. Para garantir o tratamento, a recuperação e o acesso à informação ao público torna-se impositivo estabelecer limites e proceder a escolhas, e, para tal, são empregados, no âmbito dos arquivos, instrumentos de avaliação e seleção segundo critérios de valor histórico, científico, informacional, probatório e cultural.

Considera-se que as ações de preservação se configuram na fase de gestão de documentos, esteja a informação nos suportes tradicionais analógicos ou nos suportes digitais, os quais devem ser atualizados permanentemente e estar aptos a fazer seu caminho em direção ao futuro.

Vivemos hoje em dia um momento de transição. Mudanças de paradigmas estão em curso não só nas áreas do conhecimento como arquivologia e biblioteconomia, consideradas hoje ciências da informação, assim como nos campos da preservação, informática, administração etc. O desenvolvimento tecnológico serve de pano de fundo para essas transformações. Vivemos a primazia da informação e caminhamos a passos acelerados rumo à predominância dos meios digitais.

Nem bem solucionamos as questões de sobrevida da grande massa documental produzida sobre papel ácido através de métodos de reformatação analógicos, e novas situações se apresentam como fatores de preocupação: a adoção das tecnologias digitais e, conseqüentemente, a constatação da necessidade de se definir estratégias de preservação desses meios, considerados frágeis e vulneráveis.

No contexto da preservação de bens culturais, os novos paradigmas têm exercido grande influência no sentido de promover uma mudança de

atitude por parte dos profissionais responsáveis pela salvaguarda do patrimônio documental.

Hoje e cada vez mais, assume-se uma postura diferente. Diante de uma crise de identidade e de questionamento do verdadeiro alcance da atividade de preservação, e levando-se em conta o desafio da preservação de grandes massas documentais e, também, consciente dos problemas de obsolescência dos suportes digitais, o profissional de conservação constata, em primeiro lugar, que necessita subverter a prática restaurativa em prol de atitudes de prevenção e orientar suas ações baseadas em programas de conservação preventiva. Em segundo lugar, dá-se conta também de que não deve apenas atuar naquele universo tradicional, ou seja, nos ambientes de guarda permanente, mas também estabelecer uma relação de trabalho integrada com os profissionais responsáveis pela gestão de documentos. É necessário pôr em prática a interdisciplinaridade e se fazer conhecer, articulando dessa forma uma linguagem comum.

Referências

- BECK, Ingrid. *O ensino da preservação documental nos cursos de arquivologia e biblioteconomia: perspectivas para formar um novo profissional*. 2006. 119 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense/Ibict, Niterói, 2006.
- BOJANOSKI, Silvana. Estudo sobre as condições de preservação dos acervos documentais brasileiros. *Arquivo e Administração*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1/2, p. 35-78, jan./dez, 1999.
- CARLO, Augustin Millares. *Introduccion a la historia del libro y de las bibliotecas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1971.
- COOK, Terry. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. *Archivaria*, v. 43. Canadá, 1997. Disponível em: <journals.sfu.ca/archivar/index.php/.../13184>. Acesso em: 8 jul. 2015.
- COUTURE, Carol. Archivistique intégrée et politique de gestion des archives: propositions innovatrices? *Arquivo & História: revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, n. 4, p. 5-36, set. 1998.
- DAHL, Svend. *Historia del libro*. Madrid: Alianza, 1982.
- DICIONARIO brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2015.
- DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, 1994.

- FERREIRA, Miguel. *Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e actuais consensos*. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006.
- FONSECA, Maria Odila Kahl. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- FORDE, Helen. Preservation as a strategic function and an integrated component of archival management: or can we cope without it? In: INTERNATIONAL CONFERENCE OF THE ROUND TABLE ON ARCHIVES, Budapest, 1999. Disponível em: <<http://www.ica.org/citra/citra.budapest.1999.eng/forde.pdf>>. Acesso em: dez. 2007.
- GRIPPA, Giulia. Entre paixão e necessidade: a arte de colecionar, os espaços da memória e do conhecimento na história. In: *Informação e conhecimento: aproximando áreas do saber*. São Carlos: Edufscar, 2005. cap. 1, p. 29-46.
- HOLLÓS, Adriana Lucia Cox. *Entre o passado e o futuro: limites e possibilidades da preservação documental no Arquivo Nacional do Brasil*. 2006. 101 p. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- JAMBEIRO, Othon; SILVA, Helena Pereira da. A informação e suas profissões: a sobrevivência ao alcance de todos. *Data Grama Zero: revista de Ciência da Informação*, artigo 3, v. 5, n. 4, p. 1-13, ago. 2004.
- JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 25, n. 2, p. 1-13, 1995.
- KOLSRUD, Ole. The evolution of basic appraisal principles. *American Archivist*, v. 55, p. 26-39, Winter, 1992.
- LLANSÓ I SANJUÁN, Joaquim. *Gestión de documentos: definición y análisis de modelos*. Bergara, 1993. Disponível em: <<http://eah-ahe.org/pdf/ikerlanak7.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2015.
- LOPES, Luis Carlos. *A informação e os arquivos: teorias e práticas*. Niterói: Eduff; São Carlos: Edufscar, 1996.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 21, 1998. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Pesquisa/cultgen/Documentos/memoria_cultura_material_ulpiano_meneses.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2015.
- MORENO, Agustín Vivas. El tiempo de la archivística: un estudio de sus espacios de racionalidad histórica. *Ciência da Informação*, [S.l.], v. 33, n. 3, jun. 2005. ISSN 1518-8353. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/622>>. Acesso em: 8 jul. 2015.
- NEGREIROS, Leandro Ribeiro. *Sistemas eletrônicos de gerenciamento de documentos arquivísticos: um questionário para escolha, aplicação e avaliação*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/>

- handle/1843/VALA-74QHCP/mestrado_leandro_ribeiro_negreiros.pdf?sequence=1>. Acesso em: 8 jul. 2015.
- NORTON, Margareth C. *La administración moderna de archivos y la gestión de documentos: el prontuario RAMP*. Paris: Programa General de Información y Unisist, Unesco, 1985. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0006/000679/067981so.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2015.
- PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- RIBEIRO, Fernanda. *Novos caminhos da avaliação de informação*. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo9821.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2015.
- RONCAGLIO, Cynthia; SZVARÇA, Décio R.; BOJANOSKI, Silvana de Fátima. Arquivos, gestão de documentos e informação. *Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina*, p. 15, 2º sem. 2004. Número especial. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2004v9nesp2p1>>. Acesso em: 8 jul. 2015.
- ROUSSEAU, Jean Yves. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- SCHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- SILVA, Armando B. Malheiro da. *A gestão da informação arquivística e suas repercussões na produção do conhecimento científico*. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ibericas/a_gesto_da_informao_arquivstica.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2015.
- SILVA, Sergio Conde de Albite. A preservação da informação na Arquivística. *Arquivo e Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 41-56, jan./jun. 2006.
- THOMASSEN, Theo. The development of Archival Science and its european dimension. In: SEMINAR FOR ANNA CHRISTINA ULFSPARRE, 1999, Estocolmo. *Annals...* Swedish National Archives, fev. 1999. Disponível em: <<http://www.daz.hr/arhol/thomassen.htm>> Acesso em: 22 abr. 2012.
- _____. Uma primeira introdução à Arquivologia. *Arquivo e Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16, jan./jun. 2006.

X ENCONTRO NACIONAL DE
ACERVO RARO - ENAR



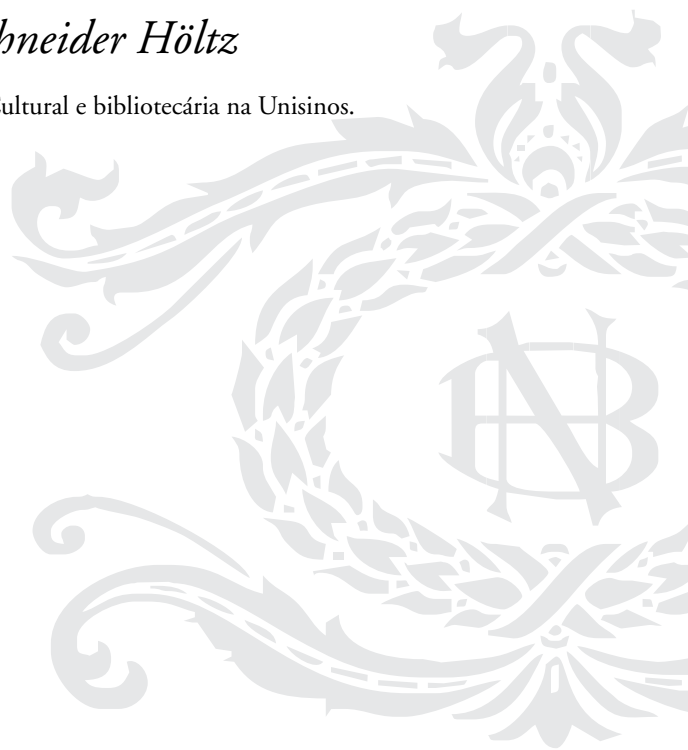
O Memorial Jesuíta Unisinos: critérios de raridade adotados em sua coleção de obras raras e especiais

Isabel Cristina Arendt

Historiadora e assistente de pesquisa no Memorial Jesuíta Unisinos.

Susana Schneider Höltz

Especialista em Patrimônio Cultural e bibliotecária na Unisinos.





Resumo

O Memorial Jesuíta, cujas guarda e responsabilidade foram confiadas à Biblioteca da Unisinos, é composto de riquíssimo acervo histórico, somando mais de 200 mil itens, entre os quais um expressivo número de obras raras, editadas entre os séculos XV e XIX, bem como milhares de documentos. Essas coleções, necessárias às atividades educacionais, pastorais e sociais dos jesuítas, foram por eles reunidas a partir da década de 1840, em diversas bibliotecas. Dentre as finalidades do Memorial estão a difusão e o acesso a esse importante acervo de teor cultural, histórico, científico e informativo, composto de coleções de obras raras e especiais. O objetivo da presente comunicação é apresentar os critérios de raridade adotados para compor a Coleção de Obras Raras e Especiais do Memorial, a fim de estabelecer um diálogo com colegas de outras instituições.

Palavras-chave: *Coleções de obras raras e especiais. Critérios de raridade. Memorial Jesuíta Unisinos.*

Abstract

The Jesuit Memorial, whose custody and responsibility were entrusted to Unisinos Library, consists of a rich historical collection, numbering over 200,000 items, including a large number of rare books, edited between the fifteenth and nineteenth centuries, as well as thousands documents. These collections, necessary to the educational, pastoral and social activities of the Jesuits, started to be gathered in the 1840s, in various libraries. Among the Memorial purposes are the dissemination and access to this important historical, scientific and informative content, consisting of collections of rare and special works. The purpose of this communication is to present the rarity criteria adopted for inclusion in the Memorial's Special and Rare Books Collection in order to establish a dialogue with colleagues from other institutions.

Keywords: *Special and rare books collections. Rarity criteria. Unisinos Jesuit Memorial.*



1 O Memorial Jesuíta Unisinos

“A serviço da coletividade inteira” pretende estar a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), que se comprometeu, há mais de dez anos, por meio de sua biblioteca, a reunir e preservar acervos e coleções de livros, periódicos e documentos relativos à memória e à história de atuação dos jesuítas no sul do Brasil. Com essa finalidade, foi criado o Memorial Jesuíta Unisinos, um lugar de memória, como define Christian Jacob (JACOB; BARATIN, 2006):

Lugar da memória [...], espaço de conservação do patrimônio intelectual, literário e artístico, uma biblioteca é também o teatro de uma alquimia complexa em que, sob o efeito da leitura, da escrita e de sua interação, se liberam as forças, os movimentos do pensamento. É um lugar de diálogo com o passado, de criação e inovação, e a conservação só tem sentido como fermento dos saberes e motor dos conhecimentos, a serviço da coletividade inteira.

O Memorial é composto de riquíssimo acervo histórico; soma mais de 200 mil itens, entre os quais um expressivo número de obras raras, editadas entre os séculos XV e XIX, bem como milhares de documentos. Essas coleções foram reunidas pelos jesuítas a partir da década de 1840, em diversas bibliotecas, e eram necessárias a suas atividades educacionais, pastorais e sociais. A guarda e a responsabilidade sobre esse acervo reunido no Memorial foram confiadas à Unisinos pela sua mantenedora, a Associação Antônio Vieira (Asav).

Atendendo aos objetivos do Memorial, dentre eles a difusão e o acesso a esse importante acervo de teor cultural, histórico, científico e informativo, é disponibilizado o acesso às coleções de obras raras e especiais, organizadas conforme critérios de raridade e apresentadas no presente artigo.

Cabe lembrar que o Memorial Jesuíta foi agraciado pelo Ministério da Cultura com o Prêmio Ordem do Mérito Cultural 2011, a mais alta condecoração da cultura brasileira.

2 As coleções de obras raras e especiais

Dentre os livros que compõem a coleção de obras raras e especiais do Memorial Jesuíta, encontram-se de fato obras expressivas e valiosas, as quais são testemunhas da história do livro. Há, por exemplo, dentre os exemplares raros, editados nos diferentes séculos – XV a XIX –, um incunábulo de 1496, testemunho dos primeiros livros impressos. Além disso, há obras com frontispícios ricamente ilustrados e com capas em madeira revestida por couro.

Apreciar essas obras significa voltar ao tempo em que foram editadas. Como afirma Fischer (2006, p. 211), ao estudar a história da leitura,

nos lares das poucas pessoas que, de fato, tinham livros nos séculos XVI e XVII, os textos religiosos impressos quase sempre decoravam as prateleiras do quarto de dormir: o livro de horas, a Bíblia, a vida dos santos, um breviário (contendo salmos, hinos ou preces para repetição diária) ou, em alguns casos os padres da Igreja – sobretudo santo Agostinho.

Grande parte das obras, impressas entre os séculos XV e XVII, era produzida em latim e destinada às bibliotecas de sacerdotes e eruditos. No final do século XVII, porém, a demanda por livros em vernáculo aumentou, apesar de o latim ter sido considerado o único idioma de erudição pelos cientistas daquele século (FISCHER, 2006, p. 219-220). Isso explica, de certa forma, o fato de as obras estarem impressas em latim, além do alemão e do francês.

Os principais temas do acervo versam sobre teologia, filosofia, ciências, letras e artes, o que o torna testemunho da formação da comunidade científica do nosso estado e país.

2.1 Detalhamento e histórico das coleções

As principais coleções que compõem o acervo do Memorial Jesuíta são apresentadas a seguir, com um breve histórico de sua constituição.

2.1.1 Coleção de obras raras e especiais

Nesta coleção são encontradas obras de alto valor pela sua antiguidade e raridade. Esses livros requerem um tratamento especializado em termos de conservação, preservação e, não em poucos casos, de restauração. A guarda, o acesso, o manuseio e a utilização das obras constantes neste acervo obedecem a normas específicas, a fim de assegurar a preservação e a integridade dessas obras.

A coleção está dividida em duas partes:

- coleção de obras impressas entre os séculos XV e XVIII, compondo 2.636 itens;
- coleção de obras do século XIX, somando 23.371 itens.

A própria Biblioteca da Unisinos já possuía uma coleção com livros raros, que coordenava desde sua formação. Com a transferência do acervo para o prédio atual, em 2000, essa coleção foi ampliada com a vinda da Biblioteca Patrum do Colégio Cristo Rei, de São Leopoldo; do Colégio Anchieta, de Porto Alegre; do Colégio Santo Inácio, de Salvador do Sul; do Colégio Gonzaga, de Pelotas; e do Colégio Stella Maris, de Rio Grande. Ao longo do tempo, também foram recebidas doações de particulares.

2.1.2 Coleção Cristo Rei

A coleção compreende 58 mil itens, que abrangem todas as áreas do conhecimento. Nela se encontram muitas obras localizadas em número restrito de bibliotecas nacionais ou internacionais. Pertencente à Biblioteca Patrum do Colégio Cristo Rei, de São Leopoldo, foi transferida à Biblioteca da Unisinos em 2001, mediante acordo de comodato com a Associação Antônio Vieira.

Reunida primeiramente no Seminário Diocesano em Porto Alegre, esta coleção passou em 1913 para o Seminário Provincial de São Leopoldo, e em 1942 para as Faculdades de Filosofia e Teologia Cristo Rei. Nesse contexto, foi composta em parte pela biblioteca do Seminário Episcopal em Porto Alegre (1892 e 1898); outra parte foi integrada ao acervo a partir de 1913, quando o arcebispo d. João Becker confiou aos jesuítas a formação do seu clero, especialmente a Filosofia e a Teologia, no Seminário Central de São Leopoldo – o qual abrigou e formou não só o clero da arquidiocese de Porto Alegre, mas abriu as portas e acolheu candidatos ao sacerdócio, tanto secular como regular, de todo o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, bem como de outros estados até 1956.

Nesse ano, ocorreu o fechamento do Seminário Provincial de São Leopoldo, porém a continuidade da Faculdade de Teologia Cristo Rei, que seria transferida em meados de 1960 para Belo Horizonte, não foi afetada. A Coleção Cristo Rei permaneceu, a partir de então, restrita ao uso interno, ou seja, indisponível aos pesquisadores externos até a realização do acordo de comodato com a Associação Antônio Vieira, em 2001, que possibilitou a transferência à Biblioteca da Unisinos.

2.1.3 Coleção de periódicos Santo Inácio de Loyola

Trata-se de uma coleção de periódicos dos séculos XIX e XX formada por mais de 1.200 títulos. Soma-se a ela um conjunto documental de partituras de música e algumas edições em braile. São provenientes do Colégio Máximo Cristo Rei, do Colégio Santo Inácio, da Residência Jesuíta do Colégio Anchieta e da Biblioteca da Província do Brasil Meridional da Companhia de Jesus.

2.1.4 Coleção Antônio Vieira

Também reunida desde meados do século XIX, esta coleção é composta por aproximadamente 83 mil itens e foi transferida da antiga sede da Unisinos, no centro de São Leopoldo. Originou-se da reunião das bibliotecas dos colégios, seminários, paróquias e outras instituições dos jesuítas que começaram a ser desativados a partir da década de 1950. Trata-se de uma coleção aberta, na qual poderão ser incorporados outros acervos provindos de instituições dos jesuítas ou não.

2.1.5 Acervo documental e de pesquisa

Há ainda fundos documentais que completam o acervo de obras especiais do Memorial Jesuíta, os quais recebem tratamento arquivístico apropriado. Não cabe, no propósito do presente trabalho, detalhar cada fundo.¹ Para a finalidade deste texto, enfatizamos as coleções de obras raras e especiais compostas por livros e periódicos.

3 Definindo critérios de raridade

Em conformidade com o tema central do X Enar, apresentamos a seguir os critérios para identificação e qualificação da coleção de obras raras e especiais, os quais foram elaborados pela bibliotecária responsável² ao longo de alguns anos de trabalho com esses acervos. Estão baseados em critérios de raridade utilizados e divulgados por bibliotecas brasileiras, especialmente os da Biblioteca Nacional, e foram adaptados à realidade dos acervos em questão.

O conceito de obra rara poderia ser simplificado se compreendesse apenas as obras que possuem valor histórico inquestionável, que fossem de difícil reposição e de alto custo financeiro. Entretanto, uma obra rara pode ser tanto o documento primário que gerou um tratado científico quanto o teclado de um microcomputador. Obra rara, portanto, não se limita a suportes físicos, à idade cronológica do item, tampouco seu estado de conservação.

Marcas de propriedade, anotações feitas em documentos e livros com dedicatórias (principalmente de pessoas de renome) também conferem valor a um item. Entretanto, o fato de uma obra ser muito procurada é o que a torna valiosa, visto o esforço de muitos pesquisadores na procura de itens para desenvolver seus trabalhos. Muitas vezes, é por meio dessa procura que algumas obras são encontradas e se tornam especiais.

Instituições como bibliotecas, universidades, museus, centros de pesquisas científicas etc. adotam critérios semelhantes para designar o valor e a raridade de seus acervos. Já colecionadores particulares geralmente se baseiam em cotações do comércio de obras raras, priorizando a idade cronológica e a exclusividade do item.

Os livros constantes no acervo de obras raras e especiais do Memorial Jesuíta, Biblioteca da Unisinos, são importante suporte para pesquisas científicas

1. Confira pelo site informações detalhadas sobre os Fundos Documentais que se encontram no acervo do Memorial Jesuíta.

2. A bibliotecária responsável, Susana S. Hóltz, elaborou o documento intitulado “Critérios para identificação e qualificação da Coleção de Obras Raras e Especiais da Biblioteca da Unisinos”, os quais vêm sendo aplicados aos acervos do atual Memorial Jesuíta.

e testemunho histórico da construção da comunidade científica do Estado do Rio Grande do Sul, bem como da região Sul do Brasil.

Partindo da importância da preservação desse acervo, foram adotados alguns critérios de instituições mantenedoras de acervo raro para qualificar e identificar itens dessa coleção. A consulta a obras de referência especializadas em acervo raro também serviu como base para a elaboração dos critérios de raridade desses itens.

Os princípios descritos a seguir levam em conta as características do acervo já existente e, também, têm o intuito de servir de parâmetro para futuras aquisições. A fim de atender às qualificações de obra rara e especial, os itens devem abranger os seguintes critérios:

- a) obras impressas até 1799 são consideradas raras, independentemente do número de exemplares existentes;
- b) obras impressas no Brasil até 1848 são consideradas raras pela vigência da Imprensa Régia nesse período;
- c) obras impressas no século XIX, independentemente do local e número de exemplares existentes. As obras constantes desse século são consideradas valiosas por pertencerem a uma época de grande expansão científica e artística e fazem parte de uma coleção especial do acervo de obras raras e especiais do Memorial (nesta coleção, não estão inseridos os livros anteriores a 1849 publicados no Brasil);
- d) livros e documentos manuscritos, incluindo nesse aspecto as obras anteriores a 1500 (incunáveis);
- e) documentos originais, fontes primárias, tudo o que tenha dado origem à confecção de leis e tratados científicos;
- f) obras publicadas artesanalmente, com tiragem limitada, exemplares numerados e que não atendam às dimensões e formatos regulares de impressão gráfica, com encadernação luxuosa e ilustrações originais;
- g) livros citados em catálogos e bibliografias que versem sobre acervo raro;
- h) edições *princeps*, ou seja, as primeiras edições (geralmente numeradas) de uma obra;
- i) primeiros livros e periódicos publicados na região do Vale do Rio dos Sinos que representem valor histórico para a cultura local;
- j) obras que façam parte de coleções especiais, em primeira edição, de autores brasileiros ou que versem sobre o Brasil;
- k) obras do século XX e posterior, em primeira edição, de editores e autores renomados, desde que tenham algum interesse histórico, artístico ou literário;
- l) livros fac-similares de obras raras, independentemente do ano de sua publicação;

- m) obras com dedicatória, *ex-libris*, assinaturas de pessoas de renome, exemplares de bibliófilos, independentemente do ano de publicação;
- n) obras clandestinas, censuradas, ou recolhidas;
- o) obras com edições esgotadas e que tenham representatividade histórica e cultural;
- p) obras com desenhos, anotações e/ou correções manuscritas de autores ou personalidades de renome;
- q) obras de autores renomados da comunidade acadêmica da Unisinos;
- r) edições populares em formato fôlio (romance de cordel);
- s) edições de artífices renomados, independentemente do ano de publicação;
- t) periódicos estrangeiros do século XV ao século XIX;
- u) periódicos brasileiros do século XIX;
- v) atlas histórico e/ou geográfico, mapas, fôlderes e folhetos publicados até o final do século XIX;
- w) obras traduzidas até o final do século XIX por autores brasileiros;
- x) livros com descrições de viagens ao Brasil no período colonial e no século XIX, com descrições a respeito de fauna, flora, urbanismo, cultura e sociedade, independentemente do ano de publicação;
- y) livros e/ou catálogos que reproduzam discursos e documentos oficiais sobre o Brasil;
- z) coleções e séries especiais sobre o Brasil (Brasiliana, Biblioteca Histórica Brasileira etc.).

3.1 Exemplos específicos de obras raras e especiais³

A título de exemplo de obra rara que compõe a coleção, citamos o incunábulo *Repertorii Totius Summe Domini Antonini Archiepiscopi Florentini Ordinis Predi*, de Santo Antonino, Arcebispo de Florença, impresso em Estrasburgo no ano de 1496. Essa obra é composta por quatro volumes, dos quais nos falta o terceiro. As capas são em madeira, revestidas por couro com ornamentações, sem a presença das lombadas e fechos da encadernação. Seu texto é apresentado em duas colunas, em caracteres góticos e letras capitulares em azul, vermelho e preto. Por se tratar de um incunábulo, os volumes não apresentam folha de rosto. A data da impressão e o seu responsável foram retirados do colofão, ou seja, o parágrafo que fecha cada volume.

3. Informações sobre as obras obtidas a partir do catálogo online da Biblioteca Unisinos.

Foto: Christiaan Van Hattem/Unisinos

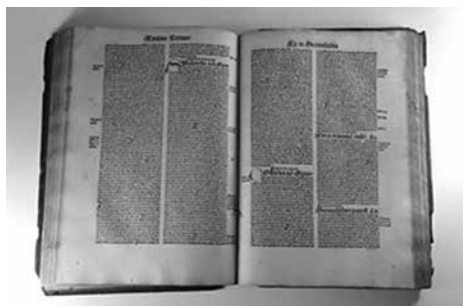


Foto: André Seewald/Unisinos

Fig. 1 e 2: Incunábulo de 1496.

Livro raro do final do século XVI, o *Liber Exercitiorum Spiritualium triplicis viae*, de Jean-Michel de Coutances, versa sobre teologia ascética e mística e foi impresso na Alemanha em 1599. A folha de rosto apresenta a marca do impressor alemão Johannes Gymnicum, que viveu em Colônia no século XVI, e ficou conhecido pelo unicórnio impresso nessa marca, por isso o apelido de Monocerote acompanhava seu nome em todas as impressões.



Foto: Christiaan Van Hattem/Unisinos

Fig. 3: Detalhe da capa da obra de Coutances, 1599.

Também em latim, a obra *Concionum in Quadragesimam Reverendi Patris Claudii de Ligendes e Societate Jesu* reúne os sermões do jesuíta Claude de Ligendes e foi impressa, em sua segunda edição, na Alemanha em 1664. Os três volumes tratam da doutrina social da Igreja e estão encadernados em exemplar único, com capa em madeira revestida por couro. Os frontispícios apresentam vinheta ilustrada com monograma do Nome do Santíssimo Senhor.

Outra obra rara, *De origine, progressu, valore ac fructu indulgentiarum* [...], do teólogo alemão Eusebius Amort, versa sobre teologia dogmática. O exemplar impresso na Alemanha, entre os anos de 1735 e 1736, possui capa de papelão, revestida por couro, com ilustração calcográfica na primeira e segunda capas relativa ao Evangelho de São João (cena da crucificação de Jesus Cristo,

com sol e lua ao alto da cruz, imagem de Nossa Senhora e São João aos pés da cruz, dentro do sol que compõe o estema da Companhia de Jesus).



Foto: Christian Van Hattem/Unisinos

Fig. 4: Obra de autoria de Eusebius Amort (1735-1736).

Escrita pelo jesuíta Drexel, que compunha obras de cunho devocional, a obra *Reverendi Patris Hieremiae Drexelii e Socie: Iesu. Opera Omnia [...]* foi impressa na Alemanha em 1680. Apresenta belíssimo frontispício ilustrado por Philippus Harpff, representando o céu e o inferno em páginas opostas, constando o retrato do autor.

Como interpretação da Sagrada Escritura, apresentamos *Commentaria in Quatuor Sancta Jesu Christi Evangelia*, de Adam Contzen. Essa impressão em latim, hebraico, grego e siríaco, publicada na Alemanha em 1707, possui capa de papelão, revestida por couro com ornamentações e aparas em dourado com desenho de flores, um cuidado no embelezamento dos livros que compõem as obras do século XVII.

Por fim, apresentamos a *Encyclopedie Française*, que compreende 35 volumes em suas diferentes edições. Na coleção de obras raras e especiais do Memorial se encontram os 28 volumes da primeira edição, datada entre 1751 e 1772. Essa obra foi publicada durante o reinado de Luis XV, período em que ocorreu a expulsão dos Jesuítas da França e Espanha, culminando com a supressão da Companhia de Jesus. Obra controversa e grandiosa, teve sua

organização iniciada por Denis Diderot e Jean Le Rond d'Alembert, mas contou também com Jean-Jacques Rousseau, Voltaire e inúmeros outros iluministas na confecção de seus verbetes, além de ilustradores como Louis-Jacques Goussier, Bonaventure-Louis Prévost e Charles Nicolas Cochin.

4 Considerações finais

O presente texto não pretende esgotar o tema em questão. Conforme seu propósito, apresentamos os critérios de raridade adotados nas coleções que compõem o Memorial Jesuíta, Biblioteca da Unisinos, com a finalidade de socializá-los entre os pares e profissionais que pensam e discutem o tema.

Referências

- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Divisão de Obras Raras. Planor. *Crêterios de raridade [e] Catálogo Coletivo do Patrimônio Bibliográfico Nacional – CPBN: séculos XV e XVI*. Rio de Janeiro: FBN, [2000]. 1 CD-ROM, il. son., color.
- _____. *Crêterios de raridade empregados para a qualificação de obras raras*. Disponível em: <http://www.bn.br/planor/documentos/criteriorarida_dedioraplanor.doc>. Acesso em: 10 jul. 2012.
- BIBLIOTECA Unisinos. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/biblioteca>>. Acesso em: 10 jul. 2012.
- FISCHER, Steven Roger. *História da leitura*. Trad. de Claudia Freire. São Paulo: Unesp, 2006.
- JACOB, Christian; BARATIN, Marc. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Trad. de Marcela Mortara. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- MEMORIAL Jesuíta. Disponível em: <http://www.unisinos.br/biblioteca/index.php?option=com_content&task=view&id=171&Itemid=196&menu_ativo=active_menu_sub&marcador=196>. Acesso em: 10 ago. 2015.
- OBRAS raras e especiais. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/obras-raras/>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

Símbolos e representações: a biblioteca “do” Nacional

Carlos Henrique Juvêncio

Bibliotecário, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da
Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.





Resumo

Este estudo objetiva discutir o lado simbólico das instituições de memória dos países, destacando o papel da Biblioteca Nacional como um dos pilares de construção da nação. Tece considerações sobre o que seria o “Nacional” e a importância do símbolo na sua representação. Evidencia o documento como uma construção social que não é isenta, mas sim carregada de interesses diversos. Utiliza a Coleção Benedicto Ottoni como objeto empírico, meio de demonstrar o desejo de perpetuação de certos grupos pelos conjuntos documentais. Conclui que, como construção, a memória e o documento caminham lado a lado na perpetuação da memória de certos grupos sociais.

Palavras-chave: *Biblioteca Nacional. Coleção Benedicto Ottoni. Documento. História. José Carlos Rodrigues. Memória.*

Abstract

This study aims to discuss the symbolic aspect of the memory institutions in the countries, highlighting the role of the National Library as one of the pillars of nation building. It reflects on what “national” means and the importance of the symbol in its representation. It reveals the document as a social construction that is not free of diverse interests, but full of them. It uses the Benedicto Ottoni Collection as an empirical object, a means of demonstrating certain groups’ desire to perpetuate by documentary sets. It concludes that, as a construction, the memory and the document go hand in hand in perpetuating the memory of certain social groups.

Keywords: *National Library. Benedicto Ottoni Collection. Document. History. José Carlos Rodrigues. Memory*



Introdução

Bibliotecas, museus e arquivos são locais consagrados de memória, espaços para sua legitimação e afirmação no contexto social. Diferentes grupos buscam criar espaços para a exaltação do passado, de seus heróis, de seus símbolos. Nesse contexto, surgem as bibliotecas, os arquivos e os museus especializados, como o Museu do Índio, os arquivos das cidades e os mais variados tipos de bibliotecas.

Enquanto falamos de determinados grupos, parece que não há grandes problemas, contudo, quando nos referimos à preservação da memória nacional, os conflitos e disputas existentes no interior das sociedades parecem vir à tona, uma vez que a tentativa de preservar o todo pode esbarrar, por vezes, nas disputas e conflitos anteriormente mencionados.

Quando nos referimos à Biblioteca Nacional, ao Arquivo Nacional e ao Museu Nacional brasileiros, estamos nos referindo a diferentes instituições, com diferentes acervos, mas com um mesmo propósito: salvaguardar a memória nacional. Entretanto, à qual memória nacional suas missões se referem? Buscando algumas possíveis respostas a essa pergunta, propomos este embate teórico acerca do papel exercido especificamente pela Biblioteca Nacional na preservação da memória “nacional”.

Desta forma, temos por objeto empírico de pesquisa a Coleção Benedicto Ottoni, conjunto documental colecionado pelo jornalista José Carlos Rodrigues e doado à Biblioteca por Benedicto Ottoni. A escolha dessa coleção se deve ao fato de ela ser considerada uma das mais importantes dentro do acervo da Biblioteca, dado o seu tamanho e valor atribuído às obras, cuja temática gira em torno da memória nacional.

Porém, cumpre-nos entender a que se refere a expressão “nacional”. Segundo o dicionário Aulete, nacional é o “que representa ou simboliza uma nação”, ou seja, a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional e o Arquivo Nacional são símbolos de uma nação. Assim, a maioria dos países modernos, se não todos, conta com tais instituições, e estas são as responsáveis por trazer à tona a imagem desejada por aquela nação.

No Brasil não seria diferente. Com trajetórias similares, tais instituições foram fundadas no século XIX – a Biblioteca Nacional e o Museu Nacional ainda no Brasil Colônia (1810 e 1818, respectivamente), e o Arquivo Nacional em 1838, já no período de regência do segundo Império.

Como espaços de legitimação da memória, seus acervos sempre tiveram por missão a preservação da memória nacional, ou melhor, dos símbolos que representam a nação brasileira, desde livros até obras de arte. Contudo, é interessante notar que a construção da memória não se dá de forma isenta e tão natural quanto parece; ela deriva das disputas que se desenvolvem no interior das sociedades, dos diferentes interesses de grupos distintos, de disputas

políticas e sociais. Desta forma, não será toda a memória nacional a preservada, mas sim a memória dos grupos dominantes, das elites daquele momento.

Nesse sentido, nos próximos tópicos discutiremos a importância da memória para a nação e sua influência nas instituições “nacionais”. Para tanto, utilizaremos como objeto de estudo a Biblioteca Nacional, tecendo um pequeno apanhado de sua história e destacando sua função simbólica.

O símbolo da nação

Fundada no Brasil em 1810, por ocasião da mudança da família real portuguesa para o Brasil, a Real Biblioteca, desde a sua origem, era um símbolo. Inicialmente, porque um rei não poderia governar sem ter uma biblioteca à sua altura – por essa razão, a proliferação de bibliotecas reais na Europa do período. Segundo, porque os livros sempre estiveram ligados à noção de erudição e poder, assim, quanto mais valiosos e numerosos fossem os livros, mais revestido de poder simbólico era o rei (SCHWARCZ, 2002).

Assim, as coleções de livros reais contavam com as mais preciosas e raras obras do período – o livro, como símbolo de erudição, era para ser tido e contemplado, não para ser lido. Por isso, o acesso a ele era restrito; somente os de sangue nobre poderiam possuir um livro, principalmente pelo seu preço, afinal, como símbolo, o livro sempre foi caro e dispendia horas e horas, se não anos para a sua confecção e ornamentação.

No Brasil, com a proclamação da Independência por d. Pedro I, em 1922, a Real Biblioteca parecia que voltaria para sua antiga morada em Portugal, contudo, o novo imperador não quis assim, e a Biblioteca Real foi adquirida pelo Império Brasileiro junto ao Império Português por 800 contos, uma fortuna à época, segundo Schwarcz (2002, p. 400), que ainda nos fala sobre a compra da Real Biblioteca:

Os livros representavam muito: custavam caro e significavam mais do que seu valor objetivo. Objetos carregam dons, portam dádivas e se vinculam a outros ganhos, emocionais, políticos ou mesmo simbólicos. E era assim que se avaliava uma Real Livraria. Mais do que livros, lá se acumulavam ideias, projetos, ambições, e ainda a cultura possível de uma nação – sobretudo de uma monarquia independente, isolada no meio da América republicana. [...] Segundo item de uma longa pauta de negociações, ela representava a cultura acumulada e a tradição de que carecia: nada como colocar tudo numa lista e quantificar o que é da ordem e da cultura e da própria representação.

Como símbolo, a Biblioteca Real transmite significados, e está carregada “de sentidos, fornece indícios ou sinais aparentes que podem ser interpretados de acordo com a mentalidade de uma determinada época ou cultura”. Assim, “os símbolos relacionam-se com os valores impregnados no imaginário de uma sociedade, de uma comunidade, de um grupo de indivíduos, refletindo aspirações, ideais, utopias, produzindo sentimentos de pertença, enfim, produzindo identidade” (MUNIZ, 2012, p. 127).

Desta forma, a Biblioteca Real seria o símbolo de uma identidade nacional que precisava se afirmar. Seria esse instrumento de afirmação da recém-proclamada nação brasileira, pois, se os laços com Portugal, a pátria-mãe, tinham sido desfeitos, restava às instituições o papel de forjar a identidade da nação soberana do Brasil. Afinal, o poder dos livros e das bibliotecas sempre fora notável, e, como portadores de memória, tanto um como o outro também portam identidades.

Renomeada como Biblioteca Imperial e Pública da Corte por ocasião da sua compra na década de 1820, a Biblioteca parece aspirar a ideia de pertencimento ao povo brasileiro, porém seu nome ainda parece evidenciar a quem ela se prestava, pois, apesar de pública, continuava sendo imperial, ou da família imperial (BETTIOL, 2008). Assim, apesar da noção de pertencimento ao povo brasileiro, ao público, os ideais do Império e de sua Corte ainda eram latentes. Não por menos, era a elite quem dela desfrutava, sobretudo, por conta de grande parte da população ainda ser analfabeta.

Em 1876, nova mudança de nome (BETTIOL, 2008), agora para Biblioteca Nacional, nome adotado até os dias atuais. Tal mudança parece refletir o ideal da época, pois a agitação dos movimentos republicanos já tomara o cenário político e a “desconstrução” do império já começara a ser tramada. Por coincidência ou não, doze anos após a mudança de nome a República é proclamada e o ideal nacional fica em voga.

A nação, nesse sentido, é evocada por meio de seus símbolos. E nesse panorama de mudanças, o novo regime precisa buscar sua identidade – afinal, qual regime se sustenta sem o apoio dos símbolos? Assim, há a busca por reinventar (reinterpretar) ou forjar os símbolos nacionais. Desta forma, por exemplo, uma nova bandeira nacional foi criada, porém, sem se afastar demais da identidade já cunhada, mantendo-se o verde e o amarelo e trocando-se o símbolo do império pelo ideário positivista-republicano do período (CARVALHO, 1990).

Nesse sentido, a criação, reinterpretação ou “invenção” de símbolos visava a criar uma identidade entre o novo regime e o povo brasileiro, fortalecendo os elos identitários entre eles, facilitando o reconhecimento por parte da população do novo regime de governo que a partir dali seria adotado.

A Biblioteca “do” Nacional

Na construção de símbolos, os documentos sempre foram um dos pilares de sustentação. Como produtos do social, reflexo de disputas e tensões, os documentos são um meio de legitimação para regimes de governo, certos grupos sociais, indivíduos e instituições. Nesse sentido, Le Goff (2003, p. 538) nos diz que:

a intervenção do historiador escolhe o documento, extraindo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da sua organização mental, insere-se numa situação inicial que é ainda menos “neutra” do que a sua intervenção. O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta de esforços das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. Os medievalistas, que tanto trabalharam para construir uma crítica – sempre útil, decerto – do falso, devem superar esta problemática, porque qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo talvez sobretudo os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora da montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumento.

Os documentos têm o poder de legitimação ao qual os regimes parecem aspirar. Assim, os museus, arquivos e bibliotecas, portadores de documentos, de símbolos, são os locais de memória, no sentido utilizado por Nora (1993), que permitirão referência ao passado, a ponte que se faz necessária entre o presente e o futuro (POMIAN, 2000).

Nesse sentido, em 1905, com o lançamento da pedra fundamental do novo prédio da Biblioteca Nacional, na avenida Central, ícone de modernização da então capital federal, o Rio de Janeiro, novas aquisições precisaram ser pensadas para preencher os espaços oferecidos pelo “magnífico palácio” (SILVA, 1911, p. 393) quando ele fosse inaugurado.

Porém, é necessário tornar mais explícito o contexto da época. No início do século XX o regime republicano ainda tinha de conviver com as revoltas que eclodiam por todo o território brasileiro, como a Revolta de Canudos, do

Contestado e da Vacina, portanto, estava frágil e necessitava se fortalecer. Para tanto, mudanças começaram a ser realizadas, e a maior delas foi na cidade do Rio de Janeiro, na época Distrito Federal, com a remodelação de seu centro, tomado por doenças e sobrados infectados.

Neste cenário se deu o “bota abaixo”, operação que visou à higienização e modernização de grande parte do centro urbano da cidade por meio da derrubada de casarões antigos e a abertura da avenida Central, ligando a praça Mauá ao obelisco na ponta extrema. Tudo isso com o intuito de arejar a cidade (KOK, 2005).

Porém, a atitude mais drástica em termos históricos foi a derrubada do morro do Castelo, certidão de nascimento da cidade. Uma medida que parece simbolizar a vontade de romper definitivamente com as raízes colonizadoras portuguesas. Ao arrasar o morro, a República parece estar reescrevendo a história e memória e buscando mostrar que o seu lado modernizador é quem levará a nação para o futuro.

Diante de tantas mudanças, a nova sede da Biblioteca Nacional é inaugurada em 1910, exatos cem anos após sua criação por d. João VI como Real Biblioteca. E segundo Manuel Cícero Peregrino da Silva, diretor à época, o governo “num patriótico impulso, resolveu levantar este monumento” (SILVA, 1915, p. 394).

Le Goff (2003, p. 526) diz que “atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação” e ainda que “o monumento tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva)”.

Assim, o papel da Biblioteca Nacional “como repositório do saber humano e como centro de cultura e de progresso” (SILVA, 1915, p. 295) lhe está assegurado, pois agora um magnífico palácio, um grande monumento está ao seu dispor, restando apenas que lhe sejam preenchidas as estantes.

Raro, valioso e precioso: jogos de interesse na “seleção de memórias”

Visto o papel de destaque que o documento tem na construção da memória, cumpre-nos, neste momento, entender o porquê de a Coleção Benedicto Ottoni ter sido incorporada ao acervo da Biblioteca Nacional.

A Coleção Benedicto Ottoni/José Carlos Rodrigues é uma das coleções mais importantes da Biblioteca Nacional, recebida por doação em 1911. Seu valor não pode ser mensurado apenas pelos itens valiosos que arrola, mas também pelo que representa a sua posse.

Com a institucionalização do acervo de uma das maiores personalidades da época, a memória de seu grupo também deve ser preservada. Nesse sentido, abordaremos alguns aspectos relativos à raridade, preciosidade e valor desse acervo, tendo como elemento norteador a noção de construção da memória nacional, missão precípua da Biblioteca Nacional.

Membro da elite intelectual e política carioca da segunda metade do século XIX e início do XX, José Carlos Rodrigues nasceu em Cantagalo (RJ) em 19 de julho de 1844 e faleceu em Paris, em 26 de junho de 1923. Foi um jornalista de destaque, inclusive internacionalmente, e atuou em diversos periódicos estrangeiros enquanto morava fora do país. Seus interesses giravam em torno de temas diversos, sobretudo história, relações internacionais, política e literatura (JUNQUEIRA, 2011).

Sua experiência internacional permitiu que, por ocasião de sua volta ao Brasil, pudesse assumir, como cérebro de um grupo de investidores, o *Jornal do Commercio* (RJ), o qual dirigiu por 25 anos, entre os anos de 1890 e 1915 (JUNQUEIRA, 2011). Fundado em 1827, o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro é o segundo jornal mais antigo do país, perdendo apenas para o homônimo pernambucano, e era à época um dos mais importantes veículos de comunicação do país.

Rodrigues, ao longo de sua vida, reuniu vasta coleção de obras sobre o Brasil, além de um arquivo pessoal importantíssimo para a história do país, tendo em vista seu contato permanente com as elites da época, além da documentação que a função de diretor do *Jornal do Commercio* demandava (SILVA, 2010). Sua coleção e arquivo foram doados em 1911 à Biblioteca Nacional por Benedicto Ottoni, que, percebendo a importância deste acervo para o país, firmou acordo com José Carlos Rodrigues a fim de comprá-lo e doá-lo à instituição – fato exaltado pelos intelectuais da época e, principalmente, pelo *Jornal do Commercio* (SILVA, 2010).

Não por menos, o diretor à época da doação, Manoel Cícero Peregrino da Silva, declara: “A collecção Benedicto Ottoni comprehende taes e tantas preciosidades bibliographicas relativas á historia da America ou especialmente ao Brasil que difficil seria enumera-las” (SILVA, 1915). E continua:

A doação da collecção Benedicto Ottoni é um dos acontecimentos mais notaveis da historia da Bibliotheca Nacional. Presente verdadeiro regio, deu ao Sr. Dr. Julio Benedicto Ottoni o direito de ser considerado como um dos maiores bamfeitores deste estabelecimento.

Ao carinho e competencia com que o bibliophilo formou durante annos paciente e intelligentemente tão admiravel conjuncto de peças bibliographicas referentes ao Brasil corresponderam a generosidade e a benemerencia do doador que num rasgo de patriotismo não permittiu sahisse do paiz a preciosissima collecção.

Como destaques no conjunto de documentos colecionado por José Carlos Rodrigues temos várias obras raras, porém, o maior valor agregado à coleção é o de narrar a história do Brasil e da América por meio dos títulos que contém. Não por menos, a esta coleção está agregado o valor de preciosidade, o que denota o quão importante fora a sua preservação na Biblioteca Nacional.

Preciosa, a Coleção Benedicto Ottoni/José Carlos Rodrigues “se caracteriza pela suntuosidade, pela magnificência” (IDICIONÁRIO, 2012), ou seja, pelo seu esplendor, grandiosidade e valor. É também chamada de *Bibliotheca Brasiliensi* (SILVA, c2010), já que nela podemos ver refletida e reconstruída boa parte da história do país e do continente americano.

Fruto da sua trajetória de vida, a coleção de Rodrigues parece refletir o seu círculo social, suas ambições. Assim, a aproximação com os jornalistas americanos no tempo em que residiu em Nova Iorque parece ter contribuído para que sua coleção arrolasse obras sobre os Estados Unidos, bem como suas relações com o Brasil. Como um “progressista”, se aproximava e admirava o ideal norte-americano de vida e, justamente por isso, preferia o Novo ao Velho Mundo (JUNQUEIRA, 2011).

Suas relações sociais também aparecem refletidas em sua coleção, sobretudo em seu arquivo pessoal, que arrola, segundo o *Guia de Coleções de Manuscritos*:

Correspondência de José Carlos Rodrigues compreendida em cartas, cartões e telegramas sobre assuntos diversos como publicações para o “Jornal do Comércio” e “Novo Mundo” e política. Escritos seus sobre questões internacionais (Canal do Panamá, litígio entre Brasil e França, tratados entre Brasil e Inglaterra etc.), questões nacionais (Cia. Oeste de Minas, revolução no Sul [1868], preço do café, saneamento público, escravidão, mineração etc.), literaturas brasileira e portuguesa e assuntos de caráter particular. A coleção possui cartas de presidentes do Brasil na República Velha e vasta correspondência de terceiros extremamente diversificada, incluindo, entre outros assuntos, comentários sobre política, doenças, eventos artísticos, literatura, jornalismo, obras públicas, viagens científicas, riquezas do Brasil, ofícios da Inquisição, Guerra do Paraguai, Questão Christie, Inconfidência Mineira, ajuda americana para a independência do Brasil, Confederação do Equador. Há, ainda, enorme correspondência relativa ao IHGB, realizada entre seus membros e entidades semelhantes a este Instituto. A coleção também reúne documentos de D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II. Constam também notas de Campos Salles sobre a Questão do Acre e um catálogo de livros.

Desta forma, aparecem aí refletidas as relações sociais e políticas que José Carlos Rodrigues mantinha. Como membro da elite brasileira à época, sua proximidade com os presidentes e grandes personalidades era constante; era procurado para aconselhamentos e chamado a dar sua opinião em casos de interesse nacional (JUNQUEIRA, 2011). Nesse sentido, o papel de responsável por um dos mais importantes jornais do período e a sua figura social se

confundem, sendo a sua experiência internacional de grande valia, mas seu poder frente à mídia sendo sempre chamado à tona.

Dado o contexto sobre quem era José Carlos Rodrigues e sua coleção, por que ela foi incorporada ao acervo da Biblioteca Nacional?

Rodrigues, como uma das personalidades mais conhecidas da época, e como um dos maiores defensores da República, parece ter refletido seus ideais em sua coleção, cujo tema central fora sempre o Brasil.

É claro que, por ser a missão da Biblioteca Nacional a preservação da memória nacional, um conjunto documental que trate quase totalmente sobre o Brasil e sua história deve ser preservado em seus armazéns, ainda mais quando é recebido por doação. Contudo, é interessante notar as nuances que a aquisição deste acervo nos permite observar: membro da elite cultural e política do início do século XX, ao ser imortalizado por meio de sua coleção, Rodrigues também estaria imortalizando esse círculo de relações. Desta forma, o sistema republicano buscava sua imortalidade por meio de seus personagens e das instituições.

Neste sentido, o raro, o valioso e precioso estão presentes na coleção de Rodrigues: os livros raros que tão exaltados são nas mais variadas reflexões sobre as coleções; o valioso e precioso acervo que traz em seu escopo a história de um personagem do Nacional. Sem nos atermos a critérios objetivos, podemos perceber nas nuances o desejo de perpetuação de certos grupos frente a outros, o desejo de eternidade que a preservação dos registros do conhecimento permite.

Desta forma, retomamos a ideia de símbolo ao nos questionarmos sobre a noção de preciosidade de um acervo – já que a preciosidade também pode ser considerada um padrão construído, e ao atribuírmos o valor de precioso a algo estamos revestindo-o de uma aura simbólica.

Considerações finais

Fruto de disputas e de tensões, a preservação da memória parece sempre isenta e desprovida de interesses, porém, o que desejamos mostrar aqui é que a memória não aparece simplesmente do nada; ela é, sim, fruto de uma construção, na maioria das vezes nada isenta.

Como constructo de uma época, a memória busca refletir indefinidamente um grupo social. Não por menos, em regimes de exceção, a vontade de destruição do outro também perpassa pelo apagamento (destruição, dano) à memória do outro. Nesse sentido, o bombardeio à Biblioteca, ao Arquivo e ao Museu Nacionais iraquianos pelo exército americano ilustra bem essa realidade.

A memória, construída por meio dos documentos – algo também fabricado pelo social –, busca a sua legitimação. Desta forma, ao serem

institucionalizados, os documentos adquirem o estatuto de eternidade que as sociedades tanto anseiam. A Biblioteca Nacional, ao acolher a coleção de José Carlos Rodrigues (Benedicto Ottoni), não preserva apenas aqueles itens, mas sim o ideal de um homem e de seu grupo; os documentos que ali estão preservam a memória e identidade de certo círculo social.

Desta forma, os critérios de raro, valioso e precioso não advêm apenas do seu valor monetário, mas, sobretudo, do seu valor como símbolo, como representação. Com isso, além das obras, as bibliotecas preservam símbolos e atribuem a eles novos significados.

Referências

- BETTIOL, Maria Regina Barcelos. *A Fundação da Biblioteca Nacional: uma memória compartilhada entre dois mundos*. Rio Grande do Sul: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <http://www.ihgrgs.org.br/Contribuicoes/Fundacao_da_Biblioteca_Nacional.htm>. Acesso em: 10 jun. 2012.
- BIBLIOTECA Nacional 200 anos: uma defesa do infinito. Curador: Marco Lucchesi. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. Catálogo de exposição.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Guia de Coleções de Manuscritos*. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://catcrd.bn.br/scripts/odwp012k.dll?INDEXLIST=manuscritos_guia_pr:manuscritos_guia>. Acesso em: 5 jul. 2012.
- _____. *200 anos*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, c2010. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/projetos/200anos/>>. Acesso em: 15 jun. 2012.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- IDICIONÁRIO: Aulete. [S. l.]: Lexikon, 2012. Disponível em: <http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_digital>. Acesso em: 15 jun. 2012.
- JUNQUEIRA, Júlia Ribeiro. Permeando a curva da trajetória de José Carlos Rodrigues (1867-1923): breves apontamentos teórico-metodológicos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Anpuh, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307022756_ARQUIVO_TEXTOATUALIZADOANPUH2011-JULIARIBEIROJUNQUEIRA.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2012.
- KOK, Glória. *Rio de Janeiro na época da Av. Central*. São Paulo: Bei Comunicação, 2005.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e Memória*. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003. p. 525-541.
- MUNIZ, Nancy A. Campo. O símbolo e a construção imaginária de uma instituição. In: MANINI, Miriam Paula; MARQUES, Otacílio Guedes; MUNIZ, Nancy Campos (Org.). *Imagem, memória e informação*. Brasília, DF: Ícone, 2010.

- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez., 1993.
- POMIAN, Krzysztof. Memória: atlas, documento/monumento, fóssil, memória, ruína/restauro. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000. p. 507-516. (Sistemática, v. 42).
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SILVA, Iuri A. Lapa. O colecionador e o doador: a Coleção Benedicto Ottoni. In: BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *200 anos: Coleções Formadoras*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, c2010. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/projetos/200anos/benedictoOttoni.html>>. Acesso em: 5 jul. 2012.
- SILVA, Manoel Cicero Peregrino da. A Bibliotheca Nacional em 1910: relatório que ao sr. Dr. Rivadavia da Cunha Corrêa Ministro da Justiça e Negócios Interiores apresentou em 15 de abril de 1911. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 33, p. 368-397, 1915. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_033_1911.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2011.

Projeto Memória Fazendária

Clésio Guimarães Faria

Secretário Municipal de Fazenda de Cabo Frio.

Margareth Silva R. Alves

Historiadora e paleógrafa. Autora e coordenadora do
Projeto Memória Fazendária, do Município de Cabo Frio.





Resumo

Este artigo apresenta a transcrição, utilizando normas paleográficas, de livros de aforamentos do município, atas e documentos avulsos da Câmara Municipal de Cabo Frio, compreendendo os anos de 1842 a 1940. Buscou-se recuperar assentamentos dos primórdios da consolidação do município, priorizando os documentos em estado de maior deterioração e fragmentação. No decurso do trabalho, notou-se o valor informativo e probatório do acervo, que, atrelado aos documentos da Câmara Municipal, é de extrema importância para os estudiosos da história contemporânea, no campo da pesquisa histórica e genealógica, visto que permite o cruzamento de informações com registros paroquiais, cartorários e outros. Dessa forma, é possível entender as configurações sociais, políticas, culturais e econômicas que atravessam e que também constituem a proposta do Projeto Memória Fazendária e por consequência modelam os processos de subjetivação nesse contexto. O trabalho compreendeu três fases: a higienização e ordenamento das páginas, a transcrição paleográfica e a informatização.

Palavras-chave: *Cabo Frio. Câmara Municipal. Livros de aforamento.*

Abstract

This paper presents the transcription, using paleographic standards, of the tenancy books of the city, minutes and loose documents of the City Council of Cabo Frio, comprising the years of 1842 to 1940. We attempted to recover settlements of the early stages of the city consolidation, prioritizing documents in a state of further deterioration and fragmentation. During the work, it was noted the informative and probative value of the collection, which, linked to the documents of the City Council, is of utmost importance to scholars of contemporary history in the field of historical and genealogical research because it allows the crossing of information with parish records, cartographic records and others. Thus, it is possible to understand the social, political, cultural and economic settings which traverse and constitute the proposal of the Treasury Memory Project and, therefore, model the processes of subjectivity in this context. The work comprised three phases: the cleaning and ordering of pages, the paleographic transcription and computerization.

Keywords: *Cabo Frio. City Council. Tenancy books.*



Introdução

Os esforços em favor de um papel mais relevante para o município têm sido marcados por avanços e retrocessos, que coincidem com a alternância do poder ao longo da história política brasileira.

Os concelhos garantiam a imunidade em relação a determinadas obrigações. Jacques Le Goff alude ao fato de que a “revolução urbana”, iniciada no século XIII, fez emergir este novo cenário que o mundo ocidental não conhecia desde o fim da Antiguidade: o crescimento de cidades que cada vez mais serviam de refúgio e centro de produção intelectual, exatamente por conta dessas liberdades. A Câmara Municipal assumia, assim, o papel de instância em que os conflitos entre os cidadãos livres, os “homens bons”, eram resolvidos. Ela estava, portanto, investida de atribuições jurídicas, o Foro, território no qual a autoridade daquela comunidade de homens livres era aceita e tida como legítima.

Segundo Cunha Bueno (1991), a história dos concelhos e a difusão dessa instituição marcam a trajetória da importância da democracia na sociedade, da ação popular, na acepção política da palavra. No Brasil colonial, o concelho se tornou tão forte que elegeu, depôs, prendeu e expulsou governadores. As Câmaras coloniais refletiram durante muito tempo o estado social de um poder privado, que, se não poderia ser reprimido totalmente pela coroa, era, ao menos, tolerado por ela.

A trajetória política das Câmaras no Brasil colonial não possui, ainda, uma literatura extensa que esteja à altura de sua importância. Alguns estudos que se tornaram clássicos ainda fornecem os modelos explicativos para compreender a função da municipalidade e sua relação com os poderes centrais. Podemos destacar, entre tantos outros, o ensaio pioneiro de Victor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto*, sobre a relação entre o nível local e a metrópole. Victor Nunes Leal é veemente quando afirma que as Câmaras exerciam um imenso poder, e por vezes atuavam às margens dos textos legais. Entre as causas dessa usurpação de poder que era monopólio da Coroa e durou até meados do século XVII, destaca-se a insuficiência do aparelhamento administrativo no território extenso, inculto e quase despovoado, ou seja, a fraqueza do poder público.

De certa maneira, o projeto colonizador e de ampliação das fronteiras se realizava em nível local. À medida que a Coroa delegava aos poderes privados a tarefa de consolidar o seu domínio em suas possessões no Brasil, frequentemente ocorria um fortalecimento dos poderes locais. Não era incomum que essa relação fosse marcada por tensões e conflitos.

Outro ensaio de enorme influência acadêmica é a obra de Raymundo Faoro, *Os donos do poder*. Esses e outros trabalhos discutem em que medida havia autonomia política por parte das Câmaras ao longo da história do Brasil. As posições se dividem entre os que acreditam que o poder dos concelhos era

nulo – segundo essa concepção, as Câmaras eram meros apêndices da administração colonial e, mais tarde, do governo imperial – e os que defendem a tese de que os municípios gozavam de certa autonomia política.

Acreditamos que o presente trabalho pode contribuir para um maior entendimento dessa relação. Isso porque, embora as obras mencionadas tenham reconhecido mérito, faltam ainda estudos sistemáticos que analisem como os municípios se articulavam com instâncias superiores de decisão. As atas das Câmaras Municipais constituem, portanto, um acervo valioso para compreendermos o cotidiano do poder em nível regional. Elas são fontes seriadas que se prestam a um estudo pormenorizado de como as elites locais se formavam, em torno de quais interesses elas se mobilizavam e, principalmente, como essas elites se relacionavam com as altas esferas da política.

Tornou-se lugar comum dizer que a vida política é experimentada em toda a sua intensidade não nos salões ministeriais ou nos gabinetes das capitais, mas na municipalidade. Na verdade, a história política de nosso país passa necessariamente pelo município. Assim, compreendemos o impacto de políticas públicas de larga escala e como estas tiveram, e ainda têm, de se adaptar às peculiaridades regionais. Provavelmente, mais do que a dicotomia submissão/autonomia entre o poder local e o poder central, o que essas fontes nos oferecem é a possibilidade de entender as constantes negociações entre os grupos políticos.

No exame das atas das Câmaras Municipais durante o período imperial, percebemos que as sessões plenárias eram as ocasiões em que os “homens bons” da cidade tomavam ciência de questões de alcance nacional e como estas poderiam influir em suas vidas cotidianas. Um exemplo pode valer mais do que mil palavras. Ao chegar à Vila de Piraí, no vale do Paraíba, o então presidente da província do Rio de Janeiro, Paulino José Soares de Souza, o visconde de Uruguai, toma conhecimento de uma revolta de escravos iniciada em Paty do Alferes e que se espalhou rapidamente para outros municípios da região. Essa revolta acendeu os maiores temores da elite local de um levante de dimensões gigantescas, a exemplo do que aconteceu no Haiti. Do outro lado da província, em Cabo Frio, a Câmara Municipal era informada dos esforços do governo imperial em coibir o contrabando de escravos que estava sendo praticado nas praias desse município depois da promulgação da lei que extinguiu o tráfico negreiro.

De certa maneira, as Câmaras Municipais eram caixas de ressonância de eventos políticos e econômicos de grandes proporções na história do país. Estudar os registros deixados por elas é conhecer como a comunidade local reagiu a esses acontecimentos.

No período imperial, a Lei Imperial de 1º de outubro de 1828 consolidou os concelhos, transformando-os em Câmaras Municipais, ampliando e reconhecendo seus poderes quanto à cobrança de impostos e administração.

Exercia as funções de prefeito o vereador mais votado, por isso declarado presidente da Câmara. Todas as decisões eram tomadas por votação da Câmara. Todavia, em meio a tal realidade, em menos de três décadas, entre 1810 e 1840, o café e o açúcar incitaram o surgimento de uma nobreza rural, influente nos próprios destinos da Corte. São os enriquecidos fazendeiros e senhores de engenho que vão constituir as Câmaras Municipais, elegerem-se representantes das comunidades na Assembleia Provincial ou no Parlamento do Império.

O arquivo histórico e cultural da Câmara Municipal de Cabo Frio

Uma valiosa fonte de informação para conhecermos o Rio de Janeiro do século XIX é o *Almanaque Laemmert*. Tratava-se de um anuário contendo efemérides, personálias, dados estatísticos sobre a produção e população dos municípios da província, entre outras informações. Nesse mesmo anuário, constatamos que já no século XVII, em 1662, existem registros mencionando a Câmara de Cabo Frio.

Em janeiro de 1995, o presidente da Câmara Municipal de Cabo Frio, vereador Acyr Silva da Rocha, acenava seu primeiro apoio à preservação do acervo cultural da Câmara, que envolve o município de Cabo Frio. Assim, foi instituída a Divisão Cultural da Imagem e do Som, sob a direção do professor Afonso Santa Roza, que, auxiliado pelos funcionários Fernando Marques Porto, Sérgio Santa Roza, Benedito Guimarães dos Santos, Maria de Nazareth Paiva de Castro, Márcia Ramos e outros abnegados, apaixonados pela história do município, implantou o Arquivo Geral da Câmara.

Merece registro especial o fato de que um antigo funcionário da prefeitura, também motivado pela preservação de documentos, guardou em sua própria casa um acervo de extraordinária importância. Falamos de Otacílio Ferreira, que prestou relevantes serviços ao município, ao preservar tal patrimônio e doá-lo à Biblioteca Municipal de Cabo Frio.

O diretor da Divisão de Cultura da Câmara, sr. Afonso Santa Roza, juntamente com o funcionário responsável pelo Arquivo à época, reivindicou por meio da presidência da Câmara o deslocamento do acervo para a Casa Legislativa. Assim, um volume considerável de documentos foi recuperado da Biblioteca Municipal e integrado ao Arquivo da Câmara.

Em virtude do adiantado estado de fragmentação, buscaram-se os conhecimentos da técnica em conservação e restauração sra. Carmem Lúcia da Costa Albuquerque, funcionária da Fundação Biblioteca Nacional, imprescindíveis para a organização do acervo que forma hoje o Fundo Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Cabo Frio. Depois da higienização e tratamento

técnico, foi feito um instrumento de busca (inventário) com descrição sumária do(s) assunto(s) de cada peça documental. Desde então, esse inventário tem auxiliado a Casa Legislativa de forma geral, estudantes de todos os níveis e pesquisadores de diversas áreas. Contou-se, ainda, com o decidido apoio dos sucessores do presidente Acyr Silva da Rocha, o vereador Waldir Maurício de Aguiar Neto, Marcio Trindade Corrêa, Antonio Carlos de Carvalho Trindade, Luis Geraldo Simas de Azevedo, Alfredo Luiz Nogueira Gonçalves e Silas Rodrigues Bento.

Em janeiro de 2001, resolvemos estender o trabalho; com a aquiescência do então secretário de Fazenda, senhor José Augusto Corrêa, iniciamos o Projeto Memória Fazendária. Na ocasião, o secretário de Fazenda, ao se deparar com os documentos em mau estado, comentou que uma das suas metas prioritárias era resgatar aquelas informações em prol da memória histórica de Cabo Frio. Assim, empreendemos um grande esforço no sentido de disponibilizar o acervo das duas instituições, Câmara Municipal e Secretaria Municipal de Fazenda, valendo-nos de nosso conhecimento de paleografia. Segundo Salomon Reinach (apud BERWANGER; LEAL, [s.d.]), “paleografia é a ciência da decifração dos manuscritos”.

O objetivo é reproduzir em mídia digital todo o Fundo. Inicialmente, adotamos como critério a seleção dos documentos que estivessem em pior estado de conservação, a fim de digitalizá-los. A adoção dessa metodologia se deve ao fato de que a reprodução desses documentos cumpre duas tarefas básicas de um arquivo, a saber: a primeira consiste em evitar o constante manuseio de peças documentais em estado precário de conservação – o usuário teria, assim, uma cópia digital do documento original. A segunda é que a cópia eletrônica cria condições para a democratização do acesso à informação, nesse sentido, um usuário poderia disponibilizar esse acervo em um terminal de computador ligado à internet.

Tal atitude impulsionou o trabalho de paleografia do livro de atas dos anos de 1830 a 1832, que já havíamos iniciado no Arquivo Geral da Câmara Municipal em 1998, bem como de outros documentos relevantes que se encontram disponíveis para consulta, além de imagens de diversos temas, incluindo gravuras de Cabo Frio do século XVIII ao XX. A partir de janeiro de 2005, ao assumir a Secretaria de Fazenda, o professor Clésio Guimarães Farias, ciente da importância do trabalho, viabiliza meios para a continuidade do resgate da memória histórica, atrelando ao projeto a reestruturação do arquivo da Secretaria de Fazenda a partir da implantação de um software que permite a busca rápida dos documentos correntes da instituição, agilizando o atendimento ao contribuinte.

Metodologia paleográfica aplicada à transcrição

No que se refere à metodologia aplicada à transcrição dos documentos, procedemos duas atividades distintas: a transcrição e a indexação. A primeira compreendeu a montagem das folhas dispersas, a leitura e a transcrição dos registros em cujos teores foram observadas normas paleográficas, o que foi imprescindível para a transcrição integral do texto. A segunda, a indexação toponímica, que facilita a recuperação de informação em grupos de documentos, como fontes primárias para o desenvolvimento de pesquisas históricas.

As abreviaturas correntes foram desdobradas, com exceção daquelas ainda usadas na atualidade ou as de fácil reconhecimento. Foi usada a palavra latina [*sic*] entre colchetes para indicar enganos, omissões e/ou truncamentos existentes no texto original. Quando a leitura de uma palavra não foi possível por ilegibilidade, utilizaram-se hifens com especificação do número de letras, por exemplo, [-5-]; no caso de fragmentação, foi usada a palavra *roto* ou *fragmentado* entre colchetes, por exemplo: em sessão do di[roto]e mês... ou em sessão d[fragmentado].

Foram utilizadas notas de rodapé para esclarecimento de dúvidas relacionadas no decurso do texto. Quando uma ou mais palavras apareceram repetidas seguidamente no texto, colocamos a palavra latina *sic* entre colchetes. As assinaturas ou rubricas ilegíveis foram caracterizadas pela palavra rubrica entre colchetes, por exemplo, [rubrica].

Os nomes próprios foram grafados seguindo a escrita original: as consoantes dobradas foram mantidas, por exemplo, Mello; a letra *z* em alguns casos foi substituída por *s*: Souza; os grupos vocálicos *ea* e *eo* foram mantidos, por exemplo, Correa, concedeo.

As palavras e as expressões estrangeiras foram mantidas em sua originalidade.

O valor informativo e probatório do acervo será de extrema relevância para a pesquisa principalmente no campo da história, uma vez que permite o cruzamento de informações com registros paroquiais, cartorários e outros.

Alguns trechos relevantes das informações recuperadas

Sessão de 9 de julho de 1830 – Livro de Atas (p. 21)

– Respondendo a um ofício da Câmara Municipal de Cabo Frio, o fiscal da freguesia da Aldeia de São Pedro datado de 8 de junho, disse que as Posturas continuam a ser infligidas na região e que carregara a vigilância sobre os mãos trancamentos feitos aos escravos, dizendo que não acha meios de remediar este mal ponderando que elle só poderá ter fim com o fim da escravidão no Brasil [...]. Ficou a Câmara inteirada.

Sessão de 12 de julho de 1830 (p. 21)

- O Senhor Vereador Pereira Guimarães requereu a demolição o Pelourinho por estar embaraçando a Praça, e não ter uso para a Câmara presente.

Sessão de 13 de julho de 1830 (p. 37)

- A comissão de visitas das Prisões, participa que a prisão da Fortaleza da barra está bastante arruinada, principalmente quanto ao telhado: que por chover muito dentro dela, passarão a recolher dentro as munições e (ilegível) e por isso não se podem recolher presos. Era preciso concentrar-se para se ver desembarasado o chadres.[sic]

Sessão de 17 de julho de 1830

- Proposta para ao suspender os pagamentos de foros atrasados muitos proprietários que não tendo como pagar, mais fácil será entregarem as suas casa ou antes choupanas e irem habitar no centro da restinga: e haverá senhores algum de entre nós que se não condoa desta miséria quase geral. Muitos pobres e pescadores desta cidade já são sobrecarregados com o aforamento que tem que ser pago ao Mosteiro de São Bento – e que o local é dos mais aprazíveis desta cidade.

Sessão de 11 de novembro de 1830 (p. 53v)

- O vereador Cardoso solicita a sua Majestade a criação de escolas em várias partes; entre elas uma cadeira de primeiras letras na “Armação” além de huma “Eschola de Meninas” em Cabo Frio.

Sessão de 10 de janeiro de 1831 (p. 61v)

- Puzerão-se em Praça os contractos da Câmara que são: Passagem do Itajurú, carnes verdes, Afferiçoens e subsídios das águas ardentes. Caxaças.

Sessão de 17 de fevereiro de 1831 (p. 82)

- Oficiou-se ao Ministro Secretário de Estado dos Negócios da Justiça interino encarregado dos Negócios do Império remetendo-se os orçamentos das obras mais necessárias e itens ao Município: nova cadeia, nova каза da Câmara e Caridade, duas pontes.

Sessão de 12 de abril de 1831 (p. 84)

- Decide a insenção do pagamento do contrato de pescaria da praia da Ilha enquanto durar a ocupação inglesa.

Sessão de 3 de junho de 1831 (p. 124)

– Esta Comarca digo, esta cidade e seus subúrbios lançada da costa desde saquarema athe Barra de São João, onera a força da segunda linha com o destacamento que presta o Batalhão no 15 p^a a Aldeia, p^a a cidade, e p^a o Cabo, e Forte de São Matheus, invadida mais de uma vez no local da Armação por Piratas [...]

Sessão de 15 de junho de 1831 (p. 126)

– Leu-se uma Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império dattada de 21 de maio do Corrente ano, na qual o Governo Provisório em nome do Imperador [...] faz saber nesta Câmara que constando que alguns negociantes assim nacionais como estrangeiros, practição o contrabando de escravatura da costa da África nos portos do Brasil, com manifesta infração do tractado da extinção de semelhante comércio há por bem o mesmo Governo em nome do Imperador, mandar que a Câmara Municipal desta cidade faça expedir uma circular a todos os juízes de Paz da Freguesia do seu Distrito, encomendando-lhes toda a vigilância policial a tál respeito e que no cazo que por contrabando appareção alguns escravos no território das suas Freguesias immediatamente procedão a Coro de Delito. Deve contar se há a presença de algum escravo Bucal e proceder de acordo com o art. 179 do novo código dando immediatamente parte de tudo a mesma Secretaria de Estado.

Sessão de 12 de agosto de 1831 (p. 164)

– Determinou-se que o Fiscal ajuste digo de o Fiscal procure huma matrona onesta para ter em sua casa a roda para receber expostos. [...]

Sessão de 4 de outubro de 1831 (p. 174)

– O fiscal da freguezia desta Cidade participou ter incumbido ao Mestre Carpinteiro Manoel Rangel Macedo a factura da roda para expostos. Arrecadação, conservação e propagação de tão precioso lenho. Opino que informemos aos Exmos. Senhores Deputados Representantes pela Nossa Província, que por Lei encarreguem aos Juízes de Paz a nomeação de 10 ou mais homens Matteiros para examinar com maior escrúpulo a quantidade dessas madeiras preciosas nas vizinhanças das Roças dos Agricultores, e mandadas tirar à custa da Nação empregando indivíduos aptos para a conclusão de tão interessante artigo: Proponho os ensaios o modo porque plantados vegetavão taes lenhos, e a lei marcando apenas austeras no caso de distribuição, desvio, fraudes e contrabando. Vendedor Ignácio Cardozo da Silva.

Sessão de 10 de outubro de 1831

– A propósito de obra de desobstrução da barra, sugere-se instituir uma taxa às embarcações de coberta; as Canoas que conduzem mantimentos sem coberta; e as lanchas armadas a redonda.

Sessão de 11 de outubro de 1831 (p. 188v)

– [...] e quanto as sallinas que ou por falta de benefício, ou variedade da estação mas cristalização o sal com muita incerteza tanto assim que desde janeiro de 1829 até agora coalhou em huma, porção pequena de sal, que nem conta fez mandar aproveitar, e foi destruído pela chuva sobre vindas, as sallinas existentes são as seguintes Perina, Passagem das canoas, Ponta do acaira, Chiqueiro, Costa, Milagre, Saco do Julla, outra Perina, Gaivota, Apicû pertencentes ao povo e administrada a partilha pelas Camaras tranactas tendo os Indios de São Pedro tão bem huma com o nome de apiçu; todas vão entre pedras, porém no meio da restinga com tanques naturaes comunicados com a lagoa de Araruama que nella jazém foz pelos canaes que tapão com areia, com a acção dos ventos. Alguns benefícios impróprios tem esterelizado de hua vez tanques que já produzirão sal, pelas quaes razões a Camara entendia ser melhor arrendallas.

Sessão de 11 de outubro de 1831 (p. 189)

– Propôs-se através de officios aos Deputados da Província, q. os presos captivos e os distituídos de bens trabalhscem nas obras publicas p^a do producto do valor de seus serviços fozem os mesmos, sustentados, e pagar-se duas guardas ou sentinelas.

Sessão de 11 de janeiro de 1832 (p. 205)

– Outro officio do Juíz desta freguesia em que faz ver que tendo nomeado para Capitão do Matto a David Gomes Rangel, e a Luiz Coitinho, aquele está mudado para outro Distrito e este não é capaz; portanto de novo nomeava a Antonio José dos Reis, e a Joaquim Franco de Araújo e pedia [-4-] da confirmação da Câmara para poder destruir hum Quilombo que ele fora notificado.

Sessão de 11 de abril de 1832 (p. 213)

– Despachou-se outro officio de João Manoel, preto forro pedindo licença para esta Câmara para fazer huma senzalla na Restinga desta cidade no lado do campo, queixando-se tão bem que o fiscal lhe impedira a dita obra.

Sessão de 11 de abril de 1832 (p. 242)

– Propoz o Senhor Presidente ser mui necessário que esta Câmara adopte medidas pra se estirparem os Quilombos, principalmente os, que infestarão esta freguezia – Cabo Frio e Búzios – que tenho aparecido bem perto desta cidade amiação em comandar aos seus habitantes: bem como para se providenciar as faltas de ronda-sue manutenção o sucego della.

Sessão de 12 de maio de 1832 (p. 249)

- Propostas: Estando como he patente, sem guarnição os Fortes de São Matheus na Barra e do Sururú no Cabo e não sendo própria para isso a arma da Infantaria mas sim a da Artilharia; e sendo este Município banhado pelo Oceano [...] solicita a presença de Artilharia para evitar desembarque a ser pedido através de ofício ao Governo. Ass. Vereador Fortes.

Sessão de 21 de maio de 1832

- Nesta cidade há uma cadeira de Língua Latina com cinco alunos: duas primeiras letras, uma provida freqüentada por trinta e seis alunos e outra não provida [...] hum a aula particular (freqüentada por 48 alunnos)
- Por ocazião dos acontecimentos que tiverão na madrugada de hoje, pegando o povo em Armas por ter tocado rebate pela participação q.. fez o Juiz de Paz da Aldeia, ao desta Freguesia de que no Campo de Parati estava reunido gente p^a vir atacar esta cidade. Propoz o Senr. Vereador Fortes que achava acertado que (?), e pelo ajudante do Porteiro indagar se com effeito hera verdadeira aquella notícia, assim se vencer.

Sessão de 28 de maio de 1832 (p. 1)

- São considerados terrenos marinhos quinze braços do batente do mar.

Sessão de 18 de junho de 1832

- Joaquim Manoel Moreira é o proprietário das que servem de Paço a Câmara.

Sessão de 13 de agosto de 1832 (p. 5)

- Nomeação de Agente do Correio Municipal desta cidade nesta freguesia.

Sessão de 25 de setembro de 1832 (p. 11v)

- Officiou-se ao Comandante do Esquadrão de Cavalaria das Guardas Nacionais deste Município para que em cumprimento da Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império digo da Justiça de 30 de maio do Corrente anno authorize a quem na corte receba as Armas necessárias para o referido Corpo.

Sessão de 1º de outubro de 1832 (p. 13)

- Informação de Fiscal da Freguesia da Cidade que a mesma compete dar cinco eleitores visto conter quatrocentos e sincoenta e hum fogos. Cabo Frio, Búzios e o Cabo.

– Há um professor da Cadeira de Língua Latina ensinado na cidade. O Reverendo Ignácio Felisardo Forte.

Sessão de 5 de outubro de 1832 (p. 18)

– Determinou-se que o Procurador da Câmara, forneça a guarda desta cidade o seguinte = um candieiro, duas medidas de azeite p. mez, e o algodão necessário para trocidas, huma tinta, e huma caneca de folha para água, hum moixo, hum tinteiro, e huma cama para o commandante.

Sessão de 17 de outubro de 1832 (p. 26)

– Offício do Juíz de Fora desta Cidade a Câmara informando que se achão desenvolvidos para a criação dos expostos do Destricto diferentes legados pios não cumpridos; e porque digo i por não se saber que seja o recebedor desta repartição não tem podido o Escrivão passar as competentes verbas.

Sessão de 20 de outubro de 1832 (p. 28v)

– Offício ao Juiz de fora comunicado que o Procurador da Câmara deve receber os valores para os expostos.
– Offício da Câmara informado ao Governo Provincial a existência no Município de quatro freguesias com Juízes de Paz, a de Nossa Senhora da Assunção desta cidade, a de Nossa Senhora da Lapa de Capivari não tem Capella alguma.

Sessão de 7 de novembro de 1832 (p. 37)

– Somente a cidade de Cabo Frio no Município deve pagar “Décima” e seus limites são o argumento.

Sessão de 8 de novembro de 1832 (p. 37v)

– Proposta do Vereador Cardoso: Os cemitérios não só devem ser removidos do interior dos templos, como tão bem da vizinhança das estradas; porque se os, que procurão o santuário podem ser afetados pelos miasmas pútridos, os que promovem seos interesses viajando junto destes receptáculos das relíquias da humanidade tem igual risco. Isto he maiormente para temer no desinvovimento de Epidemias mortíferas quaes a do Cholera-morbus; e desinteria gangrenosa. Alem disto elles devem ser multiplicados pelo cômodo dos condutores dos cadáveres, que quanto mais longe forem mais sofrerão alito contagioso.
– O vereador Cardoso: Denuncia que nas freguesias da Aldeia, Araruama e Capivary, necessitam de cadeira de primeiras letras onde homens ignorantes instruem particularmente os meninos [...] comunicando-lhes defeitos que devem deixar athé a morte.

– Embora o termo do município seja muito extenso, abrangendo quase secenta léguas quadradas, também em Macahé se observa o mesmo, e lá seria útil hum collegio onde se emsignem as matérias dos exames preparatórios para o curso completo das sciencias Jurídicas e sociaes. Lembra que o quase despovoamento do Mosteiro de Nossa Senhora dos Anjos, onde desde muito tempo habita hum só Religioso da ordem de São Francisco offerece commodo capaz de se ouvirem as aullas, e os alunnos. Não he necessário criarem-se, e porem se em exercício todas as cadeiras: basta porem que comecem a insgnar-se filosofia Racional na Língua vulgar, e quando estas cadeiras de Francês, Inglês Aritimética, e Geometria, Historia e Geographia. Não pretendo que se ofenda a propriedade da Religião eu só quero que elle se torne mais útil. Os habitantes deste município e do de Macaé podem sob vigilância de hum Director remetter seos filhos aquelle Collegio a serem instruidos pagando certa quantia arbitrada como nos seminários por sua sustentação mais commodos, e os desta Cidade de sua caza irão até instruir-se [...].

Sessão de 10 de novembro de 1832 (p. 42)

– Marianna Roza requer pagamento de seu honorario por ter a seu cargo a roda dos expostos nesta cidade.

Sessão de 3 de dezembro de 1832 (p. 50)

– O Vereador Loyolla entendeu ser contra a criação de um Collégio no Convento de N. Sra. dos Anjos, porque a propriedade era dos Franciscanos. Alem disso acredita que um collégio no estilo seminário como o proposto seria um fracasso pela falta de víveres, na terra. Acredita que os indivíduos que desejem instruir-se devem dirigir-se ao Rio de Janeiro, pois em Cabo Frio se tem quase tornado inutil a cadeira de Gramatica nesta Cidade por contar sempre com muitos poucos alunnos desde o tempo da sua criação.

Sessão de 10 de dezembro de 1832 (p. 53v)

– O comerciante José Narciso Coelho, residente no Rio de Janeiro, pode, através do Thezouro Público Nacional, o aforamento perpétuo das Ilhas de Santa Anna.

E mais, a mesma contém temas relacionados às “madeiras preciosas alem do Pao Brazil” de Cabo Frio (fl. 185).

naufrágio da Fragata ingleza Thetis, com seus tripulantes ocupando a Ilha do Focinho do Cabo, causando apreensão nos moradores da região, visto que foi assentada a bandeira inglesa naquela ilha [fl. 83];

Leu-se um officio do Major Engenheiro Henrique Luis de Niemayer Bellegard, datado de 19 do mesmo mês, no qual faz ver a Câmara que tendo de vir muito

breve a este município dar principio as obras de que esta encarregado pelo Governo requesita a Câmara que lhe mande procurar dois índios mergulhadores, seis pedreiros, vinte hum a trinta serventes preferindo pessoas livres a captivos [fl. 221v]

Referências

- BERANGER, Abel. *Dados históricos de Cabo Frio*. 3. ed. Cabo Frio, RJ, 2003. Publicação do Projeto 500 anos de História.
- BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. *Noções de paleografia e de diplomática*. Santa Maria: UFMS, [s.d.]. p. 11.
- BOUTIER, Jean; DOMINIQUE, Julia. *Passados recompostos*. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1998.
- BUENO, Cunha. *A morte no exílio*. Brasília: Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação, 1991.
- CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO. *Série, Coleção*: Otacílio Ferreira.
- CUNHA, Márcio Werneck da. *América de Américo*. Armação dos Búzios, RJ: Ágama, 2004.
- CUNHA, Perses Maria Canellas. Da Senzala à sala de aula: como o negro chegou à escola. In: OLIVEIRA, Iolanda de (Org.). *Relações raciais e educação*: alguns determinantes. Niterói: Intertexto, 1999. (Cadernos Penesb, n. 1).
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. São Paulo: Abril, 2000.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa e Omega, 1975.
- MASSA, Hilton. *Cabo Frio, histórico-político*. Rio de Janeiro: Inelivro; Cabo Frio: Prefeitura Municipal de Cabo Frio, 1980.
- _____. *Cabo Frio: nossa terra, nossa gente*. Rio de Janeiro: Dinigraf, 1996.

Coleção de obras raras e especiais da Biblioteca Ministro Carvalho Junior: relato de experiência

Cristiane Ferreira de Souza

Bibliotecária no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.





Resumo

Este trabalho apresenta os critérios estabelecidos e adotados pela Biblioteca Ministro Carvalho Junior do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. Para tanto, foram realizadas pesquisas na literatura nacional e consultas às bibliotecas dos demais Tribunais do Trabalho. São abordadas as dificuldades de estabelecimento de critérios em bibliotecas especializadas, particularmente as jurídicas. É apresentado um breve histórico sobre o Direito do Trabalho e a Justiça Trabalhista.

Palavras-chave: *Tribunal Regional do Trabalho. Biblioteca Ministro Carvalho Junior. Critérios.*

Abstract

This work presents the criteria established and adopted by the Ministro Carvalho Junior Library of the Regional Labor Court of the 1st Region. To this end, surveys in the national literature and consultations to the libraries of other Labour Courts were conducted. It addresses the criteria for establishing difficulties in specialized libraries, particularly Law libraries. It presents a brief history of the Labour Law and the Labour Court.

Keywords: *Regional Labor Court. Ministro Carvalho Junior Library. Criteria.*



Introdução

A Secretaria de Gestão do Conhecimento (SGC) do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região tem como objetivo estratégico a captura, a estruturação, a preservação e a disseminação do conhecimento, inclusive da memória da Justiça do Trabalho. A Coordenadoria de Gestão de Acervos Bibliográficos, subordinada à SGC, é a unidade responsável pela administração da Biblioteca do TRT/RJ, denominada Biblioteca Ministro Carvalho Junior.

A biblioteca começou a ser organizada em 1962, com a finalidade de disponibilizar informações referentes ao Direito do Trabalho e áreas correlatas, possibilitando maior objetividade no atendimento das necessidades informacionais não só dos magistrados e servidores do TRT/RJ, como também dos demais usuários da Justiça do Trabalho.

A identificação das obras raras, dentro de critérios técnicos preestabelecidos, integra o Projeto Estratégico nº 26 – Preservação da memória institucional, do TRT/RJ. Para a realização da seleção, foram considerados a antiguidade da obra e seu valor histórico e literário para a construção do pensamento social brasileiro.

Pretende-se com este trabalho relatar a experiência da Biblioteca Ministro Carvalho Junior no estabelecimento de critérios para seleção de obras raras e especiais.

História do Direito do Trabalho e sua justiça especializada

O Decreto-Lei nº 1.237/1939 organizou a Justiça do Trabalho no Brasil, definindo sua estrutura por meio dos seguintes órgãos:

- a) As Juntas de Conciliação e Julgamento e os Juízes de Direito;
- b) Os Conselhos Regionais do Trabalho;
- c) O Conselho Nacional do Trabalho.

A partir da publicação do Decreto-Lei nº 1.346/1939, que reorganizou o Conselho Nacional do Trabalho, deu-se início à instalação da Justiça do Trabalho em todo o país por meio da abertura dos Conselhos Regionais do Trabalho.

Em 1946, com a edição do Decreto-Lei nº 9.797/1946, a Justiça do Trabalho passou a pertencer, definitivamente, ao Poder Judiciário, com a seguinte estrutura: Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento ou os Juízos de Direito.

Na história do Direito do Trabalho podemos definir alguns marcos cronológicos, segundo Passos e Barros (2009, p. 54-55):

-
- 1802 Surgem as primeiras leis ordinárias trabalhistas. Destaca-se a lei inglesa de 1802, que regulou o trabalho de menores;
- 1804 O Código de Napoleão trazia normas referentes à locação de pessoas que trabalhavam;
- 1830 Promulgada lei que regulamenta o contrato escrito sobre prestação de serviços celebrado por brasileiro ou estrangeiro dentro ou fora do Império brasileiro;
- 1837 Promulgada lei que estabelece norma para a locação de serviços dos colonos no Brasil;
- 1850 O Código Comercial brasileiro traz maior proteção e regulamentação para o trabalho no comércio;
- 1888 Ano da libertação dos escravos no Brasil;
- 1891 Promulgada a lei que regulamentava, na capital federal do Brasil, o trabalho de menores de 12 anos;
- 1903 Regulada a sindicalização rural no Brasil;
- 1917 A constituição do México foi a primeira a dispor sobre o Direito do Trabalho, com destaque para o estabelecimento da jornada diária de oito horas, jornada noturna de sete horas, proibição do trabalho do menor de 12 anos, previsão do descanso semanal, proteção à maternidade e estabelecimento do direito ao salário mínimo;
- 1918 No Brasil é criado o Departamento Nacional do Trabalho para regulamentar a organização do trabalho;
- 1923 Publicada a Lei Elói Chaves, que criou a caixa de aposentadoria e pensões dos ferroviários no Brasil;
- 1925 Publicada a lei que concede férias anuais remuneradas de quinze dias no Brasil;
- 1927 A Carta del Lavoro serviu de inspiração para os sistemas políticos corporativistas da Itália, dos países ibéricos e do Brasil. Baseava-se no controle do direito coletivo do trabalho;
- 1930 É criado o Ministério do Trabalho no Brasil. O primeiro ministro a ocupar a pasta foi Lindolfo Collor;
- 1934 Promulgada a Constituição de 1934, a primeira a incluir normas de Direito do Trabalho;
- 1943 Aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no Brasil. A CLT foi o instrumento que reuniu as leis esparsas na seara trabalhista que até então vigoravam, acrescidas de novos institutos.

Histórico da coleção

O acervo de obras raras e especiais pertencente à Biblioteca Ministro Carvalho Junior é composto de obras nacionais e estrangeiras de grande significado não só para o Direito do Trabalho, mas também para a Ciência do Direito em geral. Essa coleção foi formada ao longo de cinquenta anos de existência da biblioteca, por meio de doações de ilustres juristas, e possui 244 títulos, entre livros, periódicos e folhetos publicados entre 1825 e 1989.

Dentre as obras mais importantes, destacam-se *Doutrina das ações* (1880), de José Homem Corrêa Telles; *Dicionário brasileiro de decisões trabalhistas* (1948), de Arnaldo Sussekind, um dos autores da CLT; e *Procedimento primer curso* (s.d.), de Eduardo J. Couture, renomado jurista uruguaio. Com relação aos periódicos, destacamos *Collecção das Leis do Brazil* a partir de 1891; *Collecção das Leis do Imperio do Brazil* a partir de 1851; *Justiça do Trabalho: Prática das Leis Trabalhistas*, a partir de 1947, dentre outros.

A maior parte da coleção se concentra entre os anos 1930, 40 e 50, justamente os mais relevantes para a história da Justiça do Trabalho no Brasil.

Crítérios de definição de obras raras e especiais: bibliotecas jurídicas

Rodrigues (2006, p. 115) afirma que, na falta de uma política nacional de identificação e qualificação de acervos raros, cada instituição elabora seus próprios critérios baseados na experiência de outras bibliotecas; são utilizados, sobretudo, os critérios da Biblioteca Nacional.

Segundo Ana Virgínia Pinheiro (1989 apud MENESES; SILVA, 2004, p. 4), para classificarmos um livro como raro devemos levar em conta as seguintes características:

- limite histórico;
- aspectos bibliológicos;
- valor cultural;
- característica do exemplar;
- pesquisa bibliográfica.

Rosana Chaves Abatti (2006, p. 18) constata que, em bibliotecas jurídicas, o valor do mercado ou as dificuldades de localização de um dado exemplar não são por si só o principal argumento para determinação da qualidade de raridade de uma determinada obra, mas sim a importância histórica do livro e seu conteúdo.

Ao pesquisarmos algumas dessas instituições, encontramos critérios variados; a biblioteca do Ministério da Justiça, por exemplo, adotou os seguintes critérios (ABATTI, 2006, p. 18):

- Obras de autores brasileiros e estrangeiros até 1860;
- Primeiras edições;
- Segundas edições até 1989;
- Edições de luxo;
- Edições com tiragem aproximada de 300 exemplares;
- Obras autografadas por autores renomados;
- Obras de personalidade de projeção política, científica, literária e religiosa;
- Teses;
- Obras abonadas de próprio punho ou reunidas em coletâneas.

Por sua vez, o Superior Tribunal de Justiça adotou os seguintes critérios (MENESES; SILVA, 2004, p. 9):

- As obras devem ser da área jurídica ou correlata;
- Todas as obras de direito publicadas no Brasil ou no exterior até o ano de 1910;
- Primeiras edições de livros jurídicos muito utilizados atualmente e de juristas famosos;
- Obras jurídicas famosas com dedicatórias do autor;
- Primeiro fascículo de periódicos jurídicos (nacionais ou estrangeiros) muito utilizados e que vêm sendo publicados há muitos anos;
- Livros de época da área jurídica com capas assinadas;
- Exemplares da área jurídica assinados/rubricados pelo autor, desde que de um jurista de renome;
- Obras da área jurídica que apareçam como raras em fontes de informação.

Já a Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Pelotas estabeleceu os seguintes critérios (BATISTA, 2012, p. 91-92):

1. Critérios relacionados ao limite histórico

- Primeiras edições de obras publicadas no Brasil ou no exterior até o final do século XIX (1899);
- Teses defendidas até o final do século XIX.

2. Critérios relacionados aos aspectos bibliológicos

- Edições de luxo;
- Edições de formato não convencional (pouco usuais);
- Livros artísticos com ilustrações originais.

3. Critérios relacionados ao valor cultural

- Edições clandestinas;
- Edições limitadas;
- Obras esgotadas;
- Edições personalizadas;
- Edições censuradas;
- Edições comemorativas;
- Obras apreendidas, recolhidas ou suspensas;
- Obras impressas em circunstâncias desfavoráveis (período de guerra, seca etc.);
- Edições de personalidades de projeção política, científica, literária e religiosa;
- Edições com tiragens reduzidas;
- Obras de autorias regionais;
- Produção do corpo docente da Universidade;
- Trabalhos monográficos elaborados por personalidades importantes;
- Edições de clássicos, em suas literaturas específicas;
- Obras pertencentes a bibliotecas de personagens ilustres.

4. Critérios relacionados à pesquisa bibliográfica

- Obras que apareçam como raras em fontes de informação;

5. Critérios relacionados às características do exemplar

- Exemplares assinados pelo autor;
- Exemplares com anotações manuscritas, incluindo dedicatórias;
- Exemplares autografados por pessoas de reconhecida projeção.

Dentre as fontes de referência para pesquisa de livros raros não se encontrou nenhuma especializada na área jurídica. A falta de tal instrumento foi sanada por pesquisas em outras bibliotecas jurídicas com acervos de obras raras e especiais.

Paralelamente à pesquisa na literatura, questionamos aos demais Tribunais Regionais do Trabalho e ao Tribunal Superior do Trabalho se teriam em seus acervos obras raras e, caso a resposta fosse afirmativa, como estas eram selecionadas e tratadas.

Dos 24 TRTs, apenas o da 4ª Região (Rio Grande do Sul) nos respondeu afirmativamente, ainda que posteriormente fosse identificada, em catálogos online, coleção de obras raras no TRT da 2ª Região (São Paulo) e no TST.

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região nos encaminhou os seguintes critérios de seleção de obras raras (FERREIRA, 2009):

- Livros e periódicos do trabalho, anteriores à CLT;

- Livros e periódicos de Direito e Processo do Trabalho anteriores a 1960, em primeira edição;
- Livros assinados pelo autor;
- Edição original de livros esgotados;
- Edição fac-símile de obras esgotadas;
- Livros com dedicatórias significativas;
- Livros anteriores a 1960, incluídos em bibliotecas doadas;
- Autoria;
- Características físicas das obras.

Após esta etapa foi definida uma política de identificação de obras raras utilizando os seguintes critérios:

1. Livros e folhetos

- Livros impressos até 1900;
- Edições especiais (papel de qualidade superior, encadernações requintadas, de luxo);
- Exemplares com anotações manuscritas de importância;
- Exemplares que, comprovadamente, pertenceram a personalidades importantes;
- Edições censuradas;
- Edições clandestinas (confeccionadas sem a devida autorização do autor ou editor, ou, no caso de obras dos séculos XV a XVI, obras impressas sem autorização legal);
- Edições esgotadas;
- Trabalhos monográficos originais elaborados por personalidades importantes;
- Primeiras edições de livros jurídicos muito utilizados atualmente e de juristas famosos;
- Obras de personalidades de projeção política, científica, literária e religiosa;
- Obras apreendidas, suspensas ou recolhidas;
- Obras repudiadas pelo autor;
- Obras ilustradas por artistas de renome ou pelos próprios autores;
- Obras fac-similares;
- Obras autografadas pelos autores (desde que comprovada sua relevância para a área);
- Obras com dedicatórias e/ou autógrafos importantes;
- Obras com marcas de propriedades: assinaturas, nomes, iniciais, ex-líbris, carimbos, brasões etc.;
- Obras que contenham alguma particularidade ou característica própria que as distingam das demais;
- Os assuntos tratados à luz da época em que foram pensados e escritos;

- Obras científicas que datam do período inicial de ascensão daquela ciência;
- Obras impressas em circunstâncias pouco convenientes a esta arte, tais como guerra, seca, fome;
- Obras “desaparecidas”, face às contingências do tempo e da sorte;
- Obras pertencentes a bibliotecas de personagens importantes/célebres;
- Obras da área jurídica que apareçam como raras em fontes de informação.
- Livros anteriores à CLT (1943).

2. Periódicos

- Periódicos de Direito do Trabalho anteriores à CLT (1943);
- Periódicos nacionais e estrangeiros até 1900;
- Primeiro fascículo de periódicos jurídicos (nacionais ou estrangeiros) muito utilizados e que vêm sendo publicados há muitos anos.

A partir deste momento começamos a selecionar as obras depositadas em nosso acervo. Paralelamente fizemos pesquisas na Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional, principalmente no catálogo online da biblioteca do Tribunal Superior do Trabalho.

Nem todas as obras selecionadas são propriamente raras; algumas se enquadram na qualidade de especiais, embora não tenhamos identificado na literatura a definição de obras especiais. Em contrapartida, encontramos em diversos catálogos de bibliotecas jurídicas obras classificadas como especiais/valiosas, sem uma política clara para tal classificação. Concluímos que as referidas obras foram selecionadas em razão da sua importância histórica para a ciência jurídica.

Apesar de estabelecermos uma lista de critérios extensa, a maior parte de nosso acervo raro/especial foi selecionada a partir dos seguintes critérios: obras impressas até 1900; primeiras edições; obras fac-similares; obras com marcas de propriedades; obras anteriores à CLT e, principalmente, obras que apareçam como raras em fontes de informação jurídica.

Enfatizamos esse último critério, pois foi o mais utilizado, uma vez que os demais, em sua maioria, são subjetivos – não basta uma obra ter apenas um desses critérios para se tornar rara ou especial. Não encontramos na literatura corrente o número de critérios ideal para que possamos identificar uma obra como rara. Então optamos, em grande parte, por selecionar em nosso acervo obras raras/especiais que porventura já tenham sido indicadas como tal em outras bibliotecas jurídicas.

Foram selecionadas também todas as obras oriundas da biblioteca do extinto Conselho Regional do Trabalho da 1ª Região, órgão do qual se originou o Tribunal do Trabalho da 1ª Região. Essas obras foram selecionadas com o intuito de se estabelecer um estudo “arqueológico bibliográfico”, isto é, a

preservação do acervo do referido órgão, ainda que numa pequena amostra, refletindo os interesses doutrinários à época.

Considerações finais

Este trabalho buscou relatar a experiência da Biblioteca Ministro Carvalho Junior (TRT/RJ) na definição de critérios para identificar as obras raras e especiais dentro de seu acervo.

A definição de critérios de raridade em bibliotecas especializadas carece de estudos mais aprofundados. Sentimos essa dificuldade no decorrer desse processo em nosso acervo: ao mesmo tempo em que ansiamos por definições mais objetivas, estamos conscientes quanto à subjetividade para a seleção de obras raras, uma vez que é dependente do campo do conhecimento e da história da instituição à qual o acervo pertença. Porém a troca de informações entre bibliotecas jurídicas, guardiães de acervos raros, é de extrema importância para a definição de critérios basilares.

A preservação do acervo raro jurídico trabalhista é de suma importância para o estudo da evolução dos direitos sociais no Brasil e no mundo. Ainda, cada acervo deve ter sua própria política, considerando a história e a evolução da instituição à qual pertence, bem como a evolução da ciência a que suas obras se referem.

Referências

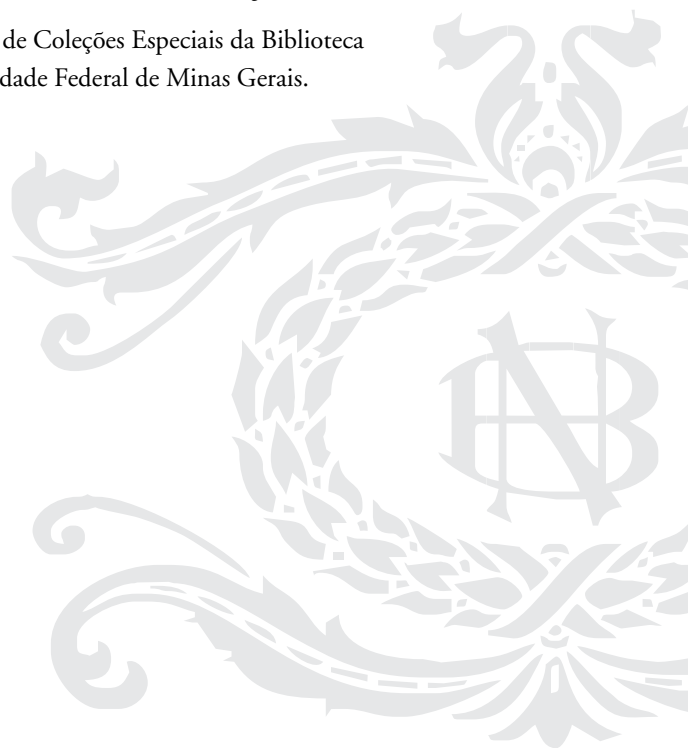
- ABATTI, Rosana Chaves. *Obras raras em bibliotecas jurídicas*. 2006. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Bibliotecas) – Centro de Ciência da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <http://tjsc25.tj.sc.gov.br/academia/arquivos/obras_raras_rosana_chaves_abatti.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2012.
- BATISTA, Aline Herbstrith. *Conceitos e critérios para qualificação de obras raras da biblioteca de Direito da Universidade Federal de Pelotas*. 2012. 106 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/ich/ppgmp/v03-01/wp-content/uploads/2012/05/BATISTA._Aline._dissertacao_2012.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2012.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Critérios de raridade empregados para a qualificação de obras raras*. Disponível em: <<http://www.bn.br/planor/documentos.html>>. Acesso em: 18 jul. 2012.
- _____. *Critérios de raridade para periódicos brasileiros*. Disponível em: <<http://www.bn.br/planor/documentos.html>>. Acesso em: 18 jul. 2012.

- BRASIL. *Decreto-Lei nº 1237*, de 2 de maio de 1939. Organiza a Justiça do Trabalho. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=3545&norma=8115>>. Acesso em: 12 jul. 2012.
- _____. *Decreto-Lei nº 1346*, de 15 de junho de 1939. Reorganiza o Conselho Nacional do Trabalho. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=4780&norma=11080>>. Acesso em: 12 jul. 2012.
- FERREIRA, Regina Otilia Maciel de Marco. *Coleção de obras raras*: mensagem enviada por correio eletrônico a cristiane.souza@trtrio.gov.br. 9 dez. 2009.
- MENESES, Raquel da Veiga Araújo de; SILVA, Leila Aparecida Arantes. *A coleção de obras raras da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva do Superior Tribunal de Justiça*. BDJur, Brasília, DF, 22 jun. 2004. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/32378>>. Acesso em: 12 jul. 2012.
- PASSOS, Edilenice; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. *Fontes de informação para pesquisa em direito*. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.
- RODRIGUES, Márcia Carvalho. Como definir e identificar obras raras? Critérios adotados pela Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n. 1, p. 115-121, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n1/v35n1a12.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2012.
- SANT'ANA, Rizio Bruno. Critérios para definição de obras raras. *Revista Online Bibl. Prof. Joel Martins*, Campinas, v. 2, n. 3, p. 1-18, jun. 2001.

Histórico e evolução dos critérios de raridade da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Minas Gerais

Diná Marques Pereira Araújo

Bibliotecária-chefe da Divisão de Coleções Especiais da Biblioteca
Universitária da Universidade Federal de Minas Gerais.





Resumo

Este estudo apresenta a evolução da formação dos acervos raros e especiais da Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais, atualmente geridos pela Divisão de Coleções Especiais da Biblioteca Universitária. Discorre sobre o estabelecimento de critérios de raridade da Biblioteca Universitária como um instrumento de seleção relacionado aos trabalhos de gestão e tratamento dos acervos. Apresenta os critérios de seleção de livros raros e tece algumas considerações sobre seu uso na Biblioteca. Aponta possibilidades de atualização da proposta, como parte integrante da Política de Desenvolvimento de Acervos Raros e Especiais do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais. Finalmente, enfoca a importância do desenvolvimento de pesquisas e estudos sobre os processos de seleção, aquisição e identificação de livros raros e especiais, e a necessidade do bibliotecário de livros raros como um profissional essencial neste processo.

Palavras-chave: *Universidade Federal de Minas Gerais. Biblioteca Universitária. Livro raro. Critérios de raridade.*

Abstract

This study shows the evolution of the formation of the Minas Gerais Federal University Central Library rare and special collections, currently managed by the Special Collections Division of the University Library. It discusses the establishment of the rarity criteria of the University Library as a screening instrument relating to the management and treatment of collections. It shows the rare books selection criteria and presents some considerations about its use in the Library. It outpoints the possibilities of bringing the proposal up to date, as part of the Development Policy of the Rare and Special Library System of the Minas Gerais Federal University. Finally, it focuses on the importance of developing research and studies on the rare and special books selection, acquisition and identification processes, and the need of the rare books librarian as an essential professional in this process.

Keywords: *Minas Gerais Federal University. University library. Rare book. Rarity criteria.*



1 Apresentação

A construção do percurso de formação dos critérios de raridade da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) abordado neste trabalho considerou momentos distintos, mas não isolados, de desenvolvimento de trabalhos e pesquisas para o tratamento dos acervos raros e especiais da Biblioteca Central (BC) da Universidade. A pesquisa foi baseada em consulta aos documentos administrativos da Biblioteca Universitária (BU) e em entrevistas com professores e bibliotecários da UFMG.

A UFMG, fundada em 1927, possui acervos raros e especiais (obras de arte, raridades bibliográficas e documentos históricos) organizados por coleções, alocados em unidades acadêmicas e administrativas da Universidade. Os livros raros e coleções especiais da UFMG foram adquiridos por meio de compra e doações de livros raros e de bibliotecas particulares por professores, escritores, intelectuais, bibliófilos, políticos e empresários.

Conforme aponta o Projeto de Mobiliário e Equipamentos da Biblioteca Central (1980), a primeira biblioteca da Universidade data de 1930. Ela surgiu a partir da reunião dos acervos das faculdades que formaram a Universidade de Minas Gerais. Essa primeira biblioteca foi alocada em prédio da Universidade na rua Guajajaras, em Belo Horizonte – seu acervo contou com poucos, mas significativos, exemplares de livros raros.

Em 1962, a Biblioteca foi transferida para o prédio da reitoria. Paralelamente, “diferentes unidades possuíam suas próprias bibliotecas” (UFMG, 1980, p. 7). Nessa década os acervos raros da Universidade foram reunidos sob a guarda da reitoria. Em 1976, foi criada a Biblioteca Central e, no ano seguinte, o Sistema de Bibliotecas (SB) da UFMG foi centralizado.

Paulo da Terra Caldeira (1997, p. 1) apontou que a formação dos acervos bibliográficos raros e especiais da UFMG

remonta à coleção existente na antiga biblioteca da reitoria da Universidade de Minas Gerais, localizada no centro de Belo Horizonte. Posteriormente, obras e coleções existentes nas bibliotecas das unidades acadêmicas [...] foram transferidas para a Biblioteca Central, no campus Pampulha.

Com a abertura do prédio da Biblioteca Central em 1981, a Universidade ampliou o seu acervo de obras raras, a partir do envio de coleções e livros raros da reitoria e unidades acadêmicas para o novo prédio da Biblioteca Central, no campus Pampulha. A decisão não impediu que algumas unidades permanecessem com seus acervos raros e/ou criassem acervos especiais e centros de memória, como fizeram a Faculdade de Medicina, Faculdade de Letras, Faculdade de Direito e Faculdade de Ciências Econômicas, dentre outras.

Em *Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais*, Etelvina Lima aponta que, no 3º andar do novo prédio, foram concentrados

os serviços técnicos e administrativos: chefia da biblioteca central, coordenação das bibliotecas universitárias, departamento de administração, departamento de processos técnicos, **serviço de coleções especiais**, depósito fechado. [grifo nosso]

As coleções especiais ficaram sob a administração do Departamento de Serviços ao Usuário (DSU), que iniciou uma série de ações para a organização dos acervos. Em sua maioria, foram estabelecidas metodologias de trabalho e propostas para a gestão dos acervos. Assim, a Biblioteca Universitária definiu como critério de organização a estruturação dos acervos por coleções, conforme modelo adotado pela reitoria na década de 1960.

A doação de novos acervos particulares para a Universidade gerou a ampliação dos espaços de guarda e gestão. Atualmente os acervos, alocados no prédio da Biblioteca Central, estão distribuídos no 3º e 4º andares. Tais acervos compreendem os Projetos de Pesquisa, vinculados às unidades acadêmicas responsáveis por sua gestão; e a Divisão de Coleções Especiais (Dicolesp) gerida pela Biblioteca Universitária, conforme estrutura a seguir:

Projetos de Pesquisa:

- Acervo de Escritores Mineiros: Faculdade de Letras;
- Acervo Curt Lange: Escola de Música;
- Helena Antipoff: Faculdade de Educação;
- Projeto República: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH).

Biblioteca Universitária – Divisão de Coleções Especiais:

- Coleção Memória Intelectual da UFMG;
- Coleção de Obras Raras: Arduino Bolivar, Brasileira,¹ Camilo Castello Branco, Geral, Linhares, Luiz Camillo de Oliveira Netto, Referência, Patrologia;
- Coleções Especiais: Faria Tavares, Francisco Pontes de Paula Lima, Francisco de Assis Magalhães Gomes, José Israel Vargas, Livro de Artista, Marco Antonio Dias, Orlando de Carvalho, Literaterras.

1. Composta somente por livros e documentos históricos.

2 Histórico dos critérios de raridade da Biblioteca Universitária

2.1 Primeiras abordagens – década de 1980

No mesmo ano da abertura do prédio da Biblioteca Central, o DSU iniciou uma série de ações para a organização das coleções. O documento *Obras Raras: fase inicial de organização do serviço* comprova o início dessas atividades. O tratamento dos livros raros, então instalados na Biblioteca Central, foi estruturado em:

I. Organização da coleção:

- Etapa 1: arranjo físico do acervo na Biblioteca;
- Etapa 2: processamento técnico da coleção;
- Etapa 3: publicação do catálogo do acervo.

II. Metodologia do serviço (desenvolvimento):

- Etapa 1: desempacotar e desamarrar livros, separá-los e reuni-los por coleção;
- Etapa 2: separar livros que estão em circulação e reuni-los ao acervo raro [Coleção Geral];²
- Etapa 3: separar folhas soltas para futura reunião e encadernar os volumes da Patrologia.

Após essas etapas, não realizadas integralmente, o Departamento de Formação e Processamento do Acervo (DFPA) formou uma equipe responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento do Programa de Organização das Obras Raras da Biblioteca Central. O programa tinha como objetivo definir um modelo para a organização das coleções recém-transferidas para a Biblioteca Central.

Desse modo, no ano de 1983, o DFPA elaborou o ofício *Proposta para organização da coleção de obras raras da Biblioteca Central da UFMG*. O documento, apresentado à direção da Biblioteca Universitária, contemplou a seleção, catalogação, arranjo, critérios de raridade, fontes de referência que deveriam ser utilizadas na identificação e na catalogação dos livros e um breve vocabulário específico de livros raros.

A proposta foi a primeira intenção de estabelecer critérios de raridade para livros do SB-UFMG, bem como o primeiro documento a destacar a necessidade de uma política de desenvolvimento de acervos raros na Universidade.

2. Neste momento são enviados livros do acervo corrente da Biblioteca Central e das bibliotecas da FAFICH, Escola de Engenharia, Instituto de Ciências Biológicas. Não há referências sobre os critérios utilizados para a “seleção” dos livros.

Com perfil calcado na Bibliofilia, os critérios apresentados “recortam” critérios de outras bibliotecas. Os proponentes, por sua vez, não descrevem as razões e/ou motivos para tal definição. A proposta, contudo, não foi oficializada. Segue *transcrição* dos critérios de raridade no referido documento:

Ministério da Justiça:³

- Obras de autores brasileiros e estrangeiros até 1860
- 1as edições
- 2as edições até 1889
- edições de luxo
- edições com tiragem limitada (até 300 ex.).
- obras autografadas por pessoas renomadas

Biblioteca “Rita Adelaide” (PORTUGAL, 1970)

- Antiguidade
- Fama do editor
- Tiragem (principalmente edições comemorativas)
- Ilustrações
- Biblioteca “Luis Camilo” (BELÉM, 1971)
- Antiguidade
- Editor
- Imprensa Regia no Brasil

Eduard Rouveyre: (ROUVEYRE, [1899])

- Trabalhos destruídos dos quais restam poucos exemplares
- Trabalhos não vendidos comercialmente
- Livros de história local publicados em outras praças
- Livros que se distinguem por particularidades da edição
- Primeiros livros impressos (Gutenberg, Fust e Shoiffer)
- Edições príncipes de clássicos gregos, latinos e outras línguas.
- Século XV na Europa
- A 1ª produção tipográfica de uma cidade
- Tiragens pequenas

Rubens Borba de Moraes (MORAES, 1965)

- Primeiras obras sobre determinado assunto
 - Tipografia célebre
 - Ilustrações
 - Encadernação
 - 1as edições
 - Erros tipográficos interessantes
- (UFMG, 1981, não paginado).

3. Não foi identificado o catálogo do Ministério da Justiça no qual estão listados os itens descritos.

Após os trabalhos do DSU e DFPA, as coleções Camilo Castelo Branco, Luiz Camillo de Oliveira Netto, Arduino Bolivar, Brasileira, Patrologia e uma coleção Geral foram identificadas como o “acervo” formador da Coleção de Obras Raras da Biblioteca Central.

2.2 Pesquisas, inventários e avaliações – a partir década de 1990

Em 1991, a Biblioteca Universitária, através da Divisão de Planejamento de Divulgação (DPD), realizou inventário dos livros raros da Biblioteca Central, conforme procedimentos adotados pela Biblioteca Nacional. O inventário foi realizado no período de setembro de 1991 a julho de 1992. O trabalho gerou o desenvolvimento de pesquisas, projetos, publicação de artigos científicos, estudos sobre valoração e propostas de gestão e preservação dos acervos.

Paralelamente ao trabalho da Biblioteca Central foi desenvolvido o projeto de pesquisa *Inventariação e identificação da Coleção de Obras Raras da Biblioteca Central da UFMG*, sob a coordenação do prof. Paulo da Terra Caldeira, da Escola de Biblioteconomia da UFMG.

O relatório, resultado de todos esses trabalhos, destacou a necessidade de estabelecimento de procedimentos de conservação, critérios para catalogação e arranjo do acervo. Nesse último, reforça-se que as ordenações iniciais das coleções doadas por bibliófilos não fossem desfeitas. Infelizmente, as ordenações cronológicas e localizações fixas das coleções foram desfeitas no início dos anos 2000.

A organização dos acervos raros, além das pesquisas específicas, exigia o estabelecimento de critérios que enfocassem a raridade para a identificação e recolhimento de exemplares no acervo bibliográfico do Sistema. Deste modo, em 1992, a Biblioteca Universitária estabelece por meio do DPD o documento *Critérios adotados para seleção: obras raras da UFMG*.

Ainda na década de 1990, são formadas várias comissões internas para a avaliação dos acervos bibliográficos, arquivísticos e museais existentes no prédio da Biblioteca Central. Nesse sentido, são criados grupos de trabalho com o intuito tanto de inventariar os acervos quanto de apontar trabalhos realizados pela Biblioteca Universitária.

Em 2000, o projeto Inventário de Arquivos e Coleções Especiais – subprojeto da Comissão de Avaliação de Acervos da UFMG – apresentou relatório que buscou revelar questões acerca da adoção de uma política geral de acervos da Universidade como um todo (não mais restrito aos acervos da Biblioteca Central), para isso apontou problemas e elencou gerenciamentos bem-sucedidos. Sobre os critérios para aquisição de acervos a Comissão apontou que a

Definição de critérios [deve ser baseada] em demandas já existentes e a serem definidas, para recolhimento de acervos acumulados no âmbito externo à UFMG.

Tais critérios deverão contemplar os termos legais adequados a cada recolhimento, bem como as fontes de recursos para o tratamento, acomodação e manutenção permanentes dos acervos. (UFMG, 2000. p. 35-36).

2.3 Critérios adotados para seleção de obras raras da UFMG:

1. Características históricas

1.1. Gerais: obras do século XV até 1801; primeiras produções tipográficas de uma localidade; obras que caracterizam uma fase histórica, demarcada em função do conjunto bibliográfico (âmbito, objetivo, utilização, etc.) e/ou do interesse do colecionador.

1.2. Específicas: destacam-se as publicações referentes ao tema Brasileira e Mineiriana. Obras produzidas no Brasil ou exterior datadas até o século XIX; anteriores à Impressão Régia – edições clandestinas ou obras publicadas fora do Brasil. Obras da Impressão Régia. Editoras e autores mineiros e obras relevantes sobre Minas Gerais ou suas cidades em seus mais diversos aspectos.

2. Características gerais

Edições: princeps, primitivas e originais; limitadas; esgotadas; comemorativas; críticas; clássicas, populares, especiais: geralmente restritas, de tiragem limitada, suporte especial e numerados e/ou autografados pelo autor, tradutor, ilustrador, personalidade, instituição; de artífices renomados (desenhistas, pintores, gravadores, tipógrafos, impressores, editores); Publicações científicas que datam do período inicial de ascensão da ciência e/ou assunto tratado. Obras impressas em períodos adversos (guerra). Obras sobre histórias de descobrimentos e colonização; teses; obras apreendidas, suspensas ou recolhidas por censura política, religiosa, moral, social, pessoal, familiar; obras repudiadas pelo autor; clandestinas por motivos políticos, religiosos, morais ou de pirataria editorial; obras premiadas; traduções; esgotadas e não reeditadas; *fac-símile* de obra consagrada ou única existente;

3. Características extrínsecas

Dedicatórias; anotações (marcas de uso); marcas de propriedade: assinaturas, ex-libris, *super-libris*, carimbos, brasões dentre outros; marcas de artífices/comerciantes renomados e/ou considerados no mercado editorial (encadernadores, restauradores, livreiros, dentre outros); obras que pertençam a um conjunto bibliográfico de personalidade ilustre;

4. Publicações artesanais

Beleza tipográfica; natureza e características dos materiais utilizados como suporte (papel de trapos, papéis de linho, pergaminho, papiro). Características das técnicas: marcas d'água, encadernação original, de luxo, curiosa ou exótica; ilustrações originais e/ou reproduzidas artesanalmente (xilogravura, água forte, aquarela).

5. Pesquisa Bibliográfica – pesquisa bibliológica nas fontes de informação que indicam as características de: unicidade e rareza; preciosidade e celebridade; curiosidade;

[6.] Memória

Mapas importantes em geral; plantas, maquetes, planos de estudo, relatórios técnicos, etc.; material iconográfico: fotografias, estampas, gravuras, desenhos, quadros; cartazes e programas de eventos culturais ou administrativos; catálogos

de exposição; selos comemorativos; medalhas comemorativas; troféus diversos; placas comemorativas; diplomas e certificados; bustos, medalhões; móveis, lustres, louças, objetos de adorno, instrumentos científicos e de trabalho, máquinas diversas, sinetes, tinteiros e outras peças ligadas à história da Universidade. (SISTEMA..., 2010)

3 Os critérios adotados

O documento *Critérios adotados para seleção: obras raras* pretendeu elencar as características que podem definir um livro como raro, seu estabelecimento visou a auxiliar na identificação e recolhimento de livros raros no acervo bibliográfico SB-UFGM. Não identificamos se o recolhimento foi efetivado, bem como não temos como comprovar o uso do critério como um instrumento para aquisição de livros raros para a Universidade. Também não há documentos que descrevam o processo de formação dos critérios, por isso ainda é impossível apontar quem ou quais foram os profissionais que desenvolveram o documento e/ou presença de consultores.

Apesar de a documentação não apresentar quais foram as referências bibliográficas utilizadas, estão presentes, como elementos de distinção, os critérios da Bibliofilia. Quanto à estrutura dos critérios, é evidente a presença das recomendações metodológicas apontadas no livro *O que é livro raro?*, de autoria da bibliotecária Ana Virgínia Pinheiro. O livro apresenta critérios de raridade bibliográfica e pode ser considerado o marco inicial das sistematizações de critérios de raridade no Brasil. Conforme a autora esclarece, não havia no Brasil, até aquele momento, “investigações bibliográficas que [abordassem] critérios de raridade [...] de forma metodológica e sistemática”.

3.1 Materiais não bibliográficos

O documento é exaustivo no apontamento de características. A relação alcançou, inclusive, o processo de seleção para os centros de memória da Universidade, em especial para a Coleção Memória Intelectual da UFGM.⁴ A Coleção Memória inicia na qualidade de projeto, proposto pela equipe de bibliotecários da Biblioteca Central, e consolida sua existência a partir da Resolução 01/86 (Anexo). Concluímos que o item [6.] dos Critérios adotados

4. A Coleção Memória Intelectual da UFGM preserva a produção bibliográfica da Universidade (livros, relatórios técnicos, teses, dissertações, monografias de especialização, catálogos, manuais, folhetos, memoriais, dentre outros), bem como acervo fotográfico, pinturas, vestimentas, medalhas, o Arquivo da Assessoria de Informação e Segurança (1964-1982) e, atualmente, o fundo documental do Festival de Inverno da UFGM (1967-2010). São nítidas as vertentes bibliográficas, arquivísticas e museológicas na constituição desta Coleção.

surge como uma necessidade de complementar a citada Resolução.⁵ É evidente que os critérios, nesse item, extrapolam o universo bibliográfico e adentram os campos da arquivologia e museologia. Ao elencar materiais não bibliográficos, a sistematização põe em dúvida sua essência como critério para seleção *de livros raros*.

No relatório da Comissão de Avaliação de Acervos da UFMG, os professores Douglas Cole Libby e Vilma Moreira dos Santos pontuam que os acervos mistos deverão

ser avaliados criteriosamente, mesmo porque, do ponto de vista das técnicas de gerenciamento [arquivístico, biblioteconômico e museológico], tais misturas nem sempre seriam desejáveis, principalmente quando se levam em conta a questão dos custos e benefícios de sua manutenção. (UFMG, 2000, p. 9).

Os acervos mistos, característica marcante dos acervos especiais da UFMG, necessitam fundamentalmente de processos de gerenciamento e tratamentos diferenciados. Contudo, essa abordagem não é escopo deste relato.

3.2 Necessidades e desafios

No início do documento *Critérios adotados para seleção: obras raras*, a DPD orienta que os critérios estão sujeitos a aperfeiçoamento e complementação, por isso deve ser usado de modo flexível, crítico e contextualizado. Ratifica ainda que a aplicação dos critérios deve considerar o enfoque social, econômico, cultural e histórico do exemplar. Apesar dos apontamentos, não há como avaliar a apropriação dos critérios nas práticas biblioteconômicas do SB-UFMG pela ausência de documentação comprobatória. Desde a definição dos critérios em 1992 até 2010 nenhum outro documento retoma a discussão sobre o tema. Os relatos dos bibliotecários do SB-UFMG apontam que, na prática, a definição ficou restrita ao acervo de Obras Raras da Biblioteca Central.

3.2.1 Proposta de atualização

- a) Grupo de trabalho: Em consulta às bibliotecas do SB, identificamos a necessidade de um critério de seleção de livros especiais que atenda à realidade das unidades. O esforço para atualizar o documento é viável somente se submetido ao ponto de vista dos bibliotecários do Sistema, por meio de *workshop* e grupos de estudos, garantindo uma ampla discussão sobre a proposta e o questionamento sobre atualizações e/ou

5. Várias unidades acadêmicas da UFMG possuem centros de memória que identificam, recolhem, organizam e preservam a memória institucional da Unidade. Os materiais preservados nesses centros são, em sua essência, os mesmos estabelecidos na Resolução 01/86 para Coleção Memória Intelectual da UFMG.

permanências. A atualização do critério deve ser vinculada à Política e Desenvolvimento de Acervos Raros do SB-UFGM. Nesse contexto, é importante a presença de profissionais de outras áreas que também trabalhem com o universo do livro.

- b) Contextualização: Rízio Bruno, no artigo *Crítérios para a definição de obras raras*, destaca que os “critérios acompanhados de pequenas notas explicativas do motivo de sua inclusão” (SANT’ANA, 2001, p. 12) são um bom exemplo de critérios de identificação de raridade. Com base nessa afirmação, na oportunidade de atualização dos critérios, seria relevante inserir notas de contextualização aos elementos de distinção apontados.
- c) Níveis de raridade: Roderick Cave, no livro *Rare book librarianship*, discorre sobre as variedades relacionadas à raridade dos livros. Baseado na obra de John Carter,⁶ o autor discorre sobre raridade absoluta, raridade relativa, raridade temporária, raridade local, raridade de mercado e raridade em bibliotecas institucionais. A reestruturação dos critérios de raridade do SB-UFGM poderia considerar e avaliar tais abordagens. A estruturação dos critérios por níveis seria uma solução viável, sobretudo, pelo grande número de livros com características de distinção local⁷ existente nas bibliotecas do Sistema; e também pelos acervos temáticos (como as coleções Livro de Artista, Literaterras, Mineiriana, dentre outras). Desde modo, o critério alcançaria as características e circunstâncias peculiares de cada biblioteca/acervo do Sistema.

3.2.2 Capacitação profissional

O instrumento para seleção de um livro raro, sem o devido conhecimento do *livro*, é insuficiente para identificá-lo. Vejamos os critérios: “edições populares, obras sobre histórias de descobrimentos e colonização, obras premiadas, traduções, tese”. Basta preencher uma dessas categorias para ser raro? É evidente que não, mas o critério pode “enganar” pela possibilidade de ser interpretado por julgamentos subjetivos. Sem o pressuposto do conhecimento do livro, o critério raridade corre o risco de ser apenas um código binário questionável.

Caldeira (1997, p. 7) destaca a importância de “alocar pessoal especializado” para o devido tratamento do livro raro. Com destaque para os bibliotecários que atuaram com as obras raras da BC desde a década de 1980, a competência da equipe atendeu às necessidades do acervo. Contudo, ainda é necessário que mais profissionais do SB trabalhem com a Biblioteconomia de Livros Raros e que as propostas de trabalhos e pesquisas com livros raros e especiais não fiquem restritas a poucos bibliotecários da instituição.

6. CARTER, John. *Taste and technique in book collecting*. Cambridge University Press: Cambridge, 1949.

7. Como exemplos: a História de Minas; a memória das Unidades Acadêmicas da UFGM, a Coleção Memória.

3.2.3 Política de desenvolvimento de acervos raros e especiais

À biblioteca universitária cabe a definição de uma política de desenvolvimento de acervos raros, que normatize, também, os tratamentos bibliotecômicos específicos; a preservação por meio da conservação preventiva, curativa e restauração; e a disponibilização do acervo em formato digital.

Como desafio para a gestão dos acervos raros do SB, ainda há, no acervo bibliográfico da UFMG, livros que necessitam de avaliação, seleção e recolhimento para guarda especial. Livros com dedicatórias de autores importantes para Minas Gerais, edições limitadas, autografadas, esgotadas e de luxo ainda estão disponíveis para o empréstimo domiciliar. As ações da Biblioteca Universitária nesse sentido, por meio da Divisão de Coleções Especiais, apresentam resultados médios e pontuais. Diante deste panorama, é urgente o estabelecimento de propostas de desenvolvimento de acervos raros e especiais que ampliem as abordagens de gerenciamento desses acervos no SB-UFMG.

4 Considerações finais

A universidade, com a missão de gerar e difundir conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais em suas vertentes do ensino, da pesquisa e da extensão, tem, por meio da biblioteca universitária, a responsabilidade de garantir o acesso, desenvolver, preservar e conservar os acervos raros sobre sua guarda.

Nesse sentido, o critério de raridade bibliográfica auxilia o processo de aquisição, identificação, seleção, recolhimento e/ou formação de coleções, sendo um item que compõe a política de desenvolvimento de acervos raros da instituição. Sua existência exige constantes estudos e avaliações por meio de uma equipe interdisciplinar, composta por profissionais das áreas de Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia, Conservação e Restauração, Patrimônio e Memória.

O critério de raridade é um instrumento de seleção que determina uma série de distinções, expressas em características, que sinalizam para a raridade de um livro, por meio de suas evidências históricas, estéticas, sociais e culturais e visam a garantir a “unidade”, o “escopo” de um determinado acervo.

Para atribuir raridade a um livro são necessários estudos individuais sobre o exemplar, realizado por meio de pesquisas que visem a identificar o contexto espaçotemporal do livro, sua existência como objeto intelectual e material (conteúdo e materialidade) e – especialmente em uma instituição de ensino – seu potencial como fonte de pesquisa. Para executar esse processo de seleção é necessário que o bibliotecário possua conhecimentos consolidados sobre a História do Livro e das Bibliotecas, além do reconhecimento das áreas correlatas a esse universo: Bibliologia, Codicologia, Bibliografia Material, Bibliofilia, dentre outros.

Os critérios de raridade da Biblioteca Universitária são indicativos para seleção de livros raros nas bibliotecas do SB-UFMG, porém ainda é premente: implantar grupos de estudos para discussão e análise do critério posto; sistematizar procedimentos de aquisição, identificação, seleção e recolhimento para guarda especial na biblioteca da Unidade ou na Divisão de Coleções Especiais; e capacitar mais profissionais para atuarem como bibliotecários de livros raros.

A seleção de exemplares raros e especiais no/para o acervo bibliográfico da UFMG tem como escopo fomentar a geração de conhecimento nas vertentes do ensino, da pesquisa e da extensão. Desse modo, os critérios para seleção de livros raros na Universidade não podem ser fundamentados na Bibliofilia; antes devem ser considerados como os elementos de distinção que atendem as necessidades de um acervo especial em um ambiente acadêmico.

Graças à documentação produzida pelos bibliotecários nas décadas de 1980 e 1990 – rica nas descrições dos procedimentos e práticas biblioteconômicas –, pode-se traçar um possível histórico da formação dos critérios de raridade para livros raros na UFMG. Contudo, existem ainda lacunas e, possivelmente, necessidades de correções.

A elaboração do presente levantamento histórico contou com relatos de professores e bibliotecários que atuaram na Biblioteca Universitária ao longo desses anos. São eles: Júlia Gonçalves da Silveira, Simone Aparecida dos Santos, Paulo da Terra Caldeira, Marlene de Fátima Lopes, Rosemary Tofani Mota e Maria Angélica Ferraz Messina. Agradeço a disponibilidade e atenção em atender nossos questionamentos. Destaco, ainda, o importante trabalho realizado por esses profissionais junto ao acervo de obras raras da Universidade.

As doações de livros raros e coleções particulares para a UFMG não cessaram, o SB permanece recebendo livros raros e coleções, enriquecendo o patrimônio bibliográfico da Universidade.

Referências

- BELÉM, Dora Martins. *Catálogo de obras raras da biblioteca Luis Camilo*. 1971. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1971.
- CALDEIRA, Paulo da Terra. As coleções especiais da UFMG. In: PAIVA, Marco Elizio. *Galeria Brasileira*. Belo Horizonte, Escola de Belas Artes, 1997. (Exposição).
- _____; SANTOS, Silvana Aparecida Silva; ASSIS, Francisco de. Um acervo precioso: a coleção de obras raras da UFMG. In: XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 1997, São Luís. *Anais...* São Luís: FINEP, 1997.

- CAVE, Roderick. *Rare book librarianship*. London: C. Bingley; Hamden, Conn: Linnet Books, 1976. 168 p.
- LIMA, Etelvina; BARROS, Marcio Pinto de & CASTELO BRANCO, Alipio Pires. Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 128-131, set. 1972.
- MORAES, Rubens Borba de. *O bibliófilo aprendiz*: prosa de um velho colecionador para ser lida por quem gosta de livros, mas pode também servir de pequeno guia aos que desejam formar uma coleção de obras raras, antigas ou modernas. São Paulo: Nacional, 1965. 197 p.
- PINHEIRO, Ana Virgínia Teixeira da Paz. *Que é livro raro?: uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica*. Rio de Janeiro: Presença, 1989. 71 p.
- PORTUGAL, Maria José. *Catálogo de obras raras da biblioteca Rita Adelaide*. 1970. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1970.
- ROUYEYRE, Edouard. *Connaissances necessaires à un bibliophile*: accompagnées de notes critiques et de documents bibliographiques. Cinquième édition, illustrée de nombreuses figur. Paris: Édouard Rouveyre..., [1899]. v. 1.
- SANT'ANA, Rizio Bruno. Critérios para a definição de obras raras. *Revista Online Bibl. Prof. Joel Martins*, Campinas, v. 2, n. 3, p. 1-18, jun. 2001.
- SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFMG. Biblioteca Universitária. *Acervos especiais*. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://www.bu.ufmg.br>>. Acesso em: 26 mar. 2012.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Biblioteca Universitária. *Projeto de Mobiliário e Equipamento da Biblioteca Central*. Belo Horizonte: Biblioteca Universitária, 1980. [Não paginado].
- _____. Biblioteca Universitária. Departamento de Formação e Processamento do Acervo. *Obras raras*: fase inicial de organização do serviço. Belo Horizonte: Biblioteca Universitária, 1981. [Não paginado].
- _____. Biblioteca Universitária. Departamento de Formação e Processamento do Acervo. *Proposta para organização da coleção de obras raras da Biblioteca Central*. Belo Horizonte: Biblioteca Universitária, 1983. [Não paginado].
- _____. Biblioteca Universitária. Divisão de Planejamento e Divulgação. *Coleção de obras raras*: inventário e transferência da DPD para BC. Belo Horizonte: Biblioteca Universitária, 1992. [Não paginado].
- _____. Biblioteca Universitária. Divisão de Planejamento e Divulgação. *Critérios adotados para seleção de obras raras*. Belo Horizonte: Biblioteca Universitária, 1992. [Não paginado].
- _____. Comissão de Acervos da UFMG. *Projeto inventário de acervos da UFMG do subprojeto inventário de arquivos e coleções especiais*: relatório final. Belo Horizonte: UFMG, 2000. 40 p.

Anexo: Resolução nº 01/86

De 28 de fevereiro de 1986

“Institui o Projeto ‘Memória Intelectual da UFMG’, destinado a coletar, preservar e divulgar a produção intelectual dos corpos docente, discente e técnico-administrativo da UFMG.”

A COORDENAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA, órgão técnico de deliberação superior da Universidade Federal de Minas Gerais em matéria de ensino e pesquisa, no uso de suas atribuições, considerando que

- a preservação do registro das atividades, dos problemas vividos e das soluções encontradas por uma instituição é essencial para a própria sobrevivência dessa instituição;
- a universidade é a instituição encarregada de transmitir às novas gerações o conhecimento acumulado;
- há necessidade de se coletar, armazenar, preservar e divulgar a produção intelectual da comunidade universitária da UFMG;

RESOLVE:

Art. 1º – Instituir o Projeto “Memória Intelectual da UFMG” com a finalidade de coletar, armazenar, preservar e divulgar a produção intelectual da comunidade universitária da UFMG.

Art. 2º – Determinar a todos os órgãos da Universidade providências no sentido de enviar, sistematicamente, à Biblioteca Central, cópia de todos os documentos neles produzidos, que devem formar a Memória Intelectual da UFMG.

Art. 3º – Delegar à Biblioteca Central competência para desenvolvimento do Projeto, abrangendo identificação, organização e divulgação de: publicações periódicas publicadas na UFMG; teses defendidas na UFMG e fora desta, monografias, relatórios de pesquisa, planos e projetos, artigos de periódicos, produção artística e outros trabalhos produzidos pela comunidade universitária da UFMG.

Art. 4º – Determinar a criação de um veículo de divulgação dos documentos coletados.

Art. 5º – Revogadas as disposições em contrário, a presente Resolução entra em vigor nesta data.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 1986.

(As.) Prof. José Henrique Santos
Presidente da Coordenação de Ensino e Pesquisa

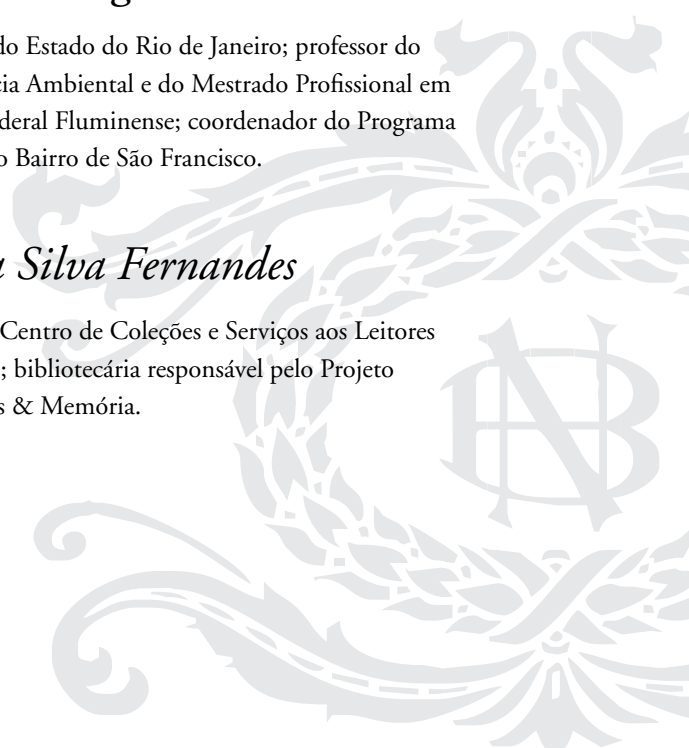
Resíduos & Memória: o acervo raro recolhido pelo Programa de Coleta Seletiva do Bairro de São Francisco em Niterói

Emílio Maciel Eigenheer

Professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental e do Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão da Universidade Federal Fluminense; coordenador do Programa de Coleta Seletiva do Bairro de São Francisco.

Maria José da Silva Fernandes

Bibliotecária, coordenadora-geral do Centro de Coleções e Serviços aos Leitores da Fundação Biblioteca Nacional; bibliotecária responsável pelo Projeto Resíduos & Memória.





Resumo

O texto analisa a importância do acervo documental recolhido pelo Programa de Coleta Seletiva de Lixo de São Francisco, em Niterói, à luz dos critérios de raridade consagrados por especialistas e dentro de critérios próprios, concebidos para direcionamento dos materiais e formação de coleções. Convida à reflexão sobre o material cultural descartado diariamente, que poderia ser recuperado por programas semelhantes implantados em bairros dos grandes centros ou em municípios brasileiros.

Palavras-chave: *Programa de Coleta Seletiva de Lixo de São Francisco. Niterói. Critérios de raridade.*

Abstract

The paper analyzes the importance of the documental collection gathered by the Selective Collection of the São Francisco Neighborhood Garbage Program, in Niterói, in the light of the rarity criteria defined by experts and according to its own criteria, designed to directing materials and establishing collections. It invites the reflection on the cultural material discarded daily, which could be recovered by similar programs implemented in neighborhoods of Brazilian large cities or municipalities.

Keywords: *Selective Collection of the São Francisco Neighborhood Garbage Program. Niterói. Rarity criteria.*



1 Introdução

Uma rápida análise panorâmica de nossas instituições culturais (arquivos, bibliotecas e museus) indica a importância e o papel que coleções particulares tiveram em sua constituição. Por doação, comodato ou compra, essas coleções formam a base de um imenso patrimônio cultural.

Ficando só na esfera do Estado do Rio de Janeiro, e para citarmos apenas alguns exemplos, começaremos com a própria Biblioteca Nacional, e sua coleção ímpar de fotografias, formada, entre outras doações, pela do imperador d. Pedro II, com a Coleção Dona Thereza Christina Maria, composta por cerca de 23 mil fotos – a maior doação já recebida pela Biblioteca Nacional. Ainda no campo das fotografias, podemos citar a Coleção Alair Gomes, mais recentemente doada, com mais de 6,5 mil fotos. A essas somem-se inúmeras outras doações, não só de materiais iconográficos, mas de manuscritos, livros, obras musicais etc.

Em artigo datado de 1955 sobre o Real Gabinete Português de Leitura, Artur Faria informa que se destacam entre as coleções doadas à instituição a do ilustre lusófilo e homem de letras João do Rio, com cerca de 4 mil volumes; a de Carlos Magalhães, com 1.200; a de Malheiro Dias, com 2 mil; e a do comerciante português Francisco Garcia Saraiva, com 5 mil, estes de grande valor literário e bibliográfico.

Também o Museu da Imagem e do Som reúne várias coleções particulares, entre as quais a Abel Ferreira (da qual fazem parte o saxofone e a clarineta que pertenceram ao artista, além de placas, troféus e fotografias de suas apresentações em shows e espetáculos musicais), a Almirante (composta de partituras, livros, fotos, recortes de jornais, além de instrumentos musicais que pertenceram a músicos brasileiros famosos), a Elizeth Cardoso (partituras, fotos, roteiros de programas de rádio, televisão e espetáculos musicais, troféus, placas, medalhas, discos e os figurinos que usava em suas apresentações, além de recortes de jornais sobre a sua carreira artística) e a Jacob do Bandolim (partituras, discos, fotografias, além de livros, catálogos, revistas e centenas de recortes de jornais).

O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro relaciona em seu guia várias coleções recebidas como doação de particulares, entre as quais se encontram a Alaôr Prata (manuscritos e objetos), a Alberto Lima (impressos, cartões-postais, fotografias e objetos), a Antonio de Chagas Freitas (manuscritos, impressos, fotografias e objetos), a Francisco Pereira Passos (manuscritos e plantas), a José de Oliveira Reis (fotografias, manuscritos, plantas, mapas e periódicos), a Marcos Tamoyo (manuscritos, impressos, fotografias, mapas, plantas e recortes de jornais) e a Carlos Lacerda (manuscritos, impressos, fotografias, livros e recortes de jornais).

Portanto, tem sido prática comum e de longa tradição o envio de coleções particulares, em especial de políticos, artistas, literatos e outras personalidades, para serem preservadas e disponibilizadas ao público pesquisador por instituições responsáveis pela salvaguarda da memória de um país. É o caso dos arquivos, bibliotecas e museus nacionais, ou da memória local, regional ou mesmo institucional, como tem sido mais recentemente o caso dos centros de memória, criados para preservação de coleções relacionadas à história das cidades, como o Centro de Memória da Unicamp, ou de instituições, indústrias, escolas e outros, como o Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, no Rio de Janeiro.

Também não é difícil encontrar antigos domicílios familiares que se transformaram em “casas-memória” ou “casas-museus”, como a Fundação Casa de Rui Barbosa, em Botafogo, no Rio de Janeiro, ou o Museu Antônio Parreiras, no Ingá, e a Casa de Oliveira Vianna, no Fonseca, ambas em Niterói, onde ao lado de novas coleções preservam-se as coleções particulares (livros, objetos e documentos pessoais, obras de arte, móveis etc.) dos seus antigos proprietários.

É importante também lembrar as incontáveis coleções que não são conservadas pelos herdeiros após a morte de seus titulares, e são desfeitas, no todo ou em parte, por meio de venda, comodato ou doação, ora de acordo com a área de interesse do colecionador, ora em decorrência das conveniências familiares.

No entanto, neste trabalho destacamos outro conjunto de objetos/documentos que permanecem no anonimato: as pequenas coleções pertencentes ao cidadão comum, que muitas vezes não tem ideia do valor histórico “daquelas antigas fotos de família”, “daqueles postais ou selos do avô”, ou dos “velhos livros” que já não encontram mais lugar nos acanhados apartamentos de hoje.

É comum que essas coleções pessoais sejam desmembradas e pulverizadas pelos herdeiros, e que esses materiais, pelo desconhecimento e desinteresse dos seus novos proprietários, não sejam vendidos ou mesmo doados, e acabem descartados e perdidos como resíduos, como bem nos mostram os famosos “achados” no lixo, que volta e meia são noticiados pela imprensa, ou alguns comerciantes ambulantes, que se acostumaram a buscar no lixo de prédios elegantes de bairros nobres da cidade objetos, postais e fotos antigas, que depois comercializam entre os interessados nas já famosas feiras de antiguidades da cidade.

2 Coleta seletiva de lixo do bairro de São Francisco

Trazemos para este Encontro a experiência de quase três décadas do Programa de Coleta Seletiva de Lixo do Bairro de São Francisco, em Niterói, que recolhe o material reciclável separado pelos moradores daquele bairro. Ainda no início do projeto, materiais de importância histórica e cultural que eram descartados nos chamaram a atenção e começaram a ser reunidos, formando assim um “acervo” que se imaginava precioso, mas que carecia ainda de organização e de avaliação técnica.

É importante apresentar a história desse trabalho, para que se possa compreender a formação desse acervo:

1. Em 1985 foi implantada, pioneiramente no Brasil, a Experiência de Coleta Seletiva de Lixo no Bairro de São Francisco, em Niterói, resultado de uma parceria entre a Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Centro Comunitário de São Francisco (CCSF), que é uma Associação de Moradores. O projeto contou inicialmente com o apoio financeiro da GTZ, órgão de fomento do governo alemão.

Por influência desse primeiro trabalho, foram implantados projetos de Coleta Seletiva nos mais diversos contextos urbanos: unidades militares, presídio, áreas carentes e grandes condomínios verticais, entre outros.

Com o passar dos anos, a UFF começou a produzir material didático e literatura especializada, e também a realizar seminários nacionais sobre Coleta Seletiva (quatro ao todo), tornando-se, deste modo, referência no setor. Essas atividades de pesquisa e extensão passaram a ser coordenadas pelo Centro de Informação sobre Resíduos Sólidos (CIRS) da UFF, criado em 1991, que dispõe de um acervo bibliográfico também enriquecido com materiais oriundos da Coleta Seletiva de São Francisco.

O programa de Coleta Seletiva iniciou suas atividades em São Francisco utilizando carroças manuais e posteriormente microtratores munidos de carretas, que atendem aos participantes do programa uma vez por semana, em roteiros preestabelecidos. Hoje cerca de mil residências são atendidas, e qualquer morador do bairro pode, a qualquer momento, se inscrever no programa, que atende também residências avulsas e um condomínio em Charitas, bairro vizinho.

São Francisco é um bairro de classe média alta, unifamiliar, com uma significativa tradição comunitária que remonta à década de 1950. A defesa do gabarito das edificações e a característica unifamiliar estão entre os pontos de maior destaque nessa luta de várias décadas e que ajudou a preservar o bairro, mantendo-o, até o momento, um dos mais agradáveis da cidade.

O bom padrão escolar, cultural e social dos moradores foi importante para o sucesso desse trabalho de Coleta Seletiva, pioneiro nessas quase três décadas de atividade. Por seu aspecto inovador e incentivador de pesquisa, recebeu apoio de várias instituições de fomento: Finep, Faperj, Doen, Génève Tiers Monde e CNPq. Desde 1991 tem também o apoio da AmBev, parceria iniciada sob a égide da Eco-92 e também da Companhia de Limpeza Urbana de Niterói – Clin.

2. Voltado para a geração de empregos pela recuperação comunitária de materiais recicláveis, o Projeto de São Francisco também não deixou de dar atenção, desde o seu início, a roupas, brinquedos e outros objetos para doação. Com o tempo, observou-se que, entre os materiais recolhidos, chegavam livros, revistas, mapas e similares (não raro atacados por cupins e traças), destinados à reciclagem de papel. A partir de 1992 foi solicitado às pessoas encarregadas da triagem a separação sistemática desses livros e revistas. Em pouco tempo se observou a significativa importância desse material, e o projeto divulgou então aos moradores que passaria a receber também livros, que seriam reaproveitados.

Posteriormente os triadores foram orientados a passar a separar fotografias, cartões-postais, santinhos, documentos antigos, discos, moedas, selos, molduras, entre outros, o que aumentou consideravelmente a quantidade de materiais de interesse cultural recuperados pelo projeto. Paulatinamente os empregados foram se tornando sensíveis aos “materiais antigos”, que, com exceção dos livros e revistas, foram sendo guardados sem preocupação de identificação mais técnica.

Ao tomar conhecimento de que ali se realizava uma triagem de materiais culturais, muitos participantes da Coleta Seletiva passaram a enviar diretamente à coordenação do projeto, em vez de jogar fora, os objetos que não mais lhes interessavam, mas que, percebiam, poderiam ser reaproveitados. Dessa forma, possibilidades de encaminhamento para diferentes materiais foram definidas:

- os livros didáticos passaram a ser doados; outros vendidos a sebos. Hoje se calcula que mais de 30 mil livros foram vendidos nos últimos 15 anos.
- os relativos ao Estado do Rio de Janeiro passaram a ser encaminhados ao Centro de Memória Fluminense (Cemef) da UFF, onde foi se formando um acervo expressivo.

Tamanha era a diversidade, que ela incentivou a organização de outros materiais, não apenas os relativos ao Estado do Rio de Janeiro. Novas coleções foram se formando (discos, partituras, selos, moedas etc.) e necessitavam ser tratadas, o que marcou o início de uma busca por parcerias com instituições especializadas, para organização dos materiais disponíveis.

Em 2006, a UFF obteve financiamento do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), para avaliar as reais dimensões desse trabalho e também se poderia gerar renda para cooperativas de catadores de lixo. O objetivo era desenvolver uma metodologia que tornasse viável a disseminação dessa prática para outras cidades. Um dos produtos dessa pesquisa foi o livro *Resíduos e memória*, publicado em 2007, trazendo encartado um CD com onze catálogos, relacionando livros, periódicos, mapas, material iconográfico, discos, partituras e moedas, assim distribuídos:

1. Obras do século XIX – neste catálogo estão reunidos 150 livros e três periódicos (54 fascículos) publicados durante o século XIX, em vários países, sendo o mais antigo de 1819. Algumas dessas obras foram localizadas nas coleções de obras raras de renomadas bibliotecas. Foi organizado com a consultoria de Pompéia Chaves Picone, bibliotecária aposentada da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional, e do prof. Rüdger Hoffman, do Departamento de Letras da UFF.
2. Literatura infantojuvenil – 410 livros.
3. Partituras – 139 itens, entre partituras de música popular brasileira, clássicos e livros de estudos técnicos adotados pelos conservatórios e institutos musicais em geral.
4. Material cartográfico – 150 itens, entre mapas, plantas, atlas e cartas náuticas.
5. Monografias/Rio de Janeiro – Dois mil livros sobre assuntos fluminenses ou escritos por autores nascidos no Estado do Rio de Janeiro.
6. Monografias/Brasil – 400 livros selecionados por professores da UFF sobre assuntos nacionais: folclore, história, língua e literatura, estudos sociais e econômicos, artes, relações raciais etc.
7. Periódicos – 289 títulos de periódicos, reunindo mais de três mil fascículos.
8. Material iconográfico/Rio de Janeiro – 860 itens, entre álbuns, cartões-postais e fotografias, reunindo mais de 1.900 imagens, se contadas individualmente. Organizado com a consultoria da museóloga Rosângela Bandeira, do Museu Histórico Nacional.
9. Discos – 657 discos (nacionais e internacionais), dos quais quatro de gramofone e os restantes de 78 rpm. Organizado com a consultoria de Lúcia Vianna, do Museu da Imagem e do Som.
10. Moedas – 93 moedas (22 portuguesas e 71 brasileiras), datadas do século XIV ao século XX. Organizado pelas museólogas da Divisão de Numismática do Museu Histórico Nacional, coordenadas por Eliane Rose Vaz Cabral Nery.

11. Monografias/UERJ – 257 livros e dois periódicos (18 fascículos), incorporados à Biblioteca da Faculdade de Formação de Professores da UERJ após avaliação do corpo docente da Universidade.

É preciso ter presente que os catálogos não abrangeram todo o material disponível na época, e que as coleções não deixam de crescer.

Vale destacar também que, desde o início, esse trabalho não pretendeu formar “acervos curiosos” ou “museus do lixo”. O importante é reconhecer que um rico acervo de valor local e nacional se perde diariamente no lixo. Notícias frequentes de achados interessantes no lixo, da formação de coleções de livros e revistas por garis e catadores indicam que muitos materiais importantes são diariamente descartados. Trata-se de despertar no país um sentimento de valorização e zelo com os materiais culturais que temos em casa, e que podem ser, quando não mais desejados, oferecidos a amigos, parentes, instituições, ou doados a entidades de catadores.

O bairro de São Francisco possui cerca de 2,5 mil residências. Isto mostra o potencial desse tipo de trabalho se estendido a áreas mais populosas.

Esse trabalho certamente levanta questões mais amplas sobre a trajetória dos materiais culturais nas próprias residências e a influência de acontecimentos como mudanças de moradia, aumento da família (necessidade de mais espaço), infestação de cupins e traças e, principalmente, rituais da morte. Nesse caso, o tradicional e rápido desvencilhar-se das “coisas” do falecido traz desastrosas consequências. Não é feita uma avaliação do que se tem, e assim até uma rica tradição familiar pode se perder, por exemplo, com os álbuns de família.

Resíduos & Memória é uma proposta cultural e de solidariedade, e nos chama para a importante tarefa de nos voltarmos para os pequenos acervos de anônimos, que, uma vez reunidos, podem formar valiosas coleções e mesmo incentivar e fortalecer o colecionismo, prática reconhecidamente de grande valor educacional e cultural.

Por outro lado, criar alternativas para a recepção desses materiais, com apoio de instituições de credibilidade social, é uma necessidade que cada município deve considerar.

3 Projeto Resíduos & Memória

Os materiais culturais recolhidos no bairro de São Francisco, depois da triagem inicial, são encaminhados a destinos diversos:

a) Centro de Memória Fluminense (Cemef)

Para onde é encaminhado material de interesse para a memória do Estado do Rio de Janeiro, notadamente livros e revistas, que são tratados tecnicamente e disponibilizados para consulta de todos os interessados.

O Centro de Memória Fluminense (Cemef), unidade integrante do sistema de bibliotecas coordenado pela Superintendência de Documentação da Universidade Federal Fluminense, recebeu, entre os anos de 1994 e 1995, a Coleção Nóbrega de Siqueira (poeta e crítico teatral nascido em Jaú, São Paulo, mas radicado em Niterói), que foi encaminhada ao Projeto Coleta Seletiva por seus familiares e marcaria o início da parceria entre as duas instituições.

Desde então, o Cemef passou a receber e incorporar ao seu acervo o material bibliográfico referente ao Estado do Rio de Janeiro. Nessa primeira situação foram recebidos cerca de 500 volumes.

Posteriormente, até para facilitar o acompanhamento da evolução do acervo, o material recebido por meio do projeto – em comodato – passou a compor uma coleção em separado, que recebeu o nome de Coleção Emílio Eigenheer (coordenador do PCSL desde a sua criação), seguindo a tradição do Cemef de registrar as coleções com o nome dos seus titulares. A essa coleção foram sendo incorporados livros, folhetos, periódicos, mapas, fotografias, cartões-postais e partituras, totalizando aproximadamente 7,5 mil peças, todas disponibilizadas para consulta.

Em dezembro de 2008 o Cemef recebeu, também em comodato, a Coleção Lourenço de Araújo (poeta niteroiense), resgatada em um apartamento desocupado no bairro. Essa coleção se revelaria de extrema importância para a memória cultural da cidade, pois reunia o material colecionado por toda uma família de escritores, em especial por Lourenço, personagem importante do Café Paris, reduto de intelectuais e boêmios da cidade que deram origem ao Cenáculo Fluminense de História e Letras. Trata-se de livros, periódicos, correspondências, recortes de jornais, manuscritos, fotografias, documentos pessoais e diplomas amalhados ao longo de quase nove décadas, e que testemunham não só a história pessoal de cada um deles, como resgatam aspectos da trajetória intelectual e literária de Niterói, alguns pouco conhecidos até então. Esse acervo deu origem a duas exposições – a primeira delas montada no próprio Cemef, e mais recentemente, na Biblioteca Estadual de Niterói, por ocasião de sua reinauguração em junho de 2011, como exposição permanente – e à série Boêmios do Café Paris, já com o terceiro volume em andamento.

b) CIRS online

Livros e revistas de interesse universitário são oferecidos a alunos, professores e funcionários da UFF e da UERJ (Campus de São Gonçalo), por meio de um site ligado ao Centro de Informação sobre Resíduos Sólidos (CIRS), atualmente vinculado ao Laboratório de Tecnologia, Gestão de Negócios e Meio Ambiente (Latec) da UFF.

O material é catalogado e disponibilizado para compra no seguinte endereço: www.uff.br/cirs/.

Os interessados selecionam os livros e fazem suas ofertas. É feita, então, uma avaliação da proposta, que normalmente é aceita se alcançar 40% do valor mínimo de mercado. A ideia é que o preço cobrado seja não só bastante atrativo para os interessados, como também uma fonte de recursos, ainda que pequena, para o Projeto Resíduos & Memória.

Estabelece-se aí uma interessante troca de informações com os alunos que nos acessam, pois eles não apenas adquirem livros importantes a preços bem abaixo do mercado, mas também aprendem a valorar o livro como objeto, e muitos deles iniciam assim suas coleções.

c) Exposições e publicações

Os recursos obtidos através do CIRS online são utilizados no apoio a publicações (oriundas ou inspiradas em materiais recolhidos pela Coleta Seletiva), a exposições relacionadas ao projeto e também na restauração de obras de interesse.

Um exemplo significativo dessa aplicação foi o financiamento parcial de dois livros, já publicados, da coleção Boêmios do Café Paris, sobre a qual já falamos.

A pequena exposição que trouxemos para o Enar, *banner* e folhetos foram custeados com essa verba.

d) Sebos

Livros didáticos, best-sellers, revistas de divulgação, quadrinhos etc. são vendidos a sebos locais. Mesmo que a baixo custo, avalia-se que se trata de uma adequada forma de se colocar novamente em circulação parte do material recolhido.

e) Reciclagem

Ao fim desse processo, os materiais que não encontram seu nicho, só então, são destinados à reciclagem.

4 Identificando as obras raras do projeto

Cabe ressaltar que o projeto não prioriza o recolhimento de obras consideradas raras. Em um país notadamente com tantas deficiências culturais, colocar novamente em circulação o que ainda pode ser reaproveitado é sua tarefa primordial.

Porém, um significativo conjunto de materiais considerados raros e/ou valiosos pelo programa é recolhido. Para sua identificação, são utilizados os critérios estabelecidos pela Ordem de Serviço nº 02/2000, no âmbito do Sistema NDC de Bibliotecas e Arquivos da Universidade Federal Fluminense, que são basicamente os seguintes:

- as datadas até o século XVIII;
- as brasileiras do século XIX, especialmente as datadas até 1850;
- as primeiras edições;
- as edições especiais, numeradas e com tiragens reduzidas, em especial as de luxo para bibliófilos;
- as edições clandestinas;
- as edições ilustradas por artistas renomados ou pelos próprios autores;
- as edições apreendidas, suspensas ou recolhidas;
- as edições esgotadas;
- os exemplares com dedicatórias e/ou autógrafos importantes;
- as obras clássicas nos diversos ramos do conhecimento, reconhecidas como tal por especialistas.

No entanto, a diversidade do acervo recolhido tem nos obrigado a refletir cotidianamente e a acrescentar novos critérios aos mencionados, com a finalidade de nortear a reunião e a preservação dos itens não bibliográficos amealhados pelo programa.

Dentre os materiais já identificados, são considerados raros e/ou preciosos:

- material iconográfico: álbuns, fotografias e cartões-postais (nacionais e estrangeiros), até a década de 1950;
- discos de gramofone e de 78 rpm;
- moedas portuguesas e brasileiras até a década de 1950;
- medalhas comemorativas;
- material religioso: santinhos, missais, datentes, medalhas e demais objetos até a década de 1950;
- alguns conjuntos temáticos, como o referente à construção de Brasília (cartões-postais, convites autografados etc.) e à construção e inauguração da ponte Rio-Niterói (séries filatélicas e de cartões-postais);

- objetos e documentos específicos de determinados momentos históricos, como caixinhas de socorro da II Guerra Mundial, passaportes familiares do mesmo período etc.

Há também a preocupação com a preservação da memória do bairro de São Francisco, da cidade de Niterói e do Estado do Rio de Janeiro, o que nos leva a considerar raros materiais a ela relacionados.

Dessa forma, são separados ainda como raros e/ou valiosos os materiais que se enquadram nos seguintes critérios:

- obras referentes à história regional (bairro/cidade/estado), desde as mais antigas às publicadas recentemente.
(Neste item incluem-se as plantas do loteamento que deram origem ao bairro de São Francisco, fotos e cartões-postais, publicações periódicas, partituras etc.);
- as coleções de personalidades importantes da cidade de Niterói.
(Neste item são consideradas na íntegra as coleções Nóbrega de Siqueira, jornalista e crítico teatral, com 732 volumes, 132 fascículos de periódicos, 38 fotografias, 68 manuscritos, documentos pessoais e 231 recortes com artigos de sua autoria publicados em jornais e revistas; e Lourenço de Araújo, poeta e jornalista, com 723 volumes, 372 fascículos de periódicos, manuscritos, fotografias, documentos pessoais e recortes de jornais.);

Alguns conjuntos ainda não puderam ser avaliados, por não termos encontrado especialistas que pudessem nos orientar, como é o caso dos selos. Apesar de leigos no tratamento desse tipo de material, já pudemos identificar alguns selos importantes, como o Olho de Boi, a primeira série de selos brasileiros, impressa por determinação do governo imperial brasileiro em 1843.

Certamente novos critérios de raridade serão acrescentados a esse nosso estudo inicial.

Esperamos que os resultados positivos dessa experiência levem à reflexão sobre o material histórico e cultural que se perde diariamente com o descarte do cidadão comum, e sobre o que se poderia “salvar” se programas semelhantes fossem implantados em bairros das grandes cidades, ou em pequenos municípios brasileiros, ou mesmo se campanhas de orientação direcionassem o cidadão a procurar instituições que estivessem disponíveis para receber e tratar esses materiais adequadamente.

Referências

- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Divisão de Obras Raras. Planor. *Crêterios de raridade [e] Catálogo Coletivo do Patrimônio Bibliográfico Nacional* – CPBN: séculos XV e XVI. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, [2000]. 1 CD-ROM.
- COLETA seletiva recupera dois mil livros em Niterói. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 jan. 1992. p. 17.
- CULTURA resgatada na lixeira. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 out. 1995. O Globo Niterói, p. 27.
- EIGENHEER, Emílio Maciel. Cultura esquecida no lixo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 mai. 1995. Caderno Ideias, p. 5.
- _____. Resíduos & Memória. *Retrô: coleções & antiguidades*, São Paulo, p. 66-68, mar. 2007.
- _____. (Coord.). *Resíduos & Memória*. Niterói: Sacem, Projeto Cidadania, Reutilização e Inovação Tecnológica, 2006. 35 p. il. (Cadernos do Centro de Memória Fluminense, 8).
- _____; FERNANDES, Maria José da Silva. *Resíduos & Memória*. Rio de Janeiro: InFolio, 2007. 47 p. il.
- _____; _____. Resíduos & Memória: apoio CNPq. *Mundo & Vida: alternativas em estudos ambientais*, Niterói, UFF-CEG, v. 9, n. 1, p. 23-35, 2008. Número especial sobre resíduos sólidos.
- _____; FERREIRA, João Alberto; ADLER, Roberto Rindler. *Materiais culturais e de construção na coleta seletiva de lixo*. Rio de Janeiro: In-Folio, 2007. 28 p. il.
- FERNANDES, Maria José da Silva. *A importância das coleções particulares para a preservação da memória regional: o Centro de Memória Fluminense da UFF*. Niterói: Sacem, 2005. 78 p. il. (Cadernos do Centro de Memória Fluminense, 7).
- _____. (Org.). *Obras do século XIX: Projeto Resíduos & Memória*. Rio de Janeiro: Centro de Informação sobre Resíduos Sólidos: In-Folio, 2007. 32 p. il. color. (Série Catálogos, 1).
- _____; HELDE, Rosângela Rocha Von. Resíduos & memória: o acervo valioso e/ou raro recolhido pelo Programa de Coleta de Lixo de São Francisco, em Niterói. *Mundo & Vida: alternativas em estudos ambientais*, Niterói, UFF-CEG, v. 12, n. 1, p. 25-31, 2012. Número especial sobre resíduos sólidos II.
- PINHEIRO, Ana Virgínia. *Que é livro raro?: uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica*. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1989. 71 p. il.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Núcleo de Documentação. *I Catálogo de obras raras e valiosas da Universidade Federal Fluminense*. Niterói: NDC, 2006. 46 p. il.

_____. Núcleo de Documentação. *Documentos raros e/ou valiosos: critérios de seleção e conservação*. 2. ed. Niterói: EDUFF, 2002. 37 p.

_____. Núcleo de Documentação. *Ordem de Serviço n. 02/2000, de 05 de maio de 2000*. Estabelece critérios para identificação de obras raras e/ou valiosas no âmbito do Sistema NDC de Bibliotecas e Arquivos na UFF.

Uma breve análise sobre os critérios de raridade bibliográfica

Jeorgina Gentil Rodrigues

Doutora em Informação e Comunicação em Saúde, mestre em Ciência da
Informação. Biblioteca de Ciências Biomédicas, Iicct/Fiocruz.





Resumo

Este estudo faz uma breve análise dos critérios de qualificação de obras raras. Analisa os critérios adotados por diferentes instituições públicas. Apresenta algumas recomendações metodológicas visando a subsidiar os critérios de qualificação de obras raras. Também apresenta os critérios de raridade bibliográfica desenvolvidos para livros e periódicos científicos adotados na Biblioteca de Ciências Biomédicas da Fundação Oswaldo Cruz.

Palavras-chave: *Crerários de obras raras. Biblioteca de Ciências Biomédicas. Fundação Oswaldo Cruz.*

Abstract

This study is a brief analysis of the qualification criteria of rare books. It analyzes the criteria adopted by different public institutions. It presents some methodological recommendations aimed at subsidizing the qualification criteria of rare books. It also presents the bibliographic rarity criteria developed for scientific books and periodicals adopted in the Biomedical Sciences Library of the Oswaldo Cruz Foundation.

Keywords: *Rare books criteria. Biomedical Sciences Library. Oswaldo Cruz Foundation.*



Introdução

O livro em trajetória começa “comum”, torna-se “incomum” ou “excepcional”, passa a ser “escasso”, depois “raro” e finalmente “raríssimo” (HOWES, 1956/1957; KOSMOS, 1984; MORAES, 1998). Essa divisão surgiu, muito provavelmente, no início do desenvolvimento do comércio de livros impressos (HOWES, 1956/1957). Assim, por meio dos livros raros é possível percorrer séculos e vivenciar o passado, o presente e o futuro:

*What is a book? [...] For me a book is a tiny crystallization of history. Its contents may speak of the past or the present, of many countries or of no country, while the format of the book itself is an eloquent of the time and place that produced it and forever bears the unmistakable stamp of its nationality and its period.*¹ (SHAFFER, 1959, p. 138)

Ainda Shaffer (1959, p. 141): “*Each book has the power to recall at least the period which produced, and some have fascinating tales to tell of various times and places.*”² Para a autora, por meio dos livros antigos se pode perceber além da evolução dos conceitos, a variação dos formatos que evidenciam como cada época e lugar tornam o texto bem peculiar e próprio.

Desde a invenção da imprensa, milhões de livros, folhetos, revistas e jornais foram publicados. No entanto, apenas uma pequena parcela dessas peças é considerada “rara” pelos especialistas. Horch (1982, p. 63) faz a seguinte observação sobre o significado da palavra *raro* e sua relação com o livro: “Em relação ao livro, o fator raridade é importante ou, mesmo, primordial. No entanto, não é exclusivo. Existem vários fatores, para que ao livro seja atribuído o qualificativo raro”.

Os conceitos de raridade são, usualmente, baseados no consenso geral do “velho-antigo-precioso-raro” (PINHEIRO, 1989; RODRIGUES, 1996, 2007). Entretanto, uma obra pode ser considerada rara ao sair do prelo. Para Pinheiro (2001, p. 1), “cada livro é um universo restrito de manifestações culturais – originais e acrescentadas”. Assim, para que ao livro seja atribuído o qualificativo de raro, deve-se considerar não apenas a sua beleza tipográfica, antiguidade, unicidade ou valor comercial, mas também o seu considerável potencial de informação.

As obras raras podem ser conceituadas em duas grandes categorias: “obras comprovadamente raras e obras circunstancialmente raras” (NARDINO;

1. O que é um livro? [...] Para mim, um livro é uma pequena cristalização da história. Seu conteúdo pode falar do passado ou do presente, de muitos países ou de nenhum país, enquanto o formato do livro em si é uma eloquência do tempo e lugar que o produziu e sempre traz a marca inconfundível da sua nacionalidade e seu período. [tradução nossa]

2. Cada livro tem o poder de recordar, pelo menos, o período que o produziu, e alguns têm histórias fascinantes para contar de várias épocas e lugares [tradução nossa].

CAREGNATO, 2005, p. 384). Na primeira categoria se enquadram as obras que abrangem determinado limite histórico. As obras circunstancialmente raras são aquelas que se enquadram em critérios preestabelecidos por instituições ou bibliófilos.

Nessa perspectiva, conceitua-se como raro: “Todo livro que cita pela primeira vez um fato importante, marca uma data na História, tem um valor bibliográfico universal, é procurado e se torna geralmente raro” (MORAES, 1998, p. 21). As características históricas de determinada época são o resultado de um contínuo processo de transformação. Os livros que naquele momento são produzidos também estão sujeitos a esse processo. Então, entender um livro raro é estudá-lo em sua historicidade, apresentando seu significado em cada momento, chegando a seu significado atual.

Desse modo, considerou-se que a determinação de critérios para a qualificação de obras raras deve responder às seguintes questões (RODRIGUES, 1996, 2007):

- Com que finalidade? (critérios objetivos);
- A quem interessa? (critérios subjetivos).

Pinheiro (1989, p. 21) entende que a identificação de critérios de raridade bibliográfica:

implica na abordagem do caráter bibliológico das obras e na ênfase da influência social, econômica, e cultural, sofrida por todas as autoridades que contribuíram na elaboração física e intelectual de uma obra.

Partindo desses pressupostos, tendo como base as recomendações metodológicas de Pinheiro, o acervo deverá ser avaliado sob as seguintes perspectivas: a) do profissional da informação, no caso de um acervo considerado antigo e desatualizado ser selecionado por um novo critério de valor; b) do gestor da instituição, perante um acervo que considera “valioso” do ponto de vista histórico e comercial; e c) do usuário, pelo seu consequente valor bibliográfico ou bibliológico. Só depois da avaliação do acervo é que o profissional da informação poderá definir critérios para enfoque de raridade bibliográfica.

O critério da raridade relativa

O critério da raridade relativa pode considerar um livro como raro, conforme determinadas características em que se enquadre: uma edição com alguma particularidade ou caráter próprio que a distinga das demais; a relevância histórica da obra; uma edição que testemunhe os estágios de avanços científicos e tecnológicos; uma obra representativa do escopo da instituição em que está

localizada; um exemplar acrescido de elementos em período posterior à sua publicação, por exemplo, autografado pelos autores ou personalidades de renome.

Esses critérios poderão ser sistematizados e aplicados nas mais diversas circunstâncias. Como exemplo, podemos citar os seguintes catálogos de obras raras que consideraram o aspecto do valor cultural na seleção e formação de seu acervo raro:

não é a raridade nem o valor pecuniário, no sentido dos antiquários, que queremos ressaltar, embora disso não possamos nos dissociar. Tornar conhecido o legado intelectual dos homens que as escreveram, é a nossa meta [...] (MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI, 1987, v. 1, p. 9);

obras que devem figurar [...] como marcos sempre vivos da linguagem, do espírito e dos hábitos de uma época. (BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO (Rio Grande do Sul), 1972, p. [iii]);

coletânea de interesse em diversas fases da cultura pernambucana [...] (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL (Pernambuco), 1982, p. 6);

ao conteúdo que encerram e às circunstâncias de onde emergiram... (BIBLIOTECA RIO GRANDENSE (Rio Grande, RS), 1986, p. 5);

obras representativas que retratam o Brasil na visão dos viajantes que descreveram seus habitantes, doenças e tratamentos, geografia animais e plantas. (ÁVILA-PIRES, 1992).

A evolução do livro contribuiu para a consagração de mitos relacionados a critérios de raridade bibliográfica, tais como: “todo livro antigo é raro” ou “um livro é raro quando é o único existente no mundo” (PINHEIRO, 1989, 2001). Ainda segundo a autora, antiguidade não é sinônimo de raridade, nem garante o mérito de um livro. O acúmulo de títulos potencialmente raros, não identificados em bibliotecas, arquivos e museus, produz a ilusão da “inexistência” de títulos. Quando se identifica um exemplar, não se pode ter a certeza de que ele seja efetivamente um exemplar único, no mundo.

Os códigos de catalogação especializados³ adotam tanto o limite histórico, publicações produzidas antes da introdução da mecanização da imprensa no século XIX, como as características das obras produzidas artesanalmente, ou por processos que perpetuam a tradição do livro artesanal, independentemente da época de publicação, como critérios básicos, na seleção e formação de um acervo considerado raro.

3. Cf. Library of Congress (1991); International Federation of Library Associations and Institutions (1991).

Conforme Moriarty (2004, p. 6), o *Descriptive cataloging of rare materials (books)* considera um livro como “raro”

*based on its age, provenance, artifactual value, the number of copies of the same state, issue, or edition in existence, its inclusion in a defined collection, or its potential research value among other criteria. There are arbitrary cut-off dates one can use, such as 1501 for incunabula and 1800 for hand-press books although many institutions now have moved the latter date back to 1825. However, many 19th century and modern fine-printing books are also collected in rare book and special collections departments. The closest one can come to defining ‘rare’ book is that it usually has a historical or artifactual value independent of its content.*⁴

Como exemplo, citam-se aqui algumas instituições brasileiras e os limites cronológicos adotados para conceituar um livro como raro: a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro (RJ), considera raros os livros editados até 1841; o Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro (RJ), considera raros os livros publicados até 1889; a Biblioteca Estadual Benedito Leite, em São Luís (MA), considera raras as obras publicadas até 1900 e as primeiras edições das obras produzidas entre 1900 a 1950; e a Biblioteca Central da Universidade de Brasília, no Distrito Federal, considera raras as obras editadas no Brasil até 1830/1840 e obras de autores brasileiros publicadas até 1860.

O critério da raridade relativa também é adotado por bibliófilos e bibliógrafos que podem considerar como “raro”: uma primeira edição; um exemplar pouco conhecido; uma edição premiada; um fac-símile; uma encadernação de luxo; uma obra com estampas originais; um assunto tratado de maneira *sui generis*.

As fontes de informação comerciais também utilizam o critério da raridade relativa. Pinheiro (1989, p. 12) observa que “nas fontes de informação comerciais, que vão avaliar, em espécie, cada unidade bibliográfica – o preço passa a ser indicador de ‘raridade’ [...]”. Os livreiros, para valorizar determinado exemplar, utilizam termos como “obra rara”, “obra muito estimada”, “extremamente rara”, “muito rara ou raríssima” e “obra esgotada”, não existindo um conceito definido para cada termo. Conforme Cunha (1984, f. [1]):

Deve-se ponderar que, conforme interesses específicos de bibliotecas e/ou colecionadores, outros critérios podem ser acrescentados. Entretanto a classificação de qualquer obra dentro destes padrões exige um apoio bibliográfico i.e., consultas a

4. com base no tempo, proveniência, valor artesanal, número de cópias existentes no mesmo estado, com a mesma data de publicação ou de mesma edição, inclusão em uma coleção definida ou valor de pesquisa potencial entre outros critérios. É possível usar datas de corte arbitrárias, como 1501 para incunábulo e 1800 para livros impressos à mão, embora muitas instituições tenham transferido a última data para 1825. No entanto, muitos livros do século XIX e de fina impressão moderna também são reunidos em departamentos de coleções especiais ou de obras raras. O mais próximo que se pode chegar da definição de livro “raro” é que este costuma ter um valor histórico ou artesanal independente de seu conteúdo [tradução nossa].

bibliografias, catálogos especiais com descrição de exemplares, conhecimento de história do livro e outras fontes de informação e referência.

Existem obras que serão consideradas raras em qualquer instituição e catalogadas como tal, como é o caso de incunábulos e coleção Brasileira e Brasileiraense. Moraes (1998) define como coleção “Brasileira” o conjunto de livros antigos sobre o Brasil, impressos entre 1504 (data do primeiro livro sobre o Brasil) até antes de 1901, produzidos por viajantes estrangeiros; obras de autores brasileiros impressas no estrangeiro até 1808, início oficial da tipografia no Brasil, e os livros escritos por brasileiros durante o período colonial. Contudo, o autor faz a seguinte restrição: “não se considera como Brasileira o que não é procurado pelos bibliófilos” (p. 176), ou seja, não é considerado como objeto de coleção. O referido autor classificou como coleção “Brasileira” a coleção de livros impressos no Brasil de 1808, data em que se encerra o período colonial, até a atualidade.

Um importante conjunto de relatos denominado “Brasileira” é dos cronistas quinhentistas, como Pedro Vaz de Caminha, Fernão Cardim, Gabriel Soares de Souza, André Thevet, Jean Lery e Hans Staden, que descrevem os índios, a fauna e a flora da nova terra. Considerava-se que nos relatos quinhentistas havia uma forte presença de fantasias, do maravilhoso, que constituía o imaginário europeu.

Não obstante os diversos critérios para qualificar um livro como raro, a raridade relativa não contraria o caráter de raridade internacional de uma obra. Diante dessas premissas, quais são os critérios empregados para qualificar uma obra como rara, internacionalmente? Citam-se, como exemplo, os critérios adotados pela Biblioteca Nacional (1984, 2000):

- Primeiras impressões (séculos XV-XVI);
- Impressões dos séculos XVII e XVIII (até 1720);
- Edições de tiragens reduzidas;
- Edições especiais (de luxo para bibliófilos);
- Edições clandestinas;
- Obras esgotadas;
- Exemplares de coleções especiais (regra geral com belas encadernações e ex-libris);
- Exemplares com anotações manuscritas importantes (incluindo as dedicatórias);
- Brasil (século XIX).

Como identificar um livro raro?

Os livros impressos até o fim do século XVIII merecem especial cuidado, não só por serem objetos de feitura artesanal, como também pelo esforço empregado pelo homem em todas as etapas de sua fabricação (CUNHA, 1995). Assim, um livro para ser considerado “raro” deve ser avaliado sob os seguintes aspectos (PINHEIRO, 1989, p. 29-32; UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1987):

- Limite histórico: os períodos que caracterizam as principais datas da evolução tecnológica do livro; do século XV, início da tipografia artesanal, até antes de 1801, marco do início da produção industrial de livros e produção artesanal de impressos; a fase inicial da produção de impressos em qualquer lugar; todo período que caracteriza uma fase histórica, demarcada em função do conjunto bibliográfico (objetivo, utilização, assunto etc.) e/ou colecionador.
- Aspectos bibliológicos: beleza tipográfica; ilustrações produzidas artesanalmente (xilografia, aquarela etc.) e não fotomecânicos; os materiais utilizados para a confecção do suporte na impressão (papel de linho, pergaminho, marcas d'água);⁵ edições de luxo para colecionadores, com número limitado de exemplares, enriquecida por ilustrações de artistas consagrados e impressa em papel especial; notas,⁶ como, por exemplo, capitais ornamentadas, vinhetas,⁷ caracteres góticos, comentários em corandel, manchete⁸ etc.

Conforme Machado, Helde e Couto (2007, p. 103), análise bibliológica consiste num exame minucioso feito em cada página do livro e que tem como objetivo servir como um recurso de preservação e salvaguarda. Recomenda-se descrever todos os atributos pertencentes a um determinado item e todos os demais atributos que o caracterizam e o diferenciam de outros exemplares da mesma obra, expressão e/ou manifestação, tornando-se necessária a realização de uma análise exaustiva, da capa à contracapa.

5. Marca d'água: um brasão partido, coroado, com as iniciais I e Y (BIBLIOTECA NACIONAL, 1983).

6. Na catalogação de obras raras, é indispensável o uso da Zona das Notas (zona 7) do *International Standard Bibliographic Description for Older Monographic Publications (Antiquarian)* – ISBD(A), que permite detalhar e especificar bem as características extrínsecas e intrínsecas da obra rara, ampliando e enriquecendo a sua descrição. Em alguns momentos, principalmente quanto à padronização de terminologias, é utilizado o *DCRB Descriptive Cataloging of Rare Books* – DCRB (MACHADO, HELDE; COUTO, 2007).

7. Qualquer ilustração ou ornamento, tipográfico ou alusivo ao texto, e que, no processo descritivo, não pode ser identificado, com segurança, como marca ou brasão (PINHEIRO, 1998).

8. Signo tipográfico usado para chamar especial atenção para passagens do texto (HOUAISS, 1983, p. 188).

- Valor cultural: obras científicas que datam do período inicial de ascensão daquela ciência; ineditismo dos assuntos na época em que foram escritos; edições limitadas e esgotadas; obras personalizadas e numeradas com tiragens reduzidas; censuradas e contrafeitas;⁹ edições príncipes;¹⁰ edições fora de mercado; obras representativas do escopo da instituição onde está localizada etc.
- Pesquisa bibliográfica: os livros raros serão previamente analisados segundo os critérios de raridade adotados pela instituição e simultaneamente será realizada pesquisa bibliográfica em fontes consideradas fidedignas impressas ou em meio digital; identificação de exemplares disponíveis considerados raros, preciosos ou únicos, fundamentada em bibliografias de mérito reconhecido e de especialistas no assunto, valor de mercado etc.
- Características do exemplar: elementos acrescentados ao exemplar que se tem em mãos, como a presença de autógrafo ou dedicatória de personalidade de renome, anotações manuscritas no exemplar, imperfeições no exemplar, exemplar incompleto (falta de folha de rosto, páginas do texto e/ou estampas), marcas de propriedade (carimbos,¹¹ *ex-libris*,¹² *super-libris*,¹³ *ex-dono*¹⁴) etc.

Nesse contexto, a Biblioteca de Ciências Biomédicas adotou os seguintes critérios de raridade para livros científicos e históricos (BIBLIOTECA DE MANGUINHOS, 1992, p. [23]-24):

Obras Raras e Especiais:

- Obras publicadas até o século XVIII (o fator data impõe-se naturalmente);
- Obras publicadas no Brasil no século XIX (período-marco, em face da instalação da tipografia no Brasil em 1808);

9. “imitação fraudulenta, edição de um livro feita sem autorização de quem detém os direitos” (PINHEIRO, p. 152-153).

10. “Primeira edição de uma obra, com prioridade temporal sobre quaisquer outras edições de quaisquer editores; é comumente, interpretada como primeira edição impressa de um texto anterior à tipografia” (PINHEIRO, p. 59).

11. Por exemplo, Carimbo da Real Bibliotheca etc.

12. Marca de propriedade impressa ou gravada em papel que identifica o colecionador, geralmente fixada no verso da capa ou nas folhas preliminares de um livro (CALHEIROS; COSTA; RODRIGUES, 2003), por exemplo, *ex-libris* de Lionel Walter Rothschild. 1886 (v. 3-5) (BIBLIOTECA DE MANGUINHOS, 1992, p. 70, ref. 92); *ex-libris* atribuído a J. A. Marques (BIBLIOTECA NACIONAL, 2004, p. 95, ref. 132).

13. Marca de propriedade fixada ou gravada na encadernação de um livro que identifica o colecionador (CALHEIROS; COSTA; RODRIGUES, 2003), por exemplo, *super-libris* do Marquês de Pombal nas duas capas (FAILLACE, 2009, p. 76).

14. Marca de propriedade representada por anotação manuscrita que identifica o dono do exemplar, geralmente, nas folhas preliminares (CALHEIROS; COSTA; RODRIGUES, 2003), por exemplo, *ex-dono* “Josephi Santis Mendes & Carvalho est” (t. 2) e “Sou de Joze Antonio dos Santos Mendes de Carvalho & Cia” (t. 3) (BIBLIOTECA DE MANGUINHOS, 1992, p. 31, ref. 5); *ex-dono*: “Collegio do Porto” (BIBLIOTECA NACIONAL, 2004, p. 98, ref. 153).

- Livros com estampas originais (ilustrações de artistas de renome ou dos próprios autores);
- Trabalhos que sejam marcos para o progresso da Ciência (como as edições antigas História Natural de Linné, primeiro a criar um sistema internacional de nomenclatura zoológica e botânica);
- Trabalhos que sejam marcos na História Científica do Brasil (como Flora Brasiliensis de Martius);
- Obras esgotadas;
- Livros de valor científico editados até o final do século XIX;
- Edições clandestinas;
- Edições especiais (definem-se por si e são importantes porque restritas em sua destinação e objetivos).

Exemplares Raros e Especiais:

- Com dedicatória manuscrita dos autores e/ou personalidades de renome;
- Autografados pelo(s) autor(es);
- Com marcas de propriedade (assinaturas, ex-libris, carimbos, brasões etc.);
- Tiragem especial em edições comuns.

Além desses, o presente estudo recomenda que sejam acrescidos os seguintes critérios para qualificação de livros científicos e históricos:

- Coleção Brasiliana: livros sobre o Brasil impressos desde o século XVI até o final do século XIX e os livros de autores brasileiros impressos no estrangeiro até 1808;
- Coleção Brasiliense: livros impressos no Brasil de 1808 até os nossos dias e que tenham valor bibliofílico, que é frequentemente acrescido pela presença de assinaturas e dedicatórias;
- Livros de comprovado valor científico editados até o final do século XIX;
- Trabalhos monográficos de valor científico: teses inaugurais ou de doutoramento e livre-docência, defendidas até a década de 1940;
- Trabalhos de valor científico significativo produzidos por cientistas e pesquisadores brasileiros até a década de 1940;
- Trabalhos de autoria feminina de valor científico significativo produzidos até a década de 1940.

O livro raro se impõe hoje como objeto de reflexão (história e memória) e do desenvolvimento dos estudos a respeito dele e das instituições responsáveis por sua guarda e divulgação.

CrITÉRIOS de enfoque de raridade para periÓdicos cientÍficos

Em relaÇão aos critérios de enfoque de raridade para periÓdicos científicos, estes são classificados como raros tanto em virtude de sua antiguidade quanto por sua importância histórica e relevância como fonte de pesquisa. Rodrigues (1996, p. 57-59) desenvolveu os seguintes critérios de qualificação de periÓdicos científicos raros:

PeriÓdico enquanto canal de comunicação formal, com relação às funções *memória e disseminação* da informação (suporte físico):

- PeriÓdicos produzidos artesanalmente (do século XV, princípio da história da imprensa, até antes de 1801, em face de mecanização dos impressos);
- PeriÓdicos publicados no Brasil no século XIX (período-marco da criação da Imprensa Régia no Brasil em 1808);
- In cio do periodismo em qualquer lugar;

PeriÓdico em função do conjunto bibliográfico:

-  mbito da coleção em análise;
- Finalidade da publicação (filosofia editorial);
- Autoridades que colaboraram na produção intelectual da publicação: autores, editores, impressores e tipógrafos célebres;
- Utilização (liberdade de divulgação e publicação. Eventualmente por razões de censura política, social, religiosa ocorre cerceamento desta liberdade, tornando-se raros os exemplares que tenham sobrevivido ao recolhimento, censura ou apreensão);
- A repercussão do fato científico nas sociedades e nas comunidades científicas da época (o registro desses fatos identifica, claramente, mudanças);
- PeriÓdicos de valor científico significativo produzidos até a primeira metade do século XX.

PeriÓdico em função do conteúdo:

- Artigos científicos que datam do período de ascensão de uma determinada Ciência (assim definidos pela literatura especializada);
- PeriÓdicos que sejam marcos de referência para o progresso da Ciência (assim definidos pela literatura especializada);
- PeriÓdicos que sejam marcos de referência na História Científica do Brasil (assim definidos pela literatura especializada);
- PeriÓdicos impressos em circunstâncias pouco comuns (por exemplo, obras eram impressas clandestinamente por motivos políticos, religiosos);

PeriÓdico em função dos aspectos bibliológicos:

- Ilustradas, por artistas de renome ou pelos próprios autores, destacam-se, naturalmente, nas coleções;
- Ilustradas, por métodos artesanais: desenhos feitos de observações diretas ou com base em observações feitas ao microscópio;

- Ilustrada por métodos fotomecânicos: a invenção da fotografia e da fotogravura possibilita novas observações passíveis de serem reproduzidas;

Características do exemplar em mãos:

- Marcas de propriedade (por exemplo, ex-libris, assinaturas, iniciais, carimbos, brasões etc., que identifiquem uma personalidade merecedora de reconhecimento);
- Autografado pelos autores e/ou personalidades importantes;
- Dedicatórias manuscritas dos autores e/ou personalidades importantes;
- Anotações importantes, que podem ser de um possuidor ou mesmo de um leitor interessado e sempre que acrescentem, corrijam, esclareçam ou comentem o texto.

Como se pode verificar, os critérios de enfoque de raridade bibliográfica podem ser sistematizados de forma flexível, de acordo com o interesse de cada biblioteca e/ou instituição.

Além dos critérios de qualificação de obras raras visando à preservação de acervos considerados raros, valiosos ou preciosos e em consonância com a questão da preservação e salvaguarda dos bens culturais de uma nação, incluindo o meio ambiente, os costumes, as línguas e as tradições, o patrimônio hoje é preocupação de um número expressivo de países em todo o mundo,¹⁵ “reunindo profissionais de diversas áreas, que compartilham os postulados técnicos e teóricos relacionados a essas tarefas” (POSSAMAI, 2000, p. 16).

Nesse contexto, preservar não é apenas conservar e proteger o patrimônio documental da umidade, dos agentes (biológicos, físicos ou químicos) que causem danos às obras, mas também garantir sua integridade por meio de procedimentos que visem à segurança física de acervos.

Considerações finais

Alguns teóricos (MCLUHAN, 1972; FEBVRE; MARTIN, 1992; CHARTIER, 1994; 2002) consideram provável o fim do livro tradicional. Entre eles, Chartier (2002) adverte que o livro, antes instrumento essencial para conservação e transmissão de conhecimento, hoje tem sua posição ameaçada pelo intenso avanço tecnológico.

Apesar dessas mudanças, nas últimas décadas vem ocorrendo o aumento do interesse acadêmico pela História do Livro, sobretudo nas universidades europeias e norte-americanas e, mais recentemente, na América Latina (BELO, 2002).

15. Estados Unidos da América, França, Canadá, Inglaterra, Japão.

Os acervos bibliográficos e documentais brasileiros se caracterizam como verdadeiros “sítios arqueológicos” e muitas obras aguardam serem (re)descobertas. Percebe-se um movimento crescente de digitalização e disponibilização de livre acesso¹⁶ em que a garantia de permanência e acesso às informações em médio e longo prazos são fundamentais para o desenvolvimento científico e tecnológico. A digitalização democratiza o acesso às informações contidas nesses acervos.

No entanto, a digitalização não substitui a “lisura do tato” do usuário-pesquisador ao buscar nos originais informações nem sempre apreendidas: folhear as páginas e perceber a textura do papel sendo cruzado pelas hachuras do grafite ou carvão e ainda sentir o cheiro característico do papel ou das tintas.

Por conseguinte, os livros raros dão um sentido de estabilidade uma vez que eles sobrevivem às muitas mudanças e ainda existem para continuar mostrando um pouco da imortalidade das realizações do homem. O livro raro pode ser considerado um ponto de partida essencial para a (re)interpretação do passado sob um novo olhar.

Diante dessas premissas, avaliar o potencial de uma obra considerada “rara” é tarefa que requer estudo constante e reavaliação periódica, face à importância da obra para a instituição mantenedora e pelo seu consequente valor histórico, bibliográfico e bibliológico ou comercial.

Referências

- ÁVILA-PIRES, F. D. Orelha In: BIBLIOTECA DE MANGUINHOS. *Catálogo de obras raras e especiais da Biblioteca de Manguinhos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1992.
- BELO, A. *História & livro e leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- BIBLIOTECA DE MANGUINHOS. *Catálogo de obras raras e especiais da Biblioteca de Manguinhos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1992.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Catálogo de raridades bibliográficas recuperadas pelo Subprojeto Integração do Acervo Histórico séculos XV a XVII. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 103, p. 237-304, 1983 (1984).
- _____. *Quinhentistas portugueses da Biblioteca Nacional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2004.
- _____. Divisão de Obras Raras. Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras. *Crêterios de raridade [e] Catálogo Coletivo do Patrimônio Bibliográfico Nacional: séculos XV e XVI*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, [2000]. [CD-ROM].

16. A iniciativa dos arquivos abertos (Open Archives Initiative) é responsável pela interoperabilidade entre sistemas e pela disseminação da informação científica produzida.

- CALHEIROS, M.; COSTA, P.; RODRIGUES, A. Análise bibliológica de livros raros: a preservação ao pé da letra. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 123, p. 1-240, 2003 (2007).
- CHARTIER, R. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Unesp, 2002.
- _____. *A ordem dos livros, leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: UnB, 1994.
- CUNHA, L. F. F. *Critérios empregados para qualificação de obras raras*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1984. datil.
- _____. *A trajetória do livro: do artesanal ao raro e precioso*. In: ARTES do livro: catálogo de exposição. Rio de Janeiro: CCB, 1995. p. 33-41.
- ESCARPIT, R. *A revolução do livro*. Rio de Janeiro: FGV, 1976.
- FAILLACE, V. L. M. *Catálogo dos livros de horas da Biblioteca Nacional do Brasil*. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais Projetos Sociais) – Fundação Getúlio Vargas, 2009.
- FEBVRE, L.; MARTIN, H.-J. *O aparecimento do livro*. São Paulo: Unesp, 1992.
- HORCH, R. E. O livro raro no Brasil. *Comunicações e Artes*, São Paulo, n. 11, p. 63-71, 1982.
- HOUAISS, A. *Elementos de bibliologia*. Reimpressão fac-similar. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL/Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.
- HOWES, W. A rare book: its essential qualifications. *Library Trends*, v. 5, p. 489-494, July 1956/Apr. 1957.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. *ISBD(A)*: International standard bibliographic description for older monographic publications (Antiquarian). 2nd rev. ed. New York: K. G. Saur, 1991. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s13/pubs/isbda.htm>>. Acesso em: 4 jan. 2010.
- KOSMOS. *Catálogo sugestões para bibliófilos: livros raros e esgotados*. Rio de Janeiro, 1984. (Catálogo; n. 735).
- LIBRARY OF CONGRESS. Cataloging Distribution Service. *Descriptive cataloging of rare book*. Washington, DC, 1991. Disponível em: <<http://www.itsmarc.com/crs/rare0170.htm>>. Acesso em: 4 jan. 2010.
- MACHADO, E. C.; HELDE, R. R.; COUTO, S. D. Ensino de catalogação: da teoria à prática. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, Nova Série, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 100-106, jul.-dez. 2007.
- McLUHAN, M. *A galáxia de Gutenberg*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1972.
- McMURTRIE, D. C. *O livro: impressão e fabrico*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [1982].
- MORAES, R. B. *O bibliófilo aprendiz*. 3. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1998.

- MORIARTY, K. S. *Descriptive cataloging of rare materials (books) and its predecessors: a history of rare book cataloging practice in the United States*. Chapel Hill, North Carolina, 2004. Dissertação (Master of Science in Library Science). School of Information and Library Science of the University of North Carolina at Chapel Hill, 2004. Disponível em: <<http://etd.ils.unc.edu/dspace/handle/1901/127>>. Acesso em: 4 jan. 2010.
- NARDINO, A. T. D.; CAREGNATO, S. E. O futuro dos livros do passado: a biblioteca digital contribuindo na preservação e acesso às obras raras. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 381-407, jul./dez. 2005.
- PINHEIRO, A. V. Glossário de Codicologia e Documentação. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 115, p. 123-213, 1995 (1998).
- _____. *Livro raro: antecedentes, propósitos e definições*. 2001. Disponível em: <http://www.esnips.com/doc/71d21837-de1c-427a-80d8-3e2730e8781c/art_03>. Acesso em: 4 jan. 2010.
- _____. *Que é livro raro?: uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica*. Rio de Janeiro: Presença, 1989.
- POSSAMAI, Z. R. O patrimônio em construção e o conhecimento histórico. *Revista Ciências e Letras*, Porto Alegre, v. 25, n. 27, p. 13-24, jan./jun. 2000.
- RODRIGUES, J. G. *O espelho do tempo: análise da coleção de obras raras e especiais da Fundação Oswaldo Cruz como fonte de pesquisa para ciência moderna*. Rio de Janeiro, 1996. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.
- _____. O espelho do tempo: uma viagem pelas estantes do acervo de obras raras da Biblioteca de Manguinhos. *Perspectivas da Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 180-194, dez. 2007.
- RODRIGUES, M. C. Como definir e identificar obras raras? Critérios adotados pela Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul. *Ciência da informação*, Brasília, DF, v. 35, n. 1, p. 115-121, jan./abr. 2006.
- SAFFER, E. Books with a past, a present, and a future: rare books. *Wilson Library Bulletin*, p. 138-144, Oct. 1959.
- SANT'ANA, R. B. Como definir obras raras: critérios da Biblioteca Mário de Andrade. *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, São Paulo, v. 54, p. 231-251, jan./dez. 1996.
- _____. Critérios para a definição de obras raras. *Revista Online Bibl. Prof. Joel Martins*, Campinas, v. 2, n. 3, p. 1-18, jun. 2001. Disponível em: <<http://www.ibict/ienciadainformacao.br.htm>>. Acesso em: 4 jan. 2010.
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Núcleo de Documentação. *Documentos raros e/ou valiosos: critérios de seleção e conservação*. Niterói, 1987.

Critérios de raridade aplicados à coleção especial da Faculdade de Direito do Recife: Sala Rui Barbosa

Karine Vilela

Lígia Santos da Silva Rodrigues

Maria José de Carvalho

Maria Marinês Gomes Vidal

Bibliotecárias na Universidade Federal de Pernambuco.





Resumo

Relato de experiência sobre a construção dos critérios de raridade aplicados na seleção das obras depositadas na Coleção Especial (Cesp) da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife (FDR). Essas obras compuseram o acervo da Sala Rui Barbosa (SRB), que reúne obras raras e valiosas datadas dos séculos XVIII ao XX. Toda a coleção foi submetida a atividades de conservação, catalogação e inventário contempladas por projeto institucional financiado pelo Ministério da Justiça, por meio do seu Conselho Federal Gestor de Direitos Difusos (MJ/CFDD), no período de 2010/2011. O projeto também compreendeu a adaptação do espaço destinado ao acervo com sistema de segurança e controle ambiental, bem como a publicação do repertório das obras dos séculos XVIII a XX, contendo informações básicas sobre os 1.821 títulos catalogados.

Palavras-chave: *Critérios de seleção. Obras raras e valiosas. Coleção Especial. Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife.*

Abstract

Experience report on the construction of the criteria applied in the selection of rare works deposited in the Special Collections (Cesp) Library of the Law Faculty of Recife (FDR) that comprised the collection of Rui Barbosa Hall (SRB) bringing together rare and valuable works dating from the XVIIIth to the XXth centuries. The entire collection was subjected to conservation activities, cataloging and inventory contemplated by institutional project funded by the Ministry of Justice, through its Federal Council Manager of Diffused Rights (MJ/CFDD) in the period 2010/2011. The project also involved the adaptation of space for the collection of security system and environmental control, as well as the publication of the repertoire of works from the XVIIIth to the XXth centuries, containing basic information about the 1.821 titles cataloged.

Keywords: *Selection criteria. Rare and valuable works. Special Collections. Library of the Law Faculty of Recife.*



1 Introdução

As obras raras despertam o interesse de todos os que nutrem o gosto pelo universo do livro e da leitura. No âmbito profissional, o tema é um assunto bastante apreciado, sobretudo por aqueles que lidam com coleções especiais. Em meio à admiração por esse tipo de documento descortina-se um leque de debates, abarcando questões que perpassam a preservação e o valor histórico, culminando na identificação desse tipo de material.

Entendidos não apenas como suporte físico da informação ou meio de disseminação do conhecimento, os documentos, resguardados pela Constituição Brasileira (1988), possuem o *status* de patrimônio cultural e como tal passam a integrar a memória literária da nação:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

[...]

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais. (BRASIL, 1999, p. 123).

A importância em se manter vivo o passado histórico registrado nos impressos ou nos manuscritos reforça a valorização das nossas origens, bem como a preservação da nossa memória coletiva. Nesse contexto, os documentos configuram uma importante fonte primária de pesquisa, além de constituir um valioso acervo bibliográfico que, pertencendo a bibliotecas públicas, privadas ou a coleções particulares, representa um inestimável legado documental.

O acervo em destaque, neste trabalho, pertence à Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife (FDR), cuja origem remete à criação do primeiro Curso Jurídico do Norte do Brasil, em Olinda, no ano de 1827. Durante anos a Biblioteca e o Curso ocuparam diferentes prédios e endereços. A longa jornada de mudanças terminou em 1912 com a transferência para a atual sede, que permitiu a ambos se instalarem no mesmo lugar. Localizada na região central do Recife, a FDR já formou renomadas personalidades do Direito, da Cultura e da Política nacionais, além de ser berço de movimentos que influenciaram o pensamento jurídico, cultural, político e social brasileiro.

A formação do seu acervo histórico, à semelhança de tantas outras instituições centenárias, se deu à custa de doações e compras de bibliotecas particulares, bem como da aquisição de obras que juntas ratificam o feitio humanista nutrido por 182 anos de história da Biblioteca. Cientes das preciosidades existentes em suas estantes, os bibliotecários ao longo dos anos passaram a identificar as obras raras e a reuni-las em local separado do restante do acervo na própria Coleção Especial (Cesp).

Com o intuito de preservar os documentos depositados na Cesp, no ano de 2005, a FDR deu início a projetos institucionais priorizando o acervo de obras raras e valiosas. Seguindo essa mesma postura, a Biblioteca realizou em 2010/2011 um projeto financiado pelo Ministério da Justiça, por meio do seu Conselho Federal Gestor de Direitos Difusos (MJ/CFDD), que compreendeu a preservação de 2.513 volumes.

O objetivo deste trabalho é relatar a experiência da Biblioteca da FDR no estabelecimento dos critérios de raridade adotados para a seleção de parte do acervo de obras raras e valiosas depositado na Cesp reunido na Sala Rui Barbosa (SRB). A escolha do espaço para guarda do acervo ocorreu em função da adaptação da sala com sistema de segurança e controle ambiental adequados à salvaguarda e conservação de coleções especiais. Desde então, a SRB passou a reunir títulos considerados raros e/ou valiosos, todos submetidos a atividades de conservação, catalogação e inventário em uma base de dados eletrônica de acesso remoto.

Para melhor compreensão do tema, no capítulo dois há uma apresentação de definições de critérios de obras raras, e, no terceiro capítulo, descreve-se a metodologia dos critérios de seleção do acervo. Por fim, são brevemente apresentadas as implicações que um trabalho como esse pode vir a suscitar no meio profissional no qual atuam bibliotecários, alunos, conservadores, acadêmicos e o público em geral.

2 Livro raro e coleções especiais: revisão de literatura

Definir raridade é uma tarefa difícil para toda instituição que se depara com a organização de um acervo que inclua documentos raros, únicos e preciosos. Meneses e Silva (2012, p. 1) afirmam que:

Não existe uma fórmula ou um guia para especificar a raridade de uma obra. De fato, existem características que distinguem as obras raras das demais. Caracterizar um livro raro apenas pela sua antiguidade não é o suficiente, pois o conceito de livro raro é muito mais abrangente.

“A raridade de uma obra está diretamente ligada ao seu valor histórico e cultural, representativo da cultura de um povo e de determinada época.” (ROCHA, 2008, p. 42).

Pinheiro (2009, p. 3) ressalta que se deparam com essa dificuldade bibliógrafos, bibliotecas e proprietários avulsos, pois tal definição envolve muitos valores e circunstâncias. Ela ajuda aos interessados em realizar essa atividade ao distinguir o que é raro, único e precioso:

Raro é aquilo que é tratado sob esta acepção em qualquer lugar. Único remete à ideia de exemplar único conhecido, relevando-se a existência de acervos potencialmente raros, não identificados, em bibliotecas, arquivos e museus. O encontro de um exemplar depois de longa e infrutífera busca não é suficiente para a clareza de que ele seja definitivamente um exemplar único, no mercado. Precioso abrange as noções de posse e identidade. Cada curador de acervo deve encarregar-se de acumular aquelas coleções que, em princípio, seriam de sua exclusiva competência, em função da missão de depositária da pessoa (física ou jurídica) que representa.

Rodrigues (2006, p. 115) define livro raro de maneira simplificada como:

Livro raro é aquele difícil de encontrar por ser muito antigo, ou por tratar-se de um exemplar manuscrito, ou ainda por ter pertencido a uma personalidade de reconhecida projeção e influência no país e mesmo fora dele [...] ou reconhecida-mente importantes para determinada área do conhecimento [...].

Alguns critérios bastante pertinentes são listados por Pinheiro (2009, p. 3):

- a) limite histórico – o valor histórico é o referencial. Em cada século o livro apresenta o seu papel;
- b) aspecto bibliográfico – trata dos aspectos bibliográficos dos volumes produzidos de forma artesanal, independentemente da época de publicação. Leva-se em consideração a beleza tipográfica, a natureza e características dos materiais utilizados como suporte na impressão, tais como papel de linho, pergaminho, marcas d'água, tintas, encadernações originais luxuosas, edições de luxo; ilustrações, desde que produzidas por métodos artesanais, não fotomecânicos, tais como xilogravura, água forte, aquarela etc. O livro é considerado um documento e passa a ser visto também como monumento;
- c) valor cultural – é abordado a partir da relação existente entre a História do Livro e a Cultura antigamente e hoje. Às vezes, o entendimento entre o valor cultural (sentido histórico) e o valor memória (sentido patrimônio) é confundido, pois o valor memória é atribuído pela instituição que guarda a obra e esta fez parte do seu universo. Com relação ao valor cultural, devem-se considerar as seguintes características de uma obra: estruturais – volume e forma, classe e tipo de obras; e substantivas – proveniência, origens funcionais, data, lugar da produção e singularidade ou tratamento do assunto; além de existir o risco de deixar claro o gosto fácil e crítico da mentalidade dominante;
- d) pesquisa bibliográfica – acredita-se que todos os livros um dia impressos foram inseridos em bibliografias gerais, específicas e especializadas, como também catálogos e inventários de bibliotecas, livrarias e leilões; e
- e) características do exemplar – todas as inserções, subtrações, complementações que não faziam parte do livro até a conclusão de sua produção, como marcas de propriedade e de procedência, marcas posteriores à produção do livro, marcas de leitura, encadernações originais, de época, artísticas e imperfeições temporais, acidentais ou provocadas.

O livro pode ser considerado valioso por vários motivos: por seu conteúdo, por se tratar de primeira edição de importante obra literária ou histórica, pelas características físicas – encadernações luxuosas com ouro e pedras preciosas, anotações manuscritas de pessoa ilustre, livros ilustrados que dão uma nova interpretação de um texto ou da obra de um artista de renome.

Obras censuradas ou expurgadas também podem ser bastante escassas, já que poucos exemplares podem ter sobrevivido ao tempo e à ação humana. Baseando-se nessas informações, é possível estabelecer critérios para direcionar as atividades de formação de uma coleção especial.

Outros aspectos também utilizados para se definir a raridade de uma obra são apresentados por Sant’Ana (2001, p. 2) e Meneses e Silva (2011, p. 2):

O uso de critérios de raridade para criar uma coleção de obras raras distinta das demais se prende ao fato de que as obras raras merecem um tratamento histórico e monetário. Parte-se do princípio de que a obra rara é mais difícil de ser reposta, caso desapareça; do mesmo modo, uma obra rara é sempre mais visada, merecendo um cuidado especial quanto à segurança do acervo onde está depositada. Além disto, por serem em sua grande maioria, obras também antigas, faz-se necessário manter um ambiente físico cuja temperatura e umidade não sejam propícias ao surgimento de fungos e bactérias.

Por fim, a preocupação em elaborar critérios para seleção de obras é comum em instituições, porém existe a possibilidade de novos critérios serem inseridos no momento da organização da coleção de obras raras, como ressalta Rodrigues (2006, p. 121):

Vale salientar o fato de que poderá haver a combinação de mais de um critério quando da identificação de um livro raro no acervo. Tendo consciência da diversidade do acervo bibliográfico disponível, poderá haver ainda a elaboração de novos critérios ou mesmo a adaptação dos já citados, a fim de justificar a raridade bibliográfica.

3 Sala Rui Barbosa: critérios de raridade

Para desenvolver os critérios de raridade adotados para o projeto do MJ/CFDD, a atual equipe de bibliotecários da Faculdade iniciou suas atividades consultando obras de referência, livros e trabalhos publicados por profissionais da área de Biblioteconomia e autoridades no assunto, como bibliófilos, pesquisadores e ex-bibliotecárias da FDR, além de sites de instituições nacionais e estrangeiras que possuem coleções especiais.

Importante salientar que o contexto histórico-cultural local em que a FDR está inserida e o histórico da Biblioteca foram preponderantes para orientar os profissionais envolvidos na construção dos critérios de raridade. O uso de instrumentos de trabalho que normatizem ou mesmo orientem os principiantes que lidam com esse tipo de acervo foi de grande valia buscando-se sempre amparo nas orientações disponibilizadas pela Biblioteca Nacional (BN).

De posse de informações sobre a formação do acervo histórico e das doações diversas que deram origem à Cesp, a Seção de Obras Raras (SOR) desenvolveu em conjunto com a Seção de Processos Técnicos (SPT) uma metodologia de trabalho voltada para a coleção a ser encaminhada à SRB, que, depois de acurada análise e pesquisa, orientou a seleção dos documentos.

A priori, todo o acervo da SRB foi considerado especial, em função da relevância de seus doadores, bem como dos assuntos de que trata, do tipo de documento que reúne e da existência de obras raras e valiosas nos conjuntos documentais. Em busca de clareza do processo de seleção foram escolhidos inicialmente quatro eixos gerais de organização do material, são eles:

- a) identificação de conjuntos documentais que pertenceram a personalidades consideradas relevantes para o contexto jurídico-social da FDR;
- b) reunião de teses nacionais e estrangeiras depositadas na Cesp defendidas e/ou publicadas até o ano de 1965;¹
- c) coadunação de leis do Brasil (1808 a 1889) e leis de Portugal (Afonsinas, Manuelinas e Filipinas); e
- d) seleção de obras gerais e de referência depositadas na Cesp, cujas edições estejam esgotadas.

A junção desses documentos chancelou a representatividade que a Biblioteca da FDR possui face ao inestimável valor histórico e bibliográfico do seu acervo, que, apesar de ter seguido a vertente da especialização do conhecimento e passado a compor suas estantes com títulos voltados, sobretudo, à área jurídica, ainda possui uma grande variedade de títulos das ciências humanas e sociais.

Seguem as especificações de cada conjunto documental trabalhado.

Coleção de Particulares – formada por coleções particulares, por escritos ou mesmo por publicações de personalidades do meio jurídico local e nacional que pertenceram a exdiretores, professores catedráticos e destacados exalunos da Faculdade de Direito. As coleções reúnem parte de suas bibliotecas particulares e de seus escritos doados à FDR. Alguns exemplares contêm anotações, indícios de leituras e recortes de jornais que revelam a opinião de

1. Em 1965, a Universidade do Recife passou a integrar o novo sistema de educação do país com o nome de Universidade Federal de Pernambuco, autarquia vinculada ao Ministério da Educação.

seus proprietários, a saber: Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Andrade Bezerra, Luiz Marinho e Methodio Maranhão.

Coleção de Teses – formada por originais de teses nacionais e estrangeiras depositadas na Cesp com a predominância do tema jurídico, cuja duplicidade seja desconhecida pela Biblioteca até a presente data. A coleção reúne dissertações, teses de doutorado, teses para concurso de livre-docência e de lente substituto e teses para provimento de cátedra da FDR, a maior parte defendida no século XIX e primeira metade do século XX, precisamente nos anos de 1848 a 1957. Congregam os mais variados temas jurídicos defendidos habilmente e com louvor em Faculdades de Direito e de Medicina, apresentando a percepção legal de fatos legais ocorridos na época.

Coleção de Leis do Império do Brasil – formada por documentos originais e edições fac-similares de algumas das leis anteriores ao Império do Brasil (1808-1821) e leis do Império do Brasil (1822-1889). Pertencem ao conjunto dessas obras: leis, decretos, cartas régias, cartas de leis e decisões imperiais. Também possui publicações relacionadas ao período.

Coleção de Leis do Reino de Portugal – formada por leis do Reino de Portugal (Afonsinas, Manuelinas e Filipinas), publicadas originalmente nos séculos XV a XVII e que representam uma singular fonte primária de estudo e pesquisa histórica na área jurídica. A legislação desse período recebeu o nome de seus mandantes régios, ficando assim: Ordenações Afonsinas, pelo rei Afonso IV; Ordenações Manuelinas, por d. Manuel; e Ordenações Filipinas, pelos monarcas Filipe I e II.

Coleção de Obras Gerais – formada por uma grande variedade de tipos de documentos: livros de literatura, dicionários, enciclopédias e periódicos, muitos dos quais esgotados e não mais editados. Abrange diversas áreas do conhecimento, como Filosofia, Sociologia, História, Religião, Matemática, Saúde, Geografia, Literatura, Política, Botânica e, principalmente, Direito – a área jurídica é a de maior número. Revela a diversidade do acervo da Biblioteca da Faculdade de Direito, que, embora criada para atender ao público acadêmico, desde sua origem possui caráter público e humanista. Algumas das obras apresentam belas ilustrações e encadernações de luxo e configuram rica fonte de pesquisa histórica.

Por se tratar de uma atividade complexa, atribuir a uma obra a condição de rara suscita muitas dúvidas e discussões. Após alguns debates, a equipe técnica atribuiu o status de raro a títulos ou exemplares que se enquadrassem em critérios adotados pela Biblioteca Nacional (BN), critérios universalmente aceitos, ou àqueles desenvolvidos pela própria Faculdade baseada em seu contexto local. As demais obras foram consideradas valiosas por pertencerem

aos conjuntos documentais selecionados dentro dos quatro eixos gerais já mencionados.

São consideradas obras raras:

- a) teses nacionais e estrangeiras publicadas no século XIX, cuja duplicidade seja desconhecida pela Biblioteca;
- b) edições originais ou fac-similares das leis do Brasil anteriores ao Império e após a instalação deste, no período de 1822 a 1889;
- c) edições originais ou fac-similares das leis de Portugal dos séculos XV a XVII;
- d) obras consideradas raras pela Biblioteca Nacional;
- e) obras consideradas raras universalmente;
- f) obras relevantes para o contexto local em que a FDR está inserida; e
- g) publicações proeminentes sobre o Estado de Pernambuco, sob variados aspectos.

São consideradas obras valiosas:

- a) obras sobre ou que pertenceram a renomados juristas brasileiros que estudaram na FDR e também os seus escritos;
- b) coleções particulares que pertenceram a personalidades da área jurídica local, como ex-diretores, ex-professores catedráticos e ex-alunos destacados da FDR;
- d) edições antigas de obras jurídicas que servem para o estudo comparativo;
- e) obras consideradas especiais no Brasil ou no exterior; e
- f) obras gerais ou de referência antigas e esgotadas.

São considerados exemplares raros ou valiosos:

- a) exemplares com dedicatórias e/ou autógrafos de personalidades;
- b) exemplares com anotações importantes;
- c) exemplares com marcas de propriedade: assinaturas, nomes, iniciais, carimbos, brasões, ex-libris, *super-libris* etc.;
- d) exemplares que, comprovadamente, pertenceram a personalidades;
- e) exemplares de tiragem limitada;
- f) exemplares com encadernação de luxo; e
- h) exemplares cujo conteúdo, histórico ou elementos extrínsecos seja considerado relevante para a Biblioteca da FDR.

Importante informar que, possivelmente, parte das coleções particulares trabalhadas no projeto deva ter sido doada a outras bibliotecas da UFPE e de outras instituições. Além disso, a Cesp tem apenas parte de seu acervo automatizado; há, portanto, a possibilidade da existência de exemplares em

suas estantes que pertençam aos conjuntos documentais da SRB e ainda não tenham sido identificados.

Desta feita, caso algum exemplar seja encontrado na Cesp ou enviado à Biblioteca, apenas será reunido aos demais se houver espaço disponível na SRB. Do contrário, o volume receberá a nota usada no projeto para identificar o conjunto documental a que pertence e, assim, será recuperado pela base de dados, embora com localização diferente dos demais.

Após a definição do caminho a seguir no processo de selecionar, de forma lógica e criteriosa, as obras raras e valiosas, prosseguiu-se à formação do acervo da SRB, dando início aos processos de tratamento técnico e conservação dos documentos.

4 Considerações finais

A partir do momento que se determina que um livro é raro ou valioso, é necessário considerar fatores relacionados à guarda, à política de preservação, à importância histórica, ao estado de conservação e às técnicas de recuperação das obras.

Na oportunidade, foi apresentada a metodologia aplicada à construção dos critérios de raridade que serviram para selecionar documentos depositados na Cesp da Biblioteca da FDR, acreditando-se ser esse um dos procedimentos iniciais para a preservação de coleções especiais. Todo o trabalho foi desenvolvido com base no contexto histórico-cultural local em que a Biblioteca está inserida, buscando sempre respaldo em autoridades da área, bem como em instituições de referência, a exemplo da Biblioteca Nacional.

A metodologia aplicada auxiliou os bibliotecários da Faculdade de Direito que lidam com coleções especiais orientando, padronizando e ampliando os critérios já estabelecidos por eles em suas atividades diárias. Iniciativas como essa, de redigir instrumentos que normatizem ou mesmo sugiram critérios de raridade aplicados a acervos raros e especiais, podem vir a ser adotadas por profissionais de outras instituições públicas ou privadas ajudando a dirimir possíveis dúvidas.

Após estabelecidos os critérios que nortearam a seleção dos materiais, os documentos foram submetidos a atividades de conservação, catalogação e inventário. As ações de conservação e seleção dos documentos só foram possíveis por meio da execução do projeto financiado com recursos do MJ/CFDD em 2010 e 2011, que contemplou 1.821 títulos distribuídos em 2.513 volumes de obras raras e valiosas publicadas nos séculos XVIII a XX.

Todo o acervo foi depositado em espaço destinado à preservação de obras especiais com sistema de segurança e controle ambiental apropriados. O

projeto também contemplou a publicação de um catálogo intitulado: *Obras raras e valiosas da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife: repertório bibliográfico dos séculos XVIII ao XX*.

Para o tratamento técnico e organização do acervo da SRB, contou-se com uma equipe de profissionais e bolsistas contratados pelo projeto. Durante doze meses, sob a orientação da Biblioteca, essa equipe desenvolveu atividades diversas de catalogação e conservação de documentos especiais. Houve treinamento de bolsistas e servidores da Faculdade, que, juntos, tiveram a rica oportunidade de lidar com um acervo diferenciado daquele que costumam encontrar habitualmente em bibliotecas universitárias.

Acredita-se que esse contato com as obras consideradas raras e valiosas, geralmente depositadas em local reservado e de acesso restrito, possa ter nutrido na equipe contratada o engajamento ainda maior na preservação de um patrimônio cultural tão valioso, representado pelos acervos documentais. A disponibilidade do conteúdo das obras em meio eletrônico e o acesso à coleção também poderão despertar no público em geral a conscientização da necessidade de se manterem vivas essas fontes de informação.

Por fim, Umberto Eco, pensando no valor inestimável dos livros, sai em defesa dos documentos impressos, considerando-os uma rica e imprescindível fonte de informação e preservação da memória cultural.

Temos a prova científica da superioridade dos livros sobre qualquer outro objeto que nossas indústrias culturais puseram no mercado nesses últimos anos. Logo, se devo salvar alguma coisa que seja facilmente transportável e que deu provas de sua capacidade de resistir às vicissitudes do tempo, escolho o livro. (ECO, 2010, p. 36).

Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº 1/92 a 23/99 e pelas emendas constitucionais de revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1999, p. 123.

ECO, Umberto; CARRIÈRE, Jean-Claude. *Não contem com o fim do livro*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

MENESES, Raquel da Veiga Araújo de; SILVA, Leila Aparecida Arantes. *A coleção de obras raras da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva do Supremo Tribunal de Justiça*. Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/32378/Cole%C3%A7%C3%A3o_obras_raras_biblioteca.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 jun. 2012.

- PINHEIRO, Ana Virginia. *O livro raro: formação e preservação de coleções bibliográficas especiais*. Salvador, 2009.
- ROCHA, Christiana Arruda Lee da. *O livro como obra de arte: critérios teóricos para conservação de obras raras*. 2009. Monografia (Especialização em gestão e conservação de bens culturais) – Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/ChristianaRocha.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2012.
- RODRIGUES, Márcia Carvalho. Como definir e identificar obras raras?: critérios adotados pela Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 35, n. 1, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652006000100012&script=sci_arttext>. Acesso em: 12 mar. 2012.
- SANT'ANA, Rizio Bruno. Critérios para a definição de obras raras. *Revista online da Biblioteca Prof. Joel Martins*, Campinas, v. 2, n. 3, p. 1-18, jun. 2001. Disponível em: <<http://www.fe.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/1886/1727>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

Critérios de raridade das Coleções Especiais da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa

Marina Nogueira Ferraz

Bibliotecária, coordenadora da Hemeroteca Histórica da BPELB.

Eliani Gladyr da Silva

Bibliotecária, coordenadora das Coleções Especiais da BPELB.





Resumo

Este trabalho apresenta as Coleções Especiais da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, órgão da Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, bem como os critérios de raridade estabelecidos para identificação e formação dessas coleções. As Coleções Especiais da BPELB são compostas de oito acervos específicos, a saber: Coleção Mineiriana, Coleção de Obras Raras, Coleção Memória Infantil Alexina Magalhães Pinto, Coleção Patrimonial, Coleção sobre Artes, Coleção José Alcino Bicalho, Coleção Rita Adelaide e Hemeroteca Histórica, cada um com suas peculiaridades, o que exigiu um estudo bastante apurado de sua forma de apresentação e disponibilização de suas obras, visando seu melhor desenvolvimento.

Palavras-chave: *Coleções especiais. Critérios de raridade. Obras raras.*

Abstract

This paper presents the Special Collections of the Luiz de Bessa State Public Library, organ of the Secretary of Culture of Minas Gerais, as well as the rarity criteria for the identification and composition of these collections. The Special Collections of BPELB are composed of eight specific collections, namely: Mineiriana Collection, Rare Books Collection, Alexina Magalhães Pinto Children's Memory Collection, Heritage Collection, Collection of Art, José Alcino Bicalho Collection, Rita Adelaide Collection and the Historical Newspaper Collection, each with its peculiarities, which required a very accurate study of their presentation and the availability of their works, aiming their better development.

Keywords: *Special collections. Rarity criteria. Rare books.*



Introdução

A Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa (BPELB) foi criada em 1954 pelo governador Juscelino Kubitschek, e seu prédio foi projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer. É subordinada à Superintendência de Bibliotecas Públicas (SUB/MG), unidade integrante da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais (SEC/MG). Uma de suas competências é “organizar, conservar, ampliar e dar acesso às coleções especiais – Mineiriana; de Artes; Obras Antigas, Raras e Preciosas, e de Jornais e Revistas Históricas – e outras que, por sua natureza, hão de integrar o seu acervo” (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2004).

O Setor de Coleções Especiais da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa tem a missão de preservar um acervo tido como patrimônio público precioso, e que requer um grau de proteção maior em razão da relevância, raridade, beleza e conteúdo representativo da cultura universal. São adotados critérios específicos de conservação, devido à maior cautela e aos cuidados especiais necessários para utilização pelos leitores.

Seu acervo, composto por 85.784 exemplares, é formado por: Coleção Mineiriana, Coleção de Obras Raras, Coleção Memória Infantil Alexina Magalhães Pinto, Coleção Patrimonial, Coleção sobre Artes, Coleção José Alcino Bicalho, Coleção Rita Adelaide e Hemeroteca Histórica. Os critérios de raridade adotados para as Coleções Patrimonial e Mineiriana foram elaborados em 2006 pelo professor Jacynto Lins Brandão; os critérios para as Obras Raras, pela restauradora Márcia Almada (2001); já a Coleção sobre Artes teve seus critérios sistematizados em 2007 pelo professor Paulo da Terra Caldeira. Os critérios para a Coleção Memória Infantil foram analisados e documentados em 2007 pela pesquisadora Juliana Abreu, e a Hemeroteca Histórica avaliou e definiu seus critérios em 2009, e consolidou-os em 2012, por meio da Comissão Especial de Avaliação de Periódicos.

A consulta ao acervo é aberta ao público apenas para pesquisa local. Não são permitidas cópias xerográficas; apenas fotografar, sem flash, parte de algumas obras, de acordo com a lei de direitos autorais e respeitando o regulamento interno de cada coleção.

Desenvolvimento

1 Coleções Especiais

1.1 Coleção Mineiriana

Criada pelo Decreto nº 1.196, de 3 de agosto de 1969, a Coleção abrange atualmente 18.512 itens, distribuídos em livros, materiais audiovisuais, mapas, catálogos, folhetos e plantas. Fazem parte do acervo a produção de autores mineiros, bem como obras sobre Minas Gerais, sua história, letras, política, cultura, artes e ciências. A qualidade da Coleção confirma sua função de guardião de parte significativa do patrimônio intelectual e cultural do Estado. Destaca-se como referência indispensável para pesquisadores, professores, estudantes de graduação e pós-graduação, escritores, jornalistas, historiadores, bibliófilos e principalmente por estar aberta ao público em geral. Promove ações de incentivo ao livro e à leitura por meio de palestras, exposições temáticas e visitas guiadas.

1.1.1 Critérios de seleção

- Livros literários de autores mineiros;
- livros de criação literária que tenham por assunto a realidade mineira, sejam ou não de autores mineiros;
- livros sobre Minas Gerais (história, geografia, folclore, arte, direito);
- biografias de mineiros;
- edição revista e/ou ampliada de obra sobre Minas Gerais;
- edição crítica, comemorativa, prefaciada, comentada ou ilustrada de obra literária de autor mineiro;
- tradução de obra de autor mineiro;
- exemplar com autógrafo, dedicatória de próprio punho de autor mineiro;
- exemplar com autógrafo, dedicatória de próprio punho ou ex-libris de possuidor importante, por sua trajetória; exemplar de catálogos, bibliografia ou anais relativos a Minas Gerais.

1.2 Coleção de Obras Raras

Esta coleção é formada por 1.554 obras, publicadas entre os séculos XV e XIX, relacionadas nos principais Repertórios Especializados ou em Catálogos de Referência. São obras que se destacam pela sua raridade e beleza, em edições numeradas, esgotadas, de tiragem reduzida, com marcas de propriedade – obras com carimbos, assinaturas, brasões, ex-libris – primeiras edições, encadernações em couro, ilustrações, iluminuras e litogravuras.

1.2.1 Critérios de seleção

1.2.1.1 Critério de temporalidade

- Obras editadas até 1799. Este marco refere-se à passagem da tecnologia de fabricação do livro artesanal para industrial;
- edições clandestinas publicadas no Brasil antes da criação da imprensa régia em 1808;
- obras publicadas até 1941. No Brasil, a produção gráfica se desenvolve a partir do Segundo Reinado, portanto, o conceito de obra rara estende-se até 1841;
- livros dos impressores dos séculos XVI que incluam gravuras em metal substituindo a xilogravura;
- obras que incluam marcas tipográficas do século XVI;
- obras do século XVII e XVIII ricamente decoradas, como as de Aldo Manucio (Itália), Henri Estienne (França), Christoph Platin (Antuérpia), Firmin Didot (França), Giambattista Bodoni (Itália), Joaquim Ibarra (Espanha), ou publicadas por impressores como Typographie Royale (França), Oficina da Universidade de Oxford (Inglaterra), Oficina dos Platin (Antuérpia), Oficina dos Elzeviers (Holanda).

1.2.1.2 Critério de referência

- Títulos nos repertórios que identifiquem obras raras;
- pesquisas nas bases de dados da Biblioteca Nacional e Library of Congress, quando as mesmas considerarem o livro como raro.

1.3 Coleção Memória Infantil

O acervo desta coleção é composto por cerca de três mil obras, destinadas ao público infantil. À medida que completam 40 anos de publicação, são incorporadas ao acervo. Fazem parte da coleção livros literários e não literários.

1.3.1 Critérios de seleção

- Cartilhas e livros de leitura do final do século XIX e início do século XX, em língua portuguesa e estrangeira;
- Livros traduzidos e adaptados para a infância;
- Edições originais de pequena tiragem;
- Livros importantes quanto à representatividade no cenário da literatura infantojuvenil e escolar;
- Livros cuja apresentação física caracteriza primeira ou segunda edição;
- Publicação com ex-libris;
- Livros com dedicatórias;
- Livros com dedicatórias ao Setor Infantojuvenil;

- Livros com ilustrações em folhas soltas;
- Clássicos da literatura infantil em língua estrangeira;
- Publicações de editoras portuguesas;
- Publicações das editoras: Nacional, Quaresma e Anchieta;
- Coleção Bibliotheca Infantil organizada por Arnaldo de Oliveira Barreto;
- Coleção Terramarear;
- Coleção Menina e Moça;
- Revista *O Tico-Tico*, primeiros números;
- Revista *Eu Sei Tudo*, 1925-1960.

1.4 Coleção Patrimonial

Esta coleção reúne 50.685 livros nacionais e estrangeiros considerados especiais, como primeiras edições, edições esgotadas, com dedicatórias de escritores, ilustrações e encadernações preciosas, dicionários, enciclopédias, tratados e obras relevantes e representativas da cultura universal em todas as áreas do conhecimento.

1.4.1 Critérios de seleção

- Primeiras edições;
- Exemplares com anotações manuscritas de importância documental, incluídos os livros com assinaturas e dedicatórias;
- Obras com marca de propriedade (assinaturas, brasões, carimbos, ex-libris);
- Obras ricamente encadernadas;
- Obras com ilustrações de artistas importantes e/ou realizadas com técnica apurada;
- Edições críticas;
- Edições com tiragem limitada, de circulação restrita ou exemplares numerados;
- Edições prefaciadas, comentadas ou ilustradas por personalidade importante para pesquisas e estudo sobre sua trajetória intelectual;
- Edições fac-similares;
- Segundas edições até 1889 e outras edições até 1860;
- Edições em folhas soltas, feitas por ilustradores de renome, colocadas em caixa, com tiragem limitada e assinadas pelo autor. São obras do século XX, mas com características das grandes impressoras dos séculos XV e XVI;
- Obras da Imprensa Régia;
- Obras que incluam autorização para sua publicação, como Privilegio, Imprimatur, Nihil Obstat, Licença do Santo Ofício, do Ordinário.

1.5 Coleção sobre Artes

Esta é uma das mais completas coleções sobre artes existente em Minas Gerais, destacando-se pela qualidade gráfica de muitos dos seus livros. Constituída por 6.914 exemplares, contempla a arte nas suas várias formas e conteúdo, abrangendo a história da arte, pintura, escultura, cinema, teatro, música, arquitetura, dança, decoração, artesanato, antiguidades, arte sacra, fotografia, porcelana, prataria, tapeçaria, entre tantos outros.

1.5.1 Critérios de seleção

- Livros que pertencem a uma série ou coleção e que se encontrem dispersos entre as obras de vários assuntos deverão ser reunidos na Coleção ou Série da qual fazem parte;
- Livros sobre teoria da arte deverão ser mantidos na Coleção de Arte, principalmente os considerados clássicos;
- Livros de autores brasileiros que versem sobre a teoria da arte;
- Partituras e óperas deverão ser mantidas na Coleção de Arte, bem como os livros sobre artesanato;
- Biografias de compositores e outros artistas;
- Livros sobre arquitetura religiosa, ou de monumentos ou edificações de determinada cidade ou região, bem como sobre obras de arte produzidas por artistas da localidade, ou em que as fotografias sejam de autoria de profissionais de renome deverão permanecer na Coleção de Arte;
- Livros sobre artistas plásticos estrangeiros residentes e com produção artística realizada no Brasil serão classificados como de artistas brasileiros e deverão permanecer na Coleção de Arte;
- Catálogos de Exposições no formato de livros serão classificados junto às obras do artista ou do museu;
- Os catálogos de artistas mineiros deverão ser remanejados para a Coleção Mineiriana;
- Catálogos de exposições coletivas que incluem artistas mineiros deverão permanecer na Coleção de Arte.

2 Coleções particulares

2.1 Coleção José Alcino Bicalho

Formada pelo bibliófilo José Alcino Bicalho, esta coleção é composta por 331 exemplares, em sua maioria obras raras, versando sobre religião, literatura francesa e história. Destaca-se pelo precioso incunábulo de 1493, publicado em Nuremberg, ricamente ilustrado com capitulares e iluminuras.

2.2 Coleção Rita Adelaide

Composta por 1.258 volumes, esta coleção representa a biblioteca pessoal do jurista e bibliófilo Tancredo Martins e recebeu este nome em homenagem à sua saudosa mãe. Foi adquirida pelo Governo do Estado de Minas Gerais em 1964 e alocada no Palácio da Liberdade até o início de 1997, quando foi transferida para a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa pelo então governador Eduardo Azeredo.

A Coleção Rita Adelaide se destaca pelo seu conteúdo, raridade, beleza e singularidade das encadernações, ilustrações e iluminuras. Os títulos tratam principalmente de religião, literatura, história, filologia e obras de referência. Também figuram no acervo livros sobre artes, botânica e geografia. São obras com pequenas tiragens, edições fora do comércio, edições de tiragem limitada, obras com ilustrações e assinatura de artistas que também despertavam o interesse do colecionador.

3 *Hemeroteca Histórica*

Falar de critérios de raridade para jornais e revistas é tarefa das mais complicadas. Rizzio (2001, p. 2) explica que o conceito de obra rara está mais ligado ao livro, mas pode incluir também os periódicos, mapas, folhas volantes, cartões-postais e outros materiais impressos. Outra questão que se coloca é sobre a grande divergência do que seja uma raridade bibliográfica para bibliotecários e colecionadores; no entanto, para uma biblioteca pública, vigora a visão dos bibliotecários, que não estão preocupados com o valor monetário das obras. Rizzio (2001, p. 5) esclarece que a desvalorização do original em termos mercadológicos, devido ao seu mau estado de conservação ou à sua duplicação, não retira de uma obra a condição de raridade bibliográfica.

Quando se começou a pensar nos critérios de raridade para o acervo da Hemeroteca Histórica, esta dúvida esteve presente: poder-se-ia aplicar os mesmos critérios adotados para os livros aos periódicos? Quais os critérios específicos adotados informalmente, e como seriam sistematizados? Estudiosos da área esclarecem que:

Existe, por fim, a possibilidade de se ter dois níveis de raridade: um nível mais restrito reservado para aquelas obras que são raras em qualquer parte do mundo, publicadas até certa data, restando um número pequeno de cópias, com um valor monetário alto, e das quais se poderia indicar como raro qualquer exemplar existente, e um segundo nível mais amplo, para os exemplares de obras com aspectos particulares, de interesse específico de uma biblioteca, reunindo, por exemplo, as obras autografadas, apresentando ex-libris ou com encadernações artísticas. (RIZZIO, 2001, p. 8.).

Assim, a Comissão de Periódicos da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa decidiu adotar os critérios de raridade propostos pela Biblioteca Nacional, e também definir os critérios específicos para a coleção, como explica Raquel da Veiga (2004, p. 3):

A noção de raridade para as bibliotecas, pois, envolve tantos valores e circunstâncias que é necessário formalizar uma metodologia para organizar este conhecimento. Os conceitos que subsidiam critérios de raridade devem ser avaliados sob as perspectivas do gerente da instituição e também do leitor.

CrITÉRIOS de raridade propostos pela Biblioteca Nacional:

- Todo periódico que caracteriza o princípio da história da imprensa brasileira. Ex.: *O Universal* (Ouro Preto, 1825); *O Compilador* (Ouro Preto, 1843).
- Todo periódico que caracteriza a fase inicial da tipografia local de qualquer região. Ex.: *A Capital* (Belo Horizonte, 1896); *O Jequitinhonha* (Diamantina, 1863).
- Números com valor histórico-cultural especial, tais como: edições clandestinas; os exemplares únicos; edições comemorativas e as edições que abordam assuntos relevantes, dentro de um enfoque regional. Ex.: primeiro número do *Leite Criôlo* (Belo Horizonte, 1929).
- Material utilizado na impressão, como tintas, seda, cetim, ilustrações e outros, que caracterizam as edições de luxo; exemplares de coleções especiais e com anotações manuscritas (incluindo dedicatórias).
- Nacionais: desde a criação da Imprensa Régia (1808, até o final do século XIX). Século XX (Números especiais, avulsos etc.). Ex.: Todos os jornais mineiros do século XIX existentes no acervo; *O Espelho: revista semanal de literatura, modas, indústria e artes*; *Revista Illustrada* (Rio de Janeiro, 1876).
- Estrangeiros: desde o mais antigo periódico estrangeiro (1615), até o século XIX. Ex.: *Le Livre: bibliographie retrospective moderne* (Paris, 1880); *L'Illustration* (Paris, 1848).
- Especiais: publicações periódicas com características diferentes de jornais e revistas: folhinhas, almanaques, anuários (Ex.: *Almanach Litterário*, São Paulo, 1876); brasileiros impressos no exterior; jornais em língua estrangeira impressos no Brasil (Ex.: jornal *Fanfulla*, em língua italiana, editado em São Paulo, 1933).

Crítérios de raridade para o acervo da Hemeroteca Histórica

Os critérios foram elaborados tendo como base a Lei nº 12.221 de 1 de julho de 1996, que cria Sistemas Operacionais e Secretarias de Estado e dá outras providências, na qual cria a Hemeroteca Histórica. Nas observações e estreito diálogo com os pesquisadores do setor, e nas atribuições da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa:

- Jornais e revistas publicados em Minas Gerais e/ou que tenham relevância *cultural* no contexto do Estado, principalmente os periódicos advindos da Coleção Mineiriana: Ex.: revista *Alterosa* (Belo Horizonte); *Diário Oficial do Estado de Minas Gerais*; jornais de grande circulação no Estado que tenham encerrado sua publicação (*O Diário*, *O Binômio*, *Diário da Tarde*); jornais editados em Minas Gerais até a data limite do período em que estiverem disponíveis pela internet.
- Periódicos editados no Brasil e no estrangeiro que abordem cultura, arte, história, literatura e áreas afins, relevantes para a pesquisa histórica do público específico. Ex.: revistas *O Cruzeiro*, *Manchete*, *Fon-Fon* (Rio de Janeiro), *Life* (Chicago); jornal *O Pasquim* (Rio de Janeiro).

Assim como foi proposto no Relatório Final da Comissão de Avaliação de Periódicos da SUB, elaborado em abril de 2009, é importante que toda a política adotada seja revista de tempos em tempos, pois as mudanças tecnológicas e sociais, que interferem no viver e fazer humanos, acontecem constantemente. Assim, as regras e sanções devem ser adequadas ao tempo histórico vigente.

Referências

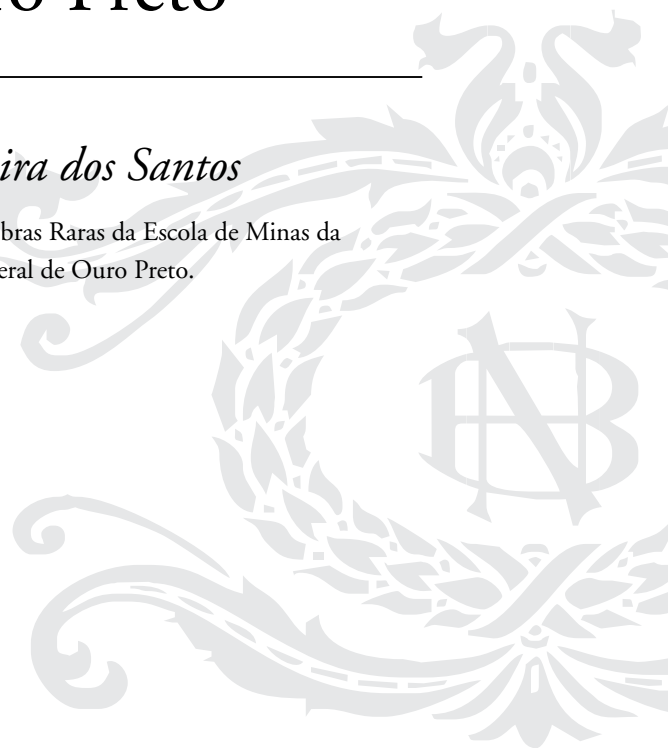
- ABREU, J. V. *Centro de Memória da Literatura Infantil e Juvenil Alexina Magalhães Pinto*: Relatório. Belo Horizonte: Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, 2007. 4 f. Digitado.
- ALMADA, M. *Crítérios para formação da Coleção de Obras Raras e das Coleções Especiais*. Belo Horizonte: Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, 2001. 3 f.
- BRANDÃO, J. L. *Proposta de reorganização da Coleção Patrimonial da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa*. Belo Horizonte: Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, 2006. 18 f. Digitado.
- CALDEIRA, P. T. *Coleção sobre Artes*: critério para seleção de acervo. Belo Horizonte: Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, 2007. 4 f. Digitado.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Crítérios de raridade para periódicos brasileiros*. Disponível em: <<http://www.bn.br/planor/documentos.html>>. Acesso em: 24 abr. 2012.

- _____. *Critérios de raridade para qualificação de obras raras*. Disponível em: <<http://www.bn.br/planor/documentos.html>>. Acesso em: 24 abr. 2012.
- MENEZES, Raquel da Veiga Araújo; SILVA, Leila Aparecida Arantes. *A coleção de obras raras da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva do Superior Tribunal de Justiça*. Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/32378/Cole%C3%A7%C3%A3o_obras_raras_biblioteca.pdf?sequence=1>. Acesso em: 24 abr. 2012.
- MINAS GERAIS. Lei nº 12.220, de 1º de julho de 1996. *Diário Oficial de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Diário do Executivo, p. 2, 2 jul. 1996.
- SANT'ANA, Rizio Bruno. Critério para definição de Obras Raras. *Rev. Online Bibl. Prof. Joel Martins*, Campinas, v. 2, n. 3, jun. 2001. Disponível em: <www.fe.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/download/.../1727>. Acesso em: 25 abr. 2012.
- SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE MINAS GERAIS. Comissão Especial de Avaliação de Periódicos. *Critérios de raridade da Hemeroteca Histórica*. Belo Horizonte: Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, 2009. 6 f. Digitado.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Decreto nº 43.240, de 15 de julho de 2004*. Disponível em: <http://www.uergs.edu.br/uploads/legislacao/157035039Decreto_n_43240_2004.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2016.

O inventário como recurso
para definição de critérios de
raridade do Acervo Antigo na
Biblioteca de Obras Raras da
Escola de Minas da
Universidade Federal
de Ouro Preto

Renata Ferreira dos Santos

Bibliotecária na Biblioteca de Obras Raras da Escola de Minas da
Universidade Federal de Ouro Preto.





Resumo

Este texto apresenta o estudo em andamento na Biblioteca de Obras Raras da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto para definição de critérios de raridade aplicáveis às obras editadas no século XX, a partir do inventário de duplicatas e da criação de comissão interdisciplinar para avaliação do Acervo Antigo. Esse trabalho levanta questões relacionadas à raridade bibliográfica de publicações impressas e eletrônicas do século XXI, que poderão surgir nas bibliotecas da Escola de Minas nos próximos anos.

Palavras-chave: *Livros raros. Critérios de raridade. Biblioteca universitária. Comissão de Avaliação de Bibliotecas. Engenharia.*

Abstract

This paper presents the study in progress on the Rare Books Library of the School of Mines at the Ouro Preto Federal University for the definition of rarity criteria applicable to works published in the twentieth century, from the inventory of duplicate editions and the creation of an interdisciplinary committee to assess the Old Collection. This work raises issues related to bibliographic rarity of printed and electronic publications of the twenty-first century, that may arise in the libraries of the School of Mines in the coming years.

Keywords: *Rare books. Rarity criteria. University library. Library Assessment Commission. Engineering.*



Introdução

A Biblioteca de Obras Raras da Escola de Minas (Biborar/EM) da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) é, por essência, um exemplo prático da adoção de critérios de raridade para seleção, gestão e preservação do acervo inicial da primeira biblioteca da Escola de Minas de Ouro Preto (Emop). Fundada em 1876 com o objetivo de formar engenheiros, geólogos e topógrafos aptos a trabalhar na administração e exploração de minas, em empresas metalúrgicas e a serviço do Império, a Emop, idealizada por d. Pedro II (1825-1891) e implantada pelo professor de ciências francês Claude Henri Gorceix (1842-1919), funcionou nos seus primeiros anos no casarão da rua Padre Rolim, no centro de Ouro Preto, então capital da província de Minas Gerais.

Inspirado no método da École des Mines de Saint-Étienne, Gorceix foi responsável pela elaboração do plano pedagógico da Emop e pela cessão de parte do material didático inicial, que incluiu amostras de minerais e exemplares de sua biblioteca particular. Posteriormente, a coleção bibliográfica recebeu acréscimos de doações da École des Mines de Paris e do convênio com a editora francesa Gauthier-Villars, o que possibilitou à Emop reunir o que havia de melhor nas áreas de ciências puras, naturais e aplicadas.

Em 1899, com a transferência da capital do Estado de Minas Gerais para Belo Horizonte, a Escola de Minas passa a ocupar o antigo Palácio dos Governadores, na praça Tiradentes. O salão do edifício foi adaptado para receber a biblioteca, que, em meados do século XX, expandiu suas dependências a fim de comportar o crescimento do acervo, proporcional ao aumento da oferta de cursos na instituição.

Em 1969, a Emop se une à Escola de Farmácia de Ouro Preto (Efop) para criar a Ufop. Na década de 1970, tem início a ampliação das instalações físicas da Escola de Minas e a consequente divisão da sua coleção bibliográfica, com a transferência dos Departamentos de Geologia e Engenharia de Minas (Degeo/Demin) para o prédio próprio, situado no *campus* Morro do Cruzeiro, em Ouro Preto.

Nessa primeira etapa, o acervo foi avaliado com base nos seguintes critérios de seleção: assunto (engenharia geológica e de minas), atualidade, data de publicação (pós-1950), frequência de uso (maior circulação), acesso (disponíveis para empréstimo) e forma (material cartográfico, teses e demais trabalhos monográficos). Assim, as obras contemporâneas foram separadas para criar a Biblioteca do Degeo/Demin, em 1972. Na denominada Biblioteca Central da Escola de Minas permaneceram as bibliografias específicas dos demais departamentos da Escola, grande parte da coleção de periódicos e os títulos considerados de valor histórico e informativo, como as primeiras edições de obras científicas, as obras dos viajantes naturalistas, as publicações de autoria de professores da instituição e seus colaboradores, e os itens da coleção particular do professor Gorceix.

Na década de 1990, o acervo foi dividido novamente, com a inauguração da nova sede da Escola de Minas, no *campus* da universidade, e a mudança total de seus departamentos e da coleção bibliográfica circulante. Nesta segunda etapa, foram adotados para todas as engenharias os mesmos critérios de seleção aplicados aos cursos de engenharia de minas e geológica, que incluíram a triagem completa das coleções de periódicos, tendo como recorte a data de fundação de cada título até a década de 1950. Dessa forma, a literatura mais recente deu origem ao acervo da Biblioteca da Escola de Minas, em 1995, enquanto as obras consideradas raras e antigas continuaram na “biblioteca de pesquisas”, fechada logo em seguida.

A reabertura da antiga biblioteca ocorreu em 2000, após reforma das instalações físicas, readequação do ambiente, restauração dos principais destaques do acervo e reunião de exemplares dispersos na sede da Escola de Minas, na praça Tiradentes. Na ocasião, a unidade passou a ser denominada Biblioteca de Obras Raras Professor José Pedro Xavier da Veiga, em homenagem ao ex-aluno, professor e bibliotecário da instituição, ou Biblioteca de Obras Raras da Escola de Minas, integrada ao Sistema de Bibliotecas e Informação (Sisbin) e ao circuito de visitação do Museu de Ciência e Técnica (MCT).

A Biborar reúne cerca de 22 mil volumes de publicações técnico-científicas, editadas entre os séculos XVII e XX, a maioria em língua francesa. O setor conta com duas coleções especiais oriundas de acervos privados, a Coleção Carlos Walter e a Coleção de Ex-Alunos e Professores da Escola de Minas, doadas respectivamente em 2002 e 2009.

A reorganização do acervo é baseada nos critérios de raridade propostos pelo Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (Planor) da Biblioteca Nacional (BN) e na consulta a fontes de referência sobre livros raros, como a *Bibliografia brasileira*, de Rubens Borba de Moraes, e o *Diccionario bibliographico brasileiro*, de Sacramento Blake, com foco específico no tratamento e na divulgação dos livros publicados até 1900.

Assim, as obras foram dispostas em coleções temáticas: Coleções de Obras Raras (obras consideradas raras devido à origem ou ao valor histórico, editadas até 1900), Brasiliana (obras cujo tema é o Brasil), Memória da Escola de Minas (obras editadas por membros da Escola de Minas ou que recontam a história da instituição), Coleção Gorceix (obras do acervo particular do professor Claude Henri Gorceix), Obras de Referência (bibliografias, guias etc.); Periódicos (revistas especializadas nacionais e estrangeiras) e Acervo Antigo (obras gerais editadas após 1900).

O acervo foi catalogado de acordo com a Classificação Decimal Universal (CDU) e o Código de Catalogação Anglo-Americano 2 (CCAA2), entre 2000 e 2006, exceto a Coleção de Periódicos, processada entre 2008 e 2010, e o Acervo Antigo, que teve as atividades de tratamento técnico suspensas para

realização de inventário entre 2010 e 2012. Os dados do acervo já catalogado estão disponíveis no catálogo online do Sisbin.¹

Contudo, a missão e as práticas desenvolvidas na Biblioteca de Obras Raras da Escola de Minas não estão formalizadas em uma política de desenvolvimento de acervos, o que gera na universidade debates de âmbito interno sobre a legitimidade dos critérios de raridade adotados, além de dificultar a institucionalização de normas mais rigorosas para recebimento de ofertas de doações. Atualmente, faz-se necessária a elaboração dessa política, que seja capaz inclusive de orientar o trabalho de organização e identificação de obras raras, especialmente as publicações que integram o Acervo Antigo.

Esse trabalho apresenta os estudos realizados pela Biborar, até o momento, em busca dos critérios de raridade adequados às obras pós-1900, que possam subsidiar a política de desenvolvimento do acervo no setor e, ao mesmo tempo, apontar as questões que poderão influenciar a tomada de decisão sobre raridade bibliográfica das obras editadas a partir de 2000, que atualmente compõem os acervos das demais bibliotecas da Escola de Minas.

Revisão de literatura

A adoção de critérios de raridade é, indiretamente, uma prática de formação e desenvolvimento de acervos, utilizada para orientar bibliotecários, especialistas e dirigentes de instituições nas tomadas de decisão sobre a identificação, a seleção de títulos e exemplares considerados raros, de modo a separá-los de um universo de outros materiais.

No Brasil, a bibliografia disponível sobre o tema inclui relatos de experiência em bibliotecas públicas e privadas, além da indicação de obras de referência sobre a história do livro, que em sua maioria constituem repertórios retrospectivos de títulos, em língua estrangeira, editados desde o surgimento da imprensa até o final do século XIX. Porém, ainda há poucas menções sobre estudos dos livros “caminhando para raro” (PINHEIRO, 2009, p. 19), como os impressos em meio à explosão bibliográfica do século XX, bem como a implantação de políticas de desenvolvimento específicas em acervos potencialmente raros.

Em prol da propagação da ciência e o incentivo à leitura, as bibliotecas sentiram o avanço do colecionismo desmedido, com a expansão progressiva de suas coleções e as frequentes incorporações de acervos privados. Pinheiro (1989, p. 28) alerta que “a massa de acervos livrescos, que ocupa desde pequenos gabinetes a grandes bibliotecas, torna urgente o desenvolvimento

1. Disponível em: www.sisbin.ufop.br.

de critérios, a fixação de metodologia de seleção, sujeita a aperfeiçoamento e complementação periódica”. No entanto, as políticas de acervo costumam avaliar as coleções a partir de critérios de seleção, como a atualidade do conteúdo, a data de publicação e a frequência de uso. O resultado é que livros mais antigos, por isso, considerados raros, são desbastados, ou seja, indicados a sair das estantes e dar lugar às novas publicações, o que não significa que serão transferidos imediatamente para um setor próprio, descartados ou ofertados a outras instituições.

Nas universidades, a situação não é diferente. A falta de espaço físico é uma constante, provocada pela entrada semestral de novos exemplares da bibliografia básica dos cursos, a rápida obsolescência da informação e as inúmeras doações. Paralelo a isto, as bibliotecas universitárias com o passar do tempo podem mudar de função ou receber uma nova atribuição, a salvaguarda e a preservação de acervos históricos públicos ou privados, isto é, “a responsabilidade de conservar o patrimônio cultural bibliográfico, tornando-o acessível ao público de maneira eficaz e eficiente” (RODRIGUES, 2006).

Nota-se que, ao elaborar critérios de raridade, é preciso definir o que se espera de um acervo e priorizar a sua política de desenvolvimento, “estabelecer missão, objetivos e metas em consonância com a própria instituição” (WEITZEL, 2006).

Segundo Walter, Eirão e Reis (2010, p. 7),

a missão e os objetivos balizarão todo o gerenciamento da unidade. A partir da missão, traçam-se os objetivos, também analisando a área de atuação, a instituição à qual está subordinada, o público alvo e o tipo de informação, de serviços e produtos que serão contemplados.

É premissa básica em todas as bibliotecas que essas informações estejam descritas em uma política de domínio público, conhecida dentro e fora da instituição mantenedora, mas, principalmente naquelas que detêm acervos raros, esse documento deve destacar “comprometimento institucional, singularidade do acervo, importância científica e cultural, valor permanente das coleções” (PINHEIRO, 2009).

Tendo em vista o que a instituição quer atingir ou preservar, ficará mais fácil definir os critérios de raridade de um acervo específico. Para Vergueiro (2010, p. 18), “cada profissional deverá desenvolver os critérios mais apropriados para a coleção pela qual é responsável”. Especialmente em coleções de obras raras, a adoção de critérios não pode ser tarefa exclusiva do bibliotecário, mas sim atribuição de uma equipe de profissionais, de modo a evitar o julgamento individual sobre os aspectos considerados para seleção de itens. É importante salientar ainda que a experiência de outras instituições é um norteador, e não um conjunto de regras preestabelecidas. Pinheiro (1989, p. 29)

afirma que “a melhor das metodologias é aquela desenvolvida pela mesma instituição que guarda o acervo, por seus responsáveis, especialistas e usuários”.

Vale lembrar que os critérios de raridade não são estáveis, mas dependem do contexto informacional de uma época. Rodrigues (2006, p. 121) esclarece que “tendo consciência da diversidade do acervo bibliográfico disponível, poderá haver ainda a elaboração de novos critérios ou mesmo a adaptação dos já citados, a fim de justificar a raridade bibliográfica”. Portanto, é urgente a adequação de critérios de raridade para a massa de títulos editados no século XX, que possam indicar ainda diretrizes para as publicações impressas e eletrônicas que estão sendo produzidas no século XXI.

Materiais e métodos

Os critérios de raridade adotados pela Biborar a partir de 2000 foram baseados nas recomendações do Planor:

edições com tiragem reduzida, clandestina e não oficiais; primeiras impressões (incunábulos), quando a imprensa é inaugurada por Gutenberg, entre os séculos 15 e 16; impressões dos séculos 17 e 18, até 1720; incunábulos brasileiros (impressos na imprensa Régia); edições especiais de luxo para bibliófilos, que são os colecionadores de livros; obras esgotadas, livros que já não são mais impressos; exemplares de coleções especiais; livros com anotações manuscritas significativas, dedicatórias ou assinaturas de personagens importantes; livros que pertenceram à coleção particular do prof. Gorceix, fundador da Escola de Minas; livros que trazem novas abordagens sobre pesquisas nas áreas das ciências e da história. (Ufop, 2004).

No entanto, o processamento técnico do Acervo Antigo e a existência de duplicatas de itens das demais coleções têm exigido a revisão desses critérios. Desde 2010, a equipe da Biblioteca trabalha na identificação dessa parcela da coleção, que ocupa duas áreas físicas distintas, o mezanino da Biborar e o “depósito de duplicatas” do Laboratório de Conservação Preventiva de Material Gráfico Eng. Cássio L. Damázio, na tentativa de adaptar ou criar critérios de raridade que possam auxiliar na avaliação de obras do século XX, e inclusive servir de orientação para a futura análise de itens publicados no século XXI.

O primeiro passo para estudo dos critérios de raridade da Biborar foi a pesquisa por fontes de informação e por registros documentais que relatassem os procedimentos adotados anteriormente para atribuir o *status* de obra rara aos itens da coleção bibliográfica inicial da Escola de Minas.

Em seguida, realizou-se o inventário indicativo do Acervo Antigo, isto é, a modalidade de inventário que visa a apontar os itens existentes na coleção que não constam no catálogo *online* ou não estão arranjados por um contexto específico, como assunto.

Todos os exemplares foram higienizados e reorganizados nas prateleiras na posição vertical. Numeraram-se as prateleiras de 001 a infinito, com etiquetas autocolantes. Utilizaram-se planilhas do Excel para entrada dos dados: autor, título, local, editor, data, número de páginas, existência ou não de exemplares catalogados no Virtua (software utilizado pelo Sisbin), e observações (estado de conservação; existência de partes ou volumes, presença de assinaturas, dedicatória etc.). Cada planilha registrou as informações dos itens de 50 prateleiras, para facilitar a conferência da digitação e dos dados no sistema.

A metodologia da fotobibliografia ou descrição de didascálica² não foi adotada, porque prioriza a identificação de livros a partir da folha de rosto, o que não se aplica à totalidade do Acervo Antigo, pela presença de exemplares com perdas das páginas iniciais.

O trabalho realizado em 18 meses possibilitou a identificação de cerca de 11 mil itens. As planilhas foram reunidas em ordem alfabética de autor, título e local, para verificar a presença de erros de digitação e possíveis divergências (variação do título e nome do autor etc.). Depois o material foi reordenado em listas por áreas do conhecimento, de modo a facilitar o trabalho de análise dos profissionais que estarão envolvidos nas atividades de desenvolvimento de acervo e na definição dos critérios de raridade.

Simultaneamente foram inventariados os livros de registro da Biblioteca da Emop, pela equipe do Arquivo Permanente da Escola de Minas, setor vinculado à Biborar, para verificar a origem, as modalidades de aquisição (compra, doação ou permuta), e a data de entrada de itens na coleção até 1969.

Todas as etapas foram documentadas e informadas à coordenação do Sisbin e à diretoria da Escola de Minas, de modo a sensibilizar os dirigentes quanto à necessidade de avaliação do acervo e a criação de um grupo interdisciplinar para auxiliar na tomada de decisão. Em março de 2012, o Conselho Departamental da Escola de Minas aprovou a instalação da Comissão de Bibliotecas, no intuito de avaliar as questões relativas às coleções bibliográficas da Escola de Minas, especialmente as obras consideradas raras, antigas e especiais.

Foram consultados as bibliografias disponíveis em meio eletrônico e os sites de instituições externas, que já possuem políticas de desenvolvimento e critérios de raridade formalizados, a fim de embasar a redação do documento próprio para a Biborar, o qual será sujeito à aprovação pelos órgãos competentes da universidade.

2. Ver o estudo *Metodologia de inventário de acervo antigo*, de Ana Virgínia Pinheiro.

Resultados parciais

O inventário do Acervo Antigo permitiu a localização de partes de títulos, alguns editados até 1900, os quais não haviam sido catalogados ou estavam dispersos nas estantes, a exemplo de volumes de livros raros e fascículos da coleção de periódicos, que foram gradativamente conservados pela equipe do Laboratório de Conservação Preventiva, inseridos no Virtua e acondicionados nas respectivas áreas de guarda de suas coleções na Biblioteca.

O trabalho propiciou a análise das condições físicas item a item, revelando exemplares com perda total do suporte e da capacidade de manuseio, o que inviabiliza qualquer tentativa de restauração, resultado da morosidade na tomada de decisão para o processamento técnico ou para o descarte.

O inventário apontou a presença de títulos em duplicidade, o que demonstra a prática de guarda de mais de um exemplar da mesma obra, comprometendo o espaço físico disponível para armazenamento da coleção, e a existência de duplicatas em melhor estado de conservação que alguns dos itens já catalogados. Coexistem ainda partes de coleções transferidas para as outras bibliotecas da Escola de Minas, inclusive material cartográfico avulso, enquanto obras potencialmente raras permanecem em meio às suas coleções circulantes, as quais poderiam estar mais bem salvaguardadas na Biborar.

A oferta do serviço de atendimento à pesquisa e a troca de informações com ex-alunos da EM, que frequentemente visitam a instituição, têm facilitado a identificação de fatos relevantes sobre a evolução de diferentes campos da Engenharia, os principais nomes do meio, bem como obras com potencial para realização de estudos inéditos sobre história da ciência.

Contudo, foram encontradas obras curiosas e significativas sobre o desenvolvimento dos diversos ramos da economia brasileira, os campos de atuação da Engenharia, a participação da Escola de Minas no setor mineiro-metalúrgico nacional, aspectos da cidade de Ouro Preto, relatórios de instituições já extintas, entre outros.

Os critérios de raridade para o Acervo Antigo sugeridos pela equipe da Biborar foram elaborados a partir da observação do conjunto de obras editadas após 1900 durante a realização do inventário, o levantamento dos principais temas solicitados pelos pedidos de pesquisa atendidos pela Biblioteca, e a relação dessa coleção com outros acervos da Escola de Minas, os quais permeiam os valores históricos, informativos e de memória para a instituição, entre os quais podemos citar:

- Obras inéditas ou raras sobre a vida, os costumes, a história, a economia e a urbanização de Ouro Preto e seus distritos;

- edições do Centenário da Independência do Brasil: conjunto de obras de referência editadas entre os anos 20 e 30 do século XX sobre as instituições, os estados e os territórios brasileiros;
- obras sobre o desenvolvimento do setor ferroviário brasileiro: legislação correlata, ferrovias, relatórios de gestão de ramais ferroviários etc.;
- obras de ex-alunos e ex-professores da Emop, com reconhecida contribuição às suas áreas de atuação;
- obras sobre a industrialização no Brasil;
- obras relevantes sobre a história da Escola de Minas de Ouro Preto;
- obras sobre a história da mineração no Brasil, com destaque para o Estado de Minas Gerais, como pesquisas sobre o Quadrilátero Ferrífero, a administração de minas etc.;
- obras relevantes para o desenvolvimento de disciplinas correlatas à Engenharia: Botânica, Química, Física, Astronomia, Arquitetura e Matemática;
- catálogos de máquinas e equipamentos científicos, principalmente aqueles modelos que compõem o acervo do MCT;
- catálogos impressos de coleções bibliográficas de instituições externas.

No entanto, esses critérios poderão ser revistos ou acrescidos com a instalação dos trabalhos da Comissão de Bibliotecas da Escola de Minas.

Conclusão

A história das coleções bibliográficas da Escola de Minas exemplifica como as bibliotecas são recriadas com o passar do tempo, para dar origem a novos acervos ou receber novas atribuições e denominações. Processo semelhante ocorre com as fontes de informação, que podem passar de bibliografia básica para ensino a obras de consulta local ou verdadeiros testemunhos de uma época.

Contudo, essas transformações de uso e função são lentas e quase imperceptíveis. A pesquisa sobre critérios de raridade evidencia que intervalos de cinquenta a cem anos, em algumas áreas do conhecimento, não são suficientes para indicar a raridade bibliográfica. De certo modo, o que foi publicado alguns anos atrás ainda é familiar ao olhar do pesquisador e do bibliotecário, principalmente no que tange à forma física do livro.

As obras pós-1900, em sua maioria, são caracterizadas como publicações de menor requinte gráfico, comparadas a incunábulos e obras científicas ricamente ilustradas editadas até o século XIX. As obras do século XX foram editadas em larga escala, impressas em papel de celulose, a fim de baratear os custos de produção, de modo a reduzir o valor de venda e atingir uma gama maior de leitores. Essas obras cujos conteúdos e projetos gráficos não estão

mais em voga comumente têm menor circulação no mercado livreiro e no balcão de empréstimos, por isso, são tratadas como “obras antigas” em sebos e bibliotecas. Sua análise aprofundada decorre de situações bem específicas, como a escassez de espaços físicos para armazenamento, a comemoração de jubileus relacionados ao autor, ao assunto tratado e ao título propriamente dito, ou a pesquisa retrospectiva em catálogos na busca de preciosidades.

Assim, os critérios de raridade para o século XX devem levar em conta não só aspectos relacionados à materialidade da obra (encadernação, dedicatórias, ornamentos etc.), mas priorizar os aspectos intrínsecos, como valor histórico, informativo ou de memória. No entanto, a especialização da ciência constitui um obstáculo para a identificação desses valores, porque as disciplinas estão em constante mutação, o que exige estudos aprofundados sobre seu desenvolvimento e o auxílio de especialistas.

Faltam obras de referência específicas sobre impressos novecentistas, que possam apontar o estado da arte em períodos determinados, a primeira citação sobre um assunto ou autor de destaque. Essas obras referenciais são raras em língua portuguesa ou estão em desuso, como as bibliografias por área do conhecimento, a exemplo da Bibliografia Brasileira de Engenharia, suspensa desde meados da década de 1970. São escassos ainda os trabalhos de cronologia histórica pós-1900. Atualmente a cronologia é considerada entre os historiadores algo extremamente generalista, com pouco embasamento científico. Enquanto isso, a história contemporânea, presente em acervos potencialmente raros, desaparece dia a dia.

É importante salientar que a questão da unicidade de obras raras é relativa, porque essa análise demanda pesquisa constante, o que geralmente não ocorre, em razão de os gestores de acervos precisarem privilegiar as tarefas de catalogação e os meios de acesso às coleções. Especialmente em instituições públicas os acervos são disponibilizados gradativamente, por problemas de infraestrutura técnica, ausência de pessoal qualificado ou falta de recursos para investimentos em novas mídias de divulgação. A noção de unicidade pode variar à medida que novos acervos potencialmente raros se tornam conhecidos. É possível ainda a existência de outros exemplares de uma obra tida como rara em acervos privados, cujos donatários podem não ter interesse no intercâmbio de informações com organizações de salvaguarda de acervos bibliográficos.

Existem obstáculos internos para a adoção de critérios de raridade, como o prejulgamento sobre a seleção de obras e sua inevitável triagem, temas sempre polêmicos. Assim, é necessário formalizar em uma política todos os procedimentos relacionados à adoção de critérios e a gestão do acervo, principalmente para informar às gerações futuras do que abrimos mão e por quê, e o que iremos incorporar daqui em diante, como e por quê. Determinante também é a tarefa de conscientizar os dirigentes sobre a importância de estabelecer

normas e procedimentos de formação e desenvolvimento do acervo, algo que poderá levar meses, quiçá anos. Imprescindível, ainda, é instruir bibliotecários sobre a diferença entre critérios de seleção e critérios de raridade bibliográfica, que constituem etapas distintas no gerenciamento do acervo, bem como a distinção entre coleção bibliográfica circulante e coleção de obras raras, e as responsabilidades do profissional gestor de coleções e gestor de acervos raros.

O estudo de raridade bibliográfica de obras editadas no século XX exige certo imediatismo dos gestores de acervos, principalmente no que se refere à durabilidade do suporte físico. Se por um lado incunábulo chegaram até nós apesar de uma série de condições adversas de guarda, o mesmo não ocorrerá entre as obras novecentistas e as próximas gerações. A acidificação do papel, o manuseio incorreto e as condições ambientais (clima e umidade) acelerarão a perda do conteúdo informativo de obras contemporâneas em comparação à preservação de obras impressas até o século XIX. A definição da raridade bibliográfica em determinados momentos dependerá inclusive da possibilidade de reformatação de mídia.

As peculiaridades das obras do século XX sutilmente preparam os gestores de acervos raros para a futura análise das obras publicadas no século XXI, especialmente frente às mudanças de suporte de informação e às transformações de formato de mídia de divulgação. Em intervalos de tempo cada vez menores os critérios de raridade serão adaptados de modo a acompanhar as inovações de tecnologia de transmissão de dados. Há de se considerar duas vertentes: as obras editadas a partir de 2000 simultaneamente em meio analógico (papel) e meio eletrônico (ebook), ou aquelas publicadas exclusivamente em meio digital (internet). Os critérios de raridade em breve permearão questões como mapeamento das primeiras edições eletrônicas e digitais, mas outros temas correlatos serão debatidos, como a opção entre formatos para guarda (impresso ou digital), a conservação de hardwares e softwares para leitura, a migração de mídia, a qualidade de imagem, os repositórios digitais por área do conhecimento, a decisão pelo acesso livre ou restrito, a extensão do valor de obra rara ao arquivo digitalizado de uma obra impressa etc.

Atualmente, é prioritário para a Bibor estabelecer a política para gestão das coleções e adaptar os critérios de raridade, em especial para o Acervo Antigo, de modo a criar mecanismos mais eficientes para organização, estudo e divulgação desse conjunto, em consonância com sua missão primeira, a salvaguarda do acervo bibliográfico inicial da Emop. Só assim será possível institucionalizar as práticas de gestão de acervos raros na Escola de Minas e na Ufop, melhorar os serviços prestados e planejar o atendimento das novas demandas provocadas pelos atuais meios de divulgação da informação, como a digitalização e o acesso remoto ao acervo, além das possíveis transferências

de acervos que poderão ocorrer nos próximos anos entre as bibliotecas da Escola de Minas.

Referências

- PINHEIRO, Ana Virgínia. *Livro raro: formação e gestão de coleções bibliográficas especiais*. 2009. 33 p. Apostila.
- _____. *O que é livro raro?: uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica*. Rio de Janeiro: Presença, 1989. 71 p.
- RODRIGUES, Márcia Carvalho. Como definir e identificar obras raras? Critérios adotados pela Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n. 1, p. 115-121, jan./abr. 2006. Disponível em: <www.ci.ibict.br>. Acesso em: 27 jun. 2012.
- UFOP investe na conservação de suas obras raras: Biblioteca de Obras Raras restaura livros significativos para a história da ciência. *Jornal da Ufop*, Ouro Preto, n. 164, p. 5, jun./jul. 2004.
- VERGUEIRO, W. *Seleção de materiais de informação*. 3. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2010. 120 p.
- WALTER, Maria Tereza Machado Teles; EIRÃO, Tiago Gomes; REIS, Luciana Araújo. *Regulamentos, orçamentos, etcétera*: miniguia. Brasília: Briquet de Lemos, 2010. 62 p. (Prazer de fazer, 2).
- WEITZEL, Simone da Rocha. *Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias*. Rio de Janeiro: Interciência, 2006. 76 p.

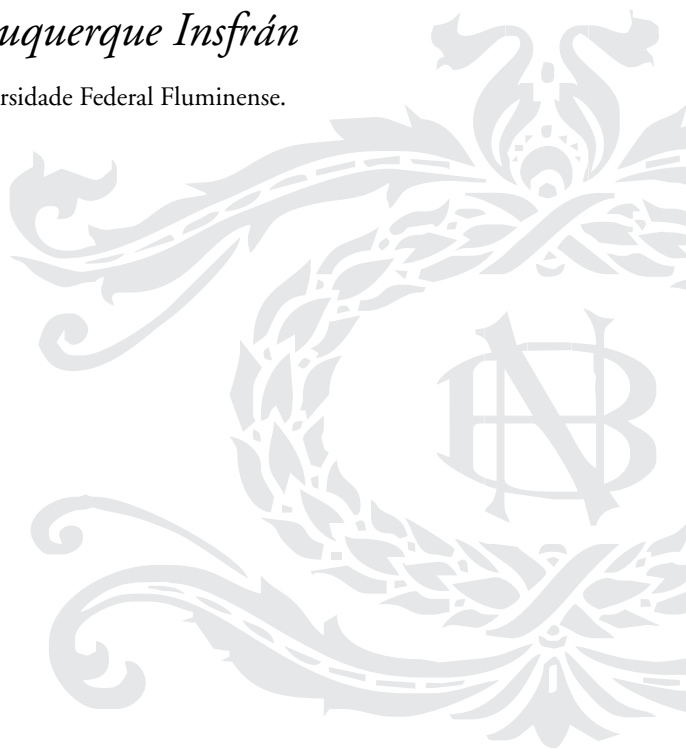
Memória e patrimônio: critérios de seleção e conservação em coleções especiais e obras raras e/ou valiosas

Valéria de Sá Silva

Andréa Carla Mazzo da Costa

Ângela de Albuquerque Insfrán

Bibliotecárias na Universidade Federal Fluminense.





Resumo

Este estudo apresenta a concepção, a trajetória e as perspectivas dos critérios de raridade dos acervos raros e especiais da Biblioteca Central do Gragoatá, da Universidade Federal Fluminense. Destaca o Programa de Revitalização/Dinamização dos Serviços. Segue ações estabelecidas pelas diretrizes e critérios de seleção e conservação de documentos raros e/ou valiosos existentes na Universidade. Propõe salvaguardar o acervo bibliográfico aplicando um conjunto de providências que lhe dê coesão, proporcionando ao sistema ações de unidade funcional. Destaca, nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, que os materiais antigos constituem a espinha dorsal da pesquisa, e a preservação dos mesmos deve ter maior prioridade.

Palavras-chave: *Acervos raros. Critérios de raridade. Biblioteca Central do Gragoatá. Universidade Federal Fluminense.*

Abstract

This study presents the design, trajectory and prospects of the rare and special collections rarity criteria of the Gragoatá Central Library, Fluminense Federal University. It highlights the Revitalization Program / Promotion Services. It follows the actions established by the rare and / or valuable document selection and conservation guidelines and criteria existing at the University. It proposes to safeguard the bibliographic collection applying a set of measures that will give it cohesion, providing the system with functional unit actions. It highlights, in the areas of Humanities and Social Sciences, that the old materials are the backbone of the research, and their preservation should have higher priority.

Keywords: *Rare collections. Rarity criteria. Gragoatá Central Library. Fluminense Federal University.*



Introdução

A sociedade atravessa um período de intensas mudanças com o questionamento dos paradigmas que, ao longo do último século, direcionaram o desenvolvimento social e econômico. No transcorrer do século XX, o mundo passou por grandes transformações e já se intui que as modificações produzidas pela revolução dos costumes e pelo vertiginoso avanço da ciência e da tecnologia continuarão a marcar fortemente a sociedade do século XXI. O avanço tecnológico também vem proporcionando mudanças na produção, transmissão e uso da informação, e isso tem refletido sobre a organização dos serviços e atividades dos profissionais da informação.

Ao mesmo tempo, estamos (re)aprendendo a olhar para o patrimônio como um bem que representa a identidade e que exterioriza o valor de uma cultura, de algo que pode ser a expressão de uma conjuntura histórica, a leitura de uma concepção social ou a manifestação de uma tradição. É justamente na exaltação do novo, na busca frenética da adequação às tendências que reside a preocupação com o patrimônio, ou seja, a valorização de bens que representam referências culturais ou naturais que simbolizam a diferença e a diversidade diante de um mundo em que parâmetros globais são referências de vida. A revitalização do patrimônio cultural, especificamente dos acervos bibliográficos, significa a ressignificação, a requalificação, o revigoramento de algo que já existe, tornando-o vivo, ao ganhar sentido para as pessoas e, especialmente, ao aguçar a identidade.

A palavra “revitalizar” em nossa introdução é destaque com o intuito de focar o propósito do nosso estudo. Revitalizar nos leva à ideia de insuflar vida nova ou revigorar, que, trocada em miúdos, significa dar nova vida a e/ou qualificar novamente ou melhorar algo que já exista. Segundo Spinelli Junior (1997, p. 15), “é preciso que hoje direcionemos todas as nossas atenções para a melhor forma de se conservar todo o saber que foi produzido e registrado pelo homem, sob forma de manuscritos ou impressão em suporte de papel”. Assim, a biblioteca universitária deve criar subsídios para a conservação e preservação do acervo existente e se adequar aos novos suportes sob sua guarda.

As novas tecnologias informacionais trouxeram alterações nos processos educacionais em seus diferentes níveis e, em especial, nos programas de formação humana nos níveis de graduação e de pós-graduação, seguindo as tendências das novas práticas de ensino: ensino à distância, comunicação online entre docente e discente, material de apoio online, ebooks, entre outros.

Assim, a Universidade, como instituição social, busca responder afirmativamente aos desafios peculiares desse momento histórico, uma vez que tradicionalmente sempre foi reconhecida como *locus* do pensamento crítico,

considerando a multidisciplinaridade e heterogeneidade intelectual que caracterizam a instituição.

A proposta educacional da Universidade Federal Fluminense (UFF, 2002) é adotar um paradigma de educação superior centrado no estudante. Esse paradigma está assentado nos quatro pilares da educação contemporânea, a saber: aprender a ser, a fazer, a viver juntos e a conhecer.

Numa perspectiva acadêmica, o professor tem como papel recriar ou preferencialmente produzir conhecimento e, em segundo lugar, orientar os alunos para que persigam e realizem o mesmo objetivo. Portanto, orientar significa agir como instância crítica e instigadora. Ensinar valendo-se do espírito da pesquisa significa trabalhar com indagação e com a dúvida científica, instrumentalizando o aluno a pensar e a ter independência intelectual que lhe possibilite a construção e a busca contínua do próprio conhecimento.

No contexto do patrimônio cultural, a missão da Biblioteca é a preservação do acervo para a posteridade sem, contudo, dificultar a disseminação da informação reunida nos documentos bibliográficos sob sua guarda – documentos estes pertencentes a um acervo universitário, cuja principal função é a pesquisa acadêmica e a disseminação do conhecimento.

Tendo como parâmetro os três eixos norteadores da Universidade – o ensino, a pesquisa e a extensão –, a Biblioteca Central do Gragoatá abre seu acervo à comunidade universitária e ao público em geral, permitindo livre acesso às estantes e o empréstimo domiciliar da coleção geral. A localização dos volumes é feita por meio de consulta ao catálogo manual e/ou eletrônico. Permite a reprodução de obras que estejam em domínio público ou aquelas que, embora protegidas pela Lei de Direito Autoral (Lei 9.610/98), tenham autorização expressa de reprodução por seus autores/titulares. Todas as obras são previamente avaliadas quanto ao estado geral de conservação física para fins de autorização de consulta. A utilização de câmeras digitais (sem flash) e outros equipamentos tecnológicos para reprodução são permitidos mediante autorização prévia da curadoria do acervo, em decorrência da fragilidade física de algumas obras.

No que tange ao patrimônio bibliográfico público, compete à Universidade: a observância aos preceitos legais de preservação do patrimônio histórico e cultural brasileiro em cumprimento ao que preconiza a Constituição Federal, art. 126, e a Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991, artigos 1º, 4º e 20º; a garantia do acesso às informações de caráter público em condições adequadas; o respeito ao direito do livre acesso e consulta aos acervos históricos pela comunidade em geral e, em especial, à comunidade de pesquisadores; a transparência pública do processo de tratamento do acervo; a utilização do ambiente de desenvolvimento do projeto, em atividades didático-pedagógicas e de investigação científica nas áreas de abrangência do projeto; e a transferência e a difusão dos

resultados mediante seminários, trabalhos em encontros nacionais relevantes, publicação em revistas nacionais e estrangeiras.

Imbuída nessa premissa em relação ao patrimônio cultural público, a Universidade está empenhada em desenvolver as suas atividades de uma forma sustentável, por entender que o conceito de sustentabilidade é sistêmico, relacionado com a continuidade e deve atender às necessidades do presente sem, entretanto, comprometer sua utilização por gerações futuras.

Nessa perspectiva, a Biblioteca constitui, em particular, um motor de desenvolvimento de apoio ao segmento acadêmico e de combate à exclusão social. Dentro das suas atribuições específicas, seguindo os aspectos econômicos, ambientais e sociais, aplicando os princípios de desenvolvimento sustentável, destacam-se a criação de valor; a eficiência na utilização de recursos; a proteção ao acervo; a integridade no cumprimento de padrões éticos no atendimento; o diálogo com as partes interessadas; a gestão do capital humano; a promoção do acesso ao acervo e o apoio ao desenvolvimento sociocultural.

Um pouco de História

Núcleo de Documentação

Neste contexto, é aprovada pelo Conselho Universitário em 1969 a criação do Núcleo de Documentação (NDC),¹ órgão suplementar da Universidade. Pioneiro em sua forma de atuação, centralizava os serviços de aquisição, catalogação, classificação e intercâmbio de publicações, aglutinando, num mesmo ambiente, profissionais das 14 bibliotecas existentes na época. Era responsável por adotar filosofias, estabelecer políticas e traçar normas de documentação, além de coordenar e supervisionar técnica e administrativamente a área de documentação do sistema.

Uma das ações do Núcleo foi a idealização e realização do Primeiro Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, em 1978, o principal fórum de debates para as bibliotecas universitárias do país, hoje em sua XVII edição. A finalidade do evento é

promover maior entrosamento e aproximação entre as bibliotecas universitárias para uma análise conjunta da real situação, troca de ideias, relatos de experiências e conhecimento mais aprofundado sobre as possibilidades e deficiências das bibliotecas acadêmicas. (NDC, 2006, p. 29).

1. Com a Resolução nº 42 de 20/8/1969 e criado pelo artigo 18, alínea b do Estatuto da UFF.

Em 1987, o NDC é contemplado pelo Programa de Financiamento do Ministério da Educação/Banco Interamericano de Desenvolvimento (Projeto de Assistência Técnica à UFF). Nessa fase, foi constituída uma Comissão de Estudos, cuja atribuição era a elaboração dos critérios de seleção e manutenção de obras raras. Esse projeto teve como objetivo oferecer elementos que possibilitassem a identificação, reunião, tratamento e manutenção de acervos valiosos, já existentes ou por existir nas coleções da UFF. Como produto desse projeto foi publicado *Documentos raros e/ou valiosos: critérios de seleção e conservação*, sob a coordenação da bibliotecária Leda Tortelly Costa Motta com o apoio do magnífico reitor Hildiberto Ramos Cavalcanti de Albuquerque Júnior.

Em 1999, foi criado o Grupo Assessor Técnico de Obras Raras. Dentre as ações realizadas, temos a Ordem de Serviço NDC 01/2000, que estabeleceu critérios para identificação de obras raras e valiosas no âmbito das bibliotecas e arquivos da UFF.

Em 2002, o Núcleo de Documentação publicou a segunda edição de *Documentos raros e valiosos: critérios de seleção e conservação* pela Editora da UFF. Nessa edição os itens 2.4 e 2.7 sofreram modificações, e a bibliografia consultada foi atualizada de acordo com a NBR 6023. Além disso, houve o mapeamento da situação de guarda e conservação da coleção de obras raras e valiosas nas bibliotecas do Sistema UFF em 2003.

Em 2006, esse mesmo Grupo Assessor elaborou o primeiro *Catálogo de obras raras e valiosas da UFF* (UFF, 2006), definindo os dados mínimos necessários para a descrição das obras raras e valiosas na base de dados que dá acesso ao catálogo bibliográfico das unidades de informação do Sistema de Bibliotecas e Arquivos. Na realização da atividade de seleção e descrição das obras foi contratada uma consultoria² para dar assessoria ao grupo de trabalho. Foram selecionadas e catalogadas obras raras e/ou valiosas dos séculos XVI, XVII e XVIII de todo o sistema de bibliotecas e arquivos. No catálogo são arroladas 36 obras, das quais 21 fazem parte do acervo da Biblioteca Central do Gragoatá. Foram incluídas também algumas obras de datas posteriores consideradas valiosas, bem como documentos importantes para a história da Universidade, oriundos das faculdades isoladas que na década de 1960 foram reunidas para formar a UFF. As referências bibliográficas das publicações estão de acordo com a NBR 6023, o arranjo seguiu a ordem cronológica por século, a entrada principal está ordenada alfabeticamente pelo sobrenome dos autores e/ou títulos e as notas especiais de acordo com as regras do Código de Catalogação Anglo-Americano. As pesquisas bibliográficas foram realizadas por meio de consulta às bases de dados das seguintes entidades: Biblioteca Nacional, Biblioteca Nacional de Paris e Library of Congress. As referidas

2. Bibliotecária Pompéia Chaves Picone.

obras catalogadas também estão inseridas no Catálogo Coletivo do Patrimônio Bibliográfico Nacional/Fundação Biblioteca Nacional através do Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras.

Superintendência de Documentação

Em março de 2011, após reestruturação interna, o Núcleo de Documentação passa a Superintendência de Documentação. O Sistema de Documentação atual é composto de bibliotecas (26 bibliotecas), Centro de Memória Fluminense, Laboratório de Microfilmagem, Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos e o Arquivo da Universidade.

Biblioteca Central do Gragoatá (BCG)

Inaugurada em abril de 1994, marcou, sobretudo, o fato de ser o primeiro prédio projetado e construído para esse fim, sob a responsabilidade do Escritório Técnico do Campus da UFF. Nela, foram reunidos os acervos e equipes das antigas bibliotecas setoriais das áreas de Ciências Humanas, Educação, Letras, Serviço Social, Biblioteconomia, Arquivologia e Comunicação Social.

Tal como a Biblioteca é vista hoje, não resultou de um modelo imutável e pronto posto em execução, mas foi o produto de um processo vivido intensamente pela Universidade ao longo de toda a sua história, e também construído em suas diversas fases de sucessos, dúvidas e incertezas em busca da memória do conhecimento humano e das informações capazes de dinamizar todo o processo acadêmico.

Além dos serviços básicos, a Biblioteca participa como membro dos seguintes convênios: Compartilhamento de Bibliotecas do Rio de Janeiro, Rede de Bibliotecas e Centros de Informação em Arte, Rede Brasileira de Bibliotecas na Área de Psicologia, Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras/ Divisão de Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/ Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e do Programa de Comutação Bibliográfica.

É especializada nas áreas de Antropologia, Arquivologia, Artes, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Cinema, Comunicação Social, Educação, Educação Física, Estudos de Mídia, Filosofia, História, Jornalismo, Letras, Linguagem, Literatura, Política, Produção Cultural, Psicologia, Publicidade e Propaganda, Serviço Social, Sociologia e Relações Internacionais. O acervo é composto por mais de 200 mil itens, dentre eles livros, periódicos, teses e dissertações, trabalhos de conclusão de curso, partituras e multimídias. Possui coleções especiais particulares, temáticas e coleções de obras raras e/ou valiosas.

Coleções especiais e obras raras e/ou valiosas

A formação e o desenvolvimento das coleções especiais, raras e/ou valiosas estão embasados em critérios gerais e específicos elaborados pelo Grupo de Trabalho criado dentro da Universidade. Esses critérios têm como propósito primordial o ponto de vista científico-tecnológico e a repercussão do fato científico no seio das sociedades, conforme texto a seguir:

local onde a Instituição está sediada e as que representam valores estáveis, sedimentados pelo tempo dentro de cada ramo do conhecimento que compõem os acervos das bibliotecas e de outros setores da Universidade Federal Fluminense, e, principalmente aquelas que fixam sua memória, vocação e destino (UFF, 2002, p. 12).

Nesse sentido, destaca-se a política de desenvolvimento das referidas coleções, no que tange aos acervos já existentes ou por vir a existir. Outro ponto em evidência são os critérios específicos da Instituição, acompanhados de pequenas notas explicativas:

UFF – importante como documentário das atividades editoriais da Universidade e que, evidentemente, são reflexos de sua ação e atuação;

Editoras fluminenses – sempre que possa oferecer um enfoque de importância ou de relevância;

Autores fluminenses – aqueles mais representativos em seu campo de atuação;

Rio de Janeiro – as obras mais relevantes sobre o Estado em seus mais diferentes aspectos;

Clássicos em todos os ramos da atividade humana – impõem-se naturalmente;

Obras consagradas no ensino da UFF – cada setor se encarregará de sua identificação e indicação. (UFF, 2006, p. 15)

Diante desse universo documental, tivemos a necessidade de delimitar o nosso campo de trabalho. Como viga mestra para a revitalização das coleções especiais, obras raras e/ou valiosas (descrição no Anexo), optamos por considerar os critérios de seleção e conservação da própria instituição: identificação, conservação e adequação e/ou inserção de dados na base eletrônica (Sistema Argonauta).

O Programa de Revitalização/Dinamização dos Serviços teve início em 2007 e a implantação do projeto Revitalizar para Conservar: Coleções Especiais, Raras e/ou Valiosas da BCG, a partir de 2009. Esse programa se apoiou em uma metodologia ideológico-dedutiva de análise, seleção, identificação, descrição, classificação e registro codificado dos documentos. Além disso, propôs a unificação das coleções em espaço único no 2º andar, pois atualmente os acervos das referidas coleções se encontram dispersos em três ambientes da

biblioteca, no 2º andar, dentro da Sala Bezerra de Menezes e fora dela, e no 3º andar, dentro de uma sala, originalmente para estudo em grupo.

O projeto Revitalizar para Conservar: Coleções Especiais, Raras e/ou Valiosas³

O objetivo geral é continuar o processo de identificar, conservar, armazenar e disponibilizar adequadamente o item para o acesso. Ainda, adotar medidas preventivas de segurança necessárias à manutenção da integridade do patrimônio público no prazo de dez anos.

Quanto aos objetivos específicos, definimos: a) facilitar o acesso à informação aos usuários garantindo a preservação do patrimônio público; b) preservar acervos raros e valiosos importantes para a composição da memória científica e cultural do Estado e do país; c) recuperar a integridade física do acervo valioso e/ou raro por meio da adoção de procedimentos de conservação; d) realizar a descrição catalográfica; e) proceder ao armazenamento físico do acervo, em espaço único, com vistas à otimização do acesso e à melhoria da prestação de serviços bibliográficos; e g) disponibilizar a informação documentária, por meio do catálogo eletrônico.

Etapas preliminares desenvolvidas parcialmente: identificação e reunião das informações preliminares sobre o acervo raro; organização preliminar do espaço físico; elaboração do projeto; seleção e identificação dos itens que requerem prioridade; descrição catalográfica e disponibilização para consulta local e online.

A metodologia⁴ aplicada está dividida em seis fases, que em alguns momentos poderão ser desenvolvidas paralelamente:

1ª Fase

Seleção e identificação por tipo de documento, separados em duas categorias:

- Documentos pessoais: trabalhos publicados, fotos, diplomas, cartas, quadros, medalhas e similares.
- Coleção bibliográfica: livros, periódicos, cartazes, separatas, folhetos, fitas de vídeo e disquetes.

3. Esclarecemos que o projeto está em andamento.

4. Adaptamos a metodologia aplicada pela UFRJ na Coleção Afonso Carlos Marques dos Santos, respeitando a política de desenvolvimento de coleções especiais, valiosas e/ou raras da UFF.

2ª Fase

Pesquisa dos itens na Base de Dados Argonauta/UFF para verificar se as obras constam no acervo do sistema. Caso positivo, serão acrescentadas informações específicas do exemplar no campo Nota. Caso negativo, será pesquisado nos principais catálogos online de bibliotecas universitárias voltadas para a área e o idioma da coleção e nas principais bibliotecas nacionais.

3ª Fase

Após a pesquisa, será realizado o processamento técnico do item na Base Argonauta da UFF.

4ª Fase

A identificação notacional bibliográfica será discutida posteriormente com o Grupo Técnico de Obras Raras e/ou valiosas da UFF/SDC e o Serviço de Processamento Técnico da BCG.

5ª Fase

Acondicionamento: a conservação compreenderá os procedimentos de higienização mecânica dos volumes (trincha macia e pó de borracha) e a confecção de embalagens individuais de acordo com as dimensões da obra (caixas artesanais manufaturadas com material apropriado para a preservação dos livros).

6ª Fase

Armazenamento: aquisição e instalação de novos mobiliários e arquivos deslizantes com especificações adequadas para o acervo, permitindo melhor utilização do espaço físico na Sala Bezerra de Menezes.

Como produtos do Programa Revitalização obtivemos até a presente data dois resultados significativos. O primeiro foi implementar o projeto de identificação e adequação dos dados bibliográficos da coleção Alair Gomes nos catálogos de acesso. Os objetivos específicos são: inserir dados nos campos específicos referentes à coleção; integrar as atividades entre os serviços de referência e processamento técnico visando à padronização dos dados bibliográficos das coleções especiais; realizar higienização mecânica; divulgar o projeto como estratégia de sensibilização e conscientização dos pares; possibilitar autonomia ao usuário na pesquisa bibliográfica e proporcionar oportunidades de estágio para os discentes. Esclarecemos que alguns objetivos ainda estão sendo desenvolvidos e outros já foram concluídos. O segundo produto do programa foi a concepção do projeto Revitalizar para Preservar, que participa do processo seletivo do Programa de Preservação de Acervos do BNDES

– edição 2010/2012, ocupando a décima quinta posição. O referido programa estabelece sete categorias de apoio: catalogação, higienização e acondicionamento, restauração, gerenciamento ambiental, instalação de sistemas de segurança, infraestrutura e visitação. O propósito é recuperar e valorizar nossos ativos culturais e os acervos que constituem importante ativo cultural brasileiro, base da Economia da Cultura e ferramenta de valorização da nossa memória e identidade.

Considerações finais

Ao longo do trabalho foi possível verificar que o Grupo Assessor Técnico de Obras Raras privilegiou e destacou a importância de se manter um equilíbrio entre a preservação e o acesso à informação. Coube à equipe de bibliotecários de cada unidade da Universidade aplicar as ações estabelecidas, sempre levando em consideração o grau de preciosidade de seu acervo, o público a ser atendido e, principalmente, as necessidades específicas da biblioteca em que atua.

Os critérios próprios de seleção para a formação e desenvolvimento dessas coleções, concebidos e implementados ao longo dos anos, ajudaram a orientar os pares da Instituição na análise dos itens quanto aos valores extrínsecos e intrínsecos dos acervos já existentes ou passíveis de existir. Aliados ao suporte político, nas áreas de tomada de decisão da Universidade, foi possível proporcionar um solo firme para caminhar sem tropeços no desenvolvimento das metas atuais e nas projeções futuras.

Vale destacar, em relação à conservação, mais do que execução de procedimentos há intenção de chamar a atenção e despertar a curiosidade, a sensibilidade e a conscientização dos usuários para as questões da preservação do patrimônio público. Para tanto, como estratégia de divulgação dos procedimentos durante o processo, sugerimos que o espaço para execução do projeto seja visível aos usuários, funcione como uma espécie de “vitrine”.

Nesse contexto, devemos lembrar a norma básica da conservação: preservar para não restaurar, objetivo fundamental na construção e manutenção de um acervo raro e precioso, principalmente em biblioteca universitária, cujo papel é preservar e facilitar o acesso ao patrimônio bibliográfico, além da responsabilidade de preservar a história e a memória institucional da Universidade.

Referências

CORTE, Andrea Telo da; MARTINS, Ismênia de Lima. *50 anos da Universidade Federal Fluminense: 1960-2010*. Niterói, RJ: EdUFF, 2010.

- NDC 36 anos: um olhar sobre o passado e uma luz para o futuro. Niterói, RJ: NDC/UFF, 2006.
- PINHEIRO, Ana Virgínia Teixeira da Paz. Rui, para sempre e em todo lugar. In: FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Biblioteca. *Catálogo da Biblioteca de Rui Barbosa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 16-27.
- SANT'ANA, Rízio Bruno. Critérios para a definição de obras raras. *Revista Online Biblioteca Prof. Joel Martins*, Campinas, v. 2, n. 3, p. 1-18, 2001. Disponível em: <<http://www.bibli.fae.unicamp.br/revbfe/v2n3jun2001/art01.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2012.
- SILVA, Fernando. *Critérios de seleção de obras raras adotados em bibliotecas do Distrito Federal*. Brasília, DF, 2001. 154 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, 2011.
- SPINELLI JUNIOR, Jayme. *A conservação de acervos bibliográficos e documentais*. Rio de Janeiro: FBN, 1997.
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *Documentos raros e/ou valiosos: critérios de seleção e conservação*. Niterói, RJ: EdUFF, 1987.
- _____. Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos. Núcleo de Documentação. *Documentos raros e/ou valiosos: critérios de seleção e conservação*. 2. ed. Niterói, RJ: EdUFF, 2002.
- _____. *I Catálogo de obras raras e valiosas da Universidade Federal Fluminense*. Niterói, RJ: NDC, 2006.
- _____. *Projeto Pedagógico Institucional*. Niterói, RJ, 2002.

Anexo: Acervo das coleções especiais da BCG

- 1) Coleção Especial Professor Ismael de Lima Coutinho – Recebida em 1968. Composta de 5.140 exemplares (4.316 livros, 819 folhetos e periódicos e cinco dissertações); desse total 2.951 itens estão disponíveis no catálogo eletrônico. Especializado em Letras, versa principalmente sobre Língua e Literatura Latina, constituindo-se num dos acervos mais importantes no Grande Rio. O Professor Ismael foi o fundador da disciplina Língua e Literatura Latina no Instituto de Letras/UFF e era reconhecido pelos seus pares como um dos mais competentes de sua geração. Merece destaque seu significativo acervo de livros raros, onde podem ser encontradas obras que datam do século XVIII.
- 2) Coleção Especial Alair Gomes⁵ – O acervo bibliográfico dessa coleção é formado por 3.981 exemplares (3.723 livros, 258 periódicos), relativos a

5. O acervo iconográfico desta Coleção está sob a guarda da Fundação Biblioteca Nacional/Divisão de Iconografia.

- arte, cinema, filosofia e fotografia, em sua maioria estrangeiros, editados entre 1930 e 1970. Estão disponíveis no catálogo eletrônico 3.103 itens.
- 3) Coleção Especial Ministro Geraldo Bezerra de Menezes – Recebida em 2005. Contém cerca de 6.547 exemplares (5.580 livros e 967 periódicos). A maior parte é composta de obras de literatura jurídica e religiosa. Aproximadamente 487 exemplares são datados do século XIX. Vale destacar, ainda, dois livros do século XV.
 - 4) Coleção Especial do Acervo da Pós-Graduação de História e Ciências Políticas – Abrange as áreas de História, Ciência Política e Antropologia. Compõe-se de 447 exemplares (437 livros e 10 periódicos). Dentre as obras pertencentes a essa coleção, merece destaque o livro do século XVI.
 - 5) Coleção Geral de Obras Raras e/ou Valiosas – Composta de 1.003 exemplares (988 livros e 15 periódicos) publicados no período compreendido entre os séculos XVII e XX, abrangendo a área de Ciências Humanas e Sociais.
 - 6) Coleção de Cartazes Cinematográficos – Compõe-se de aproximadamente 665 cartazes de filmes nacionais e estrangeiros organizados cronologicamente por décadas. Parte dele foi doada pela Cinemateca do Museu de Arte Moderna, alguns possuem carimbo do Serviço de Segurança de Diversões Públicas. Dentre eles, 165 cartazes foram digitalizados por meio do convênio com a Rede de Bibliotecas e Centros de Informação em Arte – RJ. Disponível no site da DocPro/Biblioteca Virtual/Redarte.
 - 7) Coleção Maria Jacinth⁶ – Incorporada à UFF em 1999. O acervo dessa coleção é formado por 1.657 livros. O tema da coleção versa sobre teatro. Disponíveis no catálogo eletrônico 1.018 itens.
 - 8) Coleção Bárbara Levy – Incorporada em 2009, junto com o acervo da Pós-Graduação em História. Compreende 758 livros disponíveis na base eletrônica. O conteúdo abrange as áreas de História e Economia.
 - 9) Coleção Lydia Podorolski – Recebida em 2008. O acervo é de aproximadamente três mil partituras de óperas, canções para canto e piano, música sacra vocal, obras para piano e livros sobre técnica vocal/métodos. Destaca-se a primeira edição do livro de Mário de Andrade, *Ensaio sobre a música brasileira*, de 1928, e partituras de Camargo Guarnieri e Alberto Nepomuceno.
 - 10) Coleção Especial de Estudos dos Estados Unidos – Doada pelo governo dos Estados Unidos em convênio com a UFF/Setor de Literatura Norte-Americana e o Núcleo de Documentação em 1995. É a única coleção no Brasil, com cerca de 1.200 livros. Destaque para as publicações que

6. O Acervo pessoal desta Coleção está sob a guarda da Fundação Casa de Rui Barbosa.

versam sobre a civilização norte-americana. Há ainda obras de crítica literária, ficção e poesia norte-americanas, artes cênicas, religião e filosofia.

- 11) Coleção Especial do Laboratório de História Oral e Imagem – Incorporada em 2010. Composta de 317 títulos, especializada em Ciências Humanas. Está sob a responsabilidade do grupo de pesquisa em História Oral e Imagem do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/UFF.
- 12) Coleção de Estudos Galegos – Incorporada em 1990. Composta de 1.045 itens (892 livros e 153 periódicos), especializada em estudos galegos. Está sob a responsabilidade do grupo de pesquisa em Estudos Galegos do Instituto de Letras/UFF (resultante do convênio com o governo galego).

Uso de critérios de raridade e valoração de acervo no gerenciamento de riscos em acervos bibliográficos raros e especiais

Willi de Barros Gonçalves

Arq., M. Sc., professor do Curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis
da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais.

Diná Marques Pereira Araújo

Bibliotecária na Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Minas Gerais.

Carolina Concesso Ferreira

Aluna do Curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis da Escola de Belas
Artes da Universidade Federal de Minas Gerais.



Resumo

Este trabalho apresenta considerações sobre as atividades iniciais realizadas com vistas à implantação de rotinas de gerenciamento de riscos na Divisão de Coleções Especiais da Biblioteca Universitária (BU) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como parte integrante do Projeto Preservação e Acesso dos Acervos Raros e Especiais. Expõe como as rotinas de gerenciamento de riscos podem ser utilizadas na preservação de acervos, com destaque para o uso de critérios de raridade e valoração do acervo. Relata o histórico de formação dos acervos bibliográficos raros e especiais na UFMG e sua atual configuração no prédio da Biblioteca Central. Destaca a responsabilidade da biblioteca universitária quanto à preservação dos acervos raros e especiais sob sua guarda. Finalmente, aponta os próximos passos da pesquisa e as expectativas para trabalhos futuros.

Palavras-chave: *Gerenciamento de riscos. Valoração de acervos bibliográficos raros e especiais.*

Abstract

This paper presents considerations on the initial activities carried out to implement risk management routines in the Special Collections Division of the University Library (BU) of the Federal University of Minas Gerais (UFMG), as part of the Rare and Special Collections Preservation and Access Project. It explains how the risk management routines can be used in the preservation of collections, with emphasis on the use of rarity criteria and valuation of assets. It recounts the formation history of the rare and special library collections at UFMG and its current configuration in the Central Library building. It highlights the responsibility of the university library in the conservation of rare and special collections in their care. Finally, it addresses the next steps of the research and the expectations for future work.

Keywords: *Keywords: Risk management. Value assessment of rare and special bibliographical collections.*



1 Introdução

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), fundada em 1927, possui um rico acervo de obras de arte, raridades bibliográficas e documentos históricos. Tal acervo está organizado em coleções e alocado em várias unidades acadêmicas e administrativas da Universidade.

Conforme apontado no *Projeto de mobiliário e equipamento da Biblioteca Central* (1980), a primeira biblioteca da universidade data de 1930, instalada em uma sala em prédio da Universidade na rua Guajajaras, em Belo Horizonte. Em 1962 foi transferida para o prédio da reitoria, também no centro de Belo Horizonte. Paralelamente, “diferentes unidades possuíam suas próprias bibliotecas” (UFMG, 1980, p. [7]). Naquele momento os acervos raros da Universidade foram reunidos sob a guarda da reitoria. Em 1976 foi criada a Biblioteca Central (BC), e no ano seguinte o Sistema de Bibliotecas (SB) da UFMG foi centralizado.

Paulo da Terra Caldeira (1997, p. [1]), no catálogo da exposição Galeria Brasileira, aponta que a formação dos acervos bibliográficos raros e especiais da UFMG

remonta à coleção existente na antiga biblioteca da Reitoria da Universidade de Minas Gerais, localizada no centro de Belo Horizonte. Posteriormente, obras e coleções existentes nas bibliotecas das unidades acadêmicas [...] foram transferidas para a Biblioteca Central, no *campus* Pampulha.

Com a abertura do prédio da BC, em 1981, as coleções raras e especiais foram transferidas para o novo edifício. Desse modo, a Universidade ampliou a reunião de seus acervos raros, a partir do envio de coleções e livros das unidades acadêmicas e da reitoria para a BC, no campus Pampulha. Tal procedimento não impediu que algumas unidades permanecessem com seus acervos raros e/ou criassem acervos especiais e centros de memória, como fizeram a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Letras, a Faculdade de Direito e a Faculdade de Ciências Econômicas, dentre outras.

Em *Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais*, Etelvina Lima (1972, p. 130) aponta que, no terceiro andar do novo prédio, foram concentrados “os serviços técnicos e administrativos: chefia da biblioteca central, coordenação das bibliotecas universitárias, departamento de administração, departamento de processos técnicos, serviço de coleções especiais, depósito fechado”.

As coleções especiais – instaladas em duas salas de aproximadamente 110m² – ficaram sob a administração do Departamento de Serviços ao Usuário (DSU), que iniciou uma série de ações para a organização dos acervos. Em sua maioria, as ações estabeleceram metodologias de trabalho e propostas

para a gestão dos acervos. Dentre os trabalhos desenvolvidos, a Biblioteca Universitária (BU) estabeleceu, como critério de organização, a estruturação dos acervos por coleções, conforme modelo adotado pela reitoria na década de 1960.

Após reformas nas instalações internas do prédio da BC, os acervos raros e especiais foram distribuídos em salas do terceiro e quarto andares. Atualmente, compreendem os Projetos de Pesquisa – vinculados às unidades acadêmicas responsáveis por sua gestão – e a Divisão de Coleções Especiais (Dicolesp), gerida pela BU.

O presente trabalho relata as atividades iniciais com vistas à implantação de rotinas de gerenciamento de riscos na Divisão de Coleções Especiais da BU, com destaque para o uso de critérios de raridade bibliográfica na valoração do acervo. As atividades são parte integrante do projeto Preservação e Acesso dos Acervos Raros e Especiais da Biblioteca Universitária da UFMG, fomentado por meio de projeto de extensão do Ministério da Educação em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão da UFMG no período de março de 2011 a março de 2012.

2 A responsabilidade da Biblioteca Universitária com a conservação dos acervos bibliográficos raros e especiais

A Biblioteca Universitária da UFMG é órgão suplementar vinculado à reitoria, responsável tecnicamente pelo provimento de informações necessárias às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade, como também pela coordenação técnica, administração e divulgação dos recursos informacionais das 24 bibliotecas do Sistema de Bibliotecas da Universidade.

Conforme Murilo Bastos da Cunha (2008, p. 53), biblioteca universitária é aquela mantida por uma instituição de ensino superior, que atende às necessidades de informação dos corpos docente, discente e administrativo, tanto para apoiar as atividades de ensino quanto de pesquisa e extensão. Pode ser uma única biblioteca ou várias, organizadas como sistema ou rede. Para Cunha (2010), as

bibliotecas universitárias são organizações complexas, com múltiplas funções e uma série de procedimentos, produtos e serviços que foram desenvolvidos ao longo de décadas. No entanto, o seu propósito fundamental permaneceu o mesmo, isto é: proporcionar acesso ao conhecimento.

A universidade, com a missão de gerar e difundir conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais por meio de suas vertentes do ensino, da pesquisa e da extensão, deve, por meio da biblioteca universitária, preservar, conservar

e garantir o acesso aos acervos raros sobre sua guarda e fomentar a geração de pesquisas e novos conhecimentos.

A responsabilidade de preservação e acesso aos livros raros e especiais requer, da biblioteca universitária, serviços especializados que garantam a compreensão e devido tratamento desses bens. Para a efetivação desses propósitos é essencial o desenvolvimento de trabalhos de gestão de acervos que envolvam profissionais da área de preservação de bens patrimoniais.

Em 1981, ano da abertura do prédio da BC, o DSU iniciou uma série de ações para a organização das coleções. O documento “Obras Raras: fase inicial de organização do serviço” comprova o início dessas atividades. O tratamento dos livros raros, então instalados na BC, foi estruturado em:

- I. Organização da Coleção;
- II. Metodologia do serviço.

Após essas fases, não realizadas integralmente, o Departamento de Formação e Processamento do Acervo (DFPA) formou uma equipe responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento do Programa de Organização das Obras Raras da Biblioteca Central. O programa tinha como objetivo definir um modelo para a organização das coleções recém-transferidas para a BC.

Desse modo, no ano de 1983, o DFPA elabora a *Proposta para organização da coleção de obras raras da Biblioteca Central da UFMG*. A proposta foi a primeira intenção de estabelecer critérios de raridade para livros raros no SB-UFMG,¹ bem como o primeiro documento que destaca a necessidade de uma política de desenvolvimento de acervos raros para o Sistema.

Portanto, a BU-UFMG, desde a década de 1980, desenvolve trabalhos voltados para a gestão dos acervos raros e coleções especiais instaladas no prédio da Biblioteca Central. Dentre estes se destaca o projeto Preservação e Acesso dos Acervos Raros e Especiais da Biblioteca Universitária da UFMG, que teve como escopo aproximar a comunidade, em geral e científica, das obras preservadas na Divisão de Coleções Especiais da BU. Para tanto, possibilitou a acessibilidade às obras por meio da digitalização de alguns exemplares raros, garantindo, ainda, a integridade do acervo. Realizou também ações de extensão e catalogação de livros raros. O projeto foi desenvolvido na Divisão de Coleções Especiais da BU, coordenado pela Escola de Ciência da Informação (ECI-UFMG) e envolveu parceria com a Escola de Belas Artes (EBA-UFMG) para a implantação de rotinas de gerenciamento de riscos, principiando com o diagnóstico do estado de conservação do acervo.

1. O estabelecimento do critério de raridade da Biblioteca Universitária da UFMG não será abordado neste artigo, pois a temática foi desenvolvida em artigo específico do Planot/2012.

3 Gerenciamento de riscos na preservação de acervos bibliográficos

A conservação preventiva é fundamental na preservação do patrimônio cultural. Abrange todas as atividades que visam a evitar, retardar e minimizar a degradação dos bens culturais. Envolve medidas indiretas, como questões relativas à capacitação de recursos humanos, acondicionamento, manuseio, transporte, segurança, gerenciamento e controle ambiental.

Apesar do conhecimento científico produzido na área, profissionais e instituições costumam aplicar normas, orientações e práticas, sem noção clara de como estabelecer prioridades ou da relação custo × benefícios esperados.

A abordagem do gerenciamento de riscos informa e orienta os tomadores de decisão, oferecendo uma metodologia sólida que incorpora os mais recentes conhecimentos científicos da área. Permite uma visão integrada dos danos e perdas esperados para os bens culturais, bem como da sua mitigação, proporcionando assim uma ferramenta útil para a elaboração de estratégias de conservação mais eficientes.

As intervenções de restauro normalmente se dão sobre os bens culturais após terem sido danificados, portanto, caracteriza-se como uma reação/resposta. Já a conservação preventiva, como o nome indica, atua no campo da prevenção, visando a evitar, retardar e minimizar a degradação dos bens culturais.

O gerenciamento de riscos abrange os dois aspectos citados anteriormente; ele trabalha aspectos de proação, procurando antecipar e priorizar as atitudes e os procedimentos que possam minimizar os riscos diversos a que os bens culturais estão expostos. Trata-se de uma ferramenta que permite embasar tomadas de decisão e estabelecimento de prioridades considerando as opções de tratamento e minoração dos riscos com melhor relação custo/benefício. Envolve o estudo dos cenários e mecanismos de ação dos chamados agentes de deterioração, com base na ciência da conservação.

A norma técnica de gerenciamento de riscos ISO/DIS 31000 (ISO 2009) define o conceito de risco como “a chance de algo acontecer causando impactos sobre objetivos”. O processo de gerenciamento de riscos é definido também por essa norma como “a cultura, processos e estruturas voltados para a concretização de oportunidades potenciais e para o manejo de efeitos adversos”. A metodologia inclui as seguintes etapas:

- 1) estabelecimento de contexto;
- 2) identificação de riscos;
- 3) análise dos riscos;
- 4) avaliação dos riscos;
- 5) desenvolvimento de opções para tratamento e mitigação dos riscos; e

6) comunicação e consulta.

As etapas iniciais, de estabelecimento do contexto e identificação dos riscos, envolvem o diagnóstico das condições de conservação do acervo, que visa principalmente:

- apontar os agentes de deterioração que interferem diretamente no estado de conservação da coleção em diversos níveis, a saber, o entorno do edifício, o edifício, o mobiliário, embalagem/suporte e os próprios materiais que compõem o acervo;
- identificar os riscos a que o acervo está exposto, estabelecendo os cenários e mecanismos de atuação dos agentes de deterioração, determinando possíveis ameaças à preservação dos objetos, como elas atuam, e que tipos de dano podem causar, o que por sua vez depende da vulnerabilidade dos materiais;
- identificar aspectos da gestão institucional que interferem na conservação do acervo, como limpeza e manutenção do acervo, segurança, capacitação profissional etc.

Uma vez que implicam mudanças institucionais, as informações relacionadas ao gerenciamento devem sempre ser comunicadas, interna e externamente, em cada uma das etapas do processo. O gerenciamento é contínuo e, para que seja eficiente, exige monitoramento e revisão constantes do trabalho.

As etapas de análise e avaliação dos riscos permitem sua quantificação, e consequentemente a hierarquização e estabelecimento de prioridades na implementação de medidas que possam tratar (diminuir) os riscos estudados. Em síntese, a magnitude de um risco é quantificada avaliando-se a sua probabilidade de ocorrência e os impactos causados no acervo. Estes últimos, por sua vez, podem ser descritos em termos da *perda de valor* que pode ocorrer para cada risco avaliado.

Para que um programa de preservação seja desenvolvido, é necessário que se tenha “conhecimento detalhado do acervo sob a guarda de uma determinada instituição, de seu(s) valor(es) e uso(s), bem como dos riscos de deterioração e perda de valor a que está sujeito.” (HOLLÓS; PEDERSOLI JR., 2009).

É dentro desse contexto que se faz necessária a definição bem elaborada da valoração do acervo, para que os estudos de impacto e perdas da coleção frente a um risco específico sejam confiáveis. Diante dessa necessidade, os critérios de raridade são ferramentas importantes no trabalho de gerenciamento.

No tocante aos acervos bibliográficos raros e especiais, os parâmetros definidos para os critérios de raridade buscam definir quais serão os exemplares (ou coleção) que, devido a sua importância patrimonial, histórica e/ou cultural, necessitarão de cuidado extremo em relação à sua conservação, sob o

risco de se perderem registros, talvez, únicos. Da mesma forma, é possível analisar as prioridades definidas para o gerenciamento de riscos, visto que, ao se classificar um item, ou uma coleção como prioridade, o gerenciamento será conduzido a fim de assegurar que tal coleção sofra o menor impacto possível. A seleção de prioridade em preservação deve ser abrangente e interdisciplinar. Hollós e Pedersoli Jr. (2009) recomendam que essa seleção contenha, no mínimo, quatro questões: “a questão do conhecimento; a questão do sujeito; a questão do poder; a questão dos valores”. Percebe-se a importância do conhecimento sobre o acervo antes de definir quaisquer critérios de prioridade, assim como ocorre nas definições de critérios de raridade e valoração.

3.1 Uso dos critérios de valoração das coleções especiais da BU-UFMG no gerenciamento de riscos

A valoração e os critérios de raridade são informações fundamentais para o gerenciamento de riscos de acervos bibliográficos raros, pois, além de serem parte da quantificação dos riscos, na medida em que ajudam a quantificar os impactos de cada risco específico, servem também como critérios importantes para o estabelecimento de prioridades na implementação de medidas mitigadoras dos riscos em análise.

A valoração atribuída ao acervo da Divisão de Coleções Especiais foi identificada em documentos arquivísticos do setor (relatórios de pesquisa, relatórios de projetos técnicos de catalogação e inventários) que datam dos anos de 1981, 1983, 1991, 1992, 1997, 2000, 2003, 2005 e 2006. Na maioria dos trabalhos desenvolvidos, a valoração atribuída aos livros e documentos, por especialistas da Universidade, foi baseada na historicidade. A consulta aos documentos administrativos da BU permitiu vislumbrar que a atribuição de valor ao acervo passou por momentos distintos de atribuição de importância. Por vezes, foi revelada uma repetição de valores históricos e, em outros estudos, com destacado aprofundamento, o enfoque para o acervo como prova documental.

Na década de 1990, são formadas várias comissões internas para a avaliação dos acervos bibliográficos, arquivísticos e museais presentes no prédio da BC. Nesse sentido, criam-se grupos de trabalho com o intuito tanto de inventariar os acervos quanto de apontar trabalhos realizados pela BU. Dentre os trabalhos desenvolvidos está o Inventário dos Livros Raros da BC, realizado conforme procedimentos adotados pela Biblioteca Nacional. O trabalho gerou o desenvolvimento de pesquisas, projetos, publicação de artigos científicos, estudos sobre valoração e propostas de gestão e preservação dos acervos.

Foi na década de 1990 que a documentação registrou a valoração dos acervos em suas instâncias estéticas e históricas. Em 1997, Caldeira et al. apresentaram significativo documento à direção da Biblioteca Universitária sobre os acervos raros da Biblioteca Central. O relatório, fruto de projeto de pesquisa,

amplia o conceito de valoração do acervo ao inserir nas atribuições já existentes o potencial de desenvolvimento de pesquisas inerentes aos livros raros da Universidade. No projeto, intitulado *Um acervo precioso*, os autores apontaram 151 títulos, perfazendo um total de 479 volumes, como os bens bibliográficos e documentais de maior “valor” histórico, estético, monetário e de fonte de geração de novos conhecimentos para a Universidade.

Em 2000, o projeto Inventário de Arquivos e Coleções Especiais – subprojeto da Comissão de Avaliação de Acervos da UFMG apresentou relatório que buscou revelar questões acerca da adoção de uma política geral de acervos da Universidade (não mais restrita aos acervos da BC); para isso apontou problemas e elencou gerenciamentos bem-sucedidos. Nos anos seguintes, as avaliações dos acervos especiais da Universidade permanecem, e são realizadas e definidas novas diretrizes sobre a gestão e os desenvolvimentos dos acervos.

Para o estabelecimento de prioridades do gerenciamento de risco, somado aos apontamentos descritos na citada documentação, foram consultados profissionais que atuaram na gestão da Divisão de Coleções Especiais desde sua formação, para as definições sobre sua valoração. Foram eles a professora Júlia Gonçalves e as bibliotecárias Marlene de Fátima Lopes, Simone Aparecida dos Santos e Rosemary Tofani Motta.

A valoração atribuída aos acervos da Divisão de Coleções Especiais pelas equipes de trabalhos nos anos citados e pelos profissionais consultados foi confirmada em fontes de referência de livros raros sobre as atribuições de raridade dos exemplares.

Quanto ao critério de raridade da Divisão de Coleções Especiais, ele possibilitou o direcionamento de pesquisas, mas não foi um instrumento de uso independente; sua aplicação foi somada à valoração do acervo da Divisão como um indicador para a quantificação do acervo em porcentagens de valoração/raridade, permitindo identificar os exemplares mais significativos para a Universidade.

O resultado desses trabalhos foi a identificação de exemplares da Coleção Brasileira² e dos livros raros dos séculos XVI e XVII como a porcentagem de maior “significado” para a UFMG. Essa parcela do acervo é reconhecida pela instituição, por meios de estudos e pesquisas sistemáticas, como bens patrimoniais de elevado valor histórico, cultural e estético, em nível internacional e nacional, por seu potencial de geração de conhecimento, em especial, sobre o Brasil e Minas Gerais. Estimados após a parcela do acervo citada anteriormente estão os livros raros dos séculos XVIII ao XX, que, apesar de serem livros especiais e comporem a Coleção de Obras Raras, receberam valoração menor por não se destacarem como obras escassas e únicas.

2. A Coleção Brasileira, neste contexto, refere aos livros e documentos históricos. Não foram inseridos nesta avaliação as peças de arte da Coleção.

A Coleção Memória Intelectual da UFMG representa a segunda parcela do acervo mais importante para a Universidade. Pautando-se na unidade dos materiais para atribuição da valoração, constatou-se o caráter único e insubstituível dos objetos e documentos dessa Coleção. Destaca-se, ainda, por seu valor histórico e documental acerca da Universidade.

Representando a parcela de menor valoração, se encontram as Coleções Especiais. Compostas por bibliotecas particulares de professores, diretores e reitores da UFMG, são relevantes por retratarem o perfil do colecionador e constituírem fontes de pesquisa para a Universidade. Entretanto, dentre os exemplares das coleções, não constam livros raros e os exemplares de seus acervos são de fácil reposição.

Jayme Spinelli e José Luiz Pedersoli Jr., em *Biblioteca Nacional: plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda & emergência*, apresentam

os principais critérios para identificação de peças do acervo bibliográfico e documental e de demais itens do patrimônio a serem priorizados em ações de tratamentos de riscos, particularmente em resposta a situações emergenciais, tais como inundações, incêndios e colapso estrutural (SPINELLI, 2011, p. 92).

Os autores demonstram que, por meio da indicação de alguns aspectos a serem ponderados, a instituição define quais são seus acervos mais significantes. Essa seleção é feita segundo os critérios de valor econômico ou raridade do documento, unicidade, valor especial para o cumprimento da missão ou objetivos da instituição, valor científico, importância para o país, cidade ou região, por fim, documentos com o selo Memória do Mundo.

O quadro a seguir apresenta a planilha com os valores percentuais considerados para cada coleção da Divisão de Coleções Especiais. Essa planilha foi utilizada para a estimativa da fração da coleção afetada por cada risco em análise, por meio das estimativas esperadas, baixas e altas do número de objetos afetados em cada caso:

Quadro 1: Valoração das coleções para cálculo da fração da coleção afetada por cada risco

Risco considerado:										
GRUPO		SUBGRUPO	Número exemplares/ volumes	Valor subgrupo (%)	Número de objetos afetados			Fração afetada (%)		
					baixa	provável	alta	baixa	provável	alta
1	Coleção Brasileira		11	30,00	11	11	11	30,00	30,00	30,00
		Brasileiana	5	3,33	5	5	5	3,33	3,33	3,33
	Livros dos séc. XVI e XVII	Luiz Camilo	18	12,00	18	18	18	12,00	12,00	12,00
		Obras raras (XVI e XVII)	22	14,67	22	22	22	14,67	14,67	14,67
	Obras Raras Obras Gerais e Obras de Referência Século XVIII ao XX	higienizado (na reserva)	5592	7,04	5592	5592	5592	7,04	7,04	7,04
não higienizado		2352	2,96	2352	2352	2352	2,96	2,96	2,96	
2	Memória UFMG	Documentos	270	11,16	270	270	270	11,16	11,16	11,16
		Objetos	93	3,84	93	93	93	3,84	3,84	3,84
		Teses	34528	5,00	34528	34528	34528	5,00	5,00	5,00
3	Col. Francisco Pontes Paula Lima	não higienizado	6118	5,00	6118	6118	6118	5,00	5,00	5,00
	Col. Patrologia Migné	higienizado	392	0,10	392	392	392	0,10	0,10	0,10
	Col. Linhares	higienizado	1180	0,30	1180	1180	1180	0,30	0,30	0,30
	Col. Camilo Castelo Branco (séc. XIX e XX)	higienizado	2901	0,74	2901	2901	2901	0,74	0,74	0,74
	Luiz Camillo de Oliveira Netto (séc. XIX e XX)	higienizado	994	0,25	994	994	994	0,25	0,25	0,25
		não higienizado	2048	0,52	2048	2048	2048	0,52	0,52	0,52
	Col. Arduíno Bolívar	higienizado	1215	0,31	1215	1215	1215	0,31	0,31	0,31
	Col. Faria Tavares	não higienizado	7800	1,98	7800	7800	7800	1,98	1,98	1,98
	Col. Francisco de Assis Magalhães Gomes	não higienizado	1000	0,25	1000	1000	1000	0,25	0,25	0,25
	Col. Orlando de Carvalho	não higienizado	2000	0,51	2000	2000	2000	0,51	0,51	0,51
Col. Israel Vargas	não higienizado	120	0,03	120	120	120	0,03	0,03	0,03	
Subtotal coleções especiais (exceto Paula Lima)			19650							
SOMA			68659							
FRAÇÃO TOTAL DA COLEÇÃO AFETADA PELO RISCO (%)								100,00	100,00	100,00

3.2 Resultados parciais

O processo de gerenciamento de riscos em desenvolvimento na Divisão de Coleções Especiais se encontra atualmente na etapa de análise dos riscos. A fase de contextualização da instituição ocorreu pela observação de questões relacionadas à rotina administrativa do setor, capacitação dos funcionários para lidar com acervos raros, aspectos físicos da instituição/setor e condições de guarda do acervo, considerando também a disposição física das coleções.

Após a etapa desse estudo, iniciou-se a etapa de identificação dos riscos. Estes foram identificados com a ponderação de dez agentes de deterioração a que o acervo pode estar exposto, a saber: forças físicas, roubo/vandalismo, fogo, água, pestes, poluentes, luz/UV, temperatura incorreta, umidade relativa incorreta, dissociação.

Preliminarmente foram identificados os seguintes riscos, aqui identificados sumariamente: ataque biológico por insetos, ataque biológico por micro-organismos, ataque biológico por animais, roubo, contato direto com

água, temperatura incorreta, umidade relativa incorreta, incêndio, danos devidos à luz, poluentes e dissociação.

Os riscos foram quantificados preliminarmente por meio de estimativas de sua magnitude, permitindo uma classificação inicial em termos de prioridade para o refinamento da pesquisa. Esta, por sua vez, foi estimada analisando a chance e o impacto de cada risco sobre o acervo. O procedimento de hierarquização considera que o impacto dos riscos será diferente para as diversas coleções do setor, em função do valor e das condições de guarda.

Até o momento foi concluído o estudo detalhado dos riscos de ataque biológico por insetos, com o cálculo pormenorizado das magnitudes dos seguintes subgrupos do acervo: livros raros, coleção memória – caixas, coleção memória – objetos, coleção memória – teses, coleção Paula Lima, obras raras no interior da reserva técnica, obras raras fora da reserva técnica.

4 Considerações finais

As ações em desenvolvimento da pesquisa descritas anteriormente culminarão no tratamento dos riscos. Nessa etapa serão estudados meios de garantir melhorias por meio de intervenção indireta com o intuito de minimizar os riscos, e será elaborada análise de custo/benefício a fim de verificar quais soluções se apresentam economicamente viáveis e efetivas.

A definição de prioridades, estabelecidas a partir dos critérios de raridade e estudos de valorização do acervo, na Divisão de Coleções Especiais é fundamental para o desenvolvimento do processo, uma vez que essas prioridades nortearão os investimentos necessários no setor em curto e médio prazos.

Como citado, o gerenciamento de risco da Divisão iniciou como projeto de extensão, mas se configura atualmente como uma ação permanente para o setor, com perspectivas de sua aplicação para os demais acervos raros e especiais do Sistema de Bibliotecas da Universidade.

Referências

- CALDEIRA, Paulo da Terra. As coleções especiais da UFMG. In: PAIVA, Marco Elizio. *Galeria Brasileira*. Belo Horizonte: Escola de Belas Artes, 1997. Exposição.
- _____; SANTOS, Silvana Aparecida Silva; ASSIS, Francisco de. *Um acervo precioso: a coleção de obras raras da UFMG*. [1997]. Projeto de pesquisa CNPq.
- CUNHA, Murilo Bastos da. A biblioteca universitária na encruzilhada. *DataGramaZero: revista de Ciência da Informação*, v. 11, n. 6, dez. 2010. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez10/Art_07.htm>. Acesso em: 4 jun. 2011.

-
- _____. CAVALCANTI, Cordélia R. (Cordélia Robalinho). *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. xvi, 451 p.
- DARDES, K. et al. *The conservation assessment: a proposed model for evaluating museum environmental management needs*. 1999. Disponível em: <http://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/pdf/assessmodeleng.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2011.
- DE TAPOL. Benoit. *Une méthode d'évaluation des pratiques de conservation préventive dans un service d'archives*. Fiches pratiques. Direction des Archives de France. Centre Interrégional de Conservation du Livre. 2002.
- _____. *Herramientas para el diagnóstico de conservación*. Disponível em: <<http://www.patrimoniohistorico.org.ar/articulos/83-herramientas-para-el-diagnostico-de-conservacion.html>>. Acesso em: 24 nov. 2011.
- HOLLÓS, Adriana Cox; PEDERSOLI JR., José Luiz. Gerenciamento de riscos: uma abordagem interdisciplinar. *Revista Ponto de Acesso*, Salvador, v. 3, n. 1, p. 72-81, abr. 2009. Disponível em: <www.pontodeacesso.ici.ufba.br>. Acesso em: 12 jul. 2012.
- INTERNATIONAL CENTRE FOR THE STUDY OF THE PRESERVATION AND RESTORATION OF CULTURAL PROPERTY. *Risk management of cultural heritage*. Disponível em: <http://www.iccom.org/eng/prog_en/01coll_en/preven-risks_en.shtml>. Acesso em: 8 nov. 2011.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO). *Risk management – Principles and guidelines on implementation*. Genebra: International Standardization Organization, 2009. Disponível em: <http://ddata.over-blog.com/xxxxyy/0/32/13/25/Risques/ISO_DIS_31000_-E--1-.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2011.
- LIMA, Etelvina; BARROS, Marcio Pinto de; CASTELO BRANCO, Alipio Pires. Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 128-131, set. 1972.
- LOURENÇO, Cintia de Azevedo. *Preservação e acesso dos acervos raros e especiais da Biblioteca Universitária da UFMG*. Belo Horizonte, 2010. Projeto da UFMG, PróReitoria de Extensão, SIEX. Disponível em: <<https://sistemas.ufmg.br/siex/AuditarProjeto.do?id=9678>>. Acesso em: 12 jul. 2012.
- RUSSEL, Roslyn; WINKWORTH, Kylie. *Significance 2.0: a guide to assessing the significance of collections*. Collections Council of Australia, 2009. Disponível em: <<http://www.environment.gov.au/heritage/publications/significance2-0/pubs/sig20-summary-card-november-2009.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2011.
- SILVA, Sonia T. Dias Gonçalves da; LANE, Sandra Souza. Uma política de serviços para livros raros em bibliotecas universitárias. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 6., 1989, Belém. *Anais...* Belém: MEC, 1990. v. 1, p. 119-129.
- SPINELLI, Jayme; PEDERSOLI JR., José Luiz. *Biblioteca Nacional: plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda & emergência*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011. 99 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Biblioteca Universitária. *Projeto de mobiliário e equipamento da Biblioteca Central*, 1980. [Não paginado].

_____. Comissão de Acervos da UFMG. *Projeto inventário de acervos da UFMG do subprojeto inventário de arquivos e coleções especiais*: relatório final. Belo Horizonte: UFMG, 2000. 40 p.

_____. Biblioteca Universitária. Departamento de Formação e Processamento do Acervo. *Obras raras*: fase inicial de organização do serviço. Belo Horizonte: Biblioteca Universitária, 1981. [Não paginado].

_____. Biblioteca Universitária. Departamento de Formação e Processamento do Acervo. *Proposta para organização da coleção de obras raras da Biblioteca Central*. Belo Horizonte: Biblioteca Universitária, 1983. [Não paginado].

_____. Biblioteca Universitária. Divisão de Planejamento e Divulgação. *Coleção de obras raras*: inventário e transferência da DPD para BC. Belo Horizonte: Biblioteca Universitária, 1992. [Não paginado].

_____. Biblioteca Universitária. Divisão de Planejamento e Divulgação. *Crêterios adotados para seleção de obras raras*. Belo Horizonte: Biblioteca Universitária, 1992. [Não paginado].

_____. Biblioteca Universitária. Divisão de Planejamento e Divulgação. *Situação das Coleções Especiais da BU*. Belo Horizonte: Biblioteca Universitária, 2006. [Não paginado].

PRECIOSIDADES DO ACERVO



Duas crônicas desconhecidas e inéditas de Lima Barreto

João Marques Lopes

Pesquisador do Programa Nacional de Apoio a Pesquisadores Residentes
da Fundação Biblioteca Nacional.





Resumo

O arquivo de Lima Barreto à guarda da Fundação Biblioteca Nacional (FBN) ainda tem alguns textos desconhecidos e inéditos do escritor carioca. Neste artigo, não só se explica como foi possível descobrir uma crônica inédita de ignotas de Lima Barreto e o início de outra, como também se dilucida o seu conteúdo e a sua relação com eventos da história portuguesa do início do século XX. Além disso, são publicados o fac-símile e a transcrição desses originais.

Palavras-chave: *Lima Barreto. Inéditos. Crônicas. Portugal.*

Abstract

The literary archive of Lima Barreto at Fundação Biblioteca Nacional (the Brazilian National Library) has still some unknown and unpublished texts written by this Brazilian author. Here, on one hand, I intend to explain how I was able to find two forgotten chronicles, what are their contents and what is their relation with some events of Portuguese history at the beginnings of the 20th century. On the other hand, I intend to publish the *fac-simile* and the transcription of the manuscripts of such chronicles.

Keywords: *Lima Barreto. Unpublished texts. Chronicles. Portugal.*



Darcy Damasceno (1989) publicou o catálogo do Arquivo Lima Barreto. Desde logo, inventariava toda a correspondência ativa e passiva, incluindo a que não havia sido publicada nos dois tomos da *Correspondência* editados pela editora Brasiliense, em 1956. Além disso, elencava os papéis pessoais do escritor, desde certificados escolares a álbuns de recortes de jornais e revistas com colaboração própria ou alheia, desde recibos e faturas a caderno de notas sobre a distribuição de *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Catalogava ainda para mais de cem textos titulados (entre eles, os manuscritos dos principais romances), cerca de trinta textos não titulados e outros materiais com anotações pessoais para projetos. Por fim, Darcy Damasceno transcrevia perto de três dezenas de cartas inéditas.

Beatriz Resende organizou a edição de *O subterrâneo do Morro do Castelo* (cf. BARRETO, 1997), livro que reunia uma série de reportagens que Lima Barreto havia escrito anonimamente para o carioca *Correio da Manhã*, entre abril e junho de 1905. Obra da maior relevância, posto tal série ser inédita em livro e ser um primeiro exercício público de Lima Barreto no sentido de combinar reportagem e ficção, crônica e novela, a autenticidade da sua autoria só pôde ser estabelecida a partir da consulta direta ao espólio do escritor.

Em 2004, Beatriz Resende e Rachel Valença lançaram um trabalho ciclópico em que reuniram a totalidade das crônicas de Lima Barreto (cf. BARRETO, 2004). Nos dois volumes de *Toda a crônica*, entre outros inéditos em livro, apareciam a primeira crônica publicada por Lima Barreto (“Francisco Braga — concertos sinfônicos”, *Lanterna*, 1 dez. 1900), o texto “O teatro municipal” assinado por um tal Diabo Coxo nas páginas de *O Diabo: revista infernal de troça e filosofia*, no remoto ano de 1903, ou o escrito antinacionalista “A minha Alemanha”, propositadamente omitido das “obras completas” da Brasiliense editadas em 1956 para não contrariar a onda patriótica do período.

Apareciam igualmente valiosas reproduções fac-similares de documentos autógrafos, manuscritos, datiloscritos e mistos que, tendo sido desencantados do espólio de Lima Barreto, acondicionado nas gavetas e estantes de metal da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional, haviam permitido às pesquisadoras identificar algumas colaborações desconhecidas do escritor carioca para a imprensa. A título de exemplo, foi esse o caso de um documento que continha uma lista de colaborações em jornais e revistas redigida pelo próprio Lima Barreto, dando conta do nome e local das publicações periódicas, do título dos textos e do ano ou data destes. Era, pois, um documento particularmente importante para identificar e localizar algumas crônicas anônimas ou escritas sob pseudônimos.

Lília Moritz Schwarcz publicou os *Contos completos*, de Lima Barreto (cf. BARRETO, 2011). Nesse seu trabalho de identificação, localização, reunião, sistematização e edição, a pesquisadora tirou largo proveito dos “tesouros” guardados no espólio. Independentemente de serem ou não completos, de

expressarem ou não um texto razoavelmente próximo da vontade autoral de Lima Barreto, os mais de quarenta contos ou textos completamente inéditos aí dados à estampa traziam à tona um escritor *in fieri*, hesitando, por vezes, entre mais do que uma versão do mesmo conto e abordando os mais diversos temas ficcionais.

Será que, após esses valiosos trabalhos de escavação em profundidade do espólio de Lima Barreto, ainda restaria algo por identificar ou publicar? Pelo cruzamento das informações dos dois volumes da *Correspondência* editados pela Brasiliense (cf. BARRETO, 1956) com as do catálogo organizado por Darcy Damasceno, sabe-se que há algumas cartas, bilhetes-postais e bilhetes ao portador inéditos. Porém, que ainda houvesse crônicas ou esboços de crônicas por identificar (e, conseqüentemente, por publicar) era algo de inesperado, sobretudo tendo em atenção o trabalho exigente e sistemático de Beatriz Resende e Rachel Valença em *Toda a crônica*.

Portanto, foi com surpresa e alvoroço que, ao manusearmos uma pasta com seis tiras manuscritas e autógrafas de Lima Barreto, catalogada por Darcy Damasceno como “Pequeno Almanaque de Celebridades”,¹ nos deparamos com duas crônicas desconhecidas (embora uma delas esteja incompleta).

Considerando que não apareciam em nenhum dos 17 volumes das *Obras completas* de Lima Barreto, não estavam nos dois volumes de *Toda a crônica*, não se encontrava qualquer referência a elas em nenhuma bibliografia ativa de Lima Barreto, e o próprio Francisco de Assis Barbosa (1981) nada diz a seu respeito, concluímos que essas duas crônicas eram mais do que inéditas. Em rigor, eram completamente ignotas.

Embora não estejam assinadas ou datadas, a caligrafia não deixa dúvida quanto à sua autoria por parte de Lima Barreto, e existem indicadores que permitem situar com certeza tanto a data quanto o lugar de publicação a que se destinavam, sobretudo no caso da primeira crônica, que passamos a abordar.

Portugueses na África

Assim intitulou Lima Barreto essa crônica.² Consta de três tiras manuscritas, autógrafas e numeradas. O manuscrito apresenta uma caligrafia com traçado regular sobre tiras pautadas em sentido horizontal. Tem algumas palavras riscadas, mas não suscita grandes dificuldades de leitura. Como também não pairam dúvidas no tocante à data e ao lugar onde deveria ser publicada,

1. Fundo Lima Barreto (FBN), I6, 33, 974.

2. Fundo Lima Barreto (FBN), I6, 33, 18 [incluso em I6, 36, 974]. Está em causa um texto inédito e, portanto, não fornecemos indicação bibliográfica padronizada.

posto que o manuscrito comporta no verso da última tira uma anotação a referir que “devia ser publicada na *A Floreal*” e, no canto superior esquerdo da primeira página, tem a indicação da coluna “Echos”, a que se destinava nessa mesma revista.

Não resta dúvida de que se trata de texto escrito nos últimos meses de 1907. Aliás, a própria temática e conteúdo da crônica remetem a esse período. No segundo semestre de 1907, ainda numa sequência do Tratado de Berlim, de 1883, e da consequente divisão imperialista do continente africano pelas potências europeias, as tropas colonialistas portuguesas levaram a cabo uma campanha de pacificação e ocupação efetiva de territórios no sul de Angola até então sob domínio de populações indígenas. Esse movimento militar, que ficou conhecido como a Campanha de Cuamato, conseguiu pacificar e ocupar a região rebelde à custa da matança de muitos indígenas (cf., por exemplo, CASTRO, 1908).

Em Lisboa, a vitória deu origem a manifestações de regozijo, entretanto empoçadas pela imprensa portuguesa e retransmitidas como notícias de glorificação do patriotismo lusitano para os jornais internacionais. Entre esses, estavam os jornais brasileiros, que, em alguns casos, deram destaque a tais feitos. Não é improvável que Lima Barreto tenha lido a seguinte notícia e telegrama que saíram com destaque na primeira página da carioca *Gazeta de Notícias*, de 8 de outubro de 1907:

Mais uma vez triunfaram o denodo, o valor, a coragem dos heróicos soldados portugueses, em expedição na África. [...] Eram, sem dúvida, cem contra um – cem pretos africanos contra um glorioso cidadão, que veste a heróica farda portuguesa. Que importava, porém? Foi completo, foi cabal o triunfo. [...] Depois da tomada da Embala do Cuamata Pequeno, há dias noticiada, tenho o prazer de comunicar a V. Ex. a tomada da Embala do Cuamata Grande, efetuada no dia 4, depois de renhido combate, pela coluna expedicionária do comando do bravo capitão Roçadas que assim põe termo à campanha empreendida. Inimigo completamente derrotado. Fortificações bem construídas asseguram agora socego definitivo no sul da província. Heroísmo do capitão Roçadas e toda a coluna expedicionária incomparável. Em todo o país lava o mais intenso júbilo e em toda a parte se realizam manifestações entusiásticas por esta gloriosa e brilhante vitória do exército português.³

Independentemente do preciosismo de sabermos se Lima Barreto teve conhecimento dessa notícia em concreto, o certo é que leu outras de teor semelhante e não se conformou com o seu sentido colonialista e racista. Afinal, na sua interpretação, que heroísmo haveria no embate de tropas modernas, dotadas de metralhadoras e artilharia pesada, com indígenas mal armados?

3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&PagFis=15950&Pesq=Cuamato>. Acesso em: 14 jul. 2015.

Que obra de pacificação ou civilização era essa que começava por massacres e pretendia impor o domínio branco a populações negras doravante condenadas à obediência das armas e ao trabalho compulsivo?

Contra esse estado de coisas, Lima Barreto alerta premonitivamente:

Tenho para mim que esses negros flexíveis e adaptáveis a toda a sorte de misteres, desde o de bestas de carga até o nobilíssimo de adversários dos esforçados varões do Portugal moderno, têm que acabar um dia. Se isso se der, a velha metrópole vai se ver atrapalhada para arranjar quem se preste à demonstração experimental de sua heroicidade eterna [...].⁴

O escritor carioca, que um dia pretendia escrever a história da escravidão no Brasil, que sabia fundamentar devidamente a negação da teoria racista de Gobineau e que conhecia bem a revolução independentista dos negros do Haiti, não podia estar de acordo com a onda de entusiasmo levantada pelo êxito da Campanha de Cuamato. Conforme se lê nas entrelinhas do trecho ora citado, *rira mieux, qui rira le dernier*. Algo que, de resto, a história se encarregaria de confirmar décadas depois com as guerras anticolonialistas, as independências africanas e o fim do império colonialista português.

Tal como não podia estar em sintonia com a euforia colonialista subsequente às vitórias portuguesas no sul de Angola nos últimos meses de 1907, Lima Barreto também estaria dificilmente em conformidade com o destaque e a consternação excessivos que a grande imprensa carioca deu ao caso do assassinato do rei d. Carlos ocorrido em Lisboa nos começos de 1908. O que nos leva à segunda “crônica” inédita e desconhecida do autor.

Os jornais

Aparentemente, seria esse o seu título.⁵ A “crônica” é composta por uma única tira manuscrita e autógrafo. Tal como acontecia no primeiro texto, o manuscrito apresenta uma caligrafia com traçado regular sobre tira pautada em sentido horizontal e tem algumas palavras riscadas, mas sem comprometer a leitura. Ao contrário do primeiro caso, não só lidamos com um texto incompleto, mas também resulta inviável saber se estava para ser publicado e a que publicação se destinaria. Já a sua datação é fácil de fazer, pois o que está em causa é a crítica à reação dos jornais cariocas ao atentado que vitimou o rei d. Carlos e o príncipe herdeiro, em Lisboa, a 1 de fevereiro de 1908.

4. Fundo Lima Barreto (FBN), I6, 33, 18 [incluso em I6, 36, 974]. Está em causa um texto inédito e, portanto, não fornecemos indicação bibliográfica padronizada.

5. Fundo Lima Barreto (FBN), I6, 33, 18 [incluso em I6, 36, 974]. Está em causa um texto inédito e, portanto, não fornecemos indicação bibliográfica padronizada.

Durante cerca de uma semana, o assunto foi manchete dos principais jornais do Rio de Janeiro, como a *Gazeta de Notícias*, *O Paiz*, *Correio da Manhã*. A 2 de fevereiro, este último destacava em grandes parangonas: “A tragédia de Lisboa/O Rei D. Carlos e o príncipe real assassinados/Telegramas recebidos depois das 5 horas/Horrível emoção”.⁶ Os jornais cariocas desdobraram-se em pormenores sobre o assassinato, os homicidas, a sucessão, os funerais, as manifestações de pesar, a situação política em Portugal, a repercussão internacional. Publicaram fotografias em profusão.

Embora Lima Barreto ainda estivesse a anos de fazer a sua “profissão de fé” pública no anarquismo, mediante o artigo “Palavras de um snob anarquista” nas páginas de *A voz do trabalhador*, ele já se aproximara um pouco dos meios e das ideias ácratas. Basta ver que abre a sua revista *A Floreal* à colaboração de Domingos Ribeiro Filho (anarquista conhecido e seu amigo particular), aos ideais do amor livre (tema ácrata então muito em voga) e à demolição simbólica do poder econômico-jornalístico através do próprio “Isaías Caminha”.

Portanto, o regicídio português não seria propriamente assunto para lhe despertar sentimentos de simpatia pela monarquia da outra banda do Atlântico e para o fazer associar-se à consternação mediática. Tanto mais que, sendo leitor regular da imprensa dominante e das publicações nanicas mais alternativas, e estando em relações com vários anarquistas, não deveria desconhecer os escândalos dos adiantamentos financeiros à Casa Real portuguesa, os abusos da ditadura de João Franco, o ódio de parte importante da população à monarquia e o avanço imparável do republicanismo em Portugal.

Nesse contexto, não será de estranhar que o autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* critique a cobertura da grande imprensa carioca e a sua campanha para associar o povo ao sentimento de luto face ao acontecimento: “Nada havia que o pudesse fazer um acontecimento capaz de enlutar e trazer coberta de tristeza uma grande cidade, de mais de oitocentos mil habitantes, situada a milhares de léguas do local do crime e em país estrangeiro.”

Nada exceto o domínio da imprensa carioca pelo capital e pelo comércio portugueses do Rio de Janeiro, bem entendido! Não se deve esquecer que *O Paiz* era controlado pelo imigrante lusitano João Lage ou que parte importante das receitas da publicidade dos grandes periódicos provinham das casas comerciais da colônia portuguesa na cidade (cf., por exemplo, SODRÉ, 1983).

Mas o mais importante é ler essas duas crônicas que jaziam esquecidas e desconhecidas no Fundo Lima Barreto da Divisão de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional. Ei-las em transcrição⁷ e em cópia digitalizada dos manuscritos autógrafos.

6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1908_02394.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2015.

7. A ortografia foi atualizada.

Referências

- ARQUIVO Lima Barreto. Catálogo organizado por Darcy Damasceno. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 105 (1985), 1989.
- BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto: 1881-1922*. 6. ed. Rio de Janeiro; Brasília: J. Olympio; INL, 1981.
- BARRETO, Lima. *Contos completos*. Organização de Lília Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. *Correspondência*. São Paulo: Brasiliense, 1956. 2 v.
- _____. *O subterrâneo do Morro do Castelo*. Organização de Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Dantes, 1997.
- _____. *Toda crônica*. Organização de Beatriz Resende e Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004. 2 v.
- CASTRO, Veloso de, alferes. *A Campanha do Cuamato em 1907*: breve narrativa acompanhada de fotografias. Luanda: Imprensa Nacional, 1908.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

Ech. 103

Ib, 33, 16

Portuguez na Africa. - Os Negros.

Já entre em a causa, de anno em
 anno, os fomes daqui e da lá
 mas noticiam estendidas victimas
 dos portuguez sobre os indigenas
 de mas pormenores da Africa. No
 tempo dos "Sesiados", talvez por não
 existir o jornalismo pormenor, elles
 não davam tanta importância ~~as~~
~~feitos~~ ~~as~~ ~~identicas~~, ~~Quando~~ Pelo menos
 não tinha noticia que ~~to~~
~~quando~~ ~~retornando~~ ~~feitos~~ ~~quando~~
~~feitos~~ ~~retornando~~ ~~feitos~~ ~~quando~~
 D. Antonio Salazar, matou dez mil
 indios, perto de Cabal Frio; e
 se ainda nos resta memoria das
 pruzas de puzte amputada
~~seus~~ ~~puzes~~ ~~puzes~~ em ~~seus~~ e
 fôr e' pruzes alguns ~~clonistas~~
 precarios e uma ~~maia~~ ~~dego's~~
 de puzes ~~governos~~ ~~registros~~ ~~nas~~
~~em~~ ~~maia~~ ~~puzes~~ ~~de~~ ~~brunze~~ ~~ainda~~ ~~agora~~
 e ~~em~~ ~~bellas~~ ~~grandes~~ ~~ruins~~ ~~em~~
 Lanta monumentos.

Hez, não houve facto mais
 de acção herica, lá' puz velha e
 Portugal, os fomes e o governo não
 deixam escapar uma só victimas.
 Os hericos são chamados um a um,
 em puzes ~~chamados~~ ~~a~~ ~~illada~~, ~~os~~
 rehetos são publicados e os platin-
 dos apicam a puzza para mais
 em a ~~dego's~~ ~~contem~~ ~~de~~ ~~vários~~
 illustra

2
 O que ~~há em summa?~~ ^{há em summa?} ~~é~~ ^é ~~esta~~ ^{esta}
 coisa simples: um destacamento
 português, de cem ou duzentas praças,
 derrotar uma partida de desgra-
 ça dos negros, duplamente desgra-
 ça dos por serem negros e por vive-
 rem em possessões do Portugal
 necessitado de victorias.

Pelo jeito, o governo lusitano pre-
 cisa demonstrar a utilidade da
 raça; precisa lembrar ao mundo
 que o sangue herido dos barões amiguetes
 dos ainda não está de todo acalor-
 do; e para tal organiza, de quando
 em quando, essas festas ant-negras,
 em que morrem algumas dezenas de
 negros (Ra, os negros!) e os
 portugueses praticam heróicos
 feitos de vários grupos e de triun-
 pho romano.

Tenho para mim que esses negros
 flexíveis e adaptáveis a toda a sorte
 de mortes, desde o de bestas de carga
 até o notissimo de adversarios
 esforçados dos esforçados barões do Por-
 tugal moderno, tem que acabar um
 dia. Se isso se der, a velha meto-
 dologia vai ^{se vir} ~~ficar~~ atropalhada para
 arranjar quem se preste a' demonst-
 rações experimentaes de sua heróica
 eterna; e, a menos que gente a
 quem entre'ia Marte obedecesse,

3
 não quiza combater os diniz-pa-
 zos e os guilões de Africa, di-
 zendo: fustas com paus contra
 guerreiros, quando o fôrmo das
 Necessidades sabiamente resolver
 emdeusar em grandiosas volun-
 tades da Boa-za que se per-
 tencem unicamente nos rigos contra-
 pondo de bons estrangeiros de pass-
 gem pelo Teyx. Então e que hauemos
 de ver o indigesto Theropitico

a explicar esse afuramento do
 Heitor portuguez na pyramide da
 Sargento alfanista e o velho barão
 a brinchar nas columnas dos formos:

Calde-re de Alcantara, e de
(Fragua,

A fama das victorias.....

E proclama assim Portu-
 gal, e por muito tempo, a chor nos
 seus registos de nascimentos, nem
 que se possam contar naquella-
 da, em quem, em o Albergueze
 tãtil e o barão forte, a Marte
 não tem poder.

E' ainda do barão, que, a
 meu ver, deve sofrer algumas mo-
 dificações communicadas para se adaptar
 ao ~~nos~~ nosso hermo de Portugal.
 Se os nossos irmãos do Teyx que-
 rem uma adaptação excellente, tem a agui-
 e' mais alguns escriptos em
 guizo. O Barão de Paramagiacata, e
~~Maria Francisca~~, por exemplo...

1 Portugueses na África

Os srs. já conhecem a coisa. De ano em ano, os jornais daqui e de além-mar noticiam estrondosas vitórias dos portugueses sobre os indígenas de suas possessões de África. No tempo dos *Lusiadas*, talvez por não existir o jornalismo periódico, não davam tanta importância a feitos idênticos. Pelo menos não tenho notícia que Lisboa festejasse retumbantemente Antônio Salema, que, aí pelos fins de Quinhentos, matou dez mil índios perto de Cabo Frio; e, se ainda nos resta memória das proezas da gente assinalada em Diu e Goa, é porque alguns cronistas precavidos e meia dúzia de poetas entusiastas registraram-nas em prosa de bronze, ainda áspero, e em grandiosos versos, um tanto monótonos.

Hoje, não havendo farta messe de ações heroicas, lá pelo velho Portugal, os jornais e o governo não deixam escapar uma só vitoriazinha. Os heroísmos são narrados um a um, em frases cheirando ainda à *Ilíada*; os retratos são publicados, e os plutarcas afiam a pena para mais essa centena de varões ilustres.

O que há em suma? Esta coisa simples: um destacamento português, de cem ou duzentas praças, derrota uma partida de desgraça dos negros, duplamente desgraçados por serem negros e por viverem em possessões do Portugal necessitado de vitórias.

Pelo jeito, o governo lusitano precisa demonstrar a vitalidade da nação; precisa lembrar ao mundo que o sangue heroico dos varões assinalados ainda não está de todo acabado; e para tal organiza, de quando em quando, umas justas *art-nouveau* em que morrem algumas dezenas de negros (ora, os negros!) e os portugueses praticam heroísmos dignos de versos gregos e do triunfo romano.

Tenho para mim que esses negros flexíveis e adaptáveis a toda a sorte de misteres, desde o de bestas de carga até o nobilíssimo de adversários dos esforçados varões do Portugal moderno, têm que acabar um dia. Se isso se der, a velha metrópole vai se ver atrapalhada para arranjar quem se preste à demonstração experimental de sua heroicidade eterna; e, a menos que a gente a quem outrora Marte obedeceu queira combater os chimpanzés e os gorilas de África, Lisboa só terá festas com franco cunho guerreiro quando o governo das Necessidades sabiamente resolver condecorar com grandiosas solenidades os valentões da Baixa que se portarem heroicamente nas rijas com tripulações de barcos estrangeiros de passagem pelo Tejo. Então é que havemos de ver

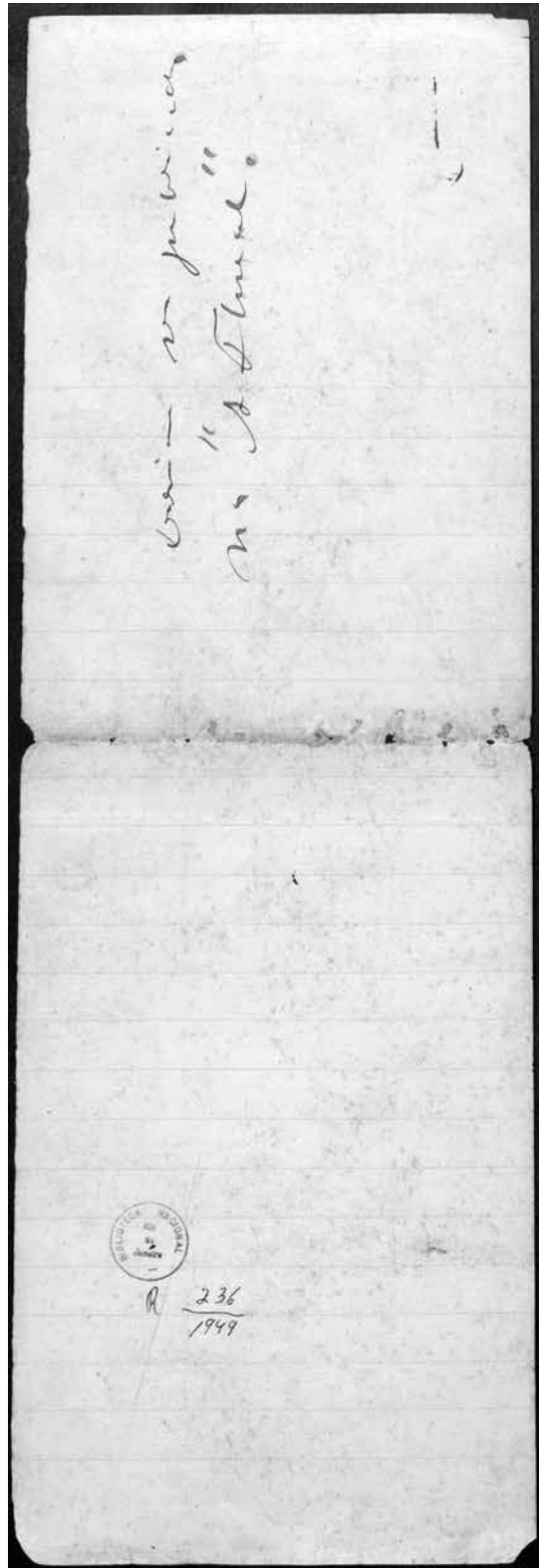
o indigesto Teófilo a explicar esse afloramento do Heitor português na população da sarjeta alfacinha, e o velho Camões a bimbalar nas colunas dos jornais:

Cale-se de Alexandre e de Trajano,

A fama das vitórias...

E poderá assim Portugal, e por muito tempo, achar nos seus registos de nascimento, nomes que se possam contar naqueles outros em quem, como o Albuquerque terrível e o Castro forte, a morte não teve poder.

É ainda de Camões que, a meu ver, deve sofrer modificações convenientes para se adaptarem ao novo heroísmo de Portugal, se os nossos irmãos do Tejo querem um adaptador excelente, temos aqui à mão alguns experimentados em guerra. O barão de Paranaguá calha, por exemplo...



Jornal - O assassinato do
 rei de Portugal rei de -
 amônia do modo mais elo-
 quente de que me encontrei a
 minha imprensa carioca e
 uma pena e simples expressão
 dos sentimentos e das opi-
 niões do commercio portu-
 guez do Rio de Janeiro. ~~Quia~~
~~relacionado ao facto de uma rege-~~
~~tao aqui toda a morte de~~
~~passos~~ A morte do assa-
 sinio do rei de Carlos,
 em si causa luctuosa
 para a minha familia e os
 seus ^{amigos} ~~adversos~~, ~~parentes~~, não
 podia se no Brazil re-
 ntar um caso secundario
 provocado de involuntarios officios,
 Nada havia que o poderia
 fazer um acontecimento
 capaz de entretin e trazer
 coherencia de tristiza um
 grupo de cidade, de mais
 de cento e mil habitantes,
 situada a milhas de
 leguas do local do crime
 e com ^{em pouco} ~~em pouco~~ ~~propriedade~~
 estrangeiros.

Graças, porém, a minha
 irracional do meu com-

2 Os jornais

O assassinato do rei de Portugal vem demonstrar do modo mais eloquente de que maneira a nossa imprensa carioca é uma pura e simples exposição dos sentimentos e das opiniões do comércio português do Rio de Janeiro. O assassinato do rei d. Carlos, em si coisa lastimável para a sua família e os seus amigos, não podia ser no Brasil senão um caso secundário e provocador de condolências oficiais. Nada havia que o pudesse fazer um acontecimento capaz de enlutar e trazer coberta de tristeza uma grande cidade, de mais de oitocentos mil habitantes, situada a milhares de léguas do local do crime e em país estrangeiro.

Graças, porém, à manha inaudita de um*

*O manuscrito autógrafa termina aqui. No arquivo, apenas se conserva esta versão parcial.

Impresso pela Global Print Editora Gráfica LTDA.
Composição em Adobe Garamond
Capa em papel cartão supremo Duo Design 300 g/m²
Miolo em papel Off-set 90 g/m²



MINISTÉRIO DA CULTURA
Fundação BIBLIOTECA NACIONAL

MINISTÉRIO DA
CULTURA

